USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS-GRADUAÇÃO: FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

O discurso do corpo e a negociação da alma:

O impacto das emoções influenciando resultados

Argumentar, persuadir ou negociar?

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

JOÃO CLAUDEMIR MEN

O DISCURSO DO CORPO E A NEGOCIAÇÃO DA ALMA:

O impacto das emoções influenciando resultados.

Argumentar, Persuadir ou Negociar?

Versão Corrigida

São Paulo

2019

JOÃO CLAUDEMIR MEN

O DISCURSO DO CORPO E A NEGOCIAÇÃO DA ALMA:

O impacto das emoções influenciando resultados.

Argumentar, Persuadir ou Negociar?

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: **Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca**

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Men, João Claudemir
M534d O DISCURSO DO CORPO E A NEGOCIAÇÃO DA ALMA: O
impacto das emoções influenciando resultados.
Argumentar, Persuadir ou Negociar? / João Claudemir
Men ; orientadora Lineide do Lago Salvador Mosca. -
São Paulo, 2019.
295 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Negociação. 2. Argumentação. 3. Retórica Clássica
e Nova Retórica. 4. Papa Francisco. 5. Generalidade
Teórica AMEN. I. Mosca, Lineide do Lago Salvador,
orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): João Claudemir Men

Data da defesa: 31/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a):

Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/12/2019.

(Assinatura do (a) orientador (a))

MEN, João Claudemir. O DISCURSO DO CORPO E A NEGOCIAÇÃO DA ALMA:
O impacto das emoções influenciando resultados. Argumentar, Persuadir ou Negociar?

Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Aos meus pais, (*In Memoriam*),

Fred e Zuka.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca, docente e orientadora de singular competência, pela disposição em me orientar quanto a melhor forma e escolha de alternativas no desempenho e na consecução desta pesquisa, por meio do sólido arcabouço teórico que me transmitiu nos anos de convivência.

À Profa. Dra. Cleonice Men da Silva Ramos, pelos enriquecedores debates em momentos compartilhados nesses últimos anos, por meio de pesquisas que trilhamos na área da comunicação, da retórica e da argumentação, que tanto auxiliaram na elaboração desta tese. E à Clarice Men, pelo carinho, incentivo e potente atitude de motivação e apoio. Ambas, irmãs queridas.

Ao meu filho, Rafael, pelas constantes reflexões, trocas e análises críticas oferecidas e, especialmente, pelo amor que sempre me motivou a buscar óticas diferentes.

Aos Professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, pelos conhecimentos transmitidos em suas aulas, de incomensurável valor.

Aos colegas de doutoramento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela agradável e harmoniosa convivência.

Aos colegas docentes da FGV – Fundação Getúlio Vargas, pela constante troca de conhecimentos e agradável convívio acadêmico.

Aos meus alunos, pela inspiração e *insights* proporcionados, motivação clara de minha dedicação à vida acadêmica.

A gratidão

Finalmente, estava eu na aprazível função de pesquisar para a elaboração deste trabalho quando fui premiado com uma pérola de reflexão, que tomo emprestado, para finalizar esta parte introdutória dos agradecimentos.

Na verdade, o uso que fazemos de palavras tem um potencial tão expressivo, familiar e automático muito maior do que possamos imaginar. Daí reside a atenção necessária para os modos de dizer, os contextos, as sutilezas da linguagem comum, em nossa própria língua ou em outras.

Motivado por esse pensamento, é um momento oportuno de tornar pública toda minha gratidão de ter participado de uma pesquisa, que muito gostaria que pudesse contribuir para os posicionamentos norteadores, sejam eles aceitos ou, no mínimo, logrem ser provocativos para incitarem reflexão no espírito dos leitores.

A pérola a que me refiro e com que me deparei, foi por meio do *Tratado da Gratidão*, de Santo Tomás de Aquino. Uso-o na tentativa de magnificar meu agradecimento a todos.

Como bem sabem, São Tomás de Aquino, em seu *Tratado*, ensina que a gratidão consiste em uma realidade humana complexa e apresenta três níveis de como expressá-la: um nível superficial, um intermédio e um mais profundo¹. Essas considerações são importantes preliminares ao estudo da gratidão e das formulações que ela recebe nas diversas línguas.

Em outras palavras, o primeiro nível é o do reconhecimento do benefício recebido, do conhecimento intelectual, cognitivo ou cerebral, por exemplo. O segundo é o nível do agradecimento, que consiste em louvar e dar graças. Somos gratos e louvamos o outro por isso. O terceiro é o nível mais profundo, o da retribuição, no sentido do vínculo. Nesse último, sentimo-nos vinculados e comprometidos com a pessoa, em retribuirmos em lugar e tempo oportunos, conforme as nossas posses.

¹ A saber: a gratidão se compõe de diversos graus. O primeiro consiste em reconhecer (*ut recognoscat*) o benefício recebido; o segundo, em louvar e dar graças (*ut gratias agat*); o terceiro, em retribuir (*ut retribuatur*) de acordo com suas possibilidades e segundo as circunstâncias mais oportunas de tempo e lugar" (II-II, 107, 2, c).

Esse ensinamento, aparentemente tão simples, pode ser reencontrado nos diferentes modos de que as diversas línguas se valem para agradecer, cada uma acentuando um aspecto específico da gratidão.

E, de repente, descobri uma coisa que nunca havia pensado.

Ao analisarmos os três níveis de gratidão, percebemos cada país fazendo uso de sua língua, agradecendo em um dos três níveis.

Vejamos, por exemplo, que em inglês ou alemão, se agradece no nível mais superficial, aquele primeiro que mencionamos. Quando se diz, *thank you* ou *zu danken*, estamos agradecendo o benefício recebido. Na maior parte das outras línguas europeias, prevalece a gratidão aplicada no nível intermediário da gratidão. Quando se diz *merci*,² em francês, significa dar uma *mercê*, oferecer um reconhecimento³, dar uma graça por aquilo que nos dão. O mesmo se retoma por *gracias*, em espanhol, ou *grazie*, em italiano, oferecemos uma graça por aquilo que nos deram ou ofereceram e é nesse sentido que estamos gratos. E somente em português, que nós saibamos ou conheçamos, é que se aplica o terceiro nível, aquele mais profundo do tratado da gratidão de Tomás de Aquino, quando usamos a expressão *obrigado*. Esse é o sentido que o vocábulo quer reforçar – ficamos obrigados perante o outro, ficamos vinculados perante o outro. Somos gratos pela atenção recebida. Sentimo-nos comprometidos ao diálogo de agradecimento e em continuar com o projeto proposto.

Percebemos aqui a singularidade e a beleza do agradecimento de nossa língua. Uma palavra especial que muitas vezes usamos corriqueiramente sem valorizarmos devidamente o seu significado e o compromisso que ela carrega. Que possamos tomar mais carinho por essa expressão potente e, ao mesmo tempo, simples e delicada, que carrega um valor raro em sua essência. Que a usemos mais conscientemente em nossas vidas.

É exatamente nesse preciso sentido – o nível mais profundo do Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino – que lhes entrego, antecipadamente, o meu muito obrigado!

² *Merci* é derivado de *merces* (salário), que tomou no latim popular o sentido de preço, do qual derivou o de "favor" e o de "graça".

³ Aliás, reconhecimento (como *reconnaissance* em francês) é mesmo um sinônimo de gratidão. Nesse sentido, é interessantíssimo verificar a etimologia: na sabedoria da língua inglesa *to thank* (agradecer) e *to think* (pensar) são, em sua origem, e não por acaso, a mesma palavra.

“Nada de grandioso jamais foi conquistado sem entusiasmo”.

Ralph Waldo Emerson, (1940, p. 290).

“Em nosso tempo, procura-se eliminar as fronteiras, que se tornam transnacionais e muitas barreiras são abolidas, quando o espírito de colaboração prevalece. [...] Em todas essas situações, cabe falar de razoabilidade, em que o racional e o afetivo se juntam na produção de uma nova ordem, de uma nova perspectiva, que possa conduzir a um equilíbrio mais justo da vida em sociedade”.

Lineide do Lago Salvador Mosca

(Jornada GERAR – Apresentação dos
Cadernos de Resumos,
São Paulo, outubro 2018).

*“Existem cada vez mais homens.
Também estão cada vez mais divididos e entram
muitas vezes em guerra para resolverem seus problemas.
Mas também podem falar sobre eles para negociarem
e discutirem sobre aquilo que os opõe.
É nesse momento que têm maior necessidade da retórica.
Ela dá-lhes a ilusão de abolir as distâncias e,
por vezes misteriosamente, consegue-o.
Todo o interesse da retórica reside nesse mistério”.*

(Michel Meyer, 1993, p. 9).

RESUMO

MEN, João Claudemir. **O DISCURSO DO CORPO E A NEGOCIAÇÃO DA ALMA:** O impacto das emoções influenciando resultados. Argumentar, Persuadir ou Negociar? 2019. 288 f. Tese (Orientadora Doutorado): **Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho tem por objetivo investigar os mecanismos de argumentação, convencimento e persuasão presentes nos discursos do Papa Francisco, que constituem o *corpus* desta pesquisa, tomando, especialmente, as conceituações de Perelman e Olbrechts-Tyteca oriundas do *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Argumenta-se para obter a adesão do auditório: convencer e persuadir o outro. Para o convencimento ou a persuasão, o orador constrói seu discurso considerando a imagem da disposição, do estado de espírito que faz de seu auditório: o *páthos*, um dos três elementos constituintes da estrutura do discurso. Buscando apoio nos aportes teóricos da Retórica clássica, observam-se, assim, as paixões depreendidas e as citadas nos discursos proferidos pelo Papa Francisco em distintos contextos. Considerando a importância do processo de negociação, natural na vida de todas as pessoas e, ainda, ao reconhecer que a eficácia dos resultados em uma interação-negociação está diretamente relacionada à visão de um processo sistêmico, este trabalho apresenta uma possível generalidade teórica denominada *AMEN* - *Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. Com princípios teóricos baseados em uma *governança ou racionalidade*, é complementar aos contemporâneos estudos de negociação. As análises investigam os modos do Papa Francisco se apresentar em processos de argumentação-negociação. Alicerçada especialmente nas teorias da Retórica clássica, Nova Retórica, na pretensa generalidade teórica *AMEN*, em fundamentos contemporâneos da negociação e em determinados preceitos teóricos da Análise do Discurso, essa investigação considera cada teoria de forma isolada ou em correlação.

Palavras-chave: Negociação. Papa Francisco. Retórica clássica e Nova Retórica. Argumentação. Generalidade teórica *AMEN*.

ABSTRACT

MEN, João Claudemir. **THE BODY DISCOURSE AND THE SOUL NEGOTIATION:** The impact of emotions influencing results. Arguing, Persuading or Negotiating? 2019. 288 f. Thesis (Doctorate advisor): **Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This work aims at showing the mechanisms of argumentation, convincing and persuasion observed in discourses of Pope Francisco, which make up the *corpus* of this research, considering especially the concepts of Perelman and Olbrechts-Tyteca in *The new rhetoric: a treatise on argumentation*. The argumentation process is to gain the audience's adherence: to convince and to persuade other people. For convincing and persuading, the orator produces a discourse considering the audience's image: the *páthos*, one of the three constituent elements of the discourse structure, recognized as the image of disposition, the inclination of the instance reception. By taking theoretical contributions of classical Rhetoric, it is examined the passions that arouse by listening/reading the Pope's discourses and those ones that are expressed in the texts from different contexts. Taking into consideration the importance of the negotiation process, natural in the life of every people, and also recognizing that the effectiveness of the results in an interaction-negotiation is directly related to the vision of a systemic process, this paper presents an alleged theoretical generality denominated *AMEN – Strategic Argumentation Model for Negotiation*. With theoretical principles based on governance or rationality, this possible theory is complementary to the contemporary negotiations studies. This work also investigates Pope Francisco's ways of presenting himself in argumentation-negotiation processes. This investigation is based on the classical Rhetoric, New Rhetoric, the alleged *AMEN* theoretical generality, the contemporary foundations of negotiation and in certain theoretical precepts of Discourse Analysis, considering each theory by itself or in correlation.

Keywords: Negotiation. Pope Francis. Classical Rhetoric and New Rhetoric. Argumentation. A theoretical generality *AMEN*.

RÉSUMÉ

MEN, João Claudemir. **LE DISCOURS DU CORPS ET LA NEGOCIATION DE L'ÂME** : L'impact des émotions influençant les résultats. Argumenter, persuader ou négocier? 2019. 288 f. Thèse (Doctorat Conseiller): **Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca**. Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines, Université de São Paulo, São Paulo, 2019.

L'objectif de ce travail c'est d'analyser les mécanismes d'argumentation, de persuasion ainsi que les mécanismes convaincants présents dans les Discours du Pape François, qui composent le *corpus de cette recherche*, prenant dûment en compte les conceptualisations de Perelman et Olbrechts-Tyteca du Traité d'argumentation: la nouvelle rhétorique. Argumenter pour obtenir l'adhésion du public: convaincu et persuadé. Pour convaincre ou persuader, l'orateur construit son discours en tenant compte de la disposition de son public ainsi que de l'ambiance qu'il doit lui proportionner: le pathos, l'un des trois éléments constitutifs de la structure du discours. Cherchant un appui dans les contributions théoriques de la rhétorique classique, nous observons ainsi les passions comprises et citées dans les discours du Pape François dans différents contextes. Considérant l'importance du mode de négociation habituelle dans la vie de tous les peuples, et reconnaissant également que l'efficacité des résultats d'une négociation-interaction est directement liée à la vision d'un processus systémique, cet article présente une généralité théorique prétendue, appelée *AMEN*. - *Argument de Modélisation Stratégique en Négociation*. Avec des principes théoriques basés sur la gouvernance ou la rationalité, complémentaire aux études de négociation contemporaines. Les analyses avancent pour étudier le mode de présentation du Pape François dans les processus d'*argumentation-négociation*. Basée en particulier sur les théories, Rhétorique traditionnelle e Nouvelle Rhétorique, la généralité théorique supposée d'*AMEN*, les principes contemporains de la négociation et certains préceptes théoriques de l'analyse du discours, cette recherche considère chaque théorie de manière isolée ou en corrélation.

Mots-clés: Négociation. Pape François. Rhétorique traditionnelle et Nouvelle Rhétorique. Argumentation. Généralité théorique *AMEN*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	<i>AMEN: Argumentação Modelar Estratégica em Negociação</i>	147
Figura 2	Vestimentas – simplicidade e gala	190
Figura 3	A espiritualidade da alma	196
Figura 4	A frugalidade de uma imagem	197
Figura 5	Imagem carismática do Papa Francisco	203

SUMÁRIO

PARTE I.....	19
INTRODUÇÃO	19
OBJETIVOS.....	25
O TEMA E SUA JUSTIFICATIVA	26
HIPÓTESES.....	27
DO CORPUS	29
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	31
Retórica clássica e a Nova Retórica.....	31
Argumentação	33
Meios e elementos do discurso	35
Gêneros retóricos da era clássica	37
Os âmbitos da argumentação: Auditórios particular e universal	41
Situação de Comunicação.....	42
Contexto	44
Situação monologal: discurso de não réplica imediata	45
Negociação: breves conceitos.....	46
Ética.....	48
O indivíduo na sociedade informacional e a negociação do futuro	49
PONTOS HISTÓRICOS.....	53
Do papado	53
Dos Papas e do Papa Francisco: história e atualidades	54
Retórica: primórdios	57
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
ESTRUTURA DA TESE/SUMÁRIO DOS CAPÍTULOS.....	63
PARTE II.....	64
CAPÍTULO 1 – OS MECANISMOS DE ARGUMENTAÇÃO	64
1.1 A argumentação em auditórios particular e universal	65
1.1.1 Auditório universal	67
1.1.2 Auditório particular.....	71
1.2 As técnicas, os argumentos utilizados.....	75
1.2.1 O argumento de autoridade.....	76

1.2.2 A pessoa e seus atos/Interação entre o ato e a pessoa	80
1.2.3 O Ser perfeito como modelo/Os lugares da essência e da pessoa	82
1.2.4 A regra de justiça.....	86
1.2.5 Argumento pragmático	88
1.2.6 O argumento do desperdício	90
1.2.7 O raciocínio por analogia e a metáfora	92
1.2.8 Os valores, as hierarquias, a dissociação das noções.....	98
1.2.9 A figura argumentativa da comunhão.....	102
1.2.10 O uso do gênero clássico epidítico: um exemplo	107
1.2.11 O uso do gênero clássico deliberativo: um exemplo	108
CAPÍTULO 2 – AS PAIXÕES (EMOÇÕES) NOS DISCURSOS	110
2.1. Sobre as paixões (emoções).....	110
2.1.1 A indignação	117
2.1.2 A piedade/compaixão	124
2.1.3 O medo/temor.....	125
2.1.4 A confiança.....	127
2.1.5 O amor/amizade	129
CAPÍTULO 3 – A TEORIA AMEN: UMA POSSÍVEL GENERALIDADE	132
3.1 Sobre as negociações	133
3.2 O eterno dilema da negociação	136
3.3 Negociação e retórica argumentativa	142
3.3.1 Além da razão na negociação	144
3.4 A eficácia em negociação: uma proposição de teoria	146
3.5 Negociação: governança, racionalidade – arte ou técnica	150
3.6 A relevância da identificação de interesses	159
3.7 A assertividade e o “sócio da sociedade humana”	161
CAPÍTULO 4 – O ARGUMENTADOR-NEGOCIADOR: CORPORALIDADE E ALMA	167
4.1 A influência de um comunicador global	168
4.2 A nobreza de demonstrar a humildade.....	169
4.3 A cultura do encontro e a formação de conexões emocionais	174
4.4 A santidade da negociação	175

4.5 Postura interativa do Papa: adaptação ao interlocutor (auditório).....	178
4.6 A prática de um conceito de igualdade	180
4.6.1 Igualdade e liberdade	181
4.6.2 Quem sou eu para julgar?	184
4.7 Corpo, alma e identidade	185
4.8 O caráter e a corporalidade do orador	188
4.9 O <i>impacto</i> como motivador no processo de negociação	192
4.10 O carisma e a imagem de impacto nas ações do Papa	200
4.11 Da opinião coletiva à opinião pública	204
4.12 A negociação diplomática em mediações de questões globais	208
4.13 A diplomacia de fato: ao lado do povo sírio.....	216
4.14 A solidão de um interlocutor mundial.....	217
4.15 Um modo recorrente de comunicação negociada.....	220
4.16 Os desafios de quem está à frente das decisões	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
PARTE III.....	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	234
ANEXOS.....	242
ANEXO 1: VISITA AO CONGRESSO DOS EUA	242
ANEXO 2: CARTA ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI'</i>	249
ANEXO 3: VISITA À ONU – Discurso Washington	258
ANEXO 4: VISITA À ONU – Discurso Nova Iorque.....	260
ANEXO 5: VISITA À CASA BRANCA - USA	266
ANEXO 6: VISITA A CUBA E AOS USA.....	267
ANEXO 7: PAPA FRANCISCO E BARAK OBAMA.....	269
ANEXO 8: CARTAZ PAPA – ROMA	270
ANEXO 9: IMAGEM CARISMÁTICA DO PAPA.....	272
ANEXO 10: VIAGEM AMÉRICA DO SUL.....	274
ANEXO 11: IMAGEM PAPA EM VOO	280
ANEXO 12: DISCURSO CORPO DIPLOMÁTICO DA SANTA SÉ	281
ANEXO 13: CARTA EVENTO “ECONOMY OF FRANCESCO”	290
ANEXO 14: <i>EVANGELII GAUDIUM</i>.....	292

PARTE I

INTRODUÇÃO

Apresentação

Reitero meus agradecimentos porque, de fato, os estudos aqui expostos, à medida que avançaram, tomaram rumos diversos, exigindo mais tempo e compreensão de minha parte para permitir uma adequada análise crítica e melhor entendimento da real motivação que me levaram a iniciar este estudo.

A compreensão mencionada tem o seu lugar devido aos maiores desafios de ordem teórica e de outros conceitos gerais e introdutórios que resultam em consequências eminentemente práticas. Refiro-me à intenção ousada de atribuir um caráter multidisciplinar à teoria exposta.

Eu não poderia deixar de seguir nessa linha multidisciplinar porque realmente acredito numa interconexão a que estamos subordinados, ainda que sejamos influenciados por um conjunto de características comuns entre as várias áreas de conhecimentos, que pode resultar em consequentes transformações em nossas vidas.

Todo o cuidado em mencionar tais interconexões não é outro senão o de reforçar que, em minha opinião, elas são próprias do ser humano e agem como motivadoras para buscar constantemente novas conquistas. Com frequência, nos deparamos com novidades sobre a relação próxima entre a longevidade dos indivíduos e suas respectivas atitudes positivas. É mais ou menos como tentar fazer algo para mudar o *status quo*, ou vestir-se como um agente transformador.

Em nosso cotidiano, quando observamos exemplos de lucidez em vários pesquisadores acadêmicos, professores graduados e autodidatas é que reconhecemos a expressão dessa vigorosa energia diferenciada. Entretanto, não é nada fácil sentir que estamos preparados ou aptos para enfrentar desafios constantes.

Percebi isso muito cedo em minha vida. Desde então, sempre busquei perseguir novas tendências, formas de análises e, principalmente, encarar os desafios. Mas novamente insisto, não é fácil. Mais do que revestir-se dessa força energizante, há uma preocupação em aprimorar as técnicas individuais, especialmente as relacionadas às interações pessoais. E se me permitem compartilhar uma reflexão,

ninguém poderia deixar de preocupar-se mais com suas relações e formas de persuadir ou convencer a outrem antes de dar-se conta de si mesmo.

A convergência de fatores em favor da necessidade de se aprender sobre a interdependência das partes em qualquer interação nunca foi tão grande na história mundial. Falo isso com total convicção. Relaciono essa primeira reflexão com o objetivo deste trabalho. Estou prestes a revelar seus detalhes⁴.

O primeiro passo foi dado ainda na adolescência quando abri meu primeiro negócio. De fato, comecei minha vida profissional muito cedo. Aliás, fui emancipado legalmente pelo meu saudoso pai, antes mesmo de completar os dezoito anos, para poder iniciar um negócio comercial. Iniciava-se, naquele momento, uma consciência da importância dos vários conceitos de interação, argumentação e discurso persuasivo que veremos aqui neste trabalho e tão presentes em nosso cotidiano.

E, sim, muito provavelmente, foi por influência de meu pai, um homem com notável habilidade em relações interpessoais, que recebi os primeiros estímulos para incursionar em processos interativos de negociação. Tratava-se de uma inspiração empírica, pelo exemplo, diferente de uma instrução acadêmica. É mister afirmar, no entanto, que sem essa experiência prática prematura e longínqua, o atual estágio de meu projeto e interesses, ou melhor, tudo isso aqui não seria possível, nem de longe. Nem mesmo minha carreira profissional seria a mesma sem esse primeiro encaminhamento. E então, com a prática sendo mestre de nossas atividades, veio o despertar para novos rumos.

Seguramente, minha vivência tácita de anos experimentados nos processos de negociação, nos mais diversos ambientes culturais, sociais, profissionais e familiares culminaram no meu real interesse de aprofundar os estudos acadêmicos. Foram quase uma centena de países visitados para negociar, atuando em nome de corporações multinacionais durante mais de vinte e cinco anos de atividades profissionais e executivas. Muitas dessas viagens de negócios foram usadas como inspiração e escolha do assunto deste trabalho. Encontros com pessoas de variadas origens e nações permitiram ampliar a vivência e o julgamento crítico dos conceitos aqui propostos e estudados.

⁴ Permitam-me dizer que, com este “*movement of flashback*”, já busco criar uma “*situation of dialogue*”, tomando aqui emprestados os conceitos de Lineide Mosca (cf. *Argumentation and self-deliberating: Speaking to oneself and speaking about oneself. From individual to the social* (2019).

Tomo por certo, além da vivência própria, um estudo que se justifica por si só, já que há milhares de anos se busca tanto o entendimento do comportamento humano nas relações, quanto o encontro de soluções para as partes, quando o recurso é escasso – aspecto intrínseco da negociação. As pessoas de todos os níveis econômicos, sociais e intelectuais demandam por entender como funciona o processo de negociação.

O próximo movimento seria reunir conhecimento acadêmico, iniciado pela graduação em administração de negócios e seguido por um Mestrado em Gestão de Negócios no exterior e revalidado pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ter agregado um pouco da teoria à prática, que, de certa forma, já formava um espírito empreendedor e crítico, acreditamos ter sido um importante diferencial para qualquer pessoa que decida buscar novas alternativas.

Minha curiosidade e sede de conhecimento de base eram tão evidentes que me mantinham em grande dedicação, particularmente no Mestrado. Imediatamente após minha volta ao Brasil acabei tornando-me professor de curso similar em uma das mais prestigiosas escolas de administração do país – a Fundação Getúlio Vargas. Novamente aqui o conhecimento empírico de atuação direta em negócios foi determinante para receber o convite de compartilhar toda a experiência.

Assim, iniciou-se em 2004 minha trajetória de ensino acadêmico nos cursos de pós-graduação, denominados no Brasil como MBA, relativamente distinto ao conceito entendido no exterior, porém próximo das necessidades de profissionais mais graduados em ambientes corporativos. Em 2013, iniciei minha incursão de estudos no campo específico da retórica e, em 2015, ingressei no curso de pós-graduação/USP.

Foi desse modo, envolto num cenário corporativo e no universo acadêmico, simultaneamente, que surgiu uma terceira necessidade e propósito. Percebi, ministrando aulas, uma certa carência de preparo fundamental de teorias mais profundas e balizadoras do conhecimento humano ligadas ao entendimento da argumentação e da influência, por parte dos alunos em geral, mesmo nas melhores escolas de administração. Aprofundei-me, então, em leituras nas áreas de filosofia, sociologia e me deparei, igualmente, com os ensinamentos do discurso persuasivo oriundos da retórica clássica de Aristóteles e sua importância nas relações e técnicas persuasivas. Daí, validando para a nova retórica contemporânea.

As leituras seguiram e, de repente, numa fase especialmente enriquecedora, tomei conhecimento do Grupo GERAR – Grupo de Estudos de Retórica e

Argumentação, reconhecido internacionalmente. Esse grupo é coordenado diligentemente pela professora livre-docente Lineide Salvador Mosca, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, área de Filologia e Língua Portuguesa da USP. A percepção clara da motivação e engajamento dos participantes desse grupo levou-me a considerar uma nova perspectiva para poder seguir adiante com meus estudos, voltados especificamente às teorias da argumentação e retórica.

Assim sendo, ingressei no primeiro curso, Discurso, Retórica e Argumentação, em 2013, ministrado pela própria Professora Lineide. Essa primeira participação só fez aumentar meu interesse e paixão pelos estudos da retórica e argumentação.

Nesse ínterim, participando ainda de atividades didáticas, lancei um livro, juntamente com colegas da Fundação Getúlio Vargas, intitulado *Negociação Internacional*. Paralelamente à minha carreira corporativa, iniciei um novo percurso na área acadêmica, começando um quarto estágio que considero realmente importante: os estudos do doutorado. Esse é um passo relevante que me desafia e me provoca, pois mostra uma fase cheia de valores por meio do envolvimento em pesquisas, o que dá aval a meu poder de análise crítica e de síntese.

Agora, ao chegar à atividade conclusiva e plena dessa fase, a qual, além do direcionamento inestimável recebido até então de minha orientadora, é uma satisfação e honra poder apresentar os resultados e submeter à apreciação de pesquisadores preparados e distintos em suas respectivas áreas de atuação acadêmica. E, indubitavelmente, é também uma alegria compartilhar meu escrito com o público e leitor interessado.

O meu desejo sincero é ainda que as reflexões aqui encontradas neste trabalho possam, de alguma forma, servir minimamente como estímulo para futuras pesquisas e criação de novos conhecimentos.

As partes deste trabalho

O presente texto se caracteriza como pesquisa em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Em vista da natureza multidisciplinar deste trabalho, justificada e corroborada pela própria característica heterogênea da nossa formação acadêmica, objetivou-se a

construção desta pesquisa sobre três linhas disciplinares: A primeira delas diz respeito às considerações teóricas relacionadas à Retórica clássica, Nova Retórica e argumentação. Em seguida, encontra-se o que chamamos de “Fundamentos da Negociação”, representando reflexões e aportes para disponibilizar, de forma sucinta aos leitores, os conceitos fundamentais do processo de negociação, especialmente para o entendimento da interdependência das relações e da exploração eficiente dos desafios associados à sua execução e, ainda, ao aproveitamento adequado e adaptado das circunstâncias do contexto envolvido. Apresentamos também o desenvolvimento de uma teoria generalizada e complementar, com o intuito de traçar um parâmetro tênue entre os conceitos já conhecidos e trazer uma nova reflexão conceitual do processo de negociação, combinado com as teorias da argumentação, Retórica clássica e Nova Retórica. E, finalmente, apresentamos uma perspectiva multidisciplinar revisitando outras áreas do conhecimento, visando encontrar similaridades, explicações, contradições e suportes às análises, como, por exemplo, fundamentos da sociologia, psicologia, e filosofia, retratadas por estudiosos como Weber, Habermas, Bauman, Küng, Eliade, Bourdieu, entre outros.

Com o objetivo de realizar tal exigência, o material foi constituído em três partes:

A PARTE I, contendo a Introdução e apresentação da tese, as reais motivações que nos levaram a iniciar este trabalho, os objetivos, o tema e as justificativas, hipóteses, *corpus*, pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e ideia geral da estrutura da tese.

A PARTE II é o desenvolvimento da tese, composta pelos capítulos.

O CAPÍTULO 1 discorre sobre os mecanismos de argumentação e respectivas relações com os modos de argumentar em negociações, considerando os auditórios particular e universal, utilizando-nos de nomenclaturas e conceitos da Teoria da Retórica e Argumentação.

O CAPÍTULO 2 trata das emoções nas negociações, envolvendo as influências exercidas pelos apelos às emoções e sentimentos, como forma de convencimento e adesão, nos discursos do protagonista Pontífice Francisco.

O CAPÍTULO 3 desenvolve uma possível teoria generalizada, com o intuito de agregar conhecimento complementar nas modernas teorias de negociação.

O CAPÍTULO 4 busca relacionar os formatos de argumentação, convencimento e influência do Papa por meio de concepções acerca da corporalidade e alma e suas

respectivas eficácias na consecução da adesão e dos acordos. Fechamos a parte II com as *Considerações Finais*.

A PARTE III é destinada às referências bibliográficas e à alocação dos ANEXOS⁵ que compõem a maioria do *corpus* para consulta e que servem de material para as análises.

Assim, esta pesquisa propõe o desafio de esboçar o perfil argumentador, facilitador e negociador de interlocutores, com base numa visão ampliada e interdisciplinar, especialmente analisada nos discursos do Papa Francisco. Contém reflexões desde os tradicionais estudiosos do tema, como também é ampliada por uma base de conhecimento empírico, tácito e de algibeira do próprio autor, aproveitada de uma vivência de vários anos atuando na área do tema proposto.

⁵ Os ANEXOS não estão alocados em ordem cronológica.

OBJETIVOS

Este trabalho visa investigar como são produzidos os diferentes mecanismos de argumentação, convencimento e persuasão presentes nos discursos do Papa Francisco. Visa ainda demonstrar modos de relacionamento das partes no processo de negociação, mediação e gestão de conflitos em tomadas de decisão. Especial atenção é voltada para a legitimação de situações que favoreçam ou pretendam manter e aumentar as interações futuras. Visa, ainda, tratar das paixões envolvidas nos discursos proferidos em distintos contextos sociais, ao considerar que sentimentos também estão envolvidos em processos de negociações.

Ao interessar-nos pelo já conhecido pensamento universal sobre argumentação e persuasão do Mestre Aristóteles, que nos ensina que é pelo discurso que persuadimos, objetiva-se seguir os seguintes aspectos específicos:

1. Revisar o estado da arte da negociação e relacionamento entre as partes (orador/auditório)⁶, identificando modos de argumentar/persuadir escolhidos pelo orador Papa Francisco;
2. Propor, com base na evolução histórica da pesquisa de negociação, uma possível generalidade teórica, complementar aos contemporâneos estudos de negociação. A proposta teórica poderá servir de base para outros estudos com foco na interação discursiva, observando, nela, as chamadas negociações baseadas em elementos definidores e com a “alma”, presentes nos mais variados contextos;
3. Desenvolver uma estrutura conceitual de investigação analítica dos processos de negociações, embasada nas teorias eleitas: Retórica clássica, Nova Retórica e fundamentos contemporâneos da negociação, consideradas cada qual de forma isolada ou em correlação para, assim, comprovar ou demonstrar a possibilidade/impossibilidade das hipóteses lançadas, adiante descritas.

⁶ Usaremos, neste trabalho, a variação das nomenclaturas *orador*, *interlocutor* e *ator* como um significado único, descrevendo aquele que se expressa e participa nas interações, em qualquer dos formatos de discurso, seja ele oral ou impresso, muito comum nas incursões do tema central de nossa pesquisa. Cabe a ressalva em vista do caráter multidisciplinar de nossa pesquisa, apesar da ciência das diferenciações, normalmente usadas para orador, no discurso oral e enunciador, para o escrito. Igualmente, às vezes, aparecerá *interlocutor*, descrevendo o mesmo sentido, para descrever conceitos de plateia ou auditório, com vistas a descrever as partes envolvidas, em função das mesmas incursões interdisciplinares.

O TEMA E SUA JUSTIFICATIVA

Considerando o tema deste trabalho, pretendemos abordar a negociação como produto de uma equação prévia obtida da percepção das partes, que envolve sentimentos e expressões de corporalidade – transformando tal processo numa premissa decisiva de facilitação ou de resistência para a busca de um acordo.

A importância de recuperar estratégias argumentativo-persuasivas em discursos do Papa Francisco, escolhidos como *corpus* para análise, está centrada, em primeiro lugar, na aceitação propagada de que toda atividade discursiva apresenta certo grau de argumentatividade, maior ou menor, invariavelmente com um propósito e o envolvimento de mais de um indivíduo. Justifica-se, assim, querer conhecer como o Papa Francisco atua nesse processo argumentativo, que, neste trabalho, engloba como esse orador faz para argumentar-negociar e, ainda, quais os efeitos que podem ser depreendidos de seus discursos. Nessa linha de raciocínio, torna-se oportuno e interessante a inclusão dos termos *espírito* e *alma*, além do *corpo*, como justificativas para estudar também as paixões neste trabalho.

Justifica-se, complementarmente, o tema escolhido ao considerar a revitalização da Retórica clássica, da Nova Retórica e das teorias contemporâneas da negociação. Ainda mais, é crescente a necessidade constante de avaliação das influências das emoções despertadas e dos sentimentos instituídos.

Aceita-se unanimemente que a razão de ser da argumentação é alcançar consenso sobre divergências em determinado ponto de vista; confirmar e reforçar crenças e valores radicados em um indivíduo ou em um grupo específico; para, enfim, por meio de discurso dado como eficaz, obter a adesão do auditório: convencer ou persuadir o outro para os propósitos que se tem em mente.

No processo de negociação, há que buscar a identificação e a essência de recursos escassos envolvidos. Observado o lado prático do tema negociação como algo totalmente presente em nosso cotidiano, surge a necessidade de compreender como se dá o processo interativo negocial nas formas mais variadas de contexto e sentido. Além disso, ao considerar a esfera comumente relacionada da questão com os universos discursivos, que abrangem o religioso, o político e o corporativo, a justificativa já se torna pertinente e relevante.

HIPÓTESES

1ª.) Nossa primeira hipótese e a mais abrangente é a de que, em uma interação relacionada à negociação, a eficácia dos resultados está diretamente relacionada à visão de um processo sistêmico. Objetivamente, trata-se da habilidade potencial de identificação e movimentação entre os elementos envolvidos no processo, dando ênfase ao componente mais relevante, ou seja, a circunstância definidora. Vale ressaltar que, dentre os elementos considerados primordiais, destacamos o *objeto* (com definição tomada em negociações), *emoções (paixões)*, *razão e comportamentos* e contextos. Denominaremos essa hipótese de *Princípio de Governança* ou *Racionalidade*. Levando em conta o tema de nossa pesquisa e as teorias relacionadas, criamos o acrônimo *AMEN – Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*.

Quando usamos adequadamente tal princípio, fica evidente uma imagem mais profícua para a relação interativa. É o impacto que se causa inicialmente. Este é tão preponderante como mensagem quanto o conhecimento de um *éthos* prévio⁷ dos interlocutores envolvidos. É produtivo considerar a definição do *éthos* como um *modo de presença* do interlocutor.

O impacto a que nos referimos pode ser traduzido por ações, atitudes ou condições construídas, que visam a realização das interações centradas na obtenção de um resultado – o chamado *acordo prévio dos espíritos*, utilizando-nos da teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado da Argumentação* (2005 [orig. 1958]). Esse acordo está relacionado à característica de uma determinada proposição prática e busca o assentimento das partes envolvidas. Para os autores do *Tratado*, o *acordo prévio* no contrato de comunicação se traduz em reconhecimento recíproco da situação dos parceiros no ato comunicativo.

2ª.) Como segunda hipótese, defendemos que qualquer discurso relacionado ao processo de negociação, após passar pelo crivo do acordo prévio, deve buscar incessantemente a identificação imediata do objeto da negociação e do contexto envolvido. Denominaremos essa hipótese como *Princípio da Adaptabilidade*. Aqui, considera-se que a prevalência requer o conhecimento dos interesses adjacentes dos

⁷ Trataremos sucintamente, nos *Pressupostos Teóricos*, sobre o *éthos* e o *éthos* prévio.

interlocutores para uma correta convergência. Com esse *Princípio*, a questão central da negociação pode ser substituída, maximizada ou redimensionada.

Como os auditórios podem ser diferentes (universal ou particular), os argumentos e suas premissas igualmente devem ser encontrados e analisados diferentemente. Em outras palavras, ante o improvável e o imprevisível, a atitude mais sensata em uma negociação é a criatividade com flexibilidade. Devemos reconhecer que normalmente concentramo-nos no que sabemos e aprendemos. Do mesmo modo, tendemos a ser naturalmente resistentes a enxergar oportunidades. Tendemos a considerar aspectos tangíveis e a menosprezar as variáveis adjacentes. Contextos distintos, às vezes não considerados, podem resultar em soluções não aprendidas ou previamente cogitadas. A percepção, nesse caso, é um diferencial para criar opções de ganhos mútuos.

3ª.) Como terceira hipótese, poderíamos afirmar que a eficácia do resultado de um processo de negociação é produto direto da consciência e percepção da relação intrínseca e interdependente existente entre as partes envolvidas. Naturalmente, em nossas relações, há uma tendência de sermos mais irracionais do que imaginamos e, repetidamente, insistimos muitas vezes em erros de forma inconsciente. Perceber, aceitar e interferir levando-se em conta tal interdependência de forma construtiva poderia permitir encontrar soluções mais efetivas em ambientes de disputas, mediações e trocas. Chamaremos essa hipótese de *Princípio da Interdependência*.

DO CORPUS

No que diz respeito ao *corpus*⁸ deste trabalho, tomam-se como objeto de estudo textos/discursos proferidos pelo Papa Francisco, especialmente aqueles divulgados por fontes oficiais do Vaticano, desde o início do pontificado, em 2013 até 2019, período de conclusão de nosso trabalho.

A escolha dos temas, mensagens e discursos foram elencados aleatoriamente, priorizando critérios qualitativos e representativos de seleção, conforme a relevância identificada em termos de atualidade e centralidade em relação ao enfoque principal de nosso tema – a negociação.

Consideraremos que esses discursos, além de incorporar legítima influência religiosa, atuação central do Papa Francisco, incursiona em outras áreas de interesse da humanidade. O *corpus* engloba, portanto, trechos de discursos do líder global Papa Francisco no envolvimento em questões comerciais e corporativas, temas ecológicos e ambientais do mundo, aproximação de nações e mediação de conflitos internacionais.

A principal fonte e coleta de informações foi feita por meio do site oficial do Vaticano e da Santa Sé, <http://w2.vatican.va/content/vatican/pt.html> e <https://www.vaticannews.va/pt.html>.

Os textos são publicados no idioma em que foram redigidos ou traduzidos oficialmente pela Secretaria de Estado (entre os quais o alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, latim e português).

O conteúdo com tradução fidedigna pelo próprio grupo de trabalho do Vaticano oferece credibilidade, seriedade e acuidade nos dados e informações. Evita-se, portanto, preocupações com traduções mal elaboradas e permite contar um melhor nível de informações, diretamente da fonte de origem de dados da personagem protagonista do corpus. O Boletim da Sala de Imprensa da Santa Sé publica notícias oficiais sobre a atividade do Santo Padre e dos diversos Departamentos da Santa Sé. A gestão dos discursos, mensagens e documentos em geral é feita de acordo com altos padrões de segurança e no respeito dos direitos, das liberdades fundamentais e

⁸ Esclarecemos que os textos trazidos como anexos foram mantidos no português de Portugal e não foram revisados conforme a Nova Ortografia.

da dignidade das pessoas físicas, com referência especial à descrição e à veracidade dos fatos.

É uma vantagem competitiva e um diferencial relevante poder contar com um farto material de qualidade e seriedade à disposição, refletindo na qualidade de análise e de apresentação desta pesquisa.

Com as reflexões interdisciplinares pretende-se discutir o tema negociação e sua relação com o processo retórico-argumentativo, influências e fatores que podem ser determinantes, independentemente da importância dos interlocutores (orador e auditório), assim como a força positiva ou negativa das emoções nesse contexto.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No que se refere aos pressupostos, nomenclaturas e definições, importa trazer, em especial, os conceitos que mais se correlacionam e embasam os propósitos teóricos deste trabalho. Outros, não tão primordiais, poderemos citar ao longo das análises.

Retórica clássica e a Nova Retórica

Em pleno século XXI, muito se tem pesquisado, refletido e escrito sobre Retórica, já que a importância de falar bem em público, oralmente, por meio impresso ou outros meios, permanece indiscutivelmente atual. A menção feita por Charaudeau e Maingueneau no *Dicionário de Análise do Discurso* (2004, p. 433) esclarece que:

A retórica é a ciência teórica e aplicada do exercício público da fala, proferida diante de um auditório dubitativo, na presença de um contraditor. Por meio de seu discurso, o orador se esforça para impor suas representações, suas formulações e para orientar uma ação.

Podemos acrescentar que o pensamento desses autores está relacionado ao processo de negociação, tema que abordaremos neste trabalho.

Mais adiante, no mesmo dicionário, encontramos ainda os esclarecimentos desses autores:

[A retórica argumentativa] parte de uma competência natural, a competência discursiva, e a trabalha orientando-a para as práticas languageiras sociais. Ela combina capacidades enunciativas e interacionais (colocar em dúvida, opor-se, construir uma posição autônoma) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 435).

Trazemos a definição de Aristóteles, considerada já de domínio público, que enfatiza a Retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão. Tomemos em consideração as palavras de Lineide Mosca (2004, p. 20): “O ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à Retórica, reside em considerá-la do domínio dos **conhecimentos prováveis** e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos”. Ainda, essa autora

traz elucidações envolvendo a realidade comunicativa da Retórica clássica na atualidade:

A Retórica retorna vigorosa, portanto, não só nas suas três primeiras partes (*inventio, dispositio e elocutio*), desenvolvidas pela via lógica e pela análise linguístico-estilística, mas também na *memoria* e na *actio*, enquanto forma de apresentar as palavras, de gesticular (a Kinésica), de fazer a interação com o espaço (a Proxêmica). (LINEIDE MOSCA, 2004, p. 30).

Alguns dos estudiosos da retórica e da argumentação, notadamente Michel Meyer, consideram Chaïm Perelman o criador da retórica moderna ou, mais especificamente, da Neorretórica. De fato, o conteúdo do *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, preparado em parceria com a assistente de Chaïm Perelman, a autora Lucie Olbrechts-Tyteca, ultrapassa os limites da retórica clássica. O *Tratado* apresenta preceitos dos meios discursivos de obter consentimento a teses propostas por um orador a um auditório: o universal ou, em especial, o particular, valioso para esses autores.

Na Nova Retórica, esse conceito está mais bem alargado: abarca o ato de comunicar, considerado como arte de argumentar, de persuadir, de levar o outro a aderir a teses propostas, de levar, enfim, o outro à ação. Tomemos a definição primordial de retórica – arte de persuadir – para o que se consideram meios que “são de ordem racional alguns, de ordem afetiva outros. Ou melhor dizendo: uns mais racionais, outros mais afetivos, pois em retórica razão e sentimentos são inseparáveis” (REBOUL, 2004, p. 27).

A Nova Retórica não aceita a primazia da razão, mas tampouco a anula: aceita o binômio razão *versus* emoção em negociações como afrontamento, tomadas como conflituais, ou como entendimento e confirmação, as de caráter cooperativo. Assim, a Nova Retórica afasta-se ligeiramente da Retórica clássica; esta entronizava a razão, com suas estruturas matemáticas advindas dos entimemas, aceitando, com tais estruturas, as evidências claras de uma “verdade” racional; aquela rompe com as estruturas da razão cartesiana e revela-se com o plausível, com dados e fatos da realidade.⁹

⁹ Mais adiante, nas análises, traremos contribuições de autores acerca dos termos *racionalidade* e *razoabilidade*, envolvendo a Retórica e a área de negociações. Esses são preceitos que irão perpassar os capítulos deste trabalho.

Vejamos as palavras de Perelman (2004, p. 70): “A retórica, em nosso sentido da palavra, difere da lógica pelo fato de se ocupar não com a verdade abstrata, categórica ou hipotética, mas com a adesão”. A meta da retórica é produzir ou aumentar a adesão de um determinado auditório a certas teses e seu ponto inicial será a adesão desse auditório a outras teses. Ainda, para a retórica, se o dizer é um fazer, ele o é na medida em que agir sobre o auditório leva-o a adotar teses capazes de moldar comportamentos. O orador influencia as opiniões que, no momento oportuno, irão se traduzir em atos, e é por isso que ele deve produzir em seu discurso uma imagem adequada de sua pessoa, seu *éthos*, seu modo de presença.

Argumentação

Ao falar, ao discursar, ao escrever, ao enunciar, enfim, temos usualmente razão e finalidade para tanto. Essa ação implicará, invariavelmente, em um efeito argumentativo. Assim sendo, vale ressaltar as exatas palavras de Perelman (2004, p. 304):

Toda argumentação visa, de fato, a uma mudança na cabeça dos ouvintes, trate-se de modificar as próprias teses às quais aderem ou simplesmente a intensidade dessa adesão, medida pelas consequências posteriores que ela tende a produzir na ação.

Há que observar que a argumentação faz parte da Retórica. Após longo período de ostracismo desdenhoso, volta a retórica gradativamente a ser revalorizada em todos os discursos, nos mais variados idiomas. Revitalizada a Retórica, segue-a o conceito da argumentação, ferramenta imprescindível daquela, com presença obrigatória em todos os textos/discursos, constituindo-se na prática, dentro da teoria do texto persuasivo, como a retórica de nossos dias.

Breton (2003, p. 19) diz que “devemos a Perelman uma verdadeira renovação do interesse pela argumentação”. Deparamo-nos com a pergunta instigante e a resposta esclarecedora desse autor: “Desde quando o homem pratica a argumentação? Seríamos tentados a dizer que ele o faz desde o momento em que se comunica” (BRETON, 2003, p. 23).

Ainda com as palavras desse autor:

Argumentar é mais do que simplesmente conceber um argumento. É também, mais globalmente, comunicar, dirigir-se ao outro, propor-lhe boas razões para ser convencido a partilhar de uma opinião (BRETON, 2003, p. 64).

Considera-se que existem, a todo o momento e em todo lugar, perguntas, conflitos, questões, enfim, pontos de vista que as partes envolvidas (oradores/argumentadores) precisam contrapor e discutir para, mediante acordo prévio, chegar a uma “verdade”, à de aceitação mais plausível. Argumentar, de forma racional e ideal, significa então interagir com o outro não de forma coercitiva, superá-lo convincente e eticamente por meio de mecanismos argumentativos em uma relação comunicativa de aceitação mútua.

Alargando o entendimento do acordo prévio como a disposição prévia dos argumentadores para “sentarem-se à mesa” e discutirem determinado ponto de vista, vale apresentar a ideia de Perelman (2004, p. 112):

Com efeito, toda argumentação tem início no que chamamos de *objetos de acordo*, fatos, verdades, presunções, valores, hierarquias de valores, lugares-comuns, no sentido antigo do termo. Mas esses objetos de acordo se expressam por noções que, por sua vez, constituem um dado que se deve utilizar da melhor forma possível.

Supre-nos Michel Meyer (1993, p. 101), ao tratar do tópico *A dimensão argumentativa da linguagem*, o complemento e apoio teórico: “A argumentatividade começa quando fornecemos uma razão de dizer ou de fazer”.

Assim, a importância da argumentação centra-se em a tomarmos por atividade que transforma o mundo por meio de consensos de pontos de vista entre partes divergentes, já que argumentar é pôr uma questão ao “outro”, esperando o assentimento desse outro à questão proposta, aqui concernente às ideias dos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca. Aqui, adentramos, especial e inevitavelmente, nos conceitos do *Tratado* (2005), que, conforme já afirmado, é referência obrigatória e constante neste trabalho.

Vale ratificar que, para Perelman, em *Retóricas* (2004, p. 71), “uma vez que visa à adesão, a argumentação retórica depende essencialmente do auditório a que

se dirige, pois o que será aceito por um auditório não o será por outro”. Assim, podemos afirmar que é com o auditório particular que se obtém eficácia discursiva.

De fato, não há diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, uma compreensão referente tanto aos fatos quanto aos valores. Aqui situamos o contexto de negociação, que, conforme dissemos, é assunto a ser tratado neste trabalho.

Nesse sentido, consideramos as palavras de Ruth Amossy (2005), que trata da relação influenciadora entre o orador, com seu *éthos*, e seu auditório (um eu e um outro, em interação).

Meios e elementos do discurso

É clássico o entendimento aristotélico de que a retórica é a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Para tanto, Aristóteles estruturou os meios discursivos capazes de influenciar e persuadir o auditório: *éthos*, *páthos* e *lógos*. Nos nossos tempos, essa trilogia envolve, respectivamente, o orador, auditório e discurso. Para o professor francês Dominique Maingueneau (2005, p. 72): O *éthos* “implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global”.

No que se refere ao conceito do *éthos* prévio ou pré-discursivo, temos que:

O *ethos* discursivo mantém relação estreita com a *imagem prévia* que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem. A representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno – às vezes denominada **ethos prévio** ou **pré-discursivo** – está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou atenuá-la” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 221).

Retornando aos pensamentos de Aristóteles sobre a finalidade de persuadir, para o Mestre estagirita a persuasão pode ser obtida por meio do discurso, da articulação e do equilíbrio dos três elementos, a saber, o *éthos*, o *páthos* e o *lógos*.

Para o momento, estas são as palavras de Lineide Mosca, retiradas da obra (2004, p. 22): “O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através

do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a razão a ser desencadeada nos que ouvem (*pathos*)”.

Mesmo que de amplo conhecimento, detalhemos sucintamente os três elementos. As provas persuasivas centradas no *éthos* residem no caráter moral, isto é, na imagem de credibilidade deixada pelo orador no discurso. Plebe (1978, p. 42) esclarece que:

Para Aristóteles esta credibilidade emocional é obtida sobretudo com base em três elementos, todos estranhos à argumentação apodítica [...]. São eles: sabedoria [*phrónesis*], virtude [*areté*] e benevolência [*eunóia*]. Estes três elementos constituem o “caráter” do orador, o seu *ethos*.

Para Lineide Mosca (2007a, p. 12), “as características dos *ethe* [...] eram vistas como essenciais a *phrónesis* (a prudência), a *areté* (a integridade), a *eunóia* (a agradabilidade) para que se garantisse a eficiência do ato de persuasão.

O caráter moral permite ao orador parecer digno de fé. Especialmente, é primordial que o orador *pareça* credível e o auditório seja considerado na produção discursiva.

Buscamos, ainda, as palavras desse autor:

Isto é, para a credibilidade do orador não é suficiente uma retórica demonstrativa, mas é necessária também uma retórica emocional, que vise a tornar digno de fé o orador não só por sua atitude, como por seus argumentos (PLEBE, 1978, p. 42).

As provas do *páthos* advêm do modo como se dispõe a plateia (auditório) à recepção do discurso produzido pelo orador. Pela imagem que o orador tem do auditório a que visa, determinadas disposições podem ser causadas no espírito da plateia selecionada. As provas do *lógos*, evidenciadas pelo raciocínio, podem persuadir pelo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar. Considera-se, nesse caso, o plausível, a “verdade” depreendida por meio do discurso produzido, seja oral ou escrito.

Na retórica clássica, a figura do orador era a de um indivíduo que discursava oralmente para um público presente. A construção eficaz de seu discurso era desenvolvida, retomando concepções ciceronianas, considerando elementos para *probare*, provar, *conciliare* (*delectare*), deleitar, *fidem facere*, estabelecer a fé e

movere, mover os ânimos de seu auditório, tudo para obter a adesão do auditório à proposição de sua tese.

Na Apresentação de *A Retórica*, de Meyer, Lineide Mosca detalha e aviva as partes que compõem a elaboração de uma produção textual bem estruturada para, assim, bem argumentar: a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *actio*, a *memoria*. As partes *elocutio* e *actio* têm peculiar importância nos discursos orais. Informa a autora:

A inventio, que é dada pelo repertório temático em que se há de buscar as provas e o material, necessários à consecução dos propósitos do produtor; a *dispositio*, que empreende o arranjo e a hierarquização desse material; a *elocutio*, que resulta do manejo dos procedimentos e mecanismos de expressão; a *actio*, que envolve as circunstâncias em que se dá o ato comunicativo em questão, com sua cenografia (proxêmica), movimentação em cena (cinésica), a gestualidade, os elementos suprasegmentais constituídos pela voz, pelo timbre, pelo ritmo, pelas pausas, entonação; e a *memoria*, introduzida nesse aparato retórico pelos romanos, como alvo de atenção e de cultivo, para um melhor cumprimento das finalidades do discurso (MOSCA, 2007a, p. 11-12).

É justo lembrar que coube a Aristóteles a classificação dos discursos da retórica. Lembremos que, por discurso, em seu sentido restrito, deve-se entender toda produção verbal dotada de início e final, escrita ou oral, que apresente certa unidade de sentido. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) formalizam esse pensamento quando observam que todo discurso, envolvendo argumentação e retórica, supõe um auditório.

Gêneros retóricos da era clássica

Na antiguidade, a trilogia de gêneros retóricos fundamentados por Aristóteles – o *iudiciale* (judicial), *deliberativum* (deliberativo ou político) e o *demonstrativum* (demonstrativo ou epidítico) – gozava de vital importância para o orador bem argumentar.

Lineide do Lago Salvador Mosca (2004, p. 32) nos esclarece que “embora esses gêneros sejam bem delineados, dentro da mesma argumentação podem ocorrer traços dos três tipos de discurso, numa relação de dominância e não de exclusão” [...].

Para destacar as especificidades desses gêneros, reproduzimos o quadro apresentado por Lineide Mosca. Explica a autora que “a finalidade é mostrar cada tipo de discurso, o tempo afetado, a categoria envolvida, o tipo de auditório, os critérios de avaliação e o argumento-tipo” (MOSCA, 2004, p. 32). Vamos a ele:

Gêneros	Finalidade	Tempo	Categoria	Auditório	Avaliação	Argumento-tipo
Judiciário	Acusar / Defender	Passado	Ética	Juiz / Jurados	Justo / Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Aconselhar/ Desaconselhar	Futuro	Epistêmica	Assembleia	Útil / Prejudicial	Exemplo (indutivo)
Epidítico	Elogiar / Censurar	Presente	Estética	Espectador	Belo / Feio	Amplificação

Continuamos com as palavras de Lineide Mosca, que, ainda na p. 32, nos apresenta “algumas versões atuais de aplicação dos três tipos de discursos tratados pela velha retórica”. Em seguida, a autora esclarece, na mesma obra (2004, p. 33), que o discurso judiciário é utilizado nos tribunais, nos sermões e em manifestos, cartas abertas e notas oficiais. Considerando os propósitos deste trabalho, tomamos a conceituação da aplicação do discurso judiciário *dos sermões*: “utilizado por chefes religiosos, acusando ou defendendo comportamentos ou atitudes de afiliados ou não à determinada crença religiosa” (MOSCA, 2004, p. 33).

Vale, por fim, trazer o detalhamento dos gêneros deliberativo e epidítico que a citada autora nos apresenta:

O discurso deliberativo:

[...] Discursos políticos em geral, propondo ou desaconselhando a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e outras congêneres.
 [...] Pronunciamentos aconselhando ou desaconselhando medidas de posições controvertidas, tais como adoção de um novo sistema de governo diante de um plebiscito, por exemplo; questões embaraçosas como a instituição da eutanásia, a legalização do aborto ou do comércio de drogas.

O discurso epidítico:

Discursos comemorativos, em ocasiões solenes, geralmente de caráter emotivo, tais como despedidas, entrega de condecorações, cerimônias de formatura ou colação de grau, encerramentos de eventos, tomadas de posse para cargos e outras situações semelhantes (MOSCA, 2004, p. 33).

Conforme destaca Lineide Mosca (2014, p. 32), “ao cumprir uma função social e cívica, [o discurso epidítico] liga-se também a questões de ética pública”. Assim, pode constituir-se de elementos vitais, extraídos da realidade social, para persuadir, já que, como tal, afirma e reafirma valores, especialmente de um auditório particular, produzindo efeitos argumentativos de modo indireto, aumentando, *ipso facto*, a intensidade de adesão aos valores mútuos propagados pelo orador e partilhados pelo auditório.

Para Aristóteles (2006, p. 38), os discursos epidíticos, portanto, “louvam ou censuram algo, visando mostrar a virtude ou defeito de uma pessoa ou coisa”. Acrescentamos que para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 58), “o orador do discurso epidítico está muito próximo do educador”. Os tópicos que convêm à retórica epidítica relacionam-se a tudo o que tem a ver com a nobreza e a virtude. Preceito bastante considerado na Retórica clássica, nele ainda buscam inspiração os teóricos modernos, que proclamam conceito análogo de mais amplo entendimento.

No pensamento dos autores da Nova Retórica, os discursos epidíticos, comumente marcados pela figura de retórica denominada *amplificação*, eram compostos por um orador solitário que se contentava em fazer circular sua composição escrita e, sem aparecer em público, afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 53), “apresentava um discurso ao qual ninguém se opunha, sobre matérias que não pareciam duvidosas e das quais não se via nenhuma consequência prática”. Entendem esses autores que é determinante considerar esse gênero discursivo da retórica, visto que, “por reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta, [é] que o discurso epidítico é significativo e importante para a argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 55-56).

Por amplificação entendia-se, na Antiguidade, uma forma de argumentação pautada na elevação da nobreza de algo ou alguém ou, ainda, no destaque dos seus vícios. Vale dizer que a composição ocorre no discurso de caráter virtuoso ou vicioso

do sujeito por meio do elogio ou censura. De acordo com pensamentos de Cícero (Livro II, 2005, p. 145), a amplificação é adotada para instigar o auditório por meio do lugar-comum. Nesse contexto, aprendemos pelos autores clássicos que a amplificação é utilizada para despertar os ânimos do auditório e reforçar valores trazidos no discurso.

Segundo ainda os pensamentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 58 e 365), que coadunam com os dos clássicos, os discursos epidícticos têm por objetivo aumentar a intensidade e adesão dos valores comuns do auditório e do orador, já que o cerimonial, técnica de distinção, realça o brilho do orador, podendo, por sua vez, ser favorável à persuasão se os ouvintes o considerarem um ritual do qual também participam.

O gênero deliberativo, considerado de discurso do bem e do útil, pode se incluir nos auditórios particular e universal. Em relação ao útil, “os fatos particulares são mais importantes que os universais”, diz Aristóteles (2006, p. 205). O Mestre ensinava que o orador precisa mostrar que algo é mais ou menos importante e vantajoso e, ainda, que é possível de se obter. Esse pensamento está alinhado à categoria epistêmica, conforme quadro recém-exposto da autora Lineide Mosca. A obtenção vantajosa e possível está, portanto, projetada no tempo futuro. Eis as palavras de Aristóteles, na *Retórica* (2006, p. 38): “os discursos deliberativos ou são exortações ou dissuasões e visam mostrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada ação”.

Alexandre Júnior, na introdução a *Retórica*, de Aristóteles (2006, p. 39), discorre sobre os tópicos úteis a cada um dos temas envolvidos na retórica deliberativa. O autor trata dos tópicos éticos: definição de felicidade, como objetivo último de toda a ação humana; descrição dos fatores que para ela contribuem, nomeadamente o bom nascimento, muitas e boas amizades, bons filhos, idade avançada, virtudes físicas, reputação, honra e virtude; explicação de cada um desses tópicos e valorização do tópico do bom.

Em se tratando de deliberação, retomamos, inevitavelmente, o pensamento nevrálgico de Aristóteles de que a felicidade é o propósito-fim do ser humano. Para o mestre filósofo grego, é dela mesma, das ações que para ela tendem e daquelas que lhe são contrárias que versam todos os conselhos e dissuasões. Ações e valores estão relacionados intrinsecamente com cada grupo. No nosso trabalho, o grupo é formado por cristãos do mundo, com valores que se circunscrevem ao universo do catolicismo e, ainda, por indivíduos com outros valores.

Os âmbitos da argumentação: Auditórios particular e universal

Devemos, primeiramente, ressaltar a grande importância dos auditórios para a Nova Retórica, não somente no que se refere ao critério da qualidade argumentativa, como também no que diz respeito ao ponto de referência utilizado na classificação dos diversos tipos de argumentação, que passam, assim, a ser definidos em razão do auditório do qual visam obter a adesão.

É importante considerar a amplitude de tal noção, pois já estava presente na retórica antiga com a inclusão de todo tipo de composição possível, tanto qualitativamente, desde o público mais ignorante até o mais qualificado, quanto quantitativamente, desde o sujeito ele mesmo até a humanidade inteira. Isso fez com que Perelman e Olbrechts-Tyteca elaborassem uma retórica mais ampla, com valor filosófico, desempenhado pelo auditório universal. Neste ponto, podemos afirmar que o auditório universal está mais adequado à prática da política.

Considera-se que tais discursos abrangem valores e crenças reconhecidos e reforçados universalmente nos mais diversos níveis: econômico, socioculturais e, ainda, nas mais diversas esferas sociais. A argumentação baseada nesses discursos apelaria a valores consensuais e universais, facilitando, assim, o *contato dos espíritos* ou a *comunidades efetiva dos espíritos*, conforme pensamentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Esta visa persuadir uma comunidade com valores, de certa forma, similares a qualquer outra, servindo-se, contudo, em sua argumentação, daquilo que é razoável e aceito temporal e espacialmente. Ao contrário do filósofo, o político competente é aquele que obtém sucesso nessas condições com valores mais abrangentes e aceitos.

Considerando a base teórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), convencemos um auditório universal (todo ser racional) e persuadimos o particular. Assim consta na obra desses autores:

Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação.
[...] Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 30).

De fato, quem quer bem persuadir e bem aconselhar deve bem conhecer seu auditório e seus valores. Em um auditório particular, o aconselhamento ou “ensinamento” para a escolha do *útil* tende a ser mais eficaz, facilitando a persuasão. Ratifica-se que ao falar sobre o aconselhamento, estamos nos referindo a preceitos teóricos do gênero discursivo deliberativo.

Ao considerar o auditório particular com valores prévios estabelecidos na relação intersubjetiva, cria-se uma cenografia facilitadora para a persuasão, “pois a regra de ouro da retórica é levar em conta o auditório” (REBOUL, 2004, p. 142). Complementa o autor (2004, p. 142): “Orador, auditório: é impossível que um se dirija ao outro se não houver entre ambos um acordo prévio”.

Temos, nesse auditório particular, um ponto de encontro de um eu com um outro, de sujeitos que se constituem reciprocamente, configurando uma *adesão dos espíritos*, para usar os termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado* (2005). Vale acrescentar, contudo, que na mesma obra (2005), esses autores afirmam que toda argumentação que visa somente a um auditório particular oferece um inconveniente, o de que o orador, precisamente na medida em que se adapta ao modo de ver de seus ouvintes, arrisca-se a apoiar-se em teses que são estranhas, ou mesmo francamente opostas ao que admitem outras pessoas que não aquelas a que, naquele momento se dirige.

Trabalhamos com essa hipótese sem desconsiderar também a relevância de se conhecer previamente crenças e valores tidos como de aceitação universal. Para convencer, pode-se aconselhar também indivíduos pertencentes a um auditório universal, valendo-se, assim, de valores e crenças válidos a todo ser humano pensante. Desse modo, essa hipótese está centrada na importância de ambos auditórios: particular e universal.

Situação de Comunicação

Considera-se que o conceito de *situação de comunicação* de Charaudeau, atrelado a um contrato de comunicação, prende-se, *grosso modo*, ao do *auditório particular*, conforme preceitos teóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Isso porque, nessa situação, já se considerou o acordo prévio no contrato de comunicação, que se traduz em reconhecimento recíproco da situação dos parceiros no ato

comunicativo. Diz Charaudeau (2006, p. 67): “Por conseguinte, os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação”.

Ainda com os pressupostos de Charaudeau (2006, p. 68), fazem parte da situação de comunicação *dados externos* e *dados internos*. São quatro categorias que compõem os *dados externos*, a cada qual correspondendo um tipo de condição de enunciação de produção. São elas: *condição de identidade*; *condição de finalidade*; *condição de propósito* e *condição de dispositivo*. Detalhemos os *dados externos*.

Com relação à *identidade* dos parceiros engajados, o autor examina *traços identitários* dos parceiros, afirmando que todo ato de linguagem depende de indivíduos inscritos na troca comunicativa. Esses indivíduos se reconhecem no ato comunicativo. Sobre a *finalidade*: Todo ato de linguagem deve ser ordenado em função de um objetivo. Quanto a esse objetivo, assim complementa o autor: “Estamos aqui para dizer o quê”. Sobre o *propósito*, é condição que requer de todo ato de comunicação que se construa em torno de um domínio do saber específico em universos tematizados, recuperando a hipótese aristotélica do *tópos*, como explica o autor. Por fim, ressalta-se que o *dispositivo* é a condição que requer do ato de comunicação que se construa de uma maneira particular. Desse modo, o dispositivo constitui o quadro topológico da troca, que é mais ou menos declarado e organizado. Ainda com as palavras do autor, essa construção particularizada deve responder à pergunta: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?”.

No que se refere aos *dados internos*, são os que permitem responder à pergunta “Como dizer?”. Uma vez determinados os dados externos, é o momento de determinar como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca. No caso, as maneiras de falar, os papéis languageiros que devem assumir, as formas verbais que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais. No caso, tem relevância os discursos face a face.

Os *dados internos* repartem-se em três espaços de comportamentos languageiros: o de *locução*, *relação* e *tematização*. Citemos abstrações pontuais desses espaços, extraídas das p. 70-71 (Charaudeau, 2006). O espaço de *locução* é aquele no qual o indivíduo falante deve resolver sobre o problema da “tomada da palavra”. O de *relação*, o falante, que constrói sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), com quem estabelece relações de força ou de

aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor. Acreditamos que é especialmente nessa relação, com a construção da identidade do locutor (orador) e a inevitável busca da identidade do interlocutor (auditório), que os conceitos da situação de comunicação e do auditório particular se interpõem.

No espaço da *tematização* é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema (ou temas) da troca comunicativa, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições comunicacionais ou introduzidos pelos participantes da troca. Cumpre observar ainda que é por meio do espaço da *tematização* que há a pretensão primária de atingir um auditório particular, este que tem recepção mais facilitada pela produção dirigida do orador.

Contexto

Para apresentar este ponto teórico, vamos nos amparar nas abordagens teóricas da obra *Análise da Conversação: princípios e métodos*, de Catherine Kerbrat-Orecchioni (2006). No Cap. 3, intitulado “O Contexto”, consta um detalhamento, que se segue das p. 25-35. Dessas páginas é que iremos selecionar dados que consideramos relevantes para o *corpus* de nosso trabalho.

Quanto ao *papel do contexto*, pode-se considerá-lo em relação ao processo de *produção* ou de *interpretação*.

No que diz respeito à *produção*, o contexto determina o conjunto de escolhas discursivas que o falante deve efetuar: seleção dos temas e das formas de tratamento, nível de língua, atos de fala etc. Quanto à *interpretação* dos enunciados pelo receptor, o contexto desempenha, igualmente, um papel decisivo, em particular, para a identificação da significação implícita do discurso dirigido.

A autora cita que os ingredientes do contexto (ou situação comunicativa) compreendem os seguintes elementos:

- a. *O lugar ou quadro espaço-temporal*. O quadro especial pode ser considerado nos seus aspectos puramente físicos, isto é, são as características do lugar onde se desenvolve a interação (lugar aberto ou fechado, público ou privado). Ainda, pode ser tratado sob o ângulo de sua função social e institucional, exemplo: o tribunal de justiça não mais como edifício, mas como lugar da função judiciária.

O quadro temporal é igualmente determinante para o desenvolvimento da interação: o discurso deve ser apropriado ao lugar, mas também ao momento (não se cumprimenta o interlocutor no meio da conversação, não se exprimem votos de feliz ano novo em pleno período junino etc.).

- b. O *objetivo*. São os objetivos globais e mais pontuais da interação.
- c. Os *participantes*. O número de participantes e suas características individuais e suas relações mútuas.

Ressalta-se que utilizaremos, no *Capítulo 3*, noções sumárias de contexto mais apropriadas à teoria da *negociação*. Traremos as definições no citado capítulo.

Situação monologal: discurso de não réplica imediata

É importante considerar que, neste trabalho, algumas análises se referem a textos transcritos, isto é, foram discursos proferidos a uma audiência. Assim, como não há debates face a face com réplica imediata, há a caracterização de uma situação monologal, distinta da dialética, que é entendida como arte do diálogo em que se concebem parceiros debatedores presentes fisicamente em troca interativa oral, como acontecia na Retórica Antiga ou como persiste em nossos dias nos debates públicos, especialmente os políticos e jurídicos.

Como afirma Charaudeau (2008, p. 72), distinta da *situação dialogal*, a *monologal* (ou *monolocutiva*) se efetiva quando os parceiros não estão presentes fisicamente um diante do outro e, portanto, não há troca, isto é, não há debate imediato. Do discurso proferido oralmente ou, ainda, da produção à leitura e a uma possível troca (parecer da audiência sobre o conteúdo) existem espaços de tempos transcorridos.

Ressaltemos que, em termos retóricos, a produção impressa é especialmente formada pela *inventio* e a *dispositio*. Como já dissemos, a primeira contém tema específico, provas e material afins pré-elaborados pelo orador com determinado propósito. A segunda é o arranjo desse material, a forma como o orador estrutura seu discurso.

A situação monologal com canal de transmissão gráfico, como por exemplo o discurso transcrito com determinados arranjos textuais e sem a presença de parceiros

debatedores, comporta especificidades discursivas ímpares a observar. Nessa situação, a relação comunicativa mesmo em um auditório especializado, o *particular*, pode ser considerada assimétrica. Isso porque o orador tem a primazia de fazer, com fins argumentativos, escolhas discursivas prévias para transmitir a tal auditório específico. Ainda, esse auditório, envolvido no mesmo sistema identitário de crenças e valores, ainda que esperando tais escolhas, não tem como as refutar imediatamente, caso delas discorde. Se assim proceder, o orador manterá a primazia de publicar ou não tal refutação no mesmo ou outro canal de transmissão.

Negociação: breves conceitos

Com o intuito de analisar situações e momentos de negociação em nosso cotidiano, como por exemplo, antecipação de eventuais objeções, conhecer as emoções, os valores adjacentes ou fatores intangíveis que estão envolvidos e podem interferir nas nossas negociações cotidianas, apresentamos abaixo os conceitos essenciais para o entendimento e construção do tema *negociação*.

Primeiramente, faz-se necessário compreender a definição de negociação e a importância do contexto no processo de negociação relacionado à retórica.

O que é negociação? É possível encontrar várias definições de *Negociação*:

Definição	Autor
“Um processo de interação oportunista entre dois ou mais partidos, com algum conflito aparente, visando atingir algo melhor em conjunto que o que conseguiriam de forma isolada”.	Lax e Sebenius, 1986
“É o processo de tomada de decisões em conjunto. É a comunicação, direta ou tácita, entre indivíduos que tentam estabelecer um acordo para benefício mútuo”.	Young, 1991
“Uma negociação é uma série de procedimentos adotados para se chegar a um acordo, para concluir um negócio”.	Petit Robert, 1991
“É um processo de comunicação bilateral, com o objetivo de se chegar a um acordo, em que ambas as partes possuem alguns interesses em comum e outros díspares”.	Fisher & Ury, 1999
"Negociação é um conceito em contínua formação que está amplamente relacionado à satisfação de ambos os lados".	Scare e Martinelli, 2001
"Negociação é uma situação pelas quais outras pessoas querem fazer algo por você. Você não se sente obrigado a fazer, mas sabe que pode ser melhor para o relacionamento".	Michael Gibbs, 2010

Todas essas definições da negociação ressaltam alguns pontos em comum:

- É um processo, não uma única competência ou capacidade;
- Há uma interação entre pessoas, em que a lógica e os fatos são intervenientes fundamentais, mas não os únicos: emoções, atitude e características de personalidade são também relevantes;
- Há um envolvimento de duas ou mais partes que necessitam (ou pensam que necessitam) para atingir determinado resultado;
- Existem sempre alguns interesses comuns entre as partes, apesar das negociações começarem com posições diferentes;
- É considerado, por cada parte, a alternativa mais viável para a resolução de uma situação, preferível a outros mecanismos, como a coerção;
- Pressupõe-se a existência da possibilidade de cada parte persuadir a outra para alterar a sua posição inicial;
- Considera-se que cada lado está disposto a alcançar um compromisso, sendo que ambos desejam um resultado favorável;
- Tem, cada partido, algum grau de influência ou poder (real ou assumido) sobre a ação do outro.

Dessa maneira, é possível concluir que a negociação é um processo complexo do ponto de vista racional, emocional e comunicacional. Envolve necessidades que, para serem cumpridas, estão dependentes de ações de outras entidades. As partes envolvidas pressupõem que, para alcançar os seus objetivos, terão de estabelecer um compromisso.

A menção feita pelo *Dicionário de Análise do Discurso* (2004, p. 345) designa o termo, de modo geral, *um modo racional de resolução de conflitos*, implicando: (a) vários participantes (os “negociadores”), e (b) alguma coisa para negociar, que pode ser de natureza muito diversa.

Charaudeau e Maingueneau, no mesmo *Dicionário* (2004, p. 345) indicam que o termo *negociação* em análise do discurso e mais especificamente em *análise da conversação*, é empregado de modo mais ou menos extenso, designando ora um *processo* ora um tipo específico de *interação*: *Negociação comercial, diplomática e salarial* são, desse modo, exemplos de formas comunicativo-global. Outros exemplos,

como venda de uma mercadoria, resolução de conflitos entre Estados são identificadas como de um *objetivo externo e de caráter institucional*.

Entretanto, citamos outras formas de negociações mais amplamente encontradas em qualquer tipo de contexto e sobre os mais variados tipos de objetos – as chamadas *negociações conversacionais*. Essas últimas são identificadas pelos autores do *Dicionário*:

Mas fala-se também, mais amplamente, de negociações conversacionais para designar *qualquer processo interacional mais ou menos local, suscetível de aparecer, desde o instante em que a discordância surge entre os interactantes, concernindo esse ou aquele aspecto de funcionamento da interação, e tendo por finalidade suprimir esta discordância*. Essas negociações podem ser encontradas em todos os tipos de contextos e dizem respeito a todos os tipos de objetivos [...]. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 345).

Ética

A ética derivada do grego *éthos* implica no conjunto de valores, hábitos e costumes encontrados em uma determinada cultura ou comunidade e nos remete a refletir sobre como interagimos com o outro, ou seja, sobre a questão fundamental, que é estarmos cientes qual o limite da relação baseada em valores éticos, *grosso modo*, no dever para com o outro.

Em Aristóteles, a ética nos norteia a agir com prudência, sempre levando em conta o que é bom ou conveniente para nós e para o outro. Tal exercício ético resulta em um expressivo resultado positivo na prática do processo de negociação por meio do reconhecimento do que chamamos de legitimidade de causa, tanto para si como para o outro. Essa equação de legitimidade facilita e converte o processo de negociação numa espécie de acordo perene.

Pode-se entender por *ética* “o conjunto de padrões sociais amplamente adotados para descrever o que é certo ou errado em uma situação específica ou processo implementado para definir esses padrões” (LEWICKI; SAUNDERS; BARRY, 2014, p. 184).

O indivíduo na sociedade informacional e a negociação do futuro

A economia global se caracteriza hoje pelo fluxo e pela troca quase instantânea de informação, capital e comunicação cultural.

As novas tecnologias da informação integram o mundo em redes globais de facilitação de atividades, gerando uma base substancial de comunidades virtuais, de forma incontestável. Porém, perguntamos: Se consideramos o frenético movimento de instrumentação provocado pela tecnologia, não estaríamos fadados a ter uma ruptura drástica das interações humanas em detrimento da produtividade dos sistemas rápidos? Esse dilema tem sido objeto de análise por vários estudiosos, ultimamente. Alain Touraine (2011, p. 33), expoente sociólogo da França e do mundo, conclui um dos capítulos de seu livro com a seguinte reflexão:

Eis que chegamos ao coração do projeto deste livro: compreender como atores e sistema sempre mais se separam e como a experiência humana é ao mesmo tempo submetida à necessidade econômica e capaz de destruí-la [...].

O dilema também diz respeito à arte da negociação. A relação intrínseca existente entre as novas tendências da era digital e a comunicação, e, por conseguinte, esta última como variável fundamental do processo de negociação, emprestam motivos suficientes para agregar um apêndice de análise sobre o assunto em nossa pesquisa.

Na tentativa de melhor entendimento sobre esse novo ambiente virtual e os reflexos na dinâmica econômica, social, política e global, recorremos a um dos mais renomados cientistas sociais da atualidade, Manuel Castells.

Castells (2018), publica, em 1996, *A Sociedade em Rede*, uma obra significativa, de que tivemos a oportunidade de adquirir um exemplar já em sua 19ª edição, denotando sua relevância na área. De imediato, logo no *prefácio* da obra, nos deparamos com o mesmo dilema anteriormente mencionado. Vejamos:

A sensação de desorientação é exacerbada por mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica nesse campo. A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação, organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio, introduziu uma

multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural fundamental à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial da nossa realidade.

De que maneira as constatações expostas podem afetar o atual modelo de negociar? Entendamos, primeiramente, o início e o desenvolvimento das redes virtuais.

As redes sociais

As redes sociais que integram a humanidade e como toda interação, influenciam e são influenciadas pela arte da negociação, tema de nosso trabalho.

Paul Baran (1964), em meio à Guerra Fria, apresentou um estudo sobre os fundamentos da nossa atual internet. Em seu artigo, mostra os tipos e a eficácia das redes.

A rede de comunicação *complexa e distribuída* – *rede descentralizada* onde todos os pontos estão conectados com todos os pontos. Os outros formatos, a *centralizada e descentralizada*, remetem ao sistema de *comando e controle*, calcadas no *paradigma da escassez*. Uma alusão aos sistemas de governo da monarquia e do presidencialismo, respectivamente, pelo seu formato de centralização e distribuição de informações. Quando a percepção está calcada em uma rede distribuída, as possibilidades aumentam exponencialmente na medida em que o número de conexões são extremamente maiores. Os processos em busca dos objetivos deixam de pertencer unicamente a uma unidade superior e passam a fazer parte da rede, por meio de propósitos e habilidades daqueles que estão conectados ao processo. É o princípio básico hoje dos influenciadores digitais. A força ou o poder ressurgem em qualquer área por meio da colaboração, criatividade, horizontalidade, sustentabilidade e outros. Trata-se de um mundo completamente conectado.

Castells (2018) complementa seu raciocínio com uma reflexão provocativa sobre as relações e a sociedade. Buscando fundamentar melhor o correto entendimento dessa hipótese, vale a pena recobrar suas palavras, de forma mais direta, quando o autor afirma que: “A lógica local da sociedade civil estava alcançando a lógica global dos negócios internacionais e contradizendo-a” (CASTELLS, 2018, p. 508).

Por quê? Basicamente, porque ainda que a lógica de redes se intensifica cada vez mais, “[...] as pessoas ainda vivem em lugares. Mas, como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, [...] A experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o significado é cada vez mais separado do conhecimento. Segue-se uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. [...] A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais, políticas e físicas entre essas duas formas de espaço, poderemos estar rumando para a vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social. (CASTELLS, 2018, p. 508).

Rede Colaborativa e Solidária

Enquanto *categoria estratégica* ela é elemento central da chamada *revolução das redes*, na qual ações de caráter *econômico, político e cultural* se realimentam na promoção das liberdades públicas e privadas, subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo e de formações de poder autoritárias (racismo, machismo, etc.), avançando para a construção de uma globalização solidária em favor do bem-viver de todos.

Entre as principais *características* de realização de redes colaborativas solidárias estão: adesão livre; democracia com ênfase na autogestão; colaboração solidária entre os atores, enraizada na ética e no direito; expansão às liberdades públicas e privadas, considerando as quatro dimensões de sua realização; e a promoção do bem-viver de todos. As *condições de realização das liberdades* sobre as quais as redes colaborativas solidárias devem direcionar sua atenção conforme essa abordagem referem-se às condições: [1] *materiais*, tanto ecológicas quanto econômicas; [2] *políticas*, tanto pessoal (micropolítica) quanto pública (macropolítica); [3] *educativo-informativas*, tanto no que se refere ao acesso à informação relevante quanto à diversidade cultural interpretativa; [4] *éticas*, relacionadas a promover as liberdades pública e privada mediante o asseguramento a cada pessoa das condições materiais, políticas, educativo-informativas e éticas requeridas para a livre realização de seu bem-viver.

A *gestão* de uma rede colaborativa solidária implica em uma atitude democrática, ou pelo menos, na maioria do tempo, deveria assim ensejar, pois a participação dos seus membros é inteiramente livre, respeitando-se os acordos firmados entre os seus integrantes. Outros aspectos são a descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo.

PONTOS HISTÓRICOS

Do papado

Vê-se descrito na introdução do livro de Aquiles Pintonello *Os Papas: síntese histórica, curiosidades e pequenos fatos* que papa (do grego, pai), segundo a doutrina católica, é o sucessor de Pedro no governo da Igreja como um todo e o Vigário (do latim *Vicarius*, que está no lugar de) de Cristo na terra. O papa tem autoridade sobre todos os fiéis e sobre toda a hierarquia eclesiástica, incluindo o Concílio Ecumênico, e é infalível quando fala *ex cathedra*¹³ sobre assuntos religiosos (Constituição “Pastor Aeternus” do 18 de julho de 1870).

Esclarece Pintonello (1986, p. 10), que “a história dos papas é interessante por terem sido eles, a partir da queda do Império Romano, com seu prestígio e influência, protagonistas que determinaram muitas vezes os rumos da História”.

Já na obra de Andrew M. Greeley *Como se faz um papa: a história secreta da eleição de João Paulo II*, o autor cita que o ponto a ser considerado não era se um papa é necessário à cristandade, mas que espécie de papa a cristandade deve ter. Ainda, a questão não é se podemos viver sem a liderança papal, mas que estilo de liderança é o mais efetivo nas circunstâncias de nosso tempo, pois caso um papa não existisse, deveria ser inventado. Complementa, porém, Greely (1980, p. 35) que “o papado é uma pesada obrigação”.

De nossa parte, ao considerar, em especial, o Papa Francisco um incansável negociador, poderíamos até conceber ser inerente a ele exercer esse ofício de máxima dedicação, como líder da humanidade, desenvolvendo, obstinadamente, a missão de ser o sucessor de Pedro no decorrer dos séculos. As tarefas não dão trégua ao Pontífice. O Papa é uma autoridade espiritual mundial e, ainda, territorial. Em se tratando de territorial, a partir de 1929, a autoridade se limita ao Estado da Cidade do Vaticano, que fica dentro da cidade de Roma.

¹³ Transcrevemos, a seguir, a nota de rodapé que consta em Pintonello (1986): (Latim), literalmente *do trono*, para indicar um pronunciamento solene do papa “em sua função de pastor e doutor (...) por força de sua suprema autoridade apostólica” (DS 3074) para definir uma doutrina no campo da fé e da moral. A doutrina da infalibilidade foi definida no Concílio Vaticano I, numa época em que o papado estava seriamente ameaçado pelas doutrinas do “galicanismo” (que frisavam a independência das Igrejas nacionais e dos bispos em relação ao papa) e pela perda do poder temporal. O Concílio Vaticano II equilibrou esta doutrina frisando a importância do Colégio dos Bispos que, unidos ao papa, são a expressão da infalibilidade do consenso universal da Igreja (N. do T.).

Jorge Mario Bergoglio nasceu em 17 de dezembro de 1936. Descendente de uma família de imigrantes italianos do Piemonte, foi criado no bairro de Flores, em Buenos Aires, Argentina. Foi eleito Papa após dois dias de Conclave¹⁴, em 13 de março de 2013. Até então, era o cardeal argentino, arcebispo de Buenos Aires. É o primeiro Pontífice não europeu em 1200 anos, o primeiro vindo da América Latina e, igualmente, o primeiro a adotar o nome de São Francisco de Assis. Esse Santo italiano abdicou de uma vida de luxo para se dedicar aos pobres.

Desde o primeiro, S. Pedro (42-67), a Francisco – 2013/atual – o número de Papas é de 266.

Dos Papas e do Papa Francisco: história e atualidades

Reunimos, a seguir, vários dos fatores que credenciam o Papa como um líder de expressão global. Esses trechos foram elaborados pelo autor deste trabalho a partir de leituras e atendimento a aulas. Vamos aos fragmentos:

- a. Como chefe da Igreja Católica de Roma, ocupa uma posição que nenhum outro líder religioso pode igualar, simplesmente porque a maioria das religiões não tem uma estrutura hierárquica tão robusta e que reconheça claramente um líder que encarna a tradição como faz o Papa para o catolicismo. Trata-se de um líder transnacional de uma organização estruturada e coesa, com história aproximada de dois mil anos e cerca de 1,2 bilhão de católicos romanos. Assim, a influência desse líder, por meio de igrejas locais, em muitos países extrapola para áreas além do religioso, como política interna e vida civil.
- b. O Papa tem *status* de Chefe de Estado, já que o Vaticano é como uma Cidade-Estado independente e que mantém relações diplomáticas com

¹⁴ Reunião fechada à qual ninguém, fora os cardeais, têm acesso. Conforme consta em “Curiosidades” (Pintonello, 1986), o Conclave que mais durou para eleger o papa foi o de Viterbo (1268-1271). Durou exatamente 2 anos e 9 meses, elegendo Gregório X. O mais curto da história foi o de 1503, em Roma. Em apenas algumas horas saiu eleito Júlio II (Juliano della Rovere, de Albissola, Savona (1503-1513). Consta na p. 98 da mesma obra de Pintonello, que a esse papa devemos a criação da Guarda Suíça, com a farda desenhada por Michelângelo. Acrescentamos que o Conclave para eleger o Papa Francisco durou dois dias (12 e 13 de março de 2013), com cinco rodadas de votação e 115 cardeais reunidos na Capela Sistina.

países de todo o mundo. Exerce legítima autoridade de líder religioso combinada com influência política e desenvoltura em cerimoniais diplomáticos.

c. A tradição da Igreja Católica e seu vasto domínio global credenciam seu líder como uma autoridade de peso, com grande influência de como seus seguidores devam levar uma vida moral e significativa. Seus pronunciamentos são assunto de interesse e de ampla cobertura da mídia secular.

d. De características próprias de um líder que conquista multidões, com cargo ocupado, tempo escasso e figura cativante, o mundo olha com atenção e interesse para qualquer aparição do Papa. Tamanha amplitude de atuação não raro o credencia para debates polêmicos em eventos de magnitude mundial.

e. Algumas atitudes durante seu trajeto até aqui o fizeram um líder notável, por exemplo, quando preferiu trocar o Palácio Apostólico a uma simples casa de hóspedes e deixou o conforto de um automóvel Mercedes (Papamóvel) por um veículo da marca Hyundai.

f. A comunicação pelas mídias e redes sociais é outro marco deste Pontífice. Sua conta no *Twitter* anda sempre prestigiada, em vários idiomas.

g. Igualmente iniciou uma reforma dentro da estrutura da Igreja Católica, causando temores internos e resistências, em especial, com referência ao Banco do Vaticano.

h. Contudo, o que mais tem chamado a atenção são os pequenos gestos, atos e palavras, que, para alguns que mais o acompanham de perto, são surpreendentes, exemplos: lavar os pés de jovens encarcerados, inclusive de mulheres e muçulmanos; denunciar a burocracia da Igreja ao chamar de “Alzheimer espiritual”; afirmar que mercados financeiros tiranizam os pobres e, ainda, a expressão que correu o mundo todo – “Quem sou eu para julgar?”- quando lhe perguntaram sobre os *gays*. Falaremos sobre esse tema no *Capítulo 4*.

i. Os atos do Papa Francisco têm sido notados tanto por fiéis da Igreja como fora dela. Especialmente em um mundo com tanta necessidade de inspiração, articulação e sentido de conexão e, além disso, mais justo e pacífico, sua influência tem sido marcante. A visita dele ao Rio de Janeiro é um exemplo real. No encontro cara a cara com cerca de três milhões de pessoas, os gestos calorosos, as mensagens humildes e o tom direto no

tocante a outros temas foram exemplos de como ele utiliza o discurso para aproximar auditórios.

j. O Papa Francisco faz uso constantemente de sua posição para trazer luz sobre a situação crítica dos imigrantes, dos sem-teto, da paz no Oriente Médio, e, na publicação de maior relevância do Papado, em sua encíclica *Laudato Si'*, trouxe à tona temas de alcance global, como o meio ambiente, escassez de água e negociações internacionais.

k. Em questões políticas internacionais, foi creditado a ele a mediação do conflito entre os rebeldes da FARC e o governo Colombiano. Também foi agente mediador entre a histórica aproximação dos Estados Unidos e Cuba. Poucos líderes globais têm sido tão diretos em questões cruciais como o ambiente, a economia e o problema patente da imigração internacional.

l. Pela primeira vez um Papa discursou ao Congresso dos Estados Unidos, apresentando aos líderes políticos um texto conciliador, buscando acordos com conservadores, progressistas e democratas.

O Vaticano tem um volume considerável de relações diplomáticas e, certamente, de relações de hierarquia dentro da própria instituição. Se prevalece internamente discursos e relações políticas, com barganhas, ainda que visando a burocracia interna, quando passamos para o contexto internacional, seu modelo reflete um sistema similar. Parece, no entanto, difícil de entender como separar a função de líder espiritual da Igreja do papel de governante que atende na posição de Chefe de Estado. Portanto, considerando que a Igreja é uma instituição organizada, questões de gestão, tensões, conflitos e negociações entre as partes são vistas como políticas que se assemelham a um contexto secular mais amplo e internacional. Parece-nos coerente que o caráter de gestão nesse campo externo também seja o político.

O Papa Francisco detém poder político suficiente para atuar diretamente num contexto nacional ou global, o que lhe permite abordar a construção e funcionamento da opinião pública. Em sociedades democráticas ou comunitárias, questões relacionadas à legitimidade, à autoridade, ao poder e aos conflitos sociais, antes de serem exercitadas, devem ser conquistadas. Essa conquista é sobretudo centrada na palavra, na fala política, por meio de sedução e de persuasão que revelam um

constante diálogo ou embate entre as instâncias política e cidadã, sempre buscando a construção de uma identidade coletiva.

Retórica: primórdios

Retórica, do grego *rhetórica*, ensina o dicionário de Ramiz Galvão, é a arte de bem falar para convencer, agradar e comover. A retórica, como disciplina, técnica ou arte de convencer pela oratória, esteve por muito tempo limitada à filosofia e à literatura. Nos tempos atuais, com a argumentação mais elaborada, a retórica se abre a novos domínios e esferas sociais, graças, notadamente, a Chaïm Perelman, jurista e filósofo belga, que, interessado na argumentação, reabilitou a Retórica aristotélica, tida como teoria da argumentação persuasiva. Concebida como uma retórica renovada, a linha de pensamento desse autor volta-se para a importância comunicacional entre sujeitos argumentadores, parceiros interacionais que debaterão sobre uma tese apresentada para, depois de deliberar, aderir à conclusão mais plausível.

Reboul, ao tratar do *nascimento da retórica* (2004, p. 1), observa que ela é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tivessem desde sempre recorrido à linguagem para persuadir. Assim, encontra-se retórica entre hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus. Pode-se dizer, contudo, que a retórica é uma *invenção grega*, tanto quanto a geometria, a tragédia, a filosofia. Aristóteles, nascido em Estagira em 384 a.C, discípulo de Platão, é o grego que mais idealizou e sistematizou a Retórica. Aristóteles chegou a Atenas no séc. IV a.C, em 367. Proveniente da Macedônia, tinha 18 anos na época. Como muitos outros, sabe-se, atraía-o a intensa vida cultural da cidade, que lhe acenava com oportunidades para prosseguir seus estudos e ascender na vida pública.

Retornemos ao nascer da Retórica. Especialmente pelas palavras de Plebe (1978), aprendemos que a gênese da Retórica se circunscreve ao âmbito sociopolítico, notadamente oriunda de conflitos judiciais. Conta a história que, por volta de 485 a.C, na Magna Grécia, os tiranos Gelon e Hieron, para povoar Siracusa, expropriaram terras de cidadãos dessa *pólis*, distribuindo-as a mercenários. Os cidadãos despojados arbitrariamente de suas propriedades ficaram, a princípio, sujeitos a esse

poderio instituído, que não tardaria em ser destronado. Após rebelião e expulsão dos tiranos usurpadores, os antigos donos foram em busca da recuperação de seus bens. Para defender essa causa, decidiram mover ações legais que envolveram grandes júris populares. Convencer os jurados e vencer a causa demandavam indiscutivelmente eloquência e eficácia de discurso.

Em tempos em que não havia advogados, o acudir às necessidades dos cidadãos se fazia pela “arte retórica” (*tekhné rhetoriké*), exercida por intervenientes que defenderiam as causas dos litigantes, valendo-se de uma coletânea de preceitos dessa “arte”. Essa coletânea continha mecanismos argumentativos e persuasivos capazes de convencer qualquer indivíduo. A técnica retórica, como ensinamento distinto, era independente dos conteúdos, possibilitando defender qualquer causa e qualquer tese. Dela vieram a apropriarem-se os *sofistas*, uma corrente de pensadores, na Grécia antiga, cujo lema era vencer e vencer. Em outras palavras, os sofistas eram sábios estudiosos que atuavam como professores ambulantes de filosofia e da arte retórica que não acreditavam na verdade absoluta, mas na importância em conseguir convencer os outros por meio de suas ideias.

Na introdução de *Retórica* (2006, p. 19) explica Alexandre Júnior que foi pela altiloquência eficaz que veio inspiração para criar essa arte, depois ensinada nas escolas para habilitar cidadãos a defender suas causas e lutar por seus direitos. Segundo ele, foi assim que surgiram os primeiros professores da teoria que mais tarde viria a chamar-se *retórica*. Consta que Aristóteles considerava Empédocles de Agrigento, pré-socrático, siciliano do século V a.C., o primeiro retórico da história. Empédocles abriu escola para ensinar a arte de bem falar, a arte retórica. Um dos seus discípulos foi Górgias de Leôncio, que se destacou como sofista e orador. Platão se opunha veementemente aos sofistas, já que, no afã de vencer qualquer causa, não se importavam em buscar a “verdade”, mas tão somente concentravam-se em persuadir recorrendo a silogismos.

Assim, por meio de um raciocínio dedutivo lógico e partindo de uma proposição dada como “verdadeira” ou já aceita, os retores sofistas demonstravam técnica e racionalmente o verossímil: chegavam a uma premissa conclusiva lógica certa. Nesse sentido, a verossimilhança tornava algo relativo um fato “verdadeiro”. Dito de outro modo, os sofistas davam ao discurso retórico um valor exclusivamente formal, sem relação com a realidade objetiva: uma retórica ilusória e de adulação, não arte – a denominada *logografia*. Para Platão, a retórica tinha de ser filosófica, fixar por

objeto o verdadeiro, a justiça, a virtude política, o que estabelecia um diálogo acordado com o outro – na época, restrito quase só ao mestre e discípulo –, baseado no conhecimento mútuo da alma humana, do justo, do belo e do bem. Esse diálogo era a supremacia dialética, a chamada *psicagogia*.

Na Academia que fundara em 387 a.C, Platão mostrava a seus discípulos que a atividade humana, desde que pretendesse ser correta e responsável, não poderia se nortear por valores instáveis, razão por que demandava uma ciência dos fundamentos da realidade na qual aquela ação se inseria. Aristóteles, mais tarde, se contraporía ao matematicismo silogístico que dominava na Academia, impondo seu espírito investigativo, observando e classificando dados da natureza, constituindo, com isso, os traços fundamentais de seu pensamento.

Diz a história que Platão teria detestado Protágoras, o célebre sofista grego cuja tese de que “o Homem é a medida de todas as coisas” fixou os fundamentos do chamado *relativismo pragmático*. Reboul (2004, p. 8) assim preceitua a doutrina de Protágoras: “Não existe verdade em si, mas uma verdade de cada indivíduo, de cada cidade; e o importante é aquilo que lhe permite fazer-se valer e impor-se, que é precisamente a retórica”.

Para Platão, que não aceitava a tese de Protágoras, a verdade e a medida das coisas estavam em Deus e não no Homem, em absoluta oposição a Protágoras. Sabe-se dos valores dogmáticos, enrijecidos ao longo das épocas, que entronizam Deus como Ser Supremo, em relação assimétrica com o Homem, ser mortal e universal. Ainda que se façam concessões às diferentes épocas e culturas, esses valores permeiam o viver de seres humanos até hoje, especialmente na cultura ocidental.

Os preceitos doutrinários de Protágoras – para quem os valores de “cada um” tanto podem ser individuais (um só Homem) como os de um grupo, uma cidade inteira – podiam fortalecer valores particulares que regem comunidades afins, quer de cunho moral, quer estético. Eram valores reconhecidamente convencionais, adaptáveis e aceitáveis por determinado grupo, cultural e temporalmente correlacionados. Os sofistas, ao defender causas considerando tais valores específicos, tinham lugar garantido na *pólis* e seus préstimos eram *terrenos férteis*. O problema desses defensores de qualquer causa estava em que, para garantir a vitória, não hesitavam em partir de uma premissa não válida ou falaciosa se isso levasse a uma conclusão válida. De qualquer forma, segundo Reboul (2004, p. 9), “pode-se dizer que os sofistas

criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo”.

Deveu-se a Aristóteles a formulação técnica dos preceitos da Retórica. Naquele tempo, essa “arte” preciosa era também parte fundamental da educação aristocrática. Na introdução de *Retórica*, Alexandre Júnior (2006, p. 16) escreve: “Desde Homero que a Grécia é eloquente e se preocupa com a arte de bem falar”. Insistimos em que, para os cidadãos que participavam ativamente dos acontecimentos da vida pública, os saberes inatos ou técnicos da arte de discursar eram atributo valoroso e respeitável. Não importavam o tema ou causa postos em debate: o essencial era convencer pelo discurso oral, em praça pública (especialmente na cultura grega) ou em âmbito jurídico, nos julgamentos (para os romanos). Diz-nos Blainey (2008, p. 71) que à habilidade de falar e prender a atenção das pessoas os gregos chamavam de *oratória*, transformando-a numa forma de arte. Essa oratória, os gregos a viam como uma ferramenta de poder, porque as assembleias ao ar livre, às quais era frequente ocorrerem milhares de eleitores violentos e temperamentais, ficavam à mercê da manipulação ardilosa de algum orador competente. A palavra oral conserva seu vigor até nossos dias. Manejada por orador brilhante, a oratória arrebatava multidões pelo alcance inimaginável da persuasão. Quando e se usada para o bem ou para o mal constitui campo ilimitado para discussões críticas.

Considerada em suas formas oral, gesticular e escrita, a retórica – a outra face da dialética, dado que ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular – passou por altos e baixos, com créditos e descréditos, foi propagada, atravessou séculos e manteve, indubitavelmente, a força extraordinária de seus ensinamentos, servindo, seja para o bem ou para o mal, de instrumento de controle de grandes ditadores. Blainey (2008, p. 304) observa que, além de conhecer a fundo a Alemanha, Hitler dispunha de brilhante oratória, auxiliada pelos treinamentos astuciosos que recebera. Por falar com tanta energia física e emocional, era costume terminar cada discurso com a camisa encharcada de suor. Essa oratória, complementa o autor, aquecia o coração de muitos alemães, convencendo-os de que sua nação e seu mundo haviam sido injustamente torpedeados em 1918.

Nos tempos atuais, Reboul (2004, p. 9) propõe-nos refletir sobre a constatação – feita pelos sofistas – de que a verdade se restringe a um mero acordo entre interlocutores, acordo final que resulta na discussão, acordo inicial também, sem

o qual a discussão não seria possível. Observa-se que nessa ideia residem os preceitos mais atuais da argumentação, dentre os quais a importância do acordo prévio (da Nova Retórica) em um auditório particular. A par de tal pensamento, coteje-se o que afirma Blaise Pascal (2004, p. 101): “A arte de persuadir tem uma relação necessária com a maneira pela qual os homens consentem naquilo que lhes é proposto, e com as condições das coisas que se quer fazer acreditar”¹⁵. Consolida-se o pensamento de Aristóteles – para quem devemos argumentar somente a ouvidos atentos – e, ainda, a importância dos parceiros debatedores no ato comunicativo de aceitar-se e respeitar-se mutuamente a fim de levar a discussão a termo sob consenso frutífero, pensamento contemporâneo da arte retórica. Com esse pensamento, qualquer assunto pode se prestar ao exercício da argumentação, desde que aquele com quem argumentamos manifeste aceite.

De fato, gozava a retórica entre os antigos romanos da mesma importância que entre os gregos. Blainey (2008, p. 73) afirma que “talvez a maior influência pela civilização helenística tenha sido o Império Romano. Os romanos, principalmente após 200 a.C., imitavam com alegria tudo o que era grego”. Isso se vê confirmado na Introdução de *Retórica a Herênio*, atribuída a Cícero¹⁶, escrita entre 86 e 82 a.C. especialmente para Caio Herênio, um general romano tido como de classe social distinta. Dirigindo a obra com reverência a esse destinatário específico, o autor revela-nos o desejo de Herênio de conhecer a retórica. Citada como “método do discurso”, ela se caracteriza com mais propriedade – segundo Faria e Seabra (2005, p. 15) – como um “manual vazado em espístola”.

O proverbial pragmatismo dos romanos, valorizadores da experiência, talvez explique por que o autor de *Retórica a Herênio* estivesse “pouco interessado na problemática filosófica [grega], já que seu objetivo fundamental é o de dar preceitos e classificar”, declara Plebe (1978, p. 65). Ainda segundo esse mesmo estudioso e crítico, assim foi desenvolvida a *Retórica a Herênio*, que tanto deveu aos gregos.

¹⁵ *A arte de persuadir*, de Pascal, escrita em 1658, herdeira da *Arte da conferência* (1580) de Montaigne, supõe uma aliança entre a razão e a intuição, entre a lógica e as figuras retóricas, que torna a mente capaz de atingir seu objetivo com precisão num apanhado sintético de todos os dados heterogêneos e contraditórios de uma situação e de uma recepção vivas (cf. orelha de *A arte de persuadir*, PASCAL, 2004). Consta ainda na p. 62 dessa obra que o texto “Do espírito geométrico e da arte de Persuadir” figura nas *Oeuvres complètes*, Pléiade, 1954.

¹⁶ Como ressalta, vale informar que lemos em Plebe (cf. 1978, p. 65) a afirmação de que *Rhetorica ad Herennium* havia, durante muito tempo, sido escrita por Cícero, mas que hoje, entretanto, sem desacordo, é atribuída ao retor Cornifício, de quem fala Quintiliano na *Institutio Oratoria*.

Plebe (1978, p. 65) assegura: “O autor de *Rhetorica ad Herennium* retoma, precisando-a, a classificação grega da matéria retórica tal como foi elaborada por Aristóteles e Hermágoras”. Diante disso, causa estranheza a negação de Cícero (que acompanha a dos nobres romanos) em adotar os preceitos da Retórica advindos da Grécia. Estes são os pensamentos de Cícero (2005, p. 53): “Desprezamos, por isso, as coisas de que apropriaram, por vã arrogância, os escritores gregos. Para não parecerem saber muito pouco, empenharam-se no que não era pertinente, a fim de que a arte fosse considerada mais difícil de conhecer”.

Em nota explicativa encontrada na Introdução feita por Faria e Seabra (p. 21) à *Retórica a Herênio*, lemos “Opor-se aos gregos e a seus costumes é parte da caracterização da nobreza romana, como meio de reforçar sua autoridade, que, afinal, repousa no vínculo com os antepassados e no respeito à severidade dos costumes”. De fato, os romanos imitaram os gregos, mesmo sem o admitir. Isso justifica o que afirma Plebe (1978, p. 65), que menciona essa obra como o “tratado” mais antigo, conquanto a produção de tratados retóricos tenha começado tarde na literatura latina. Admitindo ou não, a nosso ver, parece tratar-se de *modus operandi* de sujeitos êmulos. Para competir, tornar-se igual ao outro, procura imitar o que o outro tem de melhor.

Ao aceitar que, nos primórdios, a retórica tenha atendido às necessidades das sociedades – especialmente da grega, onde se originou –, importa reconhecer o papel desempenhado pelos sofistas no que tange ao ensinamento das técnicas de bem argumentar e alcançar êxito. Deve-se considerar, muito especialmente, a sistematização da retórica encetada por Aristóteles, cujos estudos – reconhecem-no os próprios Perelman e Olbrechts-Tyteca, autores do *Tratado* – deram origem à Nova Retórica.

Por fim, há que considerar amplamente na modernidade a aplicabilidade da retórica, afastando-se, contudo, dos silogismos formais e das formas falaciosas de argumentar e persuadir. Impossível não admitir que a retórica, vivificada e retomada como o “bem comunicar-se”, esteja presente em todas as línguas e culturas, inseparável das diversas práticas sociais, incluindo os mais distintos textos: jurídicos, publicitários, políticos e religiosos, dentre muitos outros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A nossa pesquisa envolve fundamentalmente:

- a) Fichamento de livros da Teoria da Retórica, Nova Retórica e teorias contemporâneas da negociação.
- b) Aplicação dos conceitos das teorias, conforme citadas no item a.
- c) Análise de trechos de mídias, documentos e notícias do Papa Francisco, no período de 2013 a 2019.
- d) Redação da tese.

ESTRUTURA DA TESE/SUMÁRIO DOS CAPÍTULOS

A tese, em termos gerais, está esquematizada da seguinte maneira:

Parte I:

Introdução

Objetivos

Tema e sua justificativa

Hipóteses

Pressupostos teóricos

Procedimentos metodológicos

Parte II:

Capítulo 1 – Os Mecanismos De Argumentação

Capítulo 2 – As Paixões (Emoções) Nos Discursos

Capítulo 3 – A Teoria Amen: Uma Possível Generalidade

Capítulo 4 – O Argumentador-Negociador: Corporalidade E Alma

Parte III:

Considerações Finais

Referências Bibliográficas

Anexos

PARTE II

CAPÍTULO 1 – OS MECANISMOS DE ARGUMENTAÇÃO

“Partindo-se do princípio de que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, tem-se também como básico o fato de que argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas”.

Lineide Salvador Mosca (2004, p. 17).

Viver, interagir, argumentar, negociar na era contemporânea tornou-se uma tarefa complexa mais desafiadora. A vida apressada, as comunicações velozes, as aceleradas transformações enfrentadas pelas atuais sociedades no ambiente público e privado, nos relacionamentos, no mundo do trabalho e nas instituições sociais, tudo isso acarreta sérias consequências que vêm sendo sentidas em todas as esferas humanas.

Dependendo de como nos posicionamos, construímos laços e conquistamos espaço. Por outro lado, podemos nos tornar um fardo e um problema para com o ambiente ao qual pertencemos. Aqui, trata-se de escolhas por fazer, as mais acertadas, por certo. O ideal é, portanto, saber escolher com quem interagir, argumentar ou, ainda, conforme especificidades de nosso trabalho: negociar.

No que se refere ao presente objeto de estudo e considerando a forma como o Papa Francisco interage com o mundo por meio de seus discursos, especialmente mostrando-se com uma postura carismática e facilitadora, não poderia ser diferente. As análises dos discursos estão presentes em todos os capítulos deste trabalho. No *Capítulo 4*, mais especificamente, estarão aquelas que mostram o Papa Francisco como argumentador-negociador.

Neste capítulo, trataremos de discorrer sobre argumentos depreendidos de textos anexados neste trabalho. Referindo-nos à teoria da Nova Retórica e, em especial, no que concerne ao *Tratado* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), serão considerados tópicos subjacentes aos pontos, não necessariamente nesta ordem: *Os âmbitos da argumentação; O ponto de partida da argumentação; Apresentação dos dados e forma do discurso; Os argumentos quase-lógicos; Os argumentos baseados na estrutura do real; As ligações que fundamentam a estrutura do real; A dissociação das noções.*

Justifica-se esse arsenal teórico utilizado, pois, ao considerar a área de concentração deste trabalho, procuramos aplicar sobretudo a fundamentação teórica dos tratadistas em questão, que, ao revisitarem os conceitos retóricos aristotélicos, sistematizaram os preceitos da Nova Retórica.

1.1 A argumentação em auditórios particular e universal

Antes de mostrar exemplos de argumentação em auditórios particular e universal, conforme preceitos tomados dos tratadistas Perelman e Olbrechts-Tyteca, falemos de outro tópico teórico por nós observado.

No que se refere aos discursos do Papa Francisco, podemos relacionar a questão dos auditórios particular (assuntos da organização Igreja) e universal (assuntos políticos, econômicos e sociais) aos termos *sagrado* e *profano*. Esses conceitos são tratados por Mircea Eliade, no livro com o mesmo título (2013). O autor romeno menciona, em linhas gerais, a conceituação desses dois termos como opostos.

Nesse sentido, *sagrado* não é *profano*. Considera-se *sagrado* tudo aquilo que está ligado à religião, magia, mitos, crenças, Deus, deuses. Atua como uma espécie de empecilho para se obter a liberdade. O *sagrado* e o *profano* são, de fato, duas realidades completamente diferentes com os quais o homem precisa conviver em suas experiências.

Em qualquer tipo de religião, a concepção do sagrado se manifesta sempre como uma realidade diferente das naturais, remetendo ao extraordinário, ao anormal, ao transcendental, ao metafísico. O *sagrado*, de fato, é uma estrutura essencial da religiosidade, do momento em que a experiência humana de Deus é necessariamente mediada, ou seja, forçada a passar por qualquer coisa que não seja de Deus. Assim,

essa “qualquer coisa” torna-se, por isso, invocador do divino; torna-se, portanto, sagrado, diverso, separado do uso profano, objeto de respeito, veneração e temor.

Quando o processo é tratado como um fato natural, biológico, normal, estamos no campo do *profano*, do secular, de tudo aquilo que não é *sagrado*. O *profano* é o dia a dia, a fuga da realidade, o caos, a irracionalidade e a ausência da crença em algo divino.

Ainda com os conceitos de Eliade (2013), seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o homem moderno se assusta com essa pluralidade de conceitos, vagando entre um e outro, dependendo da religiosidade, desenvolvimento e formação. É fato que o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real.

Como procede o Papa no seu cotidiano em termos dessas fronteiras? Há uma habilidade enorme do Papa na execução desses papéis em sua rotina diária. Ninguém pode afirmar quais as reais intenções do Pontífice. Sob o prisma do conceito de negociação¹⁷, é plausível que ele esteja transitando entre o sagrado e o profano, como uma forma de identificação e interação, buscando aproximar-se das necessidades do ser humano, das demandas e dos reais problemas da Igreja ou, ainda, lidar com os fatores adjacentes – todos aqueles que não se diz verbalmente, porém pode-se dizer de outras formas.

Assim, exemplos dados pelo Papa Francisco, como gestos simpáticos, o sorrir para jovens, convites para entrar no papamóvel, a promoção de *shows* no ambiente interno do Vaticano, o envolvimento em política internacional, os conselhos sobre ecologia e meio ambiente ou a simples atitude de retirar o lixo da residência talvez seja a maneira desse orador encontrar identidade, tão fundamental nas negociações. Aqui estamos no campo da *actio*, que, para Lineide Mosca (2005, p. 5) é “a linguagem enquanto ação sobre o mundo e sobre os homens”.

Tais ações, postas nos discursos, também podem direcionar a um outro princípio básico de negociação – a interdependência das partes – o que uma delas causar, refletirá na outra. Isso também será demonstrado nos capítulos deste trabalho, em especial no *Capítulo 4*.

¹⁷ Nas análises do *Capítulo 4*, o tema *negociação* será mais detalhadamente abordado.

1.1.1 Auditório universal

Conforme já afirmamos nos pressupostos teóricos, o auditório universal pode ser considerado uma idealização do orador, constituído de uma universalidade de direito, ou seja, de um conjunto sempre potencialmente aberto, do qual fazem parte todos os seres racionais.

Afirma Perelman (2004, p. 221) que “todos os auditórios admitem também valores, valores abstratos, tal como a justiça, ou os valores concretos, tal como uma pátria”. Contudo, esses e quaisquer outros valores são mais aceitos em um auditório particular, como já discurremos a respeito.

De fato, se se tratar de valores universais postos em discussão igualmente num auditório universal, a argumentação, com a eficácia prejudicada, poderá ter a aderência enfraquecida. Assim menciona Perelman (2004, p. 221):

Os auditórios admitem, com efeito, não só fatos e valores, mas também hierarquias, estruturas do real, relações entre fatos e valores, enfim, todo um conjunto de crenças comuns a que chamaremos lugares – e que possibilitam argumentar com uma eficácia maior ou menor.

Desse modo, vale mencionar que, para uma eficácia maior num auditório universal, o orador deve construir seu discurso considerando os valores inerentes da época e das pessoas envolvidas. Em outras palavras, é preciso buscar uma construção mental o mais próxima possível desse auditório idealizado.

Assim é produzido o discurso extraído da *Carta Encíclica*¹⁸ - *Laudato Si' Do Santo Padre Francisco - Sobre O Cuidado Da Casa Comum*, (Anexo 2). Nele, todos os seres humanos do planeta estão envolvidos:

20. Existem formas de poluição que afectam diariamente as pessoas. A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras. Adoecem, por exemplo, por causa da

¹⁸ Encíclicas são cartas papais. A palavra “encíclica” significa “carta circular”. Geralmente dirigida ao clero católico e aos leigos, contém as visões do papa sobre os ensinamentos e doutrinas da igreja em uma área particular. (Cf. MASCI, 2015, tradução nossa). Neste trabalho, citaremos *Carta Encíclica*, como assim consta em documentos da Santa Sé. (Cf. Anexo 2).

inalação de elevadas quantidades de fumo produzido pelos combustíveis utilizados para cozinhar ou aquecer-se. A isto vem juntar-se a poluição que afecta a todos, causada pelo transporte, pelos fumos da indústria, pelas descargas de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, pelos fertilizantes, insecticidas, fungicidas, pesticidas e agro-tóxicos em geral. Na realidade a tecnologia, que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros.

De fato, o tema “poluição”, circunscrito no discurso, é problema que afeta todas as pessoas do planeta. O valor premente é a saúde, o bem-estar, que deve ser amplamente conhecido pelo auditório universal. Por isso, é um discurso argumentativo que fornece fatos válidos reais e suas consequências para, assim, pleitear adesão, ação, solução. Diz Perelman (2004, p. 220): “Um fato é importante na argumentação porque se considera que ele forma o objeto de um acordo universal: ele deve ser admitido por todos”.

Ainda, nesse contexto, bem afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 35) que, “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do carácter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas”.

Ressalta-se como exemplo, dessa maneira, a forma como o orador Papa Francisco produz seu discurso trazendo evidências e mostrando razões para a necessidade de ação. No trecho recém-citado, é um discurso de alerta, de aconselhamento à sua audiência e, com isso, busca a eficácia ao obter o adequado resultado: ter o problema da poluição resolvido sem, contudo, criar outros.

Consideremos agora um recorte do *Anexo 1* deste trabalho, referente à visita do Papa Francisco ao *Congresso Dos Estados Unidos Da América, Em 2015*, que transcrevemos aqui:

Nestas notas, procurei apresentar algumas das riquezas do vosso patrimônio cultural, do espírito do povo americano. Faço votos de que este espírito continue a desenvolver-se e a crescer de tal modo que o maior número possível de jovens possa herdar e habitar numa terra que inspirou tantas pessoas a sonhar.
Deus abençoe a América!

Palavras pronunciadas pelo Papa, no terraço do Congresso
 Bom-dia a todos vós! Agradeço a vossa recepção e a vossa presença.
 Agradeço às personagens mais importantes que aqui estão: as
 crianças. Quero pedir a Deus que vos abençoe: «Senhor, Pai de todos
 nós, abençoei este povo, abençoei a cada um deles, abençoei as suas
 famílias, concedei-lhes aquilo de que mais necessitam». Peço-vos, por
 favor, que rezeis por mim. E, se houver entre vós alguém que não crê
 ou não pode rezar, peço-lhe, por favor, que me deseje coisas boas.
 Obrigado! Muito obrigado!
 Deus abençoe a América!”

Ambos textos, mesmo dirigidos ao povo americano, que se configuraria um auditório particular, constam valores que pertencem a todos os povos, a um auditório universal, a saber: riquezas culturais; espírito de desenvolvimento; inspiração para sonhar; crianças, personagens importantes; famílias. Também os dois textos mencionam “Deus abençoe a América”. Entretanto, ao observarmos o sentido da mensagem do texto inicial notamos um direcionamento ao conceito do profano, enquanto que o segundo faz alusão ao sagrado, ligado à divindade, como a oração de bênção pronunciada. Há, assim, uma conexão entre o particular e o universal.

Esses preceitos, envolvendo o auditório universal, também encontra eco em mensagens e pensamentos proferidos, há mais de trezentos anos, pelo orador Padre Antônio Vieira, cuja origem de formação doutrinária jesuíta é a mesma do Papa Francisco.

Defendemos que o comunicador e negociador habilidoso tem uma clara noção do seu interlocutor e público. Esse negociador busca identificar a dimensão exata de seu auditório para que não tenha dificuldades de interpretação. Entende que criar uma conexão emocional é tão fundamental quanto palavras adequadas, geralmente claras, simples, de fácil absorção, justamente para buscar a adesão e o assentimento. Um exemplo clássico dessa lição tiramos de um trecho do “Sermão da Sexagésima”, do padre jesuíta, Antônio Vieira:¹⁹

Aprendamos do céu o estilo da disposição, e também o das palavras.
 As estrelas são muito distintas e muito claras. Assim há-de ser o estilo
 da pregação; muito distinto e muito claro. E nem por isso temais que

¹⁹ VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão da Sexagésima*. Pregado na Capela Real, no ano de 1655. Sermões Escolhidos. v.2, São Paulo: Edameris, 1965. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

pareça o estilo baixo; as estrelas são muito distintas e muito claras, e altíssimas. O estilo pode ser muito claro e muito alto; tão claro que o entendam os que não sabem e tão alto que tenham muito que entender os que sabem. O rústico acha documentos nas estrelas para sua lavoura e o mareante para sua navegação e o matemático para as suas observações e para os seus juízos. De maneira que o rústico e o mareante, que não sabem ler nem escrever entendem as estrelas; e o matemático, que tem lido quantos escreveram, não alcança a entender quanto nelas há. Tal pode ser o sermão: estrelas que todos veem, e muito poucos as medem.

O bom argumentador busca a adesão do outro. No campo da negociação, assunto dos próximos capítulos, além da identificação do objeto, cabe reforçar a importância de estar sempre atento à reação do interlocutor. Qualquer dúvida de interpretação poderá acarretar no desvio do objeto comum e na possibilidade de acordo.

Uma vez mais, Padre Antônio Vieira oferece uma proveitosa ideia do que acreditava ser uma construção efetiva, inteligente e ideal de argumentação, fundamentada na essência, razão, emoção e circunstâncias contextuais. Vejamos outro trecho do “Sermão da Sexagésima”:

Há de tomar o pregador uma só matéria; há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la, para que se distinga; há de prová-la com a Escritura; há de declará-la com a razão; há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades; há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto.²⁰

O ensinamento tirado desse texto vai muito além da adesão objetivada de um auditório religioso e específico. Diz respeito a uma mensagem universal. Seremos apenas capazes de convencer as pessoas de nossos propósitos e valores, partindo da escolha de palavras e argumentos que traduzam de maneira fidedigna a questão central do que tratamos. Isso torna o discurso relevante, persuasivo e convincente.

²⁰ VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão da Sexagésima*. Pregado na Capela Real, no ano de 1655. Sermões Escolhidos. v.2, São Paulo: Edameris, 1965. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

1.1.2 Auditório particular

A argumentação, notadamente se direcionada ao ato comunicativo relativo a um auditório particular em que sujeitos sociais interagem a distância reduzida, é tomada como um instrumento de persuasão.

Com as análises dos textos *Carta Do Papa Francisco Para O Evento "Economy Of Francesco"*, (Anexo 13), *E Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto A Santa Fé*, (Anexo 12), tratemos desse auditório.

O auditório particular possui uma construção mais ou menos sistematizada pelo orador e é mantida tão próxima quanto possível da realidade. Nesse auditório presumido, há estreita interação, aproximada *identidade*²¹ e, por isso, maior receptividade ao discurso do orador.

Nesse ponto, trazemos as palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 19): “Fazer parte de um mesmo meio, conviver, manter relações sociais, tudo isso facilita a realização das condições prévias para o contato dos espíritos”. Quanto mais específico ou determinado for esse auditório, mais fortes serão os traços argumentativos do texto, uma vez que ele será produzido com estratégias específicas e determinantes para atingir o auditório eleito.

Perelman, na obra *Retóricas*, enfatiza sobre esse conceito com estas apropriadas palavras:

É preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar já formem uma comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema (CHAÏM PERELMAN, 2004, p. 70).

Na *Carta do Papa Francisco*, pode-se verificar o grupo determinado “escolhido” para o qual o discurso foi especialmente produzido e dirigido: “Aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro”. Salienta-se que apesar de constar “do mundo inteiro”, prevalece um destinatário específico: “Jovens economistas empresários e empresárias”. Como a *Carta* traz especificidade temática de uma carta-

²¹ Esse tópico será abordado mais especificamente nos *Capítulos 3 e 4*.

convite, é de se supor que será distribuída a componentes desse grupo selecionado: um grupo alvo, portanto.

Para embasar essa nossa afirmação, recuperamos a ideia dos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 25):

De fato, pode-se dividir igualmente o auditório de acordo com grupos sociais – por exemplo, políticos, profissionais, religiosos – aos quais pertencem os indivíduos de acordo com valores aos quais aderem certos ouvintes.

Ainda podemos acrescentar:

Para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhe as reações. Tal conjunto é relativamente fácil de discernir quando se trata de um auditório especializado: será o *corpus* do saber reconhecido pelos praticantes de uma disciplina científica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 131).

A mesma regra vale para a eleição de outro determinado grupo, o discurso do Papa Francisco *Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto Da Santa Fé*. Assim sendo, o discurso será voltado especificamente a cada um desses grupos, dessas “comunidades”, que são mais receptivas a aderir às questões propostas pelo orador.

Na *Carta*, dirigida aos jovens, a saudação do Papa para com seus “convidados” é próxima, igualmente calorosa: “Estimados amigos!”. Observa-se, desde a saudação, a proximidade comunicativa, o conhecimento e o reconhecimento no ato comunicativo, tão caros à adesão das questões que serão apresentadas no discurso. Enfatizemos que, esse auditório particularizado, por compartilhar crenças e valores arraigados, é mais suscetível à persuasão.

Com relação ao modo de ser, sobre certo *estilo* de se apresentar do Papa em determinadas situações discursivas, as palavras de Reboul (2004, p. 63) por certo bem o descrevem. Vejamos:

A terceira regra diz respeito ao próprio orador, que deve mostrar-se em pessoa no seu discurso, ser colorido, alerta, dinâmico, imprevisto, engraçado ou caloroso, numa palavra: vivaz.

Trazemos, a seguir, fragmentos do primeiro parágrafo. O orador Papa discursa na primeira pessoa do singular, enfatiza seus sentimentos ao expressar “uma iniciativa que desejei muito” e, ainda, consolida a aproximação na comunicação ao propor “conhecer-nos uns aos outros”. Vejamos:

Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar

[...]

Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã.

A proximidade no discurso se mantém. Outro parágrafo é iniciado com o chamamento direto e caloroso ao seu auditório: “Caríssimos jovens, bem sei que sois capazes de ouvir com o coração os brados cada vez mais angustiantes da terra e dos seus pobres em busca de ajuda e de *responsabilidade* [...]”.

A argumentação no discurso se baseia no apelo aos valores consensuais com o objetivo-fim de reforçá-los e mantê-los avivados. Outras invocações diretas ao seu auditório, consolidando a forte interação no ato comunicativo.

Apresentamos o trecho (o grifo é nosso):

Jesus Ressuscitado é a nossa força! Como eu vos disse no Panamá e escrevi na Exortação Apostólica pós-sinodal *Christus vivit*: **“Por favor, não deixeis para outros o ser protagonista da mudança!** Vós sois aqueles que detêm o futuro! Através de vós, entra o futuro no mundo. **Também a vós, eu peço** para serdes protagonistas desta mudança. [...] **Peço-vos** para serdes construtores do futuro, trabalhai por um mundo melhor”.

[...]

E confio sobretudo em vós, jovens, que sois capazes de sonhar e estais prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e melhor.

[...]

Espero por vós e desde já saúdo-vos e abençoo-vos.

Vale ressaltar ainda que, o orador, confiante no valor de uma voz “especial”, considerada como *argumento de autoridade*²², que, na verdade, se caracteriza como

²² Falaremos sobre esse ponto teórico mais adiante.

Ser perfeito como modelo, a chamou para reforçar ainda mais o apelo ao grupo. Eis a voz do *Ser perfeito como modelo*: “Jesus Ressuscitado é a nossa força!”. Ressaltemos que o orador elege esse grupo como *responsável* pelas urgentes e necessárias mudanças. Para isso, o discurso guia, ensina, aconselha seu auditório como fazer, caracterizando um discurso com especificidades do gênero deliberativo.

Em especial, num auditório particular, ao considerar especificidades desse gênero discursivo, voltado às ações do futuro, esse aconselhamento ou “ensinamento” para a escolha do *útil* tende a ser mais eficaz, facilitando a persuasão.

O enunciado que encerra a *Carta* demonstra o sentimento de humildade, traço recorrente nos discursos do Papa Francisco. Sua Santidade pede aos jovens para rezar por ele: “E, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim!”.

Considera-se aqui um dos fatores que credenciam o Papa como um líder de expressão tanto nacional quanto global: Sua Santidade iniciou uma reforma dentro da estrutura da Igreja Católica, causando temores internos e resistências, em especial, com referência ao Banco do Vaticano.

Em termos retóricos, no que se refere a discursos do Papa voltado a interlocutores (auditório) da própria Igreja Católica, reitera-se que se trata de interações com um *auditório particular*, preceito abordado por Perelman e Olbrechts-Tyteca, no *Tratado*.

Nessas interações argumentativas, deve haver plena necessidade e capacidade de persuasão do orador Papa para manejar controvérsias e resolução de conflitos relacionados a temas de ordem religiosa e operacional da Igreja que dirige.

Tais resistências e oposições são relatadas pelo Bispo de Jales, São Paulo, Dom Demétrio Valentini, oferecendo-nos uma ideia do ambiente interno da Igreja, conforme recorte a seguir do texto do *Anexo 8*:

É o que está procurando fazer o Papa Francisco. Ele insistiu em promover o diálogo entre judeus e palestinos. Vem cultivando um relacionamento de respeito e de confiança com o patriarcado ortodoxo de Constantinopla. Fez questão de se encontrar com os evangélicos valdenses na região italiana de Turim. Falando da misericórdia, fez referências elogiosas aos membros da comunidade separatista São

Pio X. **Mesmo tendo enfrentado duras resistências internas da própria Igreja, o Papa não se cansa de incentivar o diálogo e a colaboração mútua.**

Boa Viagem ao Papa, boa missão, e que todos entendam seus apelos para o respeito mútuo e para a convivência justa e pacífica entre as nações.

Dom Demétrio Valentini

Bispo de Jales

Fonte: Diocese de Jales.

(Grifo nosso).

Não apresentaremos aqui material específico sobre as “resistências internas da própria Igreja”, conforme citado no fragmento acima. Contudo, parte desse tema será tratado no *Capítulo 4*. Nosso propósito, neste ponto, é lembrar que, quanto mais específico ou determinado for o auditório, que, no caso, diz respeito ao *auditório particular*, mais fortes serão os traços argumentativos do orador, uma vez que estes serão produzidos com base em valores já conhecidos e partilhados e, ainda, com estratégias específicas e determinantes para atingir tal auditório eleito.

Valorosas e oportunas as palavras do Bispo de Jales (nosso grifo): “[...] Mesmo tendo enfrentado duras resistências internas da própria Igreja, o **Papa não se cansa de incentivar o diálogo e a colaboração mútua**”.

1.2 As técnicas, os argumentos utilizados

Constatamos produções argumentativas nos discursos do Papa Francisco. Assim, buscamos apresentá-las de certa forma hierarquizadas ao considerar a importância das recorrências verificadas nos textos analisados. A exceção é para o uso dos gêneros da retórica clássica *deliberativo* e *epidítico*, que estão presentes em maior ou menor grau na quase totalidade dos discursos. No que se refere a esses gêneros clássicos discursivos, traremos mais adiante um exemplo de cada como amostragem.

1.2.1 O argumento de autoridade

O discurso do Papa Francisco ressoa humildade ao citar nomes, pensamentos e ações de outros. Consideramos essas citações como sendo fontes legitimadas, provas da eminência dessas vozes buscadas para “falar” em nome dele. Essas vozes detêm o *argumento de autoridade*.

Conforme preceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, no *Tratado* (2005, p. 348), “o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. Os atos ou juízos utilizados têm valor no discurso. O objetivo é que as vozes competentes, de autoridade, que têm pensamento igual ou similar ao que se está sustentando, sejam ouvidas para ajudar a defender o ponto de vista e aumentar a credibilidade discursiva.

Baseado na *estrutura do real*, o argumento de autoridade, considerando ainda as palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 350), “em vez de constituir a única prova, vem completar uma rica argumentação”. Reboul faz uma pergunta retórica, respondendo-a em seguida (2004, p. 177): “Em que se baseia a autoridade? Na vida comum, baseia-se na moralidade: ‘Se foi *e/le* que disse, pode-se acreditar”. Depreendemos que essa humildade do Papa Francisco é uma forma de criar identidade, tão importante em processos de interação nas negociações, como veremos nos *Capítulos 3 e 4*. Por ora, mostremos exemplos de utilização nos discursos do Papa.

A *Carta Encíclica - Laudato Si’ Do Santo Padre Francisco - Sobre O Cuidado Da Casa Comum*, (*Anexo 2*), é iniciada fazendo menção à São Francisco: “1. Laudato si’, mi’ Signore – Louvado sejas, meu Senhor, cantava São Francisco de Assis”.

No tópico 3, intitulado “Nada deste mundo nos é indiferente”, temos a busca de fatos relacionados ao predecessor do Papa Francisco: o Santo Papa João XXIII. Assim está descrito: “Mais de cinquenta anos atrás, quando o mundo estava oscilando sobre o fio duma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz”. Ratifica-se aqui o discurso para o *auditório universal*. Vejamos: “Dirigiu a sua

mensagem [a do Santo Papa João XXIII] *Pacem in terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: e a todas as pessoas de boa vontade”.

A recorrência da busca de vozes reconhecidas como autoridade se mantém. No item 4, encontramos:

Oito anos depois da *Pacem in terris*, em 1971, o Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, apresentando-a como uma crise que é «consequência dramática» da actividade descontrolada do ser humano: “Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação”.

O discurso do Papa Francisco prossegue e, a cada citação da voz como argumento de autoridade, o ponto de vista posto em discussão é fortalecido. No item 5, consta que “São João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema”. No item 6, há a explicitação da chamada das vozes coparticipantes, semelhantes às dele, seus “pares” discursivos, portanto:

O meu predecessor, Bento XVI, renovou o convite a “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente”.

“*Unidos por uma preocupação comum*” intitula o item 7. Nele, ratifica-se o dito acima e o discurso ganha ainda mais “força”, já que, nos pensamentos citados, foram consideradas opiniões e dados de outras vozes. Eis o trecho: “Estas contribuições dos Papas recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões”.

Instituições do universo religioso são citadas, reforçando o discurso que quer alcançar uma audiência global. Este trecho consta também do item 7 da *Carta*:

Mas não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito.

Mais uma voz prestigiada é citada ainda nos itens 7 e 8 da *Carta Encíclica* do Papa Francisco:

[Item 7] Apenas para dar um exemplo particularmente significativo, quero retomar brevemente parte da contribuição do amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu, com quem partilhamos a esperança da plena comunhão eclesial.

[Item 8] O Patriarca Bartolomeu tem-se referido particularmente à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o planeta, porque “todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos”, somos chamados a reconhecer “a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente”.

O item 10 se intitula: *São Francisco de Assis*. É neste item, com a citação dessa voz, que se pode observar o sentimento de humildade do Papa Francisco. Sua Santidade declara: “Não quero prosseguir esta encíclica sem invocar um modelo belo e motivador. Tomei o seu nome por guia e inspiração, no momento da minha eleição para Bispo de Roma”. De fato, o discurso de apelo para cuidar do planeta vai se fortalecendo: “Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade”.

Ratifiquemos que o auditório universal pode ser notado com os termos “todos” (item 10 e 14) e “toda” (item 13). “É o santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia, amado também por muitos que não são cristãos”. Prossegue o discurso, agora no item 13 com o título *O meu apelo*: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar”.

No item 14, pode-se também verificar como testemunhos “os bispos da África do Sul”. Transcrevemos o trecho:

[Item 14] Precisamos de nova solidariedade universal. Como disseram os bispos da África do Sul, “são necessários os talentos e o envolvimento de *todos* para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus”.

Por meio dos pensamentos de São Francisco de Assis, o discurso do Papa invoca a voz Maior do universo: “Deus”. Está descrito no item 12:

[Item 12] [...] São Francisco, fiel à Sagrada Escritura, propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido onde Deus nos fala e transmite algo da sua beleza e bondade: “Na grandeza e na beleza das criaturas, contempla-se, por analogia, o seu Criador” (Sab 13, 5)

e “o que é invisível n’Ele – o seu eterno poder e divindade – tornou-se visível à inteligência, desde a criação do mundo, nas suas obras”.

Reproduzimos agora o fragmento textual do discurso do Papa proferido em Washington, quando da visita ao Congresso dos Estados Unidos da América (24 de setembro de 2015), (*Anexo 1*). Nele, o orador Papa Francisco menciona cidadãos para, com o fim de obter mais credibilidade discursiva, buscar adesão às questões propostas. Os indivíduos são quatro americanos ilustres, respeitados pelo prestígio e admirados pelo povo:

Queria mencionar quatro destes americanos: Abraham Lincoln, Martin Luther King, Dorothy Day e Thomas Merton.

Este ano completam-se cento e cinquenta anos do assassinato do Presidente Abraham Lincoln, o guardião da liberdade, que trabalhou incansavelmente para que “esta nação, com a protecção de Deus, pudesse ter um renascimento de liberdade”. Construir um futuro de liberdade requer amor pelo bem comum e colaboração num espírito de subsidiariedade e solidariedade.

Do discurso em Nova Iorque, *Visita À Sede Da Organização Das Nações Unidas*, (*Anexo 4*), o Papa, para dissertar sobre o ideal de se viver em união, cita uma obra, que se intitula “O Gaúcho Martín Fierro”. No próprio título, o nome da personagem que detém voz como argumento de autoridade. Vejamos o trecho:

O Gaúcho Martín Fierro, um clássico da literatura da minha terra natal, canta: «Os irmãos estejam unidos, porque esta é a primeira lei. Tenham união verdadeira em qualquer tempo que seja, porque se litigam entre si, devorá-los-ão os de fora».

A notoriedade e o prestígio dessas personagens são reconhecidas e interpretadas pelo auditório: são indivíduos que fizeram história, defenderam a liberdade, a pátria, a confraternização dos povos. O orador Papa Francisco partilha, com eles, crenças e valores, tanto particulares quanto universais. Tratemos do ponto teórico abaixo, que se relaciona ao *argumento de autoridade*: *A pessoa e seus atos/Interação entre o ato e a pessoa*.

1.2.2 A pessoa e seus atos/Interação entre o ato e a pessoa

Na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado.

(Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 336).

Como já afirmamos, o argumento de autoridade, considerando preceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por utilizar atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese, agrega credibilidade ao discurso. Baseando-nos em argumentação na *estrutura do real*, ou seja, que não se apoia na lógica e sim na experiência e nos elos reconhecidos de juízos admitidos e outros que se procura promover, temos nexos entre a pessoa e seus atos.

O texto a ser analisado a seguir traz indivíduos buscados com suas ações mencionadas e, assim, é possível relacionar o argumento de autoridade com a *pessoa e seus atos* e com *interação entre o ato e a pessoa*, do mesmo modo, considerando a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Extraímos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 334) que: “A ideia de ‘pessoa’ introduz um elemento de estabilidade. Todo argumento sobre a pessoa explicita essa estabilidade [...]”. Assim, há uma construção da pessoa humana, que se vincula aos seus atos. Essa construção é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala.

De fato, tem importância reconhecida a interligação da pessoa e seus atos. Com ela, mantém-se a estabilidade da voz buscada para o fortalecimento do ponto de vista colocado em pauta para argumentar. Apresentemos, em primeiro lugar, os exemplos abaixo, extraídos da *Carta Encíclica - Laudato Si’ Do Santo Padre Francisco - Sobre O Cuidado Da Casa Comum*, (Anexo 2):

[São] Francisco pedia que, no convento, se deixasse sempre uma parte do horto por cultivar para aí crescerem as ervas silvestres, a fim de que, quem as admirasse, pudesse elevar o seu pensamento a Deus, autor de tanta beleza.

[Na sua primeira encíclica, [João Paulo II] advertiu que o ser humano parece “não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos”. Mais tarde, convidou a uma conversão ecológica global. Entretanto fazia notar o pouco empenho que se põe em «salvaguardar as condições morais de uma autêntica ecologia humana».

No que se refere ainda ao tópico teórico *A pessoa e seus atos*, consideramos válido trazer as exatas palavras dos autores do *Tratado da Argumentação*:

Na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 336).

Do Anexo 1, discurso em Washington, por ocasião da *Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos Da América*, citamos o trecho em que o Papa traz o nome de uma pessoa, que tem voz como argumento de autoridade, conforme já expusemos, e, ainda, menciona o ato apreciativo dessa pessoa: fundou “o Catholic Worker Movement”. Conforme já exposto, essa interação entre a pessoa e seu ato tem força argumentativa no discurso. Vejamos:

Nestes tempos em que as preocupações sociais são tão importantes, não posso deixar de mencionar a Serva de Deus Dorothy Day, que fundou o Catholic Worker Movement. O seu compromisso social, a sua paixão pela justiça e pela causa dos oprimidos estavam inspirados pelo Evangelho, pela sua fé e o exemplo dos Santos.

Com as mesmas características discursivas, temos este fragmento, também extraído do Anexo 1:

Penso também na marcha que Martin Luther King guiou de Selma a Montgomery, há cinquenta anos, como parte da campanha para conseguir o seu «sonho» de plenos direitos civis e políticos para os afro-americanos. Aquele sonho continua a inspirar-nos.

Vale ressaltar que o Papa Francisco menciona suas próprias ações, cuja influência delas traz valor ímpar para o bem argumentar discursivo. Observa-se que essa prática resulta na identificação natural de credibilidade e sintonia, tão relevantes

em processos de interação em negociações, o que será exemplificado detalhadamente nos próximos capítulos.

Eis o fragmento, constante no Item 3 da *Carta Encíclica* (Anexo 2): “Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente”.

Ao falar sobre si próprio e a respeito de seus feitos, o Papa Francisco assegura a argumentação reforçada por meio de uma “situação de diálogo”, conforme palavras de Lineide Mosca em *Argumentation and self-deliberating: Speaking to oneself and speaking about oneself. From individual to the social*. Assim consta no item 5. *Alterity and Identity* (2019, p. 1019): “O ato de *falar sobre si mesmo*, por outro lado, traz uma *situação de diálogo*, uma comunicação em que uma relação de alteridade deve estar necessariamente presente, e não incorrida no mesmo processo de autodeliberação”²³.

Ratifica-se, assim, que o orador, quando mostra sua essência por meio de seus próprios atos ou, ainda, citando os de outras pessoas, mantém a argumentação fortalecida e reforça valores e essências coexistentes.

1.2.3 O Ser perfeito como modelo/Os lugares da essência e da pessoa

O orador Papa Francisco discursa em primeira pessoa do singular e, ao falar sobre o título da *Carta*, dirigida *aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro* (Anexo 13), busca novamente a voz que apresenta o argumento de autoridade: a de São Francisco de Assis. No discurso, o indivíduo dessa voz pode ainda ser considerado como *Ser perfeito como modelo*. As palavras e ações, derivadas do valor desse indivíduo, vinculam-se à dignidade e ao mérito do *modelo* buscado. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 415), esses *modelos* indicam uma conduta a ser seguida, servindo de caução a essa conduta adotada e, ainda, inspiram os demais pelo discurso. Assim sendo, é um argumento discursivo a ser considerado.

Falemos do *lugar da essência e da pessoa*. Antes, é conveniente mencionar que encontramos na obra de Reboul (2004, p. 50) que o termo *lugares* (“topoi”) “é tão corrente quanto obscuro” e que, na dúvida “pode-se sempre traduzir ‘lugar’ por

²³ Tradução do autor.

argumento”. No que diz respeito ao *lugar da essência*, conforme preceitos dos autores do *Tratado* (2005, p. 106), a utilização dele significa conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência. Refere-se, portanto, ao que encarna melhor um padrão, uma essência, uma função, sendo valorizado exatamente por isso.

Vamos ao excerto, extraído do *Anexo 13*:

O título deste evento — “Economy of Francesco” — refere-se claramente ao Santo de Assis e ao Evangelho que ele viveu em total coerência, inclusive nos planos económico e social. Ele oferece-nos um ideal e, de certa maneira, um programa. Para mim, que escolhi o seu nome, é contínua fonte de inspiração.

Com a menção “ele [Santo de Assis] oferece-nos um ideal e, de certa maneira, um programa”, o Papa Francisco solicita que os jovens persigam esse ideal e esse programa. Isso porque ele, o próprio orador Papa, vem fazendo exatamente isso desde que escolheu o nome papal Francisco. Reafirma que São Francisco de Assis “é contínua fonte de inspiração”.

A essência de São Francisco, tomado como *modelo*, é de humildade, despojamento, de paz. Como consta na *Carta*, ele é “o exemplo por excelência da atenção aos frágeis e a uma ecologia integral”.

Citemos mais um trecho para corroborá-lo como representante bem caracterizado dessa essência:

O encontro está marcado para os dias 26-28 de março de 2020. Juntamente com o Bispo de Assis, **cujo predecessor Guido, há oito séculos, recebeu na sua casa o jovem Francisco no gesto profético do seu despojamento**, também eu espero receber-vos (grifo nosso).

Com efeito, ali [cidade de Assis] Francisco **despojou-se de toda a mundanidade** para escolher Deus como Estrela polar da sua vida, **fazendo-se pobre com os pobres**, irmão universal (grifo nosso).

O orador Papa retoma o apelo para o cuidado e a reparação da “casa comum”, iniciada por São Francisco.

Vêm-me à mente as palavras que lhe foram dirigidas pelo Crucificado, na igreja de São Damião: “**Francisco, vai e repara a minha casa que, como vês, está em ruínas**”. **Aquela casa a reparar diz**

respeito a todos nós. Refere-se à Igreja, à sociedade, ao coração de cada um de nós. **Diz respeito cada vez mais também ao meio ambiente, que tem urgente necessidade de uma economia saudável** e de um desenvolvimento sustentável que cure as suas feridas e lhe garanta um futuro digno (grifo nosso).

Consolida-se, no discurso, o *Ser perfeito como modelo*, com essência de despojamento, humildade, cujas ações iniciadas “há oito séculos” devem continuar a ser seguidas.

O Papa Francisco, como representante de Cristo na terra, conforme preceitos da Igreja Católica deve ser, de fato, cortejado e recebido como *modelo* de qualidades similares às de Cristo. Assim, o Papa, com distinta e notável autoridade de cunho internacional, pode receber a aplicação personificada do argumento *modelo*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 421) apresentam, assim, “...exemplos significativos em que Jesus Cristo é proposto como modelo” e declaram “eis duas passagens onde Bossuet apresenta Jesus como um modelo de rei absoluto”. Seguem os dois trechos que traduzem o prestígio esperado de tais modelos:

Jesus Cristo, Senhor dos senhores e Príncipe dos Reis da terra, conquanto elevado a um trono soberanamente independente, quis ainda assim, para dar a todos os monarcas, que dependem de sua potência, o exemplo de moderação e de justiça, sujeitar-se ele próprio aos regulamentos que fez às leis que estabeleceu.

Esse grande Deus não necessita de ninguém e, não obstante, quer ganhar a todos... Esse grande Deus sabe tudo, vê tudo e, não obstante, quer que todos lhe falem; ele escuta tudo e tem sempre o ouvido atento às queixas que se lhe apresentam, sempre pronto a fazer justiça. Eis o modelo dos reis...

Esse é, de fato, um *Ser perfeito como modelo* a ser seguido. Pelas palavras de Lineide Mosca (2007, p. 307), temos que: “a força persuasiva estará, em grande parte, voltada para as imagens sociais que circulam como modelos, ditando padrões de comportamento e de aspirações”. Esse argumento é utilizado quando o orador se vale de alguém considerado um *modelo* por seu auditório. Tal *modelo*, por estar imbuído de elementos valorativos (ações ou atitudes) admirados por determinados indivíduos ou grupos de indivíduos, estimula a imitação daqueles que os valoriza.

Ratifica-se que não são, necessariamente, quaisquer ações ou atitudes que levam à imitação, mas sim aquelas que despertam a admiração, em razão da notoriedade de suas qualidades, seja pela competência, pela autoridade ou, ainda,

pelas funções que desempenham. Tanto pessoas quanto instituições podem ser invocadas pelo argumento do modelo e esse conceito é reforçado por Perelman:

A argumentação pelo modelo, como o argumento de autoridade, supõe que se trata de uma autoridade que, pelo seu prestígio, serve de caução à acção visada. É esta, aliás, a razão pela qual aqueles que se sabem modelo (CHAÏM PERELMAN, 1977, p. 124).

A cerimônia montada pelo prestigioso ex-presidente americano Barack Obama para o encontro com o Papa Francisco e o pronunciamento dele de agradecimento é uma forma de identificar o respeito e a admiração de líderes pelo Pontífice, revestido como *modelo*. Vejamos as palavras do ex-presidente a seguir, extraídas do texto *Anexo 5, Visita À Casa Branca – USA*. Antes de mostrar o fragmento, enfatizemos sobre as ações do Papa, similares às de Cristo: “abraçando doentes; lavando os pés de jovens prisioneiros”, o que denota o comportamento humilde do chefe supremo da Igreja Católica. Aqui expomos o texto:

Um líder moral em atos e palavras
Raro é o líder capaz de nos fazer querer ser uma pessoa melhor. O Papa Francisco é um deles. Sua Santidade nos emocionou com suas mensagens de inclusão, especialmente para os pobres, marginalizados e excluídos. **Mas são seus atos, sua conduta**, os gestos ao mesmo tempo simples e profundos – abraçando doentes, pregando aos sem-teto, lavando os pés de jovens prisioneiros – que nos inspiram a todos (grifo nosso).

Em outro discurso, o próprio Papa Francisco apresenta-se como modelo exemplar de crença inabalável. É uma ligação fundamentada na estrutura do real. O Papa, como representante de Cristo na terra, assim procede para ser imitado. Vejamos o trecho do texto obtido do *Anexo 3, Visita à ONU*, que consta, além de em outros, também no discurso pronunciado na cerimônia de boas-vindas, na sacada da Casa Branca dos Estados Unidos:

Pela fé, sabemos que o Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.

No trecho a seguir, o Papa busca outro *modelo* a ser seguido: Moisés. A preferência é direcionada considerando o contexto bíblico-religioso, que abrange a

esfera do ambiente secular. O trecho foi extraído do discurso em *Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos Da América, Washington, (Anexo 1)*. Segue a transcrição:

Por outro, a figura de Moisés leva-nos directamente a Deus e, por consequência, à dignidade transcendente do ser humano. Moisés oferece-nos uma boa síntese do vosso trabalho: a vós, pede-se para proteger, com os instrumentos da lei, a imagem e semelhança moldadas por Deus em cada rosto humano.

Modelos com suas essências podem ser reconhecidos em lideranças e, com isso, seus atos remetem ao fortalecimento da confiança, que, por sua vez, reforçam ainda mais as identidades nas interações de negociações, temas que serão retomados mais adiante neste trabalho.

1.2.4 A regra de justiça

No que se refere aos *argumentos quase-lógicos*, uma técnica argumentativa utilizada no discurso do Papa é a *regra de justiça* que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 248), “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria”.

Na *Carta Do Papa Francisco Para O Evento "Economy Of Francesco" (Anexo 13)*, que, lembremos, é dirigida *aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro*, encontramos:

Na Carta Encíclica *Laudato si'* ressaltei que hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente ligado e a salvaguarda do meio ambiente não pode ser separada da justiça em relação aos pobres, nem da solução dos problemas estruturais da economia mundial.

Importa destacar o tratamento idêntico de seres e situações em uma mesma categoria. Fomos à *Carta Encíclica (Anexo 2)* e verificamos que nela consta o eixo temático sobre o qual o Papa Francisco se referiu na *Carta aos jovens economistas*: “Por exemplo: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo”.

Vejamos outro trecho, também extraído da *Carta aos jovens*, no qual mostra o apelo a essa regra que traz “inegável racionalidade” na argumentação, porque, novamente, seres e situações são citados em uma mesma categoria. Antes, trazemos as palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 249): “O apelo a essa regra apresenta um aspecto de inegável racionalidade. Quando se demonstra a coerência de uma conduta, quase sempre se fará alusão ao respeito da regra de justiça”. Mostremos agora o fragmento:

Com efeito, ali [cidade de Assis] Francisco despojou-se de toda a mundanidade para escolher Deus como Estrela polar da sua vida, fazendo-se pobre com os pobres, irmão universal. **Da sua escolha de pobreza brotou também uma visão da economia que permanece extremamente atual.** Ela pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, a nossa casa comum, “a nossa irmã Terra Mãe”, como Francisco a chama no seu Cântico do Irmão Sol (grifo nosso).

Nesse ponto, para embasar nossa afirmação, vale citar ainda estas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 248): “a regra de justiça fornecerá o fundamento que permite passar de casos anteriores a casos futuros, ela é que permitirá apresentar sob a forma de argumentação quase-lógica o uso do precedente”.

Há, assim, no desenvolvimento do discurso, um esquema formal, com assuntos postos numa mesma categoria que serve de molde à construção do argumento quase-lógico, conforme esclarecem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 219). Esse esquema formal estruturado tem força persuasiva e resulta em um raciocínio incontestável, pois, de fato, se “tudo está intimamente ligado [...] a salvaguarda do meio ambiente não pode ser separada da justiça em relação aos pobres, nem da solução dos problemas estruturais da economia mundial”.

Mostremos mais um exemplo do uso da *regra de justiça*. O fragmento foi extraído de outro texto, do *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto Da Santa Sé (Anexo 12)*:

Por sua vez, a Santa Sé assinou e ratificou, também em nome e por incumbência do Estado da Cidade do Vaticano, o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares, na perspectiva expressa por São João XXIII na encíclica *Pacem in terris*, segundo a qual “a justiça, a reta razão e o sentido da dignidade humana terminantemente exigem que se pare com essa corrida ao poderio militar; que o material de

guerra, instalado em várias nações, se vá reduzindo duma parte e doutra, simultaneamente; que sejam banidas as armas atômicas”. Na verdade, mesmo “se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e incomensuráveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um facto imprevisível e incontrolável possa inesperadamente atear esse incêndio [duma guerra nuclear]”.

No texto recém-mencionado, igualmente pode-se notar a argumentação quase-lógica fundamentada pelo orador Papa Francisco. No discurso, foi demonstrado o uso de caso precedente, que pode ter similaridade (ainda pior) com o posterior. É argumentado que A Santa Sé ratificou um tratado já existente sobre a exigência de se parar com a corrida ao poderio militar e que se reduza o material de guerra. Ainda, se apela para o banimento das armas atômicas, pois, comprovadamente, caso isso não seja feito, mortes e incomensuráveis destruições já ocorridas, novamente ocorreriam, podendo chegar, inclusive, a uma guerra nuclear. O esquema argumentativo, estruturado de forma racional, utilizando fatos precedentes para determinar futuros similares, ganha força persuasiva no discurso.

1.2.5 Argumento pragmático

No que se refere ainda aos argumentos baseados na experiência, ou na estrutura do real, tratemos do *argumento pragmático*. Esse argumento, conforme pensamento de Perelman e Olbrechts-Tyteca, no *Tratado* (2005, p. 302), relaciona-se a transferências de valor entre elementos da cadeia causal, que efetuam-se indo da causa ao efeito e do efeito à causa. A transferência ou criação de valor pode desenvolver-se naturalmente, mesmo sem ser pretendido.

É desta forma que conceituam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 303):

Denominamos *argumento pragmático* aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. Esse argumento desempenha um papel a tal ponto essencial na argumentação que certos autores quiseram ver nele o esquema único de lógica dos juízos de valor. Para apreciar um acontecimento, cumpre reportar-se a seus efeitos.
[...]

O argumento pragmático, que permite apreciar uma coisa consoante suas consequências, presentes ou futuras, tem uma importância direta para a ação.

Esses autores reforçam, portanto, que há no argumento pragmático um esquema único de lógica de valores, pois basta olhar para os efeitos favoráveis ou desfavoráveis para julgar um acontecimento. Assim sendo, nesse tipo de argumento, tem-se como finalidade a avaliação, o julgamento, envolvendo, portanto, a categoria epistêmica, ou seja, há que ter conhecimento para avaliar, apreciar e, enfim, deliberar (aconselhar/desaconselhar). Podemos afirmar, então, que discursos com o argumento pragmático são produzidos considerando traços do gênero discursivo deliberativo, que, relembremos “são exortações ou dissuasões e visam mostrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada ação” (ARISTÓTELES, 2006, p. 38).

Ainda com os pensamentos desses autores: “A partir do momento em que uma ligação *fato-consequência* é constatada, a argumentação se torna válida, seja qual for a legitimidade da própria ligação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 304).

Os discursos do Papa Francisco, quando direcionados, por exemplo, para questões ambientais no âmbito global, geralmente apresentam o argumento pragmático estruturado de forma a refletir sobre consequências favoráveis ou desfavoráveis de ações. Esses discursos, adiantemos, têm emotividade e, assim, pode-se depreender paixões, a exemplo da *indignação*, sobre a qual exporemos mais adiante, no *Capítulo 2*.

No trecho que trazemos a seguir, o Pontífice evidencia o resultado favorável no futuro, estabelecido por uma sociedade sã, madura e soberana. Para isso, argumenta sobre ações positivas resultantes de boas práticas e não deixa, no entanto, de considerar as consequências desfavoráveis, ao tratar de temas conflitantes, como corrupção e ilegalidades. Vejamos o trecho da *Carta Encíclica*, (*Anexo 2*), que ilustra o *argumento pragmático*:

Perante a possibilidade duma utilização irresponsável das capacidades humanas, são funções inadiáveis de cada Estado planificar, coordenar, vigiar e sancionar dentro do respectivo território. Como pode a sociedade organizar e salvaguardar o seu futuro num contexto de constantes inovações tecnológicas? Um factor que actua como moderador efectivo é o direito, que estabelece as regras para as condutas permitidas à luz do bem comum. Os limites que uma

sociedade são, madura e soberana deve impor têm a ver com previsão e precaução, regulamentações adequadas, vigilância sobre a aplicação das normas, contraste da corrupção, acções de controle operacional sobre o aparecimento de efeitos não desejados dos processos de produção, e oportuna intervenção perante riscos incertos ou potenciais. Existe uma crescente jurisprudência que visa reduzir os efeitos poluentes dos empreendimentos. Mas a estrutura política e institucional não existe apenas para evitar malversações, mas para incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e colectivas.

(...) 3. Diálogo e transparência nos processos decisórios

A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projectos requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projecto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo.

Acrescentemos, assim, que o orador Papa Francisco trata de temas conflitantes como corrupção e ilegalidades e enfatiza ainda mais a consequência positiva, amparando-se em evidências de ações tradicionalmente bem-sucedidas de uma sociedade ética.

1.2.6 O argumento do desperdício

Tratemos de discorrer sobre o *argumento do desperdício*, tópico alocado em *Os argumentos baseados na estrutura do real*. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 317):

O argumento do desperdício consiste em dizer que, uma vez que já se começou uma obra, que já se aceitaram sacrifícios que se perderiam em caso de renúncia à empreitada, cumpre prosseguir na mesma direção.

Retomando a leitura da *Carta Encíclica* do Papa (*Anexo 2*), podemos verificar a utilização desse argumento, que, no texto em análise, consiste no valor da continuidade de uma ação começada até o êxito final, isto é, prosseguindo na mesma direção. De forma sucinta, equivale dizer: Não desperdice o que já foi realizado.

Vejamos alguns exemplos de “empreitadas” iniciadas para as quais o orador faz *seu apelo*²⁴, argumentando que precisam ser continuadas, a saber (os grifos são nossos):

[Item 3.]

[...] o Santo Papa João XXIII **escreveu** uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz.

[...] **Agora**, à vista da deterioração global do ambiente, **quero** dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta.

[...] Na minha exortação *Evangelii gaudium*, **escrevi** aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. **Nesta encíclica**, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum.

[Item 4.]

[...] em 1971, o Beato Papa Paulo VI **referiu-se** à problemática ecológica [...].

[...] E, dirigindo-se à FAO, **falou** da possibilidade duma “catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial”, **sublinhando** a “necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade”, **porque** “os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento económico mais prodigioso, **se não estiverem unidos** a um progresso social e moral, **voltam-se necessariamente contra o homem**”.

[Item 6.]

O Papa Bento XVI **propôs-nos reconhecer** que o ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável.

[Item 8.]

[...] ele [O Patriarca Bartolomeu] **pronunciou-se repetidamente, de maneira firme e encorajadora**, convidando-nos a reconhecer os pecados contra a criação: “Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado”.

[Item 9.]

Ao mesmo tempo Bartolomeu **chamou a atenção** para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica mas também numa mudança do ser humano; **caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas**.

[Item 13.]

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um

²⁴ Propositamente, utilizamo-nos do título do item 13 da *Carta Encíclica*: “O meu apelo”.

desenvolvimento sustentável e integral, **pois sabemos que as coisas podem mudar.**

A humanidade **possui ainda** a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos.

[Item 15.]

À luz desta reflexão, **quereria dar mais um passo**, verificando algumas das grandes linhas de diálogo e de acção que envolvem seja cada um de nós seja a política internacional.

Acreditamos que a amostragem acima citada serviu ao propósito de comprovar o uso desse argumento, que serve para estimular o prosseguimento de uma ação considerada importante e, por e para isso, um primeiro passo já foi realizado.

1.2.7 O raciocínio por analogia e a metáfora

Tratemos agora de outros tópicos teóricos constatados no discurso do Papa Francisco na *Carta Encíclica* em análise: o raciocínio por analogia e o uso da metáfora. No raciocínio por analogia inserem-se a própria *analogia* e a *metáfora*, apoiadas ambas no tópico conceitual *As ligações que fundamentam a estrutura do real*, exposto no *Tratado* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Pode-se afirmar que as ligações que fundamentam a estrutura do real são empíricas e *criam* a estrutura do real por meio de ligações entre coisas e fatos, resultando, assim, o surgimento de novos elos.

O termo *metáfora*, do grego *metaphorá*, significa *transporte*; transporta-se uma comparação, por exemplo, a qualificação que falta a algo ou alguém e que somente por analogia se pode admitir. Entre os clássicos antigos, a metáfora era considerada figura de palavra ou simplesmente figura de retórica. Meyer (1993, p. 107), nos diz que “Aristóteles privilegiava a metáfora, quer dizer, o efeito de substituição, de empréstimo”.

De uso preferencial e bastante abrangente, era figura mestra no discurso que criava novo sentido a partir de um primeiro conhecido e assimilado, mantendo, invariavelmente, uma relação de semelhança entre os dois significados. Somente como reafirmação, porque de consenso geral até os dias de hoje, a metáfora é usual

na linguagem, faz parte do recurso humano de comunicar-se. É figura, portanto, a que se recorre em todas as esferas sociais, desde a era clássica.

Para Lakoff e Johnson (2003, p. 5), a “essência da metáfora é entender e experimentar um tipo de coisa em termos de outro”.²⁵ Explicitam ainda os autores (2003, p. 157) que tanto as metáforas novas como as convencionais têm o poder de definir a realidade. Elas fazem isso por meio de uma rede de implicações que dá ênfase a certos aspectos da realidade, escondendo outros, produzindo no discurso efeitos de “verdade”, isto é, carregando-o com traços de mais credibilidade.

A metáfora, por estabelecer vínculo com a audiência, cria comunhão no ato comunicativo. O uso dessa figura de retórica indica que há conhecimento partilhado dos termos análogos, comparados mentalmente pela audiência. É o que ocorre com o uso da metáfora na esfera de sentido religiosa: o discurso do Papa marca forte vínculo ao relacionar semelhanças do mundo todo com o espaço familiarizado, a casa de qualquer pessoa e seus membros familiares. Tratem-se de demonstrar.

Começamos pelo título da *Carta Encíclica: Sobre O Cuidado Da Casa Comum*. “Casa comum” é análoga ao planeta e também à casa de qualquer ser humano. O discurso do Papa Francisco inicia-se fazendo referência ao canto de São Francisco de Assis. Nessa abertura, Item 1, já existe o elo, a transferência do “planeta” à “família”, esta que possui pessoas: “mãe” e “irmã”, que habitam a “casa comum”. Vamos ao fragmento:

Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”.

Antes de demonstrar outros exemplos, ao tratar da metáfora da *família*, pareceu-nos conveniente examinar a denotação do vocábulo, para o que fomos ao *Dicionário de Silva* (2004). Dali extraímos:

²⁵ Tradução nossa.

Família: do latim *família*, conjunto de pessoas aparentadas que viviam na mesma casa, principalmente o pai, a mãe e seus filhos, servindo como domésticos, em oposição a seus senhores, cujos parentes compunham a *gens*, gente, ligados a um antepassado comum que era homem livre, e não servo. A relação de submissão da família pode ser vista em outras palavras correlatas, como *famulus*, criado. Mas o vocábulo foi redimido e passou a designar a célula básica da sociedade, que teve sua expressão ideológica na civilização ocidental como o mito da Sagrada Família, composto de São José, Nossa Senhora e o Menino Jesus, consagrada em célebres textos e representações artísticas.

No item 2 da mesma *Carta Encíclica*, está explícito no discurso que “esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou”. A “mãe terra” é “nossa irmã”. O elo familiar está ratificado, sustentando o discurso metafórico. Baseando-nos no fragmento recém-mencionado, não há como deixar de correlacionar a marca discursiva que estabelece ainda mais forte comunhão com a audiência. Diz respeito ao elo dos membros da família da “casa comum” com os da Sagrada Família do Catolicismo, formada, recordemos, por São José, Nossa Senhora e o Menino Jesus. Aqui, temos a correlação de áreas similares, a de duas famílias. Nesse sentido, a Sagrada Família deve servir como exemplo.

Sobre isso, busquemos as palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 425). Esses autores dizem que, para haver analogia, tema e foro devem pertencer a áreas diferentes e que, quando as duas relações forem confrontadas pertencerem a uma mesma área, podem ser subsumidas sob uma estrutura comum. Nesse caso, é preciso trocar a analogia por um raciocínio, pelo exemplo ou pela ilustração, visto que tema e foro fornecem dois casos particulares de uma mesma regra.

Acreditamos valer a pena discorrer sucintamente sobre o tópico teórico *tema e foro*. Para tanto, é necessário servir-nos da conceituação aplicada por Perelman e Olbrechts-Tyteca também no *Tratado* (2005). Ao discorrer sobre o raciocínio por analogia e seu valor argumentativo, esses autores aconselham que a encaremos como “uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424). Para exemplificar esse tipo de analogia, citemos o exemplo extraído de Aristóteles, extraído também do *Tratado*: Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas naturalmente evidentes.

Portanto, de acordo ainda com a explicação desses autores: O *tema* – o que se quer provar, usualmente abstrato – é o conjunto A e B, sobre os quais repousa a conclusão (inteligência da alma, evidência); o *foro*, o conjunto dos termos C e D, que servem para estribar o raciocínio (olhos do morcego, luz do dia). O foro, em geral, é retirado do domínio sensível e concreto, apresentando uma relação que já se conhece por verificação, segundo Reboul (2004, p. 185).

Na nossa análise, o *tema* é o cuidado, a preservação; o *foro*, é a “família”, a “casa comum”, o planeta todo, enfim.

Vamos a outro exemplo do uso da metáfora *planeta terra/família*, desta vez utilizando-nos de outros textos, a *Carta Do Papa Francisco Para O Evento "Economy Of Francesco" (Anexo 13) E O Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto A Santa Fé (Anexo 12)*.

A *Carta* é dirigida “Aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro” e propõe um encontro na cidade de Assis, que ocorrerá de 26 a 28 de março de 2020, para tratarem de “começar a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta”.

O Papa saúda esse seu *auditório particular* com proximidade: “Estimados Amigos”. Por ora, citemos o fragmento em que São Francisco relaciona o “Sol” como “Irmão”. Mantém-se a analogia e a metáfora com o núcleo familiar.

Ela [a escolha de pobreza de São Francisco que brotou uma visão da economia] pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, a nossa casa comum, “a nossa irmã Terra Mãe”, como Francisco a chama no seu Cântico do *Irmão Sol*.

Como já dissemos, o discurso do Papa fica calorosamente fortalecido com a valorização inferida na relação de transferência *planeta terra = família = membros da família*. Ao considerar que já houve a prévia assimilação dos valores envolvidos pela audiência, tais como: cuidado, zelo, preservação, a argumentação ganhará ainda mais “fôlego” ao correlacionar e enfatizar polos positivos com negativos, isto é, pessoas

(boas/úteis) vs. objetos/coisas (ruins/inúteis). Esse discurso, que traz um alerta para se evitar a mudança da *personificação* para a *reificação*, tem tom de “ensinamento”, de utilidade, o que remete também ao gênero retórico deliberativo, tomado neste trabalho em termos análogos às concepções clássicas aristotélicas.

Na *Carta*, vejamos no trecho em que aparece o apelo aos “caríssimos jovens” na busca de um “pacto” para, assim, poder mudar a economia atual, evitando a coisificação das pessoas, a transformação do animado (ser vivo) para o inanimado (objeto).

As vossas universidades, as vossas empresas, as vossas organizações são canteiros de esperança para construir outras modalidades de entender a economia e o progresso, para combater a cultura do descarté, para dar voz a quantos não a têm, para propor novos estilos de vida. Enquanto o nosso sistema económico-social ainda produzir uma só vítima, **e enquanto houver uma só pessoa descartada**, não poderá haver a festa da fraternidade universal (grifo nosso).

No texto *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático*, a preocupação com o tema “descarte” e a transfiguração para “objeto” do ser humano se mantém. O apelo que o orador faz é que haja atitude dos “Queridos Embaixadores”, a quem ele se dirige, para que essa atitude seja “a afirmação da dignidade de toda a pessoa humana, cujo desprezo e desrespeito levam a atos de barbárie que ofendem a consciência da humanidade”.

O Papa insiste que “[...] faz pena assinalar como muitos direitos fundamentais são violados ainda hoje”. Continuamos a ler que:

[...] Penso antes de mais nada nas crianças inocentes, descartadas ainda antes de nascer [...]. “Penso nos idosos, também eles muitas vezes descartados, sobretudo se estão doentes, porque considerados um peso. Penso nas mulheres, que muitas vezes sofrem violências e prepotências, mesmo no seio das suas famílias.

Neste fragmento, o termo “objeto” está explícito: “Quantas pessoas, especialmente em fuga da pobreza e da guerra, acabam objeto de tal traficância perpetrada por sujeitos sem escrúpulos!”.

Nesse mesmo texto, *Discurso...*, (*Anexo 12*), pudemos verificar o processo inverso com o uso do termo “rostos”: da coisificação para a personificação: a Europa e

o mundo inteiro são humanizados, fortalecendo a metáfora da família que perpassa os discursos do Papa. Transcrevemos o trecho, primeiro parágrafo citado após a saudação calorosa do orador para seu auditório específico: “Queridos Embaixadores!”:

No decurso deste ano, tem lugar o centenário do fim da I Guerra Mundial: um conflito que deu nova forma ao rosto da Europa e do mundo inteiro, com a aparição de novos Estados que tomaram o lugar dos antigos Impérios.

Mais um exemplo da personificação por meio do uso do “rosto”. Desta vez, é a economia que precisa ter “rosto”, o que denota que precisa ser mais humanizada. O trecho extraído agora é do discurso para o *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, em viagem ao Equador, Bolívia e Paraguai, (*Anexo 10*).

As pessoas, cuja vocação é contribuir para o desenvolvimento económico, têm a obrigação de velar por que este tenha sempre rosto humano. O desenvolvimento económico deve ter o rosto humano. Digamos não à uma economia sem rosto!

Outro processo da coisificação para a personificação ocorre no mesmo discurso para o *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil* (*Anexo 10*). O país Paraguai é personificado, torna-se povo, gente viva. Ao falar em povo, tem-se o alinhamento à metáfora da família.

O Papa Francisco cita que “[...] parece que o Paraguai não está morto, graças a Deus. Porque um povo que vive, um povo que não mantém vivas [...] um povo que vive na inércia numa aceitação passiva é um povo morto”. Vejamos o fragmento:

Ver-vos a todos, cada um vindo dum sector, numa organização desta sociedade paraguaia, com as suas alegrias, preocupações, lutas e motivações, leva-me a dar graças a Deus. Ou seja, parece que o Paraguai não está morto, graças a Deus. Porque um povo que vive, um povo que não mantém vivas as suas preocupações, um povo que vive na inércia numa aceitação passiva é um povo morto.

Retornando ao texto *Carta Do Papa Francisco Para O Evento ‘Economy Of Francesco*, (*Anexo 13*), o sentido de “ânimo”, alma (*animus*), de estado de espírito, humanizado, portanto, está presente para se referir inclusive à economia. “Escrevo-vos a fim de vos convidar para [...] conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a

estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir **uma alma** à economia de amanhã” (grifo nosso). O segundo parágrafo da *Carta* é assim iniciado: “Sim, é necessário ‘re-animar’ a economia!”.

O “*pacto*” *comum* deve tratar de cuidar das pessoas “pobres e excluídas” por meio de “um processo de mudança global que veja em comunhão de intenções [...] para além das diferenças de credo e de nacionalidade, unidos por um ideal de fraternidade atento acima de tudo aos pobres e aos excluídos”. O discurso se mantém no valor da preservação do planeta, da “casa comum”, de todos que nela habitam.

1.2.8 Os valores, as hierarquias, a dissociação das noções

Para tratar desses tópicos conceituais, igualmente valemo-nos dos pensamentos dos autores do *Tratado*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73) explicam que, “com efeito, tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”. Ainda, sobre acordos com o auditório e a respeito do *estatuto dos elementos de argumentação e sua apresentação*, encontramos:

Os diferentes tipos de objetos de acordo usufruem, como sabemos, privilégios diferentes. Presume-se que alguns deles se beneficiam do acordo do auditório universal: são os fatos, as verdades, as presunções. Outros se beneficiam apenas do acordo de auditórios particulares: são os valores, as hierarquias, os lugares (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 203).

É sabido que, desde a Retórica clássica, é de vital importância a escolha do tema e das palavras, a disposição delas, a clareza, o tom de voz e a gestualidade para bem argumentar. Como *objeto de acordo* argumentativo, o orador, na estruturação de seu discurso, se vale também de *valores* e de *hierarquias*. Com isso, nos tempos retóricos clássicos, a força do orador era assegurada discursivamente, como prevalece na atualidade, agora considerando tanto a forma oral quanto a escrita.

Desse modo, a ordem dos fatos e das verdades, estas que podem expressar o real, assim dispostos no discurso, tem relevância para o orador na busca de adesão à questão colocada em pauta.

Vejamos como uma ordem hierárquica textual se apresenta em um fragmento extraído da *Carta Encíclica [...] Sobre O Cuidado Da Casa Comum, (Anexo 2)*. O orador Papa Francisco traz as palavras do Patriarca Bartolomeu. Nelas, a ordem intensifica a valoração dos fatos. Essa disposição gradativa traz efeitos argumentativos: “Porque ‘um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus’”.

No mesmo texto, Item 9, o pensamento com valores, hierarquizados de forma sistematizada, propõe uma ação transformadora: do *prejudicial* para o *útil*. Nessa ação, que envolve valores contrários, a *qualificação* está centrada no *segundo* termo, ou seja, naquele com valor do *útil*, a saber: “do consumo ao sacrifício; da avidez à generosidade; do desperdício à partilha. O *primeiro* termo, assim, é o *desqualificado* no discurso. Essa escolha de *dissociação* de elementos, qualificando um termo e desqualificando outro, tem, igualmente, importância na argumentação. Para consolidar sobre o acima exposto, transcrevemos o fragmento textual:

Propôs-nos [Patriarca Bartolomeu] passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que “significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência”.

No que se refere à dissociação de elementos postos no discurso como técnica argumentativa, citemos as palavras dos autores da Nova Retórica sobre o conceito dos *pares filosóficos e sua justificação*, presente no tópico *A dissociação das noções*, capítulo IV do *Tratado*:

A dissociação exprime uma visão de mundo, estabelece hierarquias, cujos critérios se esforça por fornecer. Isso não se dá sem o concurso de outros setores do pensamento [...]. Eis alguns exemplos, escolhidos entre os que se apresentam com mais frequência no pensamento ocidental [...]. Todo pensamento sistematizado se esforça em relacionar elementos que, num pensamento não-elaborado, constituem outros tantos pares isolados. Esse relacionamento dos pares é útil para evitar tomadas de posição que resultem em qualificar os mesmos fenômenos por meio de pares incompatíveis (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 477-478).

Observamos que, nos textos analisados do Papa Francisco, há a prevalência dos valores universais *bem-mal*, que se ligam aos do (*útil-prejudicial*). Vale citar que

já consideramos o *gênero discursivo deliberativo* como aquele que permeia os discursos do Papa. Lembremos que esse gênero tem como finalidade *aconselhar/desaconselhar*, visando o tempo *futuro*, com avaliação sobre o *útil/prejudicial*. (Cf. quadro exposto neste trabalho, Lineide Mosca, 2004).

Do mesmo modo, já mencionamos que, nos discursos, o Papa Francisco transita entre princípios do *sagrado* e do *profano*. Nos próximos capítulos, ao longo das análises empreendidas, isso será melhor exemplificado.

No que diz respeito ao par antitético *bem-mal*, extraímos dos *Anexos* deste trabalho o fragmento que mostraremos a seguir. Nele, observa-se o pensamento sistemático, relacionando o valor positivo para o *bem*, isto é, *qualificando* o primeiro termo do par *filosófico*. Vejamos o texto a seguir, do *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, em visita ao Equador, Bolívia e Paraguai, (*Anexo 10*):

Todos sois necessários na busca do bem comum. «Nas condições actuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas» (LS 158), ver-vos todos aqui é uma dádiva. Uma dádiva porque nas pessoas que falaram, vi a vontade pelo bem da Pátria.

Com a *Carta Do Papa Francisco Para O Evento "Economy Of Francesco"*, (*Anexo 13*), que, lembremos, é dirigida *aos jovens economistas do mundo inteiro*, voltemos a tratar das *hierarquias*. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 90), “a argumentação se esteia não só nos valores, abstratos e concretos, mas também nas hierarquias, tais como a superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens”. No fragmento abaixo, o orador faz apelo para agir “em prol de uma economia coerente com [o] cenário ideal”. De forma hierarquizada, importante na argumentação, ratifiquemos, o discurso privilegia primeiro os *jovens*, aqueles para quem o orador Papa está “falando” na *Carta*:

Juntamente convosco, e através de vós, apelarei a alguns dos melhores estudiosos e estudiosas da ciência da economia, assim como a empresários e empresárias que hoje já se encontram engajados a nível mundial, em prol de uma economia coerente com este cenário ideal.
[...] E confio sobretudo em vós, jovens, que sois capazes de sonhar e estais prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e melhor.

Em seguida, nessa ordem sequencial, o orador cita que apelará “através de vós” (dos jovens), para “alguns dos melhores estudiosos e estudiosas da ciência da economia” e, por fim, aos “empresários e empresárias”. No trecho a seguir, o apelo volta aos primeiros citados, àqueles que, de todos os mencionados, o orador está mais qualificando. Isso pode ser verificado pela palavra “sobretudo”. Vejamos: “E confio sobretudo em vós, jovens, que sois capazes de sonhar e estais prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e melhor”. A voz discursiva do orador ganha força argumentativa com a hierarquização para, assim, obter adesão do seu auditório. Acrescentemos que, no trecho, o orador cita que “confia” nos jovens. A *confiança* é uma das paixões presentes de modo explícito nos discursos do Papa e, portanto, será tratada nos *Capítulos 2 e 4*.

Quando nos referimos ainda às *técnicas argumentativas de dissociação*, e fazendo uma reflexão sobre o cerne de nossa pesquisa – o processo de negociação –, encontramos duas apropriadas exemplificações no *Capítulo 3*, subcapítulo 3.2 (mais adiante apresentado) do nosso trabalho, a saber: *O eterno dilema da negociação*. Vamos a elas.

A primeira delas é identificada na epígrafe citada do capítulo: “*Perante um obstáculo, a linha mais curta entre dois pontos pode ser a curva*”. Nota-se aqui uma dissociação entre *fato e ideal*, pela qual o autor da expressão, B. Brecht, é quem opera a dissociação e quem resolve uma dificuldade, efetuando uma escolha, tomando os conceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 482), quando tratam dos *pares filosóficos*. Ao usar a expressão, passamos a operar a dissociação.

A segunda exemplificação se refere à relação que trazemos sobre a visão tradicional da negociação *versus* a conceituação contemporânea. Aqui depreendemos um par filosófico que visa uma transformação na base de *factício/autêntico*, uma técnica que consiste em mostrar que o problema ou a dissociação relacionada no primeiro termo era factício ou convencional²⁶.

Entendemos que ao fazermos uma comparação entre o conceito tradicional e o contemporâneo da negociação, estamos considerando uma noção já conhecida e aceita e, ainda, introduzindo uma dissociação *ad hoc* como meio argumentativo para, assim, ajudar na renúncia da crença anterior²⁷. Trata-se de apresentar, portanto, uma

²⁶ Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 485.

²⁷ Idem, p. 484.

pretensão para facilitar o reconhecimento das noções antigas, deixando o interlocutor mais à vontade e satisfeito para decidir.

Finalmente, depreendemos da própria intenção de originar uma nova generalidade teórica como uma dissociação. Consideremos as palavras dos tratadistas, quando dizem que:

[...] toda filosofia nova supõe a elaboração de um aparelho conceitual, do qual pelo menos uma parte, a que é fundamentalmente original, resulta de uma dissociação das noções que permite resolver os problemas que o filósofo se colocou (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 470).

Ressaltamos, no entanto, que fazemos aqui uma citação sucinta desse mecanismo de argumentação porque, primeiramente, aplicamos uma variedade de técnicas argumentativas relacionadas às ligações, mais facilmente identificáveis ou também porque, novamente tomando a expressão dos tratadistas: “a diferença entre ruptura de ligação e dissociação de noções é profunda e imediatamente discernível, mas na realidade, também essa distinção, como as outras oposições [...] pode ser muito controvertida” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 468).

1.2.9 A figura argumentativa da comunhão

Mostremos como se apresentam os *dados e forma do discurso* do Papa Francisco ao tratar da figura de *comunhão*, conforme Capítulo III do *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2005).

Na *Viagem Apostólica Do Papa Francisco A Cuba, Aos Estados Unidos Da América E Visita À Sede Da Organização Das Nações Unidas (Anexo 1)*, no ano de 2015, o Papa Francisco proferiu discurso no Congresso dos Estados Unidos, em Washington. Nesse discurso, podemos citar a forma solene do Papa ao aproximar-se do seu auditório.

A começar, ele menciona ser de origem similar a muitos cidadãos ali presentes, porque foi também um imigrante. Diz o discurso: “Apraz-me pensar que o motivo para isso tenha sido o facto de também eu ser um filho deste grande continente [...]”. Do mesmo modo, faz alusão à liberdade daquele país, valorizando assim esse ímpar

atributo: “na terra dos livres e casa dos valorosos”. Veremos, de forma sucinta, o que diz a teoria sobre a *figura argumentativa da comunhão*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 201) define as figuras de comunhão como aquelas “em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório”. Em negociação, essa figura de comunhão cria uma forma de conexão emocional, tão relevante para obter a adesão ou o acordo das partes. No *Capítulo 4*, essa conceituação será mais bem elaborada.

As figuras de comunhão servem para que o orador estabeleça elos com seu auditório, aproximando-o da tese sustentada e, por conseguinte, aumentando a probabilidade de atingir sua adesão. Lembremos que também a figura *alusão* desempenha uma função de evocar algo, sem designá-lo, porém confirma uma relação. Pela *alusão*, diz-nos Guimarães (2004, p. 156, 157),

cria-se ou confirma-se a comunhão com o auditório por força de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comuns entre o emissor do discurso e o ouvinte ou leitor [...] A esses dados de cultura se acrescenta geralmente, ao lado da carga argumentativa, o dado de uma afetividade particular.

Essas referências podem ser diretas ou indiretas, reais ou fictícias. De nossa parte, acrescentamos, em poucas palavras, que *alusão* é uma sucinta e reconhecida menção a alguém ou a algo.

Vejamos agora o fragmento, que se refere à introdução do referido discurso do Papa, *Visita Ao Congresso Dos Eua, (Anexo 1)*:

Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente da Câmara dos Representantes, Distintos Membros do Congresso, Queridos Amigos! Sinto-me muito grato pelo convite para falar a esta Assembleia Plenária do Congresso “**na terra dos livres e casa dos valorosos**”. Apraz-me pensar que o motivo para isso tenha sido o facto de **também eu ser um filho deste grande continente**, do qual muito recebemos todos nós e relativamente ao qual partilhamos uma responsabilidade comum (grifo nosso).

A comunhão com o auditório ainda está presente com as *perguntas retóricas*, referidas na teoria da Nova Retórica como *interrogações oratórias* ou *questionamentos oratórios*.

Apresentaremos, mais adiante, exemplos dessas perguntas no discurso feito pelo Papa Francisco no *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil* em visita ao Equador, Bolívia e Paraguai (*Anexo 10*).

De fato, ao tratar das questões que foram previamente solicitadas a ele, o Papa responde à sua audiência por meio de perguntas retóricas, como bem demanda tal concepção teórica. Assim se inicia o discurso: “Boa tarde, Escrevi este discurso baseando-me nas perguntas que chegaram a mim, que não são todas as que me fizestes vós”. Nota-se que já se especifica um acordo entre as partes no ato comunicativo. O tom discursivo será de proximidade, de comunhão, de plena interação.

O tema a ser discutido será de conhecimento mútuo. Assim, pela temática envolvida, os valores e crenças já delineiam certa validação pelo auditório. Ademais, com respostas às perguntas feitas previamente, o ato comunicativo entre o orador e seu auditório dividem o mesmo universo discursivo, caracterizando-se, desse modo, como estreiteza.

Antes de mostrar os fragmentos, vamos às palavras dos autores do *Tratado*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 179) proclamam que “o interrogativo é um modo cuja importância retórica é considerável”. Quando perguntamos para responder, estamos nos referindo a um objeto em particular, sugerindo um estímulo para a busca de um acordo tácito, que, enfatizemos, está relacionado com o tema em questão. Em negociação, uma pergunta retórica está ligada a esse estímulo, que pode facilitar ou comprometer o acordo. Assim sendo, nesse tipo de interação, o orador se deixa ver com mais propriedade no texto, cômico do que perguntar para, em seguida, responder ao seu auditório exatamente o que este anseia saber.

Dizem os tratadistas Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 180): “De fato, a forma interrogativa não deixa de introduzir um apelo à comunhão com um auditório, ainda que este fosse o próprio sujeito”. É o momento de mostrar os fragmentos, extraídos do *Anexo 10*, conforme já citado. Os grifos são nossos:

As ideologias têm uma relação incompleta, enferma ou ruim com o povo. As ideologias não assumem o povo. Por isso, observem o século passado. **Como terminaram as ideologias?** Em ditaduras, sempre.

Nos trechos a seguir, no desenvolvimento das respostas, o orador Papa Francisco se utiliza de duas ou três perguntas retóricas. Com elas, a atenção e a comunhão com o enunciário-leitor se mantêm asseguradas, recurso discursivo-argumentativo do orador:

É uma ida e volta, mas com o coração aberto. **Se tenho presunções de que o outro está equivocado, é melhor ir para casa e não tentar um diálogo, não é verdade?** O diálogo é para o bem comum e o bem comum é procurado a partir das nossas diferenças, possibilitando sempre novas alternativas. Por outras palavras, busca algo de novo. Sempre, quando existe verdadeiro diálogo conclui-se – permite-me a palavra, mas digo-a com nobreza – conclui-se com um novo acordo, onde todos nos colocamos de acordo com alguma coisa. **Permanecem as diferenças?** Estas ficam na lateral, na reserva.

Gosto de perguntar, quando confesso os penitentes – actualmente não tenho tantas oportunidades para confessar como tinha na minha diocese anterior - mas gosto de perguntar: **«E tu ajudas as pessoas?»**. «Sim, dou esmolas». **«E, diz-me, quando dás esmola, tocas na mão daquele para quem dás a esmola, ou lhe deitas a moeda e os desprezas?»**. São atitudes. **«Quando tu dás esta esmola, fixas o olhar na pessoa, ou olhas para o outro lado?»**. Isto significa desprezar o pobre.

Em relação à quarta pergunta, a resposta se encontra naquilo que falei sobre a economia em função da pessoa e não em função do dinheiro. A senhora, a empresária, falava da pouca efectividade de certos caminhos. **E se referia a um caminho que eu mencionara na Evangelii gaudium, que é o populismo irresponsável, não é assim?** E parece que não dão certo, não é verdade? E há muitas teorias. **O que fazer?** Creio que com aquilo que falo sobre uma economia com rosto humano está a inspiração para responder esta pergunta.

Segue-se a comunhão com o auditório. Lembremos que se trata de um discurso oral, para uma plateia presente. Nesse contexto, é como se o Papa estivesse dizendo: “Estou respondendo o que me perguntastes”. Podemos mencionar, assim, que o discurso em análise tem especificidades de um simulacro de diálogo face a face, uma *situação dialogal*, portanto, porém sem réplica oral e imediata. A audiência ouve em silêncio as respostas às perguntas previamente feitas e não tem a chance de respondê-las de imediato, somente pode refletir a respeito. Vejamos:

[...]

A fraternidade, a justiça, a paz e a dignidade se não são concretas não servem. São tarefa de todos os dias! Fazem-se todos os dias! **Então, eu te pergunto, a ti, jovem, como trabalhas estes ideais, no dia-a-dia, no concreto?** Ainda que te equivoques, te corriges e voltas a andar. Mas, no concreto.

E esta é a base do encontro: todos somos irmãos, filhos de um mesmo Pai, de um Pai celestial, e cada um, com a sua cultura, a sua língua, as suas tradições, tem muito para dar à comunidade. **Ora bem, “estou disposto a receber isto?”**. Se estou disposto a receber, e a dialogar com isto, então sim sento-me para dialogar; se não estou disposto, é melhor não perder tempo.

Mostremos outros fragmentos em que perguntas retóricas aparecem. Estas constam no discurso proferido *À Sede Da Organização Das Nações Unidas, (Anexo 1)*:

Estar ao serviço do diálogo e da paz significa também estar verdadeiramente determinado a reduzir e, a longo prazo, pôr termo a tantos conflitos armados em todo o mundo. Aqui devemos interrogar-nos: **Por que motivo se vendem armas letais àqueles que têm em mente infligir sofrimentos inexprimíveis a indivíduos e sociedade?** Infelizmente a resposta, como todos sabemos, é apenas esta: por dinheiro; dinheiro que está impregnado de sangue, e muitas vezes sangue inocente. Perante este silêncio vergonhoso e culpável, é nosso dever enfrentar o problema e deter o comércio de armas (grifo nosso).

O nosso mundo está a enfrentar uma crise de refugiados de tais proporções que não se via desde os tempos da II Guerra Mundial. Esta realidade coloca-nos diante de grandes desafios e decisões difíceis. Também neste continente, milhares de pessoas sentem-se impelidas a viajar para o Norte à procura de melhores oportunidades. **Porventura não é o que queríamos para os nossos filhos?** Não devemos deixar-nos assustar pelo seu número, mas antes olhá-los como pessoas, fixando os seus rostos e ouvindo as suas histórias, procurando responder o melhor que pudermos às suas situações.

Concernente à deliberação, o que remete ao gênero discursivo deliberativo, de finalidade aconselhamento, como já mencionamos, achamos por bem apresentar um fragmento em que aparece uma pergunta retórica e o termo *conselho* foi explicitado pelo orador Papa Francisco. O trecho foi extraído do *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, em visita ao Equador, Bolívia e Paraguai, (Anexo 10).

(Depois do canto)

Um conselho, como despedida, antes da bênção: o pior que vos pode acontecer a cada um de vós quando saiais daqui é pensar: «Como o Papa falou bem para o fulano, ao beltrano, para aquele outro». Se algum de vós quer pensar assim – porque o pensamento costuma vir, a mim também me vem, às vezes - é preciso rejeitá-lo. **«Para quem o Papa falou estas coisas?»**; «Para mim». Cada um, quem quer que seja: «Para mim». E convido-vos a rezar ao nosso Pai comum, todos juntos, cada um na sua língua: Pai-nosso... (Grifo nosso).

De fato, pode-se afirmar que as perguntas retóricas são introduzidas pelo orador para tornar mais vivo o discurso, para realçar o pensamento, para, enfim, manter a estreita relação e a efetiva aproximação entre os parceiros no ato comunicativo. Dizem respeito à plena *comunhão dos espíritos*, tomando aqui o conceito dos autores do *Tratado*, estabelecendo, portanto, mecanismos argumentativo-persuasivos: tudo para manter a atenção do auditório para que este reflita e delibere sobre as questões discutidas no discurso.

1.2.10 O uso do gênero clássico epidítico: um exemplo

Na abertura de um discurso em ocasião solene, é prática usual o orador saudar e louvar os presentes. Para isso, o orador procura se utilizar de valores em comunhão com os da comunidade discursiva, para, assim, aumentar a intensidade e a adesão desses valores comuns.

Estamos no domínio do gênero epidítico. Como parte do cerimonial de louvor, o brilho realçado pelo orador pode ser favorável à persuasão se a audiência considerar um ritual do qual também participa.

É como se apresenta a exemplificação do gênero epidítico neste recorte pontual, extraído do *Anexo 4*, sobre o discurso do Papa Francisco em Nova Iorque, na sede da ONU – *Organização Das Nações Unidas*, em 2015. Nesse recorte, o “brilho” é obtido pelo tom louvável aos valores que pertencem à comunidade, no caso, todos os envolvidos na ONU e, ainda, aos demais presentes da solenidade. Destacamos, assim, o tom louvável nestas asserções: “me sinto honrado”; “esta distinta assembleia”;

“a gratidão mais sincera e cordial”; “agradeço-lhe também suas amáveis palavras”.

Trazemos o recorte:

Senhor Presidente,
 Senhoras e Senhores: Bom dia.
 Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidou o Papa para falar a esta distinta assembleia das nações. Em meu nome e em nome de toda a comunidade católica, Senhor Ban Ki-moon, desejo manifestar-lhe a gratidão mais sincera e cordial; agradeço-lhe também as suas amáveis palavras. Saúdo ainda os chefes de Estado e de Governo aqui presentes, os embaixadores, os diplomatas e os funcionários políticos e técnicos que os acompanham, o pessoal das Nações Unidas empenhado nesta LXX Sessão da Assembleia Geral, o pessoal de todos os programas e agências da família da ONU e todos aqueles que, por um título ou outro, participam nesta reunião. Por vosso intermédio, saúdo também os cidadãos de todas as nações representadas neste encontro. Obrigado pelos esforços de todos e cada um em prol do bem da humanidade.

No trecho recém-mostrado temos, portanto, os traços do gênero epidítico aristotélico, caracterizado por valores tradicionais aceitos, arraigados em um auditório. Nele, não constam os valores de caráter revolucionário, que podem suscitar polêmicas ou controvérsias, conforme proclamam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 57). No discurso acima, portanto, estão considerados os valores tradicionais, a saber, de união e de boa vontade, representados, em especial, por este enunciado: “Obrigado pelos esforços **de todos** e cada um em **prol do bem da humanidade**” (grifo nosso).

1.2.11 O uso do gênero clássico deliberativo: um exemplo

É o momento de trazer um exemplo pontual da recorrente utilização do gênero discursivo deliberativo nos discursos do Papa Francisco. Lembremos esse gênero é utilizado ao considerar propósitos de aconselhar ou desaconselhar, com valores sobre o útil, nocivo, nobre e vil, voltadas para o futuro, conforme detalhamos nos pressupostos teóricos. No fragmento que mostraremos a seguir, o aconselhamento para o futuro pode ser verificado já na abertura do parágrafo: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum [...] pois sabemos que as coisas podem mudar”. Vejamos o exemplo, extraído do discurso *Anexo 2, Carta Encíclica*, (grifos nossos):

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. **A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.** Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.

Ressaltemos que o vocábulo “ainda” remete ao futuro, ao aconselhamento de que é possível, de que há tempo antes que as coisas possam mudar: “A humanidade possui **ainda** a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum”.

CAPÍTULO 2 – AS PAIXÕES (EMOÇÕES) NOS DISCURSOS

“Nós não podemos parar as emoções tanto quanto não podemos parar nossos pensamentos. O desafio é aprender a estimular as emoções úteis naqueles com quem negociamos – e em nós mesmos”.

(Roger Fisher; Daniel Shapiro, 2009, p. 7).

No *Capítulo 1*, procuramos mostrar, por meio das análises de textos anexados neste trabalho, quais os mecanismos argumentativos utilizados pelo Papa Francisco em seus discursos. Para isso, demos enfoque, em especial, à teoria da *Nova Retórica*, buscando apoio nos aportes teóricos apresentados no *Tratado* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Consideremos agora as paixões nos discursos.

2.1. Sobre as paixões (emoções)

“Não há teoria da alma, da contingência humana, da liberdade e da ação que não estabeleça um vínculo, estreito ou frouxo, com certa visão das paixões”.

(Michel Meyer, 2003, p. L).

É consensual afirmar que o Homem universal, de todos as épocas e lugares, seja dotado do inteligível e do sensível. Essa afirmação é praticamente incontestável e, assim sendo, também é um dos motivos pelos quais se têm aprofundado, nos tempos contemporâneos, os estudos em torno do binômio razão *versus* emoção que, em complementaridade, permeiam o ser vivo pensante.

Há que se considerar que estudos mais aprofundados no campo discursivo-argumentativo-retórico na era clássica não comportavam os sentimentos como fonte de provas em busca de “verdades” e sim predominavam as provas depreendidas por um discurso racional (apodítico) e não emocional.

Esclarecemos que esse ponto teórico não foi amplamente desenvolvido por Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado*. Ressaltemos, contudo, que as pesquisas que geraram essa obra, apresentada em 1958 em dois volumes, resultaram na redescoberta de uma parte da lógica aristotélica que há muito fora esquecida ou ignorada. Essa “parte da lógica” é resultado de análises que consideram o raciocínio informal, opondo-se ao formal, matemático.

Assim, para tratar das paixões, vamos buscar apoio na Retórica clássica, com as definições de paixões aplicáveis ao Homem universal de todas as épocas, como proclama Mestre Aristóteles. Da Retórica clássica, portanto, recolhemos conceituações de Aristóteles (2006, p. 160): “As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias”.

Ao rever a concepção aristotélica, as paixões, permeando relações e tomadas com valor aproximado de emoções, implicam, de fato, alterações inevitáveis nos seres. Isso se torna ainda mais concebível se o discurso for produzido com um propósito-fim para um auditório específico.

Tomemos, neste ponto, os apropriados esclarecimentos de Mosca (2007), p. 303): “A Retórica toma as paixões como elemento de análise e se vale dos movimentos passionais na construção do sentido, em movimentação, em situação de enunciação e comunicativa”.

Consideremos ainda estas palavras de Meyer (2003, p. XLI): “O que Aristóteles se dispõe explicitamente a mostrar em sua *Retórica* é que as paixões constituem um teclado no qual o bom orador toca para convencer”.

Ao lembrar que a credibilidade emocional de um orador é obtida sobretudo com base na sabedoria, virtude e benevolência, Plebe (1978, p. 43) nos esclarece sobre mais este pensamento de Aristóteles: “há paixões que, desde que usadas de forma convincente, funcionam como armas para fins da virtude”.

De fato, para convencer ou persuadir, o orador constrói seu discurso considerando a imagem da disposição, do estado de espírito que depreende de seu auditório: o *páthos*, um dos três elementos constituintes do caráter persuasivo do discurso. Assim, um orador pode gerar emoções por intermédio de seu discurso, concebido como mais racional e menos emocional ou vice-versa. O que se considera

é que o ser humano, dotado da faculdade de raciocinar e de sentir, está predestinado a fazer escolhas, a agir, a se emocionar.

O ato da deliberação e propriamente a ação de escolher envolve, por certo, o emocional e invariavelmente produz transformações no indivíduo. Na ação, quanto mais a emoção suplantar a razão, maior a intensidade da paixão nessa transformação. Isso talvez explique por que Aristóteles, embora aceitando as paixões em seus preceitos retóricos, não as visse com bons olhos. Dizia o Mestre estagirita que, quanto mais intensamente apaixonado²⁸, mais o ser se descentra de si próprio.

Vamos às palavras de Plebe (1978, p. 43). Esse autor nos informa, em nota de rodapé, que se trata do pensamento de *Dodds*, extraído da obra *The Greeks and the Irrational*:

Os Gregos sempre sentiram a experiência das paixões como um fato misterioso e terrível no qual experimentamos uma força que antes está em nós e nos possui, do que possuída por nós. A própria palavra *pathos* o comprova: como o seu equivalente latino *passio*, indica alguma coisa que *acontece* aos homens, vítimas passivas.

Deve ser por isso que Aristóteles pregava que o meio-termo, considerado por ele virtuoso, sempre levava o ser racional a procurar o equilíbrio de sua natureza, distanciando-o dos excessos e das faltas emocionais. É sabido que o valor incontestável da justeza percorre todo o pensamento ético aristotélico.

Pode-se depreender dos discursos, sem esforço, que o orador Papa Francisco não transmite sentimentos de resignação e conformismo, mas sim perseverança e obstinação: sem desistir, busca argumentar, aconselhar ou ensinar, enfim, negociar, apelando aos valores e crenças de seu auditório, particular ou universal, para ter êxito, conseguir o que quer, seus propósitos. De fato, as emoções levam a determinados comportamentos, que podem alterar substancialmente o resultado final das negociações. Detalharemos mais sobre essa afirmação nas análises de textos nos *Capítulos 3 e 4*.

A retórica, segundo Meyer, promove o encontro dos espíritos e da negociação de suas diferenças, e essa “negociação acontece pela linguagem (ou de modo mais genérico, através *da* – ou de *uma* – linguagem) pouco importa se é racional ou emotiva”

²⁸ Ratifica-se que o uso do termo *apaixonado* não se refere à situação do ser em estado amoroso.

(MEYER, 1993, p. 26-27). Essa linha de pensamento permite uma melhor definição do que seria a retórica:

Daí a definição *geral* que agora propomos: *a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão ou problema*. Este problema tanto pode uni-los como opô-los, mas reenvia sempre para uma alternativa (MEYER, 1993, p. 27).

Essa relação pode ser verificada na retórica entre o orador, ou o *éthos*, o auditório, ou o *páthos*, e o discurso, ou o *lógos*, e se ocupará sempre de um problema que afeta, de algum modo, a condição humana. O *éthos*, lembremos, diz respeito ao caráter do orador, ou à construção da imagem de si no discurso (AMOSSY, 2005).

A pertinência aqui exposta no campo da negociação trata da capacidade do interlocutor de dialogar – tanto no que se refere a comunicar como ouvir – e de construção e criação de valor entre os interlocutores. Só se consegue avançar se o *éthos* apresentar credibilidade e confiança.

Nas análises, mais adiante, trataremos de mostrar como aparecem nos textos do Papa as paixões *confiança*, *tranquilidade (calma)*, *temor (medo)*, *amor*, *compaixão* e *indignação*. Por ora, para seguir percorrendo sobre as paixões (emoções), achamos por bem recorrer ao *Dicionário Houaiss* (2004) para complementar as acepções de *paixão*²⁹:

[*Paixão*:] 4. grande sofrimento; martírio 5. sentimento, gosto ou amor intensos por alguma coisa; atividade, hábito ou vício dominador 6. a coisa, o objeto da paixão ou da predileção 7. furor incontrolável; exaltação, cólera 8. ânimo favorável ou contrário a alguma coisa e que supera os limites da razão; fanatismo 9. sensibilidade, entusiasmo que um artista transmite através da obra; calor, emoção, vida. 12. LÓG categoria aristotélica que indica a passividade, a inatividade perante uma ação alheia.

²⁹ Tenha-se presente que nem todas as acepções constantes no *Dicionário* são citadas, senão as significativas ou mais afins com o propósito deste trabalho.

Tamanha é a importância e o uso do termo *paixão* nos mais variados contextos de estudos e pesquisas que, Abbagnano, no *Dicionário de Filosofia* (2012, p. 363), dedica treze páginas para tratar desse assunto. Uma dessas muitas conceituações é a descrita a seguir:

“Lat. *Affectus* ou *Passio*. Em geral, entende-se por esse nome qualquer estado, movimento ou condição que provoque no animal ou no homem a percepção do valor (alcance ou importância) que determinada situação tem para sua vida, suas necessidades, seus interesses. (...) Desse modo, as emoções podem ser consideradas reações imediatas do ser vivo a uma situação favorável ou desfavorável: imediata, porque condensada e, por assim dizer, resumida no tom do sentimento, (agradável ou dolorosa), que basta para pôr o ser vivo em estado de alarme e para dispô-lo a enfrentar a situação com os meios de que dispõe.”

Tratemos, agora, de trazer as significações dadas às paixões que constam nos discursos do Papa Francisco, a saber³⁰:

Confiança: s.f. 1. crença na probidade moral, na sinceridade afetiva, nas qualidades profissionais etc., de outrem, que torna incompatível imaginar um deslize, uma traição, uma demonstração de incompetência de sua parte; crédito, fé 2. crença de que algo não falhará, é bem-feito ou forte o suficiente para cumprir sua função 3. força interior; segurança, firmeza 4. crença ou certeza de que suas expectativas serão concretizadas; esperança, otimismo.

Tranquilidade: s.f. 1. qualidade de tranquilo 2. estado do que é ou está tranquilo, isento de agitações, de inquietações, de perturbações ou de alvoroço. ETIM lat. *tranquillitas*, *atis* ‘calma, bonança; sossego, repouso’.

Calma: s.f. 1. o calor do dia; calor forte da atmosfera causado pelo sol e freq. acompanhado da cessação ou da redução dos ventos 2. *p.ext.* a hora mais quente do dia [...] 4.1. serenidade de ânimo ou de disposição, relaxamento [...] tranquilidade.

Temor: s.m. ato ou efeito de temer(-se); medo, receio 1. falta de tranquilidade, sensação de ameaça; susto 2. sentimento de profundo respeito e obediência.

Medo: s.m. 1. PSIC estado afetivo suscitado pela consciência do perigo ou que, ao contrário, suscita essa consciência. 2. temor, ansiedade irracional ou fundamentada; receio 3. desejo de evitar, ou apreensão, preocupação em relação a (algo desagradável).

³⁰ Cf. *Dicionário Houaiss* (2004).

Amor: s.m. 1 forma de interação psicológica ou psicobiológica entre pessoas, seja por afinidade imanente, seja por formalidade social. [...] 2.6 afeição baseada em admiração, benevolência ou interesses comuns; calorosa amizade, forte afinidade (*a. pelos antigos colegas*) 3. *p.ext.* força agregativa e protetiva que sentem os membros dos grupos, familiares ou não, entre si.

Compaixão [piedade]: s.f. sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem, acompanhado do desejo de minorá-lo; participação espiritual na infelicidade alheia que suscita um impulso altruísta de ternura para com o sofredor [...] sofrimento comum, comunidade de sentimentos, opiniões comuns, simpatias.

Indignação: s.f. 1 sentimento de cólera ou de desprezo experimentado diante de indignidade, injustiça, afronta; repulsa, revolta 2 *p.ext.* ira intensa; ódio, raiva.

No prefácio que Michel Meyer escreveu para a *Retórica das Paixões* (2003), de Aristóteles, lemos, no subitem 5. *As grandes paixões segundo Aristóteles*: As paixões refletem, no fundo, as representações que fazemos dos outros, considerando o que eles são para nós, realmente ou no domínio de nossa imaginação. Segundo ainda Meyer, (2003, p. XL), as paixões não são “nem meios nem fins, [elas] são as respostas às representações que os outros concebem de nós, são representações em segundo grau”.

Ainda com Meyer (2003, p. XLI), “as paixões refletem, no fundo, as representações que fazemos dos outros, considerando-se o que eles são para nós, realmente ou no domínio de nossa imaginação”. Meyer, na mesma obra, prossegue descrevendo as catorze paixões que aparecem nas obras aristotélicas *Retórica* e *Ética a Nicômaco*: cólera, calma, temor, segurança (confiança, audácia), inveja, impudência, amor (ou amizade), ódio, vergonha, emulação, compaixão [piedade], favor (obsequiosidade), indignação e desprezo. Na p. 184 da obra *Retórica* (2006), Obras Completas de Aristóteles, consta a descrição de *piedade*, e, como nota de rodapé, acresce “que também traduzimos por compaixão”.

Faz-se, portanto, necessário comentar neste ponto termo a termo as paixões sob a perspectiva aristotélica, visto que elas se incluem na seleção de Aristóteles como sendo as grandes paixões sentidas pelo Homem universal. Transcrevemos as definições:

[*confiança*]: É que a confiança é o contrário do temor; o que inspira confiança é o contrário do temível, de sorte que a esperança é

acompanhada da suposição de que os meios de salvação estão próximos, enquanto os temíveis ou não existem, ou estão distantes. O que inspira confiança é o distanciamento do temível e a proximidade dos meios de salvação. E igualmente se há meios de reparação e de proteção numerosos ou importantes, ou as duas coisas ao mesmo tempo; se não sofremos nem cometemos injustiça; se absolutamente não temos antagonistas, ou eles não têm poder, são nossos amigos, ou nos fizeram um favor ou o receberam de nós. Ou então se os que têm os mesmos interesses que nós são mais numerosos ou mais fortes, ou as duas coisas ao mesmo tempo (ARISTÓTELES, 2003, p. 35, 37).

[*calma/tranquilidade*:] A calma é uma verdadeira paixão porque reflete, interioriza uma certa imagem que o outro forma de nós, de sorte que, ao mesmo tempo, agimos sobre ele, mantendo (ou encontrando) nossa calma a seu respeito. Daí sua função retórica. Ela recria a simetria (MICHEL MEYER, 2003, p. XLIV).

Vamos admitir que a calma pode ser definida como um apaziguamento e uma pacificação da cólera [...] (ARISTÓTELES, 2003, p.167).

[*medo*:] Se o medo é acompanhado pelo pressentimento de que vamos sofrer algum mal que nos aniquila, é óbvio que aqueles que acham que nunca lhes vai acontecer nada de mal não têm medo, nem receiam as coisas, as pessoas e os momentos que, na sua maneira de pensar, não podem provocar medo. Assim, pois, necessariamente, sentem medo os que podem ser afetados por pessoas, coisas e momentos (ARISTÓTELES, 2006, p. 175).

[*temor*:] Seja, então, o temor certo desgosto ou preocupação resultantes da suposição de um mal iminente, ou danoso ou penoso, pois não se temem todos os males, por exemplo, o de que alguém se torne injusto ou de espírito obtuso, mas sim aqueles males que podem provocar grandes desgostos ou danos; e isso quando não se mostram distantes, mas próximos e iminentes. [...] Se, então, o temor é isso, necessariamente são temíveis aquelas coisas que parecem possuir grande capacidade de arruinar, ou de causar danos que levam a grande desgosto. Por isso, até os indícios de tais coisas são temíveis, porque o temível parece estar próximo; é nisso, com efeito, que reside o perigo, a aproximação do temível (ARISTÓTELES, 2003, p. 31).

Mas para temer é preciso guardar no íntimo alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta. Eis uma prova disso: o temor nos torna aptos a deliberar; ora, ninguém delibera sobre questões sem esperança. Assim, quando é melhor que os ouvintes sintam temor, é preciso pô-los nessa disposição de espírito, dizendo-lhes que podem sofrer algum mal, pois outros mais fortes que eles sofreram; e mostrar-lhes que pessoas como eles sofrem ou sofreram, por parte de quem não imaginavam, essas provações e em circunstâncias que não esperavam (ARISTÓTELES, ed. 2003, p. 35).

[*amor/amizade*:] O amor, ou a amizade, é certamente um vínculo de identidade mais ou menos parcial (MEYER, 2003, p. XLIV). [...]

Admitamos que amar é querer para alguém aquilo que pensamos ser uma coisa boa, por causa desse alguém e não por causa de nós. Pôr isto em prática implica uma determinada capacidade de nossa parte. É amigo aquele que ama e é reciprocamente amado. Consideram-se amigos os que pensam estar mutuamente nestas disposições. [...] é necessário que seja nosso amigo aquele que se regozija com as coisas boas e se entristece com as nossas amarguras, sem outra razão que não seja a pessoa amada (ARISTÓTELES, 2003, p. 170).

[*piedade/compaixão*.:] Vamos admitir que a “piedade” consiste numa certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afetando quem não merece ser afetado, podendo também fazer-nos sofrer a nós próprios, ou a algum dos nossos, principalmente quando esse mal nos ameaça de perto (ARISTÓTELES, 2006, p. 184).

[*indignação*.:] Todavia, o que Aristóteles sublinha expressamente é que a indignação reflete a não-aceitação (moral) do espetáculo das paixões, de sua desordem (MICHEL MEYER, 2003, p. XLVI).

[...]

Contrapõe-se sobretudo à piedade o que se chama indignação. À pena que se sente por males imerecidos contrapõe-se de algum modo, embora provenha do mesmo caráter, a pena experimentada por êxitos imerecidos. Ambas as paixões [*piedade e indignação*] são próprias de um caráter nobre [...] (ARISTÓTELES, 2006, p. 187).

Mostraremos discursos *apaixonados* do Papa Francisco que suscitem emoção para levar à reflexão e à ação do seu auditório, este diversificado, dependendo do tema e propósito. Mostraremos paixões citadas nos discursos. Conforme já afirmamos, o orador Papa transita por áreas distintas, entre as quais a religiosa, a política, a social e a econômica.

2.1.1 A indignação

Falemos, em primeiro lugar, da paixão *indignação*. Conforme consta na citação sobre essa paixão, Aristóteles considerava de caráter nobre quem a sente. De fato, sentir-se indignado e manifestar isso ao seu auditório é conceber que não se pode aceitar, calorosa e moralmente, a questão ou a situação de “desordem” tratada no discurso.

Por meio de sua indignação, que se pode depreender de suas palavras sem mesmo esse vocábulo ser citado, o orador Papa Francisco almeja aconselhar, incitar

o seu auditório a deliberar, agir, para mudar a situação de não aceitação presente, pois, caso não isso não seja feito, haverá consequências prejudiciais no futuro. É sua maneira de obter a adesão da questão posta no discurso. Com isso, pretende conseguir “ganhar”, enfim, que seu auditório atenda seu apelo. Nesse contexto, podemos afirmar que esse processo não deixa de ser uma negociação, assunto para os próximos capítulos. Acrescentamos, ainda, que esse processo contém características do gênero discursivo deliberativo.

Trazemos o fragmento retirado do discurso (em Nova Iorque) do Papa: *Viagem Apostólica Do Papa Francisco A Cuba, Aos Estados Unidos Da América E Visita À Sede Da Organização Das Nações Unidas, (Anexo 4)*, que, como pode ser verificado, denota a indignação de um líder global com as mazelas vividas em várias partes do mundo. Vejamos:

O abuso e a destruição do meio ambiente aparecem associados, simultaneamente, com um processo ininterrupto de exclusão. Na verdade, uma ambição egoísta e ilimitada de poder e bem-estar material leva tanto a abusar dos meios materiais disponíveis como a excluir os fracos e os menos hábeis, seja pelo facto de terem habilidades diferentes (deficientes), seja porque lhes faltam conhecimentos e instrumentos técnicos adequados ou possuem uma capacidade insuficiente de decisão política. A exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem esses ataques por um triplo e grave motivo: são descartados pela sociedade, ao mesmo tempo são obrigados a viver de desperdícios, e devem injustamente sofrer as consequências do abuso do ambiente. Estes fenómenos constituem, hoje, a “cultura do descarte” tão difundida e inconscientemente consolidada.

O carácter dramático de toda esta situação de exclusão e desigualdade, com as suas consequências claras, leva-me, juntamente com todo o povo cristão e muitos outros, a tomar consciência também da minha grave responsabilidade a este respeito, pelo que levanto a minha voz, em conjunto com a de todos aqueles que aspiram por soluções urgentes e eficazes. A adopção da «Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável», durante a Cimeira Mundial que hoje mesmo começa, é um sinal importante de esperança.

Conforme trechos acima expostos, o Papa Francisco, indignado, é explícito ao afirmar sobre o “carácter dramático de toda esta situação de exclusão e desigualdade, com suas consequências claras” e, ainda, é temeroso de tais consequências pelo

“abuso e a destruição do meio ambiente”. Assim, quer também fazer com que seu auditório tema para que ajam, para que parem com a “ambição egoísta”, que façam (“todos aqueles que aspiram por soluções urgentes e eficazes”) a necessária mudança no presente para evitar as consequências prejudiciais futuras.

Lembremos o pensamento de Aristóteles, em fragmento recém-citado, sobre o *temor*: “Assim, quando é melhor que os ouvintes sintam temor, é preciso pô-los nessa disposição de espírito, dizendo-lhes que podem sofrer algum mal [...]”. Ainda, “o temor é isso, necessariamente são temíveis aquelas coisas que parecem possuir grande capacidade de arruinar, ou de causar danos que levam a grande desgosto”. Estamos no domínio do *páthos*, o conjunto de emoções (paixões) que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso.

No que se refere a efeitos argumentativos, podemos acrescentar que temos aqui configurado o argumento *ad consequentiam*, de vínculo causal. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 299, 300):

O vínculo causal desempenha, incontestavelmente, um papel essencial, e seus efeitos argumentativos são tão numerosos quanto variados. [...] deve permitir argumentações de três tipos: a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos [...]; b) as que, tendem a descobrir a existência de uma causa [...]; c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

Para Grácio e Mosca (2016, p. 39), ao utilizar o argumento *ad consequentiam* “surte os efeitos mais eficazes, depois de pintar o quadro mais dramático que envolve a sociedade local”.

Assim, em termos argumentativos, pode-se afirmar que, se evidencia, no discurso, o *docere* e *movere*³¹, ou seja, o orador Papa tenta *ensinar* (*instruir*) e *comover*, incitando o seu auditório a agir. Para obter isso, o Papa Francisco se aproxima ainda mais de seu auditório, se coloca junto dele, faz parte dele, que, neste discurso, pode ser considerado universal. Aqui está o sentido de pertencimento, que vai envolver seu interlocutor, conforme consta no trecho recém-exposto: “leva-me,

³¹ Em outros discursos, o orador Papa Francisco também se utiliza da terceira concepção ciceroniana *conciliare* (*delectare*). Para Reboul (2004, p. XVIII) “*Docere* (instruir, ensinar) é o lado argumentativo do discurso. *Delectare* (agradar) é seu lado agradável, humorístico, etc. *Movere* (comover) é aquilo com que ele abala, impressiona o auditório.

juntamente com todo o povo cristão e muitos outros, a tomar consciência também da minha grave responsabilidade a este respeito”.

Ainda no que se refere à paixão *indignação*, vamos a outro exemplo, também extraído do texto *Viagem Apostólica Do Papa Francisco... Visita À Organização Das Nações Unidas*, discurso em Nova Iorque (*Anexo 4*).

Nele, do mesmo modo, pode-se depreender a indignação do Papa pelo que ocorre ainda no mundo: uma vastidão de mulheres e homens excluídos. Ainda, traz o aconselhamento para que faça o que for preciso para pôr fim a essa exclusão. Isso está presente no apelo desse orador: “É necessário”. Segue o trecho:

Mas, hoje, o panorama mundial apresenta-nos muitos direitos falsos e, ao mesmo tempo, amplos sectores sem protecção, vítimas inclusivamente dum mau exercício do poder: o ambiente natural e o vasto mundo de mulheres e homens excluídos são dois sectores intimamente unidos entre si, que as relações políticas e económicas preponderantes transformaram em partes frágeis da realidade. Por isso, é necessário afirmar vigorosamente os seus direitos, consolidando a protecção do meio ambiente e pondo fim à exclusão.

Mais um exemplo do sentimento de indignação do orador Papa Francisco em *Visita À Organização Das Nações Unidas*, discurso em Nova Iorque, (*Anexo 4*):

A exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem esses ataques por um triplo e grave motivo: são descartados pela sociedade, ao mesmo tempo são obrigados a viver de desperdícios, e devem injustamente sofrer as consequências do abuso do ambiente.

A paixão pode ser depreendida sem esforço. Basta notar o tom discursivo de não aceitação quando se lê: “A exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem [...]”.

Mais adiante, no mesmo discurso do Papa Francisco ora em análise (*Anexo 4*), temos ainda o inconformismo que beira à indignação, com o apelo às mudanças: “As nefastas consequências duma irresponsável má-gestão da economia mundial, guiada

unicamente pela ambição de lucro e poder, devem constituir um apelo a esta severa reflexão sobre o homem”.

Encontramos de forma rara o léxico *ódio* nos discursos do Papa Francisco. O ódio é a paixão oposta do amor (sobre a qual falaremos mais adiante). Quando esse termo é citado, o discurso traz o tom indignado do orador Papa Francisco, como no trecho que mostramos a seguir, extraído também do *Anexo 4*, a saber, discurso por ocasião da *Visita À Organização Das Nações Unidas*. Os grifos (negritos) são nossos:

Nesta linha, não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional. Por isso, **embora desejasse não ter necessidade de o fazer, não posso deixar de reiterar os meus apelos que venho repetidamente fazendo em relação à dolorosa situação** de todo o Médio Oriente, do Norte de África e de outros países africanos, onde os cristãos, juntamente com outros grupos culturais ou étnicos e também com aquela parte dos membros da religião maioritária que não quer deixar-se envolver **pelo ódio** e a loucura, foram obrigados a ser testemunhas da destruição dos seus lugares de culto, do seu património cultural e religioso, das suas casas e haveres, e foram postos perante a alternativa de escapar ou pagar a adesão ao bem e à paz com a sua própria vida ou com a escravidão.

Vale apresentar mais um texto, agora da *Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos*, discurso em Washington, (*Anexo 1*):

Todos estamos plenamente cientes e também profundamente preocupados com a situação social e política inquietante do mundo actual. O nosso mundo torna-se cada vez mais um lugar de conflitos violentos, **ódios** e atrocidade brutais, cometidos até mesmo em nome de Deus e da religião. Sabemos que nenhuma religião está imune de formas de engano individual ou de extremismo ideológico. Isto significa que devemos prestar atenção a qualquer forma de fundamentalismo, tanto religioso como de qualquer outro género. É necessário um delicado equilíbrio para se combater a violência perpetrada em nome duma religião, duma ideologia ou dum sistema económico, enquanto, ao mesmo tempo, se salvaguarda a liberdade religiosa, a liberdade intelectual e as liberdades individuais (grifo nosso).

Há que se notar, como recorrência, o aconselhamento feito pelo Papa Francisco com a solicitação: “É necessário um delicado equilíbrio para se combater a

violência perpetrada em nome duma religião, duma ideologia ou dum sistema económico [...]”.

A seguir, mais fragmentos textuais em que se pode verificar a paixão *indignação* no discurso do Papa Francisco. Trata-se do *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto Da Santa Sé, (Anexo 12)*.

Em um desses fragmentos aparece grafado o termo *medo*. A palavra *paz*, que remete à *calma* ou *tranquilidade*, foi igualmente citada. Falaremos, mais adiante, dessas outras paixões aristotélicas.

Ressaltemos que nos fragmentos se mantêm ainda os traços do gênero discursivo deliberativo, a saber, os ensinamentos e os aconselhamentos para ação no presente a fim de evitar mais consequências danosas no futuro. Vejamos:

No decurso deste ano, tem lugar o centenário do fim da I Guerra Mundial:

[...] Das cinzas da Grande Guerra, podemos retirar duas advertências, que a humanidade, infelizmente, não soube compreender de imediato, encontrando-se vinte anos depois a combater um novo conflito, ainda mais devastador que o precedente.

As “advertências” são os chamados para que seu auditório reflita e delibere sobre o que fazer.

A primeira advertência: vencer nunca significa humilhar o adversário derrotado. A paz não se constrói como afirmação do poder do vencedor sobre o vencido. Não é a lei do medo que dissuade de futuras agressões, **mas** a força serena duma razoabilidade que incita ao diálogo e à mútua compreensão para sanar as diferenças (grifo nosso).

No discurso, o Papa Francisco menciona sobre a “lei do medo”, contrapondo-a à “força serena duma razoabilidade que incita ao diálogo”. O “mas” aconselha a não sentir medo e sim ter força, calma para dialogar e não mais ter de guerrear, de agredir ou sofrer futuras agressões.

Lembremos as palavras recém-citadas de Aristóteles ao afirmar que “é óbvio que aqueles que acham que nunca lhes vai acontecer nada de mal não têm medo, nem receiam as coisas, as pessoas e os momentos”.

A segunda advertência que o orador traz no discurso, arremata, com o termo *paz*, os sentimentos da *calma/tranquilidade*.

Daqui deriva a segunda advertência: a paz consolida-se quando as nações se podem confrontar num clima de igualdade.

A “calma”, para Michel Meyer (2003, p. XLIV), tem “função retórica. Ela recria a simetria”. Essa simetria se dá porque, o auditório, ao ler sobre esse sentimento no discurso do orador, forma certa imagem dele, mantendo-se na mesma sintonia. Ainda lemos desse autor que, “a calma, por exemplo, não é a indiferença às paixões, mas antes uma *resposta* à maneira como nos tratam” (MEYER, 2003, p. XLVII).

São bem oportunas, portanto, estas palavras, extraídas do discurso do Papa Francisco, a saber, a segunda advertência: “a paz consolida-se quando as nações se podem confrontar num clima de igualdade”.

No mesmo texto, *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático [...]*, (Anexo 12), encontramos ainda mais termos que remetem à *tranquilidade*, à “cultura da paz”. Assim diz Papa Francisco, recorrentemente com discurso em primeira pessoa do singular, particularidade que, como já dissemos, traz igualmente credibilidade e proximidade: “Por isso desejo encorajar, sobre o tema, um debate sereno e o mais amplo possível, que evite polarizações da comunidade internacional numa questão tão delicada”. O Papa se referia “aos esforços perseverantes em ordem ao desarmamento e à redução do recurso à força armada na gestão dos assuntos internacionais”.

Voltemos ao sentimento de indignação. Agora, o vocábulo aparece grafado no discurso. De forma recorrente, consta “é preciso que cada um [...]”, apelo que pode ser tomado como aconselhamento. Vejamos o trecho, igualmente extraído do *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático*, (Anexo 12):

A comunidade internacional não esqueça também o sofrimento em muitas partes do continente africano, especialmente no Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Somália, Nigéria e República Centro-Africana, onde o direito à vida está ameaçado pela exploração indiscriminada dos recursos, pelo terrorismo, pela proliferação de

grupos armados e por prolongados conflitos. **Não basta indignar-se perante tanta violência! É preciso que cada um, no seu próprio âmbito, trabalhe ativamente por remover as causas da miséria e construir pontes de fraternidade**, premissa fundamental para um desenvolvimento humano autêntico (grifo nosso).

Vale, por fim, acrescentar: Os discursos emocionados do Papa Francisco, produzidos com características do gênero deliberativo, que, enfatizemos, tem a finalidade de aconselhar para ações no futuro, traz, igualmente, traços de racionalidade. Busquemos, neste ponto, as palavras de Michel Meyer (2003, p. XXXVI), presentes no prefácio de *Retórica das Paixões*: “A razão é uma paixão refletida, portanto contida, subordinada a um fim *pensado*”.

2.1.2 A piedade/compaixão

A seguir, ainda por meio de trechos retirados dos discursos do Papa Francisco, veremos como se apresentam o sentimento *piedade/compaixão*. Como temos feito, é apropriado trazer também o pensamento de Aristóteles acerca dessa paixão: a *piedade* consiste numa certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afetando quem não merece ser afetado. Dito de outra forma, pode-se afirmar que, mais comumente, a *compaixão* é um sentimento que um ser sente pelo outro; aquele sente porque acha que este sofre de males imerecidos. Ambas as paixões (*piedade* e *indignação*) são próprias de um caráter nobre, diz-nos ainda Aristóteles.

Nos discursos do Papa Francisco, a *piedade/compaixão* e a *indignação* se inter-relacionam. Estão, assim, em estreita correlação. Melhor dizendo, se o Papa Francisco se mostra indignado por fatos envolvendo males que afetam pessoas, em especial as mais frágeis, o sentimento de *compaixão*, invariavelmente, pode ser depreendido de suas palavras. Os textos que acabamos de mostrar para tratar da paixão *indignação* já podem comprovar isso. Vejamos outros para corroborar essa nossa afirmação. Este foi extraído do *Anexo 4, Visita À Organização Das Nações Unidas*.

Estas realidades devem constituir um sério apelo a um exame de consciência por parte daqueles que têm a responsabilidade pela

condução dos assuntos internacionais. Não só nos casos de perseguição religiosa ou cultural, mas em toda a situação de conflito, como na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos, antes dos interesses de parte, mesmo legítimos, existem rostos concretos.

Nas guerras e conflitos, existem pessoas, nossos irmãos e irmãs, homens e mulheres, jovens e idosos, meninos e meninas que choram, sofrem e morrem. Seres humanos que se tornam material de descarte, enquanto nada mais se faz senão enumerar problemas, estratégias e discussões (grifo nosso).

Da *Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos Da América*, discurso em Washington, (*Anexo 1*), encontramos os trechos, a seguir expostos, que consideramos os mais convenientes a serem mostrados para, assim, ratificar nossa afirmação. Em um deles, está grafado o termo *compaixão*. Em outro, o Papa declara que deseja a abolição global da pena de morte, pois, para ele, cada vida é sagrada e dotada de uma dignidade inalienável. Aqui, a compaixão (e o amor) transcendem a indignação.

Lembre-mos da regra de ouro: «O que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles» (Mt 7:12).

Esta norma aponta-nos uma direcção clara. Tratem os outros com a mesma paixão **e compaixão** com que desejamos ser tratados. Procuremos para os outros as mesmas possibilidades que buscamos para nós mesmos. Ajudemos os outros a crescer, como quereríamos ser ajudados nós mesmos (grifo nosso).

Esta convicção levou-me, desde o início do meu ministério, a sustentar a vários níveis a abolição global da pena de morte. Estou convencido de que esta seja a melhor via, já que cada vida é sagrada, cada pessoa humana está dotada duma dignidade inalienável, e a sociedade só pode beneficiar da reabilitação daqueles que são condenados por crimes.

2.1.3 O medo/temor

Sobre o *medo*, ou *temor*, relembremos o pensamento de Aristóteles, já citado anteriormente. O Mestre diz, então: Mas para temer é preciso guardar no íntimo

alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta. Eis uma prova disso: o temor nos torna aptos a deliberar; ora, ninguém delibera sobre questões sem esperança.

Neste ponto, ao tratar do *medo*, ou *temor*, citemos as palavras de Lineide Mosca (2015, p. 138):

O temor e o seu oposto, a confiança, pressupõem uma assimetria na relação, manifestada por uma diferença maior, que pode ser anulada, respeitada ou enfrentada, diferentemente do que se dá com o amor, e também a amizade, e com o ódio, que supõem uma simetria e em que a distância entre os sujeitos se torna insignificante.

É nesta linha de pensamento que esses vocábulos são citados nos discursos do Papa Francisco: que “uma assimetria na relação, manifestada por uma diferença maior, [...] pode ser anulada, respeitada ou enfrentada”. O Papa Francisco procura respeitar o medo que o outro sente, busca anular esse sentimento, procura, enfim, mostrar-se em igualdade com seu auditório, tratá-lo como seu semelhante. No *Capítulo 3*, falaremos mais sobre o *Princípio da Adaptabilidade*, como forma de percepção e tratamento de assimetrias nas relações. Adiantando, esse *princípio* pode ensejar o redimensionamento das questões centrais envolvidas.

Vamos aos exemplos do *Anexo 10, Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, viagem apostólica ao Equador, Bolívia e Paraguai (grifos nossos):

«Não! Não te metas, que esta realidade não tem mais concerto». Esta mentalidade, por outro lado, que pretende olhar para frente é considerada absurda. É preciso jogá-la por algo, jogá-la por alguém. Esta é a vocação da juventude e não tendes **medo** de deixar tudo para trás. Jogai limpo, jogai com tudo. Não tendes **medo** de dar o vosso melhor. Não procureis o concerto prévio para evitar o cansaço, a luta. Não tenteis “comprar o juiz”.

[...]

A harmonia, e isto é o que conta. Não tendes **medo** ao conflito, **mas tratai e buscai caminhos de solução**.

No *Anexo 1, Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos*, discurso proferido em Washington, temos novamente o vocábulo *medo*, que é citado para falar de esperança, de confiança.

Nós, pessoas deste continente, não temos **medo** dos estrangeiros, porque outrora muitos de nós éramos estrangeiros. Digo-vos isto como filho de imigrantes, sabendo que também muitos de vós sois descendentes de imigrantes.

O discurso afirma, portanto, que o medo foi vencido, que a diferença maior foi anulada, respeitada ou enfrentada, utilizando-nos aqui do pensamento recém-citado de Lineide Salvador Mosca (2015).

2.1.4 A confiança

Mostremos, agora, excertos de discursos do Papa Francisco que demonstram o sentimento de *confiança*. Reavivando as ideias de Aristóteles sobre essa paixão, temos: É que a confiança é o contrário do temor; o que inspira confiança é o contrário do temível, de sorte que a esperança é acompanhada da suposição de que os meios de salvação estão próximos.

Começemos com o discurso do *Anexo 13, Carta Do Papa Francisco Para O Evento “Economy Of Francesco”*. A confiança nos jovens se estabelece com as afirmações: “[...] já sois a profecia de uma economia atenta à pessoa e ao meio ambiente”. Ainda, “[...] bem sei que sois capazes [...]”.

Perante esta urgência, todos, absolutamente todos nós somos chamados a rever os nossos esquemas mentais e morais, para que estejam mais em conformidade com os mandamentos de Deus e com as exigências do bem comum. Mas pensei em convidar de modo especial a vós jovens porque, com o vosso desejo de um porvir bom e jubiloso, **já sois a profecia de uma economia atenta à pessoa e ao meio ambiente.**

Caríssimos jovens, **bem sei que sois capazes** de ouvir com o coração os brados cada vez mais angustiantes da terra e dos seus pobres em busca de ajuda e de responsabilidade, ou seja, de alguém que “responda” e não olhe para o outro lado (grifo nosso).

Com o *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto Da Santa Sé, (Anexo 12)*, o tom confiante do Papa Francisco está estabelecido ao afirmar sobre os encontros com os representantes e outras religiões, “testemunhando como

as peculiaridades de cada uma não são obstáculos ao diálogo, mas a seiva que o nutre no desejo comum de estabelecer a verdade e praticar a justiça”.

No que se refere ao discurso realizado em Nova Iorque, durante a viagem a Cuba, aos Estados Unidos da América e visita à “*Organização Das Nações Unidas*”, Anexo 4, o Papa Francisco explicita sua confiança com a realização de eventos: “A adopção da ‘Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’, durante a Cimeira Mundial que hoje mesmo começa, [...] é um sinal importante de esperança”. Prossegue o orador Papa: “Estou confiado também que a Conferência de Paris sobre as alterações climáticas alcance acordos fundamentais e efectivos”.

Vamos ao Anexo 1, texto da *Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos Da América*, discurso realizado em Washington. Dele, extraímos estes fragmentos:

Na encíclica *Laudato si'*, exorto a um esforço corajoso e responsável para «mudar de rumo» (ibid., 61) e evitar os efeitos mais sérios da degradação ambiental causada pela actividade humana. **Estou convencido de que podemos fazer a diferença e não tenho dúvida alguma** de que os Estados Unidos – e este Congresso – têm um papel importante a desempenhar.

Temos a liberdade necessária para limitar e orientar a tecnologia (cf. ibid., 112), para individuar modos inteligentes de «orientar, cultivar e limitar o nosso poder» (ibid., 78) e colocar a tecnologia «ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral» (ibid., 112). **A este respeito, confio que as instituições americanas de investigação e académicas poderão dar um contributo vital nos próximos anos** (grifo nosso).

Por fim, apresentamos trecho do Anexo 10, Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil, viagem ao Equador, Bolívia e Paraguai. É uma demonstração de confiança, de esperança e de fé em Deus.

Pelo contrário, em vós [povo paraguaio], vejo a seiva duma vida que não para e quer germinar. E isto, Deus sempre o abençoa. Deus está sempre a favor de tudo o que ajuda a levantar e melhorar a vida dos seus filhos. É verdade que há coisas que estão mal; há situações injustas. Mas o facto de vos ver e ouvir ajuda-me a renovar a esperança no Senhor, que continua a actuar no meio do seu povo.

Faz-se necessário esclarecer, para encerrar, que a paixão *confiança* voltará a ser tratada no *Capítulo 4*, quando uma relação mais estreita do Papa Francisco como argumentador-negociador será melhor formalizada.

2.1.5 O amor/amizade

Considerando as amostragens adequadas para demonstrar o tom de confiança nos discursos do Papa, falemos da paixão *amor*, que, conforme Aristóteles, possui um vínculo de identidade com a *amizade*. Para o Mestre estagirita, reavivando seus conceitos já citados neste trabalho, amar é querer para alguém aquilo que pensamos ser uma coisa boa, por causa desse alguém e não por causa de nós.

Em cada texto analisado, esse vocábulo faz-se presente não menos que duas vezes, como no *Discurso Do Papa Francisco Ao Corpo Diplomático Acreditado Junto Da Santa Sé, (Anexo 12)*. Os grifos (negritos) são nossos:

Contudo, é lícito esperar que os homens, por meio de encontros e negociações, venham a conhecer melhor os laços comuns de natureza que os unem e assim possam compreender a beleza de uma das mais profundas exigências da natureza humana, a de que reine entre eles e as suas respectivas nações, não o temor, mas o **amor**, um **amor** que antes de tudo leve os homens a uma colaboração leal, multiforme, portadora de inúmeros bens».

Ora não se mantém de pé uma casa construída sobre a areia de relacionamentos frágeis e volúveis; mas é preciso a rocha, sobre a qual assentar bases sólidas. E a rocha é precisamente aquela comunhão de **amor**, fiel e indissolúvel, que une o homem e a mulher, comunhão essa que tem uma beleza austera e simples, um caráter sacro e inviolável e uma função natural na ordem social.

No (Anexo 1), *Viagem Apostólica Do Papa Francisco A Cuba, Aos Estados Unidos Da América E Visita À Sede Da Organização Das Nações Unidas - Visita Ao Congresso Dos Estados Unidos Da América*, em Washington, temos:

Construir um futuro de liberdade requer **amor** pelo bem comum e colaboração num espírito de subsidiariedade e solidariedade.

É importante que hoje, como no passado, a voz da fé continue a ser ouvida, porque é uma voz de fraternidade e de **amor** que procura fazer surgir o melhor em cada pessoa e em cada sociedade.

Na mesma viagem e em *Visita À Sede Da Organização Das Nações Unidas, (Anexo 4)*, encontramos no discurso proferido na cidade de Nova Iorque:

Nós cristãos, juntamente com as outras religiões monoteístas, acreditamos que o universo provém duma decisão de **amor** do Criador, que permite ao homem servir-se respeitosamente da criação para o bem dos seus semelhantes e para a glória do Criador, mas sem abusar dela e muito menos sentir-se autorizado a destruí-la.

Vamos a outro texto, (*Anexo 10*), *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, que, lembremos, ocorreu na viagem ao Equador, Bolívia e Paraguai.

Ou seja, para que exista diálogo é preciso ter esta base fundamental. E qual é a identidade dum país – estamos falando do diálogo social aqui: é o **amor** à Pátria. «Primeiro a Pátria, depois o meu negócio!».

Quando há **amor** ao homem e vontade de o servir, é possível criar as condições para que todos tenham acesso aos bens necessários, sem que ninguém seja descartado.

Amai a vossa Pátria, os vossos concidadãos e sobretudo **amai** os mais pobres.

Estou convencido, pela vossa própria história, de que tendes a força maior que existe: a vossa humanidade, a vossa fé, o vosso **amor**.

Vale ressaltar, contudo, que é abundante o aparecimento desse termo no texto *Carta Encíclica Laudato Si' Do Santo Padre Francisco Sobre O Cuidado Da Casa Comum*, (*Anexo 2*). Apresentaremos, a seguir, somente alguns trechos, considerando que são suficientes para apoiar a nossa afirmação de que essa paixão perpassa o discurso do Papa Francisco. O termo *amor* foi negrito por nós. Eis os fragmentos:

A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por **amor**, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que «não é somente alguma coisa, mas alguém.

São João Paulo II recordou que o **amor** muito especial que o Criador tem por cada ser humano «confere-lhe uma dignidade infinita».

Os Salmos convidam, frequentemente, o ser humano a louvar a Deus criador: «Estendeu a terra sobre as águas, porque o seu **amor** é eterno».

Na verdade, toda a sã espiritualidade implica simultaneamente acolher o **amor** divino e adorar, com confiança, o Senhor pelo seu poder infinito.

Na tradição judaico-cristã, dizer «criação» é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projecto do **amor** de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado. A natureza entende-se habitualmente como um sistema que se analisa, compreende e gere, mas a criação só se pode conceber como um dom que vem das mãos abertas do Pai de todos, como uma realidade iluminada pelo **amor** que nos chama a uma comunhão universal.

O universo não apareceu como resultado duma onipotência arbitrária, duma demonstração de força ou dum desejo de auto-afirmação. A criação pertence à ordem do **amor**. O **amor** de Deus é a razão fundamental de toda a criação: «Tu amas tudo quanto existe e não detestas nada do que fizeste; pois, se odiasses alguma coisa, não a terias criado».

Até a vida efémera do ser mais insignificante é objecto do seu **amor** e, naqueles poucos segundos de existência, Ele envolve-o com o seu carinho. Dizia São Basílio Magno que o Criador é também «a bondade sem cálculos», e Dante Alighieri falava do «**amor** que move o sol e as outras estrelas».

Isto dá lugar à apaixonante e dramática história humana, capaz de transformar-se num desabrochamento de libertação, engrandecimento, salvação e **amor**, ou, pelo contrário, num percurso de declínio e mútua destruição.

Com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e **amor** e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador.

Todo o universo material é uma linguagem do **amor** de Deus, do seu carinho sem medida por nós.

Os bispos do Japão, por sua vez, disseram algo muito sugestivo: «Sentir cada criatura que canta o hino da sua existência é viver jubilosamente no **amor** de Deus e na esperança».

«Louvado sejas, meu Senhor, por aqueles que perdoam por teu **amor**». Tudo está interligado. Por isso, exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao **amor** sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade.

Com efeito, aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de comunidade, uma especial capacidade de solicitude e uma criatividade mais generosa, um **amor** apaixonado pela própria terra, tal como se pensa naquilo que se deixa aos filhos e netos.

Ao recordar que a *Carta Encíclica* trata do “cuidado da casa comum”, e que “casa comum” é o planeta, esse texto é dirigido, assim, a um auditório universal: todos os habitantes da terra.

CAPÍTULO 3 – A TEORIA AMEN: UMA POSSÍVEL GENERALIDADE

“Perante um obstáculo, a linha mais curta entre dois pontos pode ser a curva”.

B. Brecht (escritor alemão, 1898-1956),
Vida de Galileu, XIV. ³²

No *Capítulo 2*, para demonstrar as paixões, as apreendidas pelo discurso e as citadas nos textos do Papa, buscamos apoio na Retórica clássica, com as definições de paixões aplicáveis ao ser humano de todas as épocas, como assim proclama o filósofo grego Aristóteles. Além disso, recolhemos conceituações e pensamentos de autores da contemporaneidade, em especial, do professor belga Michel Meyer. Por ter prefaciado a *Retórica das Paixões*, de Aristóteles, o estudo da genealogia passional que esse autor desenvolve na obra pôde contribuir aos fundamentos daquele nosso capítulo. Em complemento, recorreremos a dicionários para apresentar o inventário etimológico das paixões envolvidas.

É tempo agora de outras concepções, as deste capítulo.

O mundo passou por eras fundamentais, como a agrícola, industrial e da sociedade do conhecimento, até os dias atuais, completamente envolvido pela conectividade de interação em redes, com suas respectivas características e importâncias. A tecnologia e a velocidade têm transformado nossas vidas num contexto de alta complexidade e eterno conflito existencial e funcional. No entanto, desde os mais remotos tempos, uma área continua com similaridade e chamando a atenção de todos nós: o estudo do comportamento humano com seus sentimentos, que parece manter, há milhares e milhares de anos, além dos aspectos puramente

³² BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 148.

biológicos, a necessidade de trocas e convívios sociais com os pares. Aqui estamos em plena arena da argumentação e, igualmente, da negociação.

3.1 Sobre as negociações

O tema da negociação está presente na vida de todas as pessoas, sejam elas empresários, políticos, religiosos, familiares, enfim, pessoas em geral. O processo de negociação igualmente não se reserva a determinados níveis socioeconômicos, de gêneros, de idades, culturais ou geográficos. É lida regular com nossos vizinhos e mesmo com nossas famílias. Afinal, o ser humano já começa a negociar desde que nasce. Uma criança quando chora, por exemplo, está negociando com os pais para conseguir alimento ou carinho. A negociação, dessa forma, acontece cotidianamente e em todos os níveis.

Nessa linha de raciocínio, a maioria das situações existenciais no cotidiano implica, quase sempre, em negociação, por meio de argumentação, relacionamento humano, compromissos e objetivos comuns. Deve-se tomar como base a solução de questões, especialmente em termos de divergências. Como tal, ao considerar o conflito um estímulo ou um elemento propulsor de mudanças sociais e pessoais, a negociação passa a refletir um papel catalisador no desenvolvimento humano e, quase sempre, seu mecanismo transcende a razão. A temática negociação e conflitos, portanto, é uma variável constante e importante de ser considerada. De fato, a questão da legitimação do processo de negociação é exemplificada por atos desde pessoas comuns e anônimas até por líderes globais, como é o caso do protagonista deste trabalho, o Pontífice Francisco.

O tema é apaixonante e, ratifica-se, absolutamente presente em nossa rotina diária, o que entendemos como uma justificativa para a elaboração deste trabalho com o desenvolvimento da aludida teoria.

É definitivo que há a necessidade de compreender como se dá o convencimento em um processo de trocas, seja num quadro social complexo, pautado por múltiplas necessidades e formas de expressão, seja numa simples e corriqueira situação. Trata-se do entendimento de razões, da conquista da adesão ou da repulsa de partes, do falar e agir sobre o outro. Enfim, significa amenizar conflitos, objetivando potencializar ganhos e diminuir perdas, conforme as intenções dos envolvidos.

Conquistamos resultados, mediante os trâmites de negociação, como uma tradução daquilo que buscamos ou queremos, porém, de forma cooperativa e construtiva, significando algo de verdade reconhecido para nós e para o outro.

Somos, por conseguinte, potenciais negociadores desde sempre. O que nos falta? Nossas aptidões são idênticas? Por que alguns negociam melhor do que outros? Nascemos negociadores ou desenvolvemos as técnicas de negociação? O fato é que negociamos tudo desde o momento em que abrimos os olhos para o mundo. Assim, saber negociar não é um luxo. Digamos tratar-se de uma competência essencial, assim como, falar, andar, etc., que precisa ser desenvolvida e elaborada.

Justamente por essa necessidade premente que temos de negociar o tempo todo, muitos consideram negociação uma atividade imediata, imprevista e rápida, dada a sua característica corriqueira. Negociar, no entanto, é algo mais profundo e merece preparo e dedicação.

Negociar implica mais do que o entendimento correto das ferramentas e técnicas de negociação. Há que considerar a influência das emoções, de fatos, dos interesses mútuos e dos perfis próprios dos respectivos interlocutores. Também, não se pode desconsiderar os detalhes. Às vezes, pequenas questões fazem toda a diferença. Não obstante, comumente, pessoas inteligentes podem tomar decisões e negociar de forma a serem influenciadas por sentimentos inferiores, tomam decisões toscas, apresentam inabilidades e conseguem resultados pífios ou, ainda, exatamente o contrário.

É preciso entender a razão de tais influências para maior desenvolvimento pessoal e interação das pessoas. Aliás, nossa crença particular é centrada neste fator: somos mais lembrados pelo *impacto* que causamos nas pessoas do que o resultado de nossas palavras, ainda que passe um longo período de tempo. Fazendo uma analogia, é disso que se trata um processo de negociação. Quando impressionamos alguém, a convergência para um acordo torna-se mais fácil e próxima.

Recentemente, no auge da pesquisa deste trabalho, nos deparamos com o conceito *SMALL BIG*³³: *pequenas mudanças que podem alavancar a capacidade de influenciar pessoas e gerar grandes resultados*.

³³ *SMALL BIG*: Como influenciar e persuadir as pessoas de maneira ética, levando em conta pequenas mudanças capazes de produzir grandes resultados. (Cf. CIALDINI et al. 2015, p. XIII).

Para exemplificar, trazemos uma situação real, particular e pessoal. Certa vez, no exterior, ao chegarmos para um jantar, um amigo em comum, Ian Smid, prontamente cumprimentou a *hostess* do restaurante com um sorriso e com as palavras “prazer em revê-la”. Ela sorriu do mesmo modo e imediatamente nos conduziu à nossa mesa, ainda que o ambiente parecia bem lotado. Intrigado, nosso comentário não poderia ser outro: “Havia entendido que você nunca tinha estado neste restaurante antes e que não conhecia a jovem!”. Ian respondeu: “Não conhecia mesmo”.

Em linhas gerais, no processo de negociação, trata-se de investir na percepção que se nutre do desenvolvimento cognitivo – o aprender a aprender o tempo todo –, uma habilidade de transitar entre o detalhe e a visão ampla, atividade que servirá de diferencial nas interações e na vida da maioria dos indivíduos. Entretanto, apesar de ser comum e natural, ser um bom negociador é algo que demanda tempo, estudo e prática.

Assim, para a melhor efetivação dos resultados pretendidos, propomos uma teoria baseada numa *governança ou racionalidade*, denominada sob o acrônimo *AMEN – Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*, definida e explicada mais adiante, neste capítulo, sob o subtítulo “A eficácia em negociação – uma possível teoria”.

3.2 O eterno dilema da negociação

*“Posso duvidar da realidade de tudo, mas
não da realidade da minha dúvida”.*

A. Gide

(Escritor francês, 1869-1951),
Les faux-monnayeurs.³⁴

Para assimilar e bem aplicar a teoria da negociação, faz-se necessário superar alguns paradigmas. Um desses persistentes padrões diz respeito à visão estigmatizada de enxergar a negociação como um processo *pejorativo e interesseiro*.

É comum, quando mencionamos o termo *negociação*, nos vir à cabeça o dilema de *ganhar-perder ou ganhar-ganhar*, tal como a ideia de que existe sempre um lado vencedor e outro perdedor, além da noção de que o ganho de alguém implica necessariamente em uma perda para o outro.

As gerações passadas, especialmente, mantinham um enfoque mais relacionado à primeira posição, o do *ganhar-perder*, do embate, dos oponentes, do ceder para se obter a vitória sobre o outro. Nas palavras de William Ury, um dos mais renomados especialistas em negociação e gestão de conflitos da atualidade, o termo “negociação”, para essas gerações, “tinha uma conotação preponderantemente antagônica. A questão comum na mente das pessoas era ‘quem vai vencer e quem vai perder esta negociação?’” (URY, 2013, p.10). Ainda sobre isso, e envolvidos neste trabalho de pesquisa, evidenciamos uma quantidade enorme de livros e publicações, com os termos “oponentes” e “adversários”. A pretensa ideia de que ambas partes poderiam se beneficiar parecia algo estranho de se considerar, ou longe de ser alcançada, tornando a possibilidade nada agradável. Isso porque a prevalência de conceitos disseminados na maioria dos estudos sobre as teorias de negociação situa-se entre as possibilidades mais conhecidas, como, por exemplo, o comércio tradicional de produtos e serviços, as negociações internas nas organizações e

³⁴ BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 173.

negociações sindicais, que são campos de atuação reconhecidamente utilitários de abordagens competitivas e amparados no enfrentamento.

A preponderância verificada nessas áreas, portanto, parece situar-se ainda na visão mais *tradicional* da negociação³⁵, com enfoque na obtenção de vantagens – o que, possivelmente, estigmatizou o conceito como *pejorativo* – e que, absolutamente, deixa de ser um ideal de processo e completamente contrário ao objetivo pretendido nesta pesquisa.

A referida visão tradicional realmente não é recente. Aliás, o próprio léxico *negociação* está relacionado à palavra *negócio*, derivado do termo *negotium*³⁶. Assim sendo, descobrimos mais algumas curiosidades que ajudam a esclarecer a razão da origem negativa ou da conotação pejorativa da negociação. Por exemplo: ³⁷

- a. Para Petronio, a palavra *negócio* estava associada também a alguma coisa como *estratagema*, *truque*;
- b. A noção de *coisa difícil e incômoda*, *azáfama* ou *ocupação intensa*, atribuída a *negotium*, era ainda mais reforçada; e
- c. A ideia de *comércio* ou *transação comercial* era a que parecia ser central, no espectro de significados dados ao termo *negotium*.³⁸

Nos dias atuais, ao contrário, parece haver maior reconhecimento da teoria amparada na abordagem direcionada ao processo *ganhar-ganhar*, numa disposição mais propensa aos métodos cooperativos de negociar nossas diferenças. Continuando com as reflexões de Ury (2013, p. 10), “mesmo que uma solução ‘ganho-ganho’ não possa ser encontrada, ainda assim, pode-se obter um acordo sábio e melhor para ambas as partes do que a outra alternativa possível”.

³⁵ **Negociação – Visão Tradicional:** O termo negociação tem, desde há muito tempo, associado um sentido pejorativo, cujo significado está aliado a alguém que pode ser prejudicado ou a macular determinados princípios e ideais, em troca de interesse puramente materiais, e não tanto como uma outra maneira de resolução de divergências e, sobretudo, de conflitos. Nesse sentido, o poder de barganha se refere à negociação de influência ou vantagens que, comumente, ocorre de forma moralmente condenável. Essa é uma visão tradicional e difere de uma interpretação mais moderna.

³⁶ O dicionário WEBSTER'S, (cf. 1961, p. 500), apresenta uma interessante particularidade etimológica acerca da palavra latina *negotium*: a de que ela é formada pela junção dos termos *nec* (= nem, não) e *otium* (= ócio, repouso). Em outras palavras, *negócio* é, em latim, a própria *negação do ócio*, o que talvez explique o porquê de o termo estar, naquela língua, tão fortemente associado a *atividade trabalhosa*, *difícil*. Tampouco se observa, em *negotiate*, a acepção que o vocábulo ganhou em português, de *oportunidade de ganhar dinheiro fácil*.

³⁷ Conforme demonstrado pelo pesquisador OLIVEIRA, Marco A. em um livro já antigo, intitulado *Negociação: novos e velhos malabarismos*, 1994, p. 22.

³⁸ Conforme CRETELLA Jr., ULHÔA CINTRA & José Geraldo de. Dicionário latino-português. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1953, p. 775, 776.

Ainda baseado em nossas pesquisas, o processo de negociação não se trata somente de uma solução de *ganho-ganho*, mas também de um processo interativo de percepção, por meio de um ciclo constante de cognição, ou, em outras palavras, um processo regular de aprendizagem conjunta, de aprender a aprender o tempo inteiro em que ocorre a interação, como já dito. William Ury (2013, p. 13) reforça esse conceito quando afirma que a “negociação tradicional era 80% barganha, a nova negociação é 80% aprendizado”. Nessa linha de atuação, pode-se afirmar que influências definidoras relacionadas às emoções se tornam ainda mais expressivas e relevantes.

O contexto das negociações é repleto de circunstâncias que se alteram num movimento rápido. Para se obter melhores resultados, o planejamento adequado é fundamental. Esse é um dos pilares de qualquer processo de negociação. Outras bases de sustentação relevantes dizem respeito ao *objeto*³⁹, à comunicação e à percepção.

Para ilustrar a importância da percepção na negociação, obtida pela cognição do aprender a aprender o tempo todo, trazemos uma passagem amplamente conhecida nos estudos da negociação.

Há muitos anos, Mary Parker Follet contou uma criativa história, que vem sendo desde então repetida por vários autores⁴⁰, inclusive citada pela Escola de Negociação de Harvard. Esta é a história, que tem muito a ver com o que estamos falando: Duas irmãs tinham uma laranja que deviam partilhar. Enquanto uma delas desejava fazer um suco, a outra queria a polpa e as cascas para fazer um bolo. Depois de muita discussão, concordaram em dividir a laranja ao meio e cada uma teve o que queria, isto é, cada uma teve sua metade. Houve uma divisão equitativa. Porém, perguntamos: Trata-se de uma negociação integrativa, ou seja, de ganhos mútuos, conforme a teoria por princípios do modelo *Harvard*? As irmãs poderiam ter optado por uma solução integradora: uma ficaria com o suco completo, da laranja inteira, e a outra com o restante das partes para o bolo, também permitido pela laranja inteira.

³⁹ **Objeto:** Origem do latim *Obiectum*. Termo de qualquer operação, ativa, passiva, prática, cognitiva ou linguística. O significado dessa palavra é generalíssimo e corresponde ao significado de coisa. Objeto é o fim a que se tende, a coisa que se deseja, a qualidade ou a realidade percebida, a imagem da fantasia, o significado expresso ou o conceito pensado. [...] Toda atividade ou passividade tem como termo ou limite um objeto, qualificado em correspondência com o caráter específico de atividade ou de passividade. [...] (Cf. ABBAGNANO, 2012, p. 843).

⁴⁰ Cf. OLIVEIRA. *Negociação: novos e velhos malabarismos*, 1994, p. 148.

Chegamos ao ponto de afirmar que, na teoria *AMEN*, essa busca incessante pela solução criativa, ou de ganhos mútuos, é conseguida pela aplicação do *Princípio da Adaptabilidade* e pela reconceituação do *objeto*.

De fato, identificamos um processo conjunto de aprendizagem em que os interlocutores visam obter novas soluções sobre os problemas ou questões envolvidas. Ou, ainda, como complementa o pesquisador Ury (2013, p. 13), “buscam gerar soluções criativas. O resultado final é geralmente uma solução de ganho-ganho que nenhuma das partes imaginava ser possível antes da negociação”.

Agora é uma oportunidade de fazer um chamamento esclarecedor. No que tange à inquietude com o termo tradicional da negociação, deparamos com princípios que vão *de encontro* às percepções pretendidas neste trabalho. Ao contrário, preferimos registrar uma aceção que vai *ao encontro* das propostas elaboradas e defendidas pela nossa tese – a negociação sob a égide de um processo perceptivo de comunicação interativa, cooperativo, baseado na *cultura do encontro*.

Portanto, antes de adentrar nas análises envolvendo negociações, é necessário que se faça um esclarecimento e uma observação.

No *Anexo 10, Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, em viagem ao Equador, Bolívia e Paraguai, relembremos, o Papa Francisco discorre sobre o entendimento dele no que diz respeito à “negociação”. Pelo seu discurso, vemos a nítida oposição entre os termos “negociar” e “dialogar”. Conforme consta no referido anexo, o Papa diz que “[...] Dialogar não é negociar. Negociar significa garantir o meu pedaço. Ver como tiro proveito. Não, não dialogues, não percas tempo. Se tens esta intenção, não percas tempo. Deve-se procurar o bem comum para todos”.

Enfatizemos, contudo, que o conceito de “negociação”, neste trabalho, é tomado no sentido mesmo de “diálogo”, de interação entre partes envolvidas em uma questão. Enfaticamente, somos partícipes de que negociação é diálogo e diálogo é negociação.

Possivelmente, a expressão do Pontífice apenas confirma o impressionante e enfático uso do conceito mais tradicional e estigmatizado sobre a negociação, e que parece permanecer como senso comum e prevalecente, ainda que este sentido ordinário já seja considerado ultrapassado. É o caso também do uso estereotipado do conceito *Retórica*, vale rememorar aqui.

Notar que essa observação do Papa abriu a possibilidade da leitura de uma estrutura e concepção de processos interacionais correspondentes às defendidas em

nossa tese, conforme anteriormente mencionamos. No excerto tirado do mesmo *Anexo 10*, no item 2, o Pontífice afirma:

Além disso o **diálogo** pressupõe e exige de nós esta **cultura do encontro**. Ou seja, um encontro que sabe reconhecer que a diversidade não só é boa, mas necessária. A uniformidade nos anula, faz de nós autómatas. A riqueza da vida está na diversidade. Por isso, o ponto de partida não pode ser: «Vou dialogar, mas aquele ali está equivocado». **Não, não podemos presumir que o outro está equivocado**. Eu levo aquilo que é meu e vou escutar aquilo que o outro diz; aquilo que me enriquece no outro, aquelas coisas do outro que me fazem cair nas contas de que eu estou equivocado e aquelas coisas eu posso dar ao outro. **É uma ida e volta, mas com o coração aberto**. Se tenho presunções de que o outro está equivocado, é melhor ir para casa e não tentar um diálogo, não é verdade? O diálogo é para o bem comum e o bem comum é procurado a partir das nossas diferenças, **possibilitando sempre novas alternativas**. Por outras palavras, **busca algo de novo**. Sempre, quando existe verdadeiro diálogo conclui-se – permite-me a palavra, mas digo-a com nobreza – conclui-se com um **novo acordo**, onde todos nos colocamos de acordo com alguma coisa. Permanecem as diferenças? Estas ficam na lateral, na reserva. Mas neste ponto em que nos colocamos de acordo, ou nestes pontos em que nos colocamos de acordo, **comprometemo-nos e nos defendemos**. É um passo para frente. Esta é a cultura do encontro. [...] Discutir, pensar uma **melhor solução para todos**. Muitas vezes esta **cultura do encontro vê-se envolvida no conflito** (grifo nosso).

Encontramos várias evidências nesse trecho do discurso do Papa Francisco que explica nossas concepções sobre a negociação, e não o contrário.

Esse quadro de evidências enseja que possamos marcar os grifos anteriores, dada a estreita correspondência e âmagio central de nossa pesquisa, como por exemplo: *diálogo; não presumir que o outro está equivocado; ida e volta com o coração aberto; novas alternativas; busca de algo novo; novo acordo; comprometemo-nos e nos defendemos; melhor solução para todos* e, finalmente, *a cultura do encontro vê-se envolvida no conflito*.

A solicitação de marcar tais comentários é um esforço de mostrar a sintonia entre os discursos do Papa Francisco, protagonista de nossa pesquisa, em relação à nossa teoria *AMEN – Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*.

Nosso trabalho está longe de propor uma aposta fechada, nem mesmo quanto ao êxito absoluto de uma teoria infalível, apenas encontra uma identidade com os discursos de pessoas bem preparadas e exitosas na busca de soluções, por meio da negociação. No caso, o Papa Francisco.

Realizado o oportuno esclarecimento, a elaboração deste texto busca apresentar uma compreensão analítica mais próxima das modernas teorias contemporâneas de negociação. Essa composição considera melhorar o entendimento e a prática de visões obtidas a partir de abordagens colaborativas, interdependentes, além do lugar das competitivas. Exemplo dessas novas concepções encontra-se na teoria de negociação com princípios de ganhos mútuos, do modelo do *Programa de Negociação (PON)*, da *Harvard Law School*.⁴¹

Igualmente ressaltamos que longe da conotação *pejorativa* que a palavra negociação carrega, ousamos estabelecer uma relação intrínseca entre a Retórica, a argumentação e a negociação.

Por consequência, *mutatis mutandis*, o enfoque pretendido é mesmo o de que *negociar é um diálogo para instruir, aconselhar e obter algo nessa troca interativa*.

Feitas as devidas observações, sigamos com a negociação, maximizando sua inegável correspondência com as teorias da Retórica e da argumentação, estas que são presenças marcantes na vida social.

Conhecedores dessas teorias ou não, alguns indivíduos obterão os melhores resultados, mesmo sem o domínio delas. Outros jamais conseguirão resultados satisfatórios, mesmo com elas. Ainda, a maioria, provavelmente, não se encontrando em nenhum destes dois extremos, muito poderá agregar às suas experiências, às suas reflexões ou ao meio, pelos estudos sistemáticos, conhecimento tácito e empírico. Citamos apenas o exemplo de determinados profissionais, como por exemplo, camelôs ou mascates, que, muitas vezes, sem qualquer formação acadêmica, parecem uma *máquina scanner* decifrando nossas imagens e interesses,

⁴¹ **O Programa de Negociação (PON), da Harvard Law School.**

Perante um dilema, as pessoas têm duas formas de negociar: ou são flexíveis ou inflexíveis. Há uma terceira forma de negociar, que não é nem flexível nem inflexível, mas sim flexível e inflexível. Mundialmente conhecida na área de negociação, a Escola de Harvard reúne teorias com enfoque na negociação criativa para solução de problemas, ao invés da perspectiva de uma “vitória” na negociação. O enfoque é decidir as questões quanto aos seus méritos evitando um processo de discussão centrado no que ambos os lados pretendem e não pretendem fazer. Essas teorias também encorajam e estudam a **mediação** para garantir que as negociações sejam, tanto quanto possível, mais eficientes e criativas. O **método negociação com princípios ou negociação de méritos** ou, ainda, de ganhos mútuos, pode resumir-se em quatro pontos fundamentais que definem um método simples de negociação aplicável a quase todas as circunstâncias. Cada um deles diz respeito a um elemento básico da negociação e propõe-lhe o que deve fazer. (a) **Pessoas**: separe as pessoas dos problemas. (b) **Interesses**: concentre-se nos interesses e não nas posições. (c) **Opções**: crie ou conceba opções de ganhos mútuos, possibilitando uma série de alternativas antes de se decidir. (d) **Critérios**: esforce-se por utilizar critérios objetivos, como normas, leis, fatos concretos, para que o resultado *per se* se fundamente. (Cf. FISHER, Roger et al., 1993, p. 29, grifo nosso).

quase de forma imediata. Podemos chamá-la de uma habilidosa forma de manipulação? Uma espécie de mão invisível de influência? Persuasão? Argumentação ou negociação?

Poderíamos seguir com vários outros aspectos relacionados, como por exemplo, o *mimetismo*, algo similar à imitação ou espelho de comportamento: Quando sorrimos para alguém, recebemos de volta gesto similar? Ainda perguntamos: Poderia simplesmente tratar-se das trocas comunicativas facilitadas com o auditório, a chamada *comunhão de espíritos*, termo usado na Nova Retórica pelo estudioso Perelman e sua coautora Olbrechts-Tyteca? Trataremos de dar conta a essas perguntas.

3.3 Negociação e retórica argumentativa

É certo que se poderia colocar, *en passant*, a estreita correspondência entre a retórica argumentativa e as negociações. Nossas análises dos mecanismos de argumentação, levadas adiante no *Capítulo 1*, exemplificam essa proximidade das incursões em cada uma das áreas. Neste ponto, retomamos conceitos para reforçar essa adjacência entre as disciplinas. Por exemplo, a importância da *identidade*, tanto na negociação, como na retórica.

Referindo-nos às palavras de Michel Meyer (2007, p. 27), “a retórica atua na identidade e na diferença entre indivíduos, e é desse tema que ela trata por meio de questões particulares, pontuais, que concretizam sua distância”. Ainda com a teoria do autor, quando negociamos a partir da questão ou do objeto envolvido na discussão, estamos no campo da *ad rem* (a causa, o que está em causa, ou seja, o objeto ou a questão). Quando a distância é considerada a partir da intersubjetividade dos indivíduos, estamos no campo do *ad hominem*, isto é, no que acreditamos que os interlocutores são, ou que acreditamos que sejam, ou mesmo naquilo que recusamos que tais argumentadores sejam.

É prudente ter em mente estas exatas palavras do autor:

Todavia, não pode haver uma real separação entre o *ad rem* e o *ad hominem*; [...] Assim sendo, uma boa retórica passa muitas vezes de um plano a outro, do *ad rem* ao *ad hominem*, sobretudo se os argumentos acabam por faltar (MEYER, 2007, p. 27).

No processo de negociação há igualmente uma aderência direta entre o objeto ou a questão em si negociada com os interlocutores (auditórios), passando frequentemente de um plano para o outro, em especial – como o autor bem esclareceu –, se faltarem os argumentos.

Por outro lado, o pressuposto é que, diferentemente da escalada irracional de conflitos disfuncionais, instalados muitas vezes de forma negativa devido à perda do controle, o reconhecimento da influência das emoções pode criar um ciclo facilitador de aproximação das partes. É uma espécie de conscientização da corresponsabilidade de criação de valor que vai na contramão de posturas retaliatórias. Tais questões foram amplamente consideradas por pensadores antigos, como Aristóteles, que viam importância no conhecimento e uso adequado da dialética passional. Meyer nos esclarece que:

A paixão, como resposta, também é um julgamento sobre *aquilo* que está em *questão*: o prazer e a dor remetem à alternativa da pergunta, ao passo que o desejo, a aspiração, o amor supõem um julgamento positivo sobre *aquilo* que é questionável, assim como o ódio o desgosto etc. exprimem a recusa do termo oposto da alternativa. É assim que, pela paixão, a pergunta se torna resposta. (MEYER, 2007, p. 37-38).

Os argumentos incorporando as emoções, abordados no *Capítulo 2* de nosso trabalho, oferecem exemplos e contribuições de como interferem em nossas relações, especialmente nas interações tipificadas como negociações.

Há muito envolvido em um processo de negociação, o que objetiva reflexões para entendimentos de contextos, aplicações de teorias, antigas e recentes, invariavelmente considerando a interação entre partes interdependentes. É isso que procuraremos mostrar neste e no próximo capítulo.

3.3.1 Além da razão na negociação

Como lidar diretamente com as *emoções*⁴² em negociações? Uma tarefa difícil porque elas são, por certo, influentes e definidoras em processos de interação. Negociadores são frequentemente lembrados para ficarem alertas às emoções. Referimo-nos às nossas e às dos outros.

Nosso entendimento é que saber lidar com as dimensões emocionais, sempre presentes, é um caminho promissor para ser bem-sucedido em uma negociação. De fato, ao atentar-se para o emocional, obtém-se uma substancial melhora com a aplicação da teoria aqui proposta, a saber, a da *gestão da racionalidade argumentativa*. Mais adiante, detalharemos sobre o termo *racionalidade* em conjunto com *razoabilidade* e *governança*.

Por ora, podemos afirmar que *negociações* envolvem tanto a mente quanto a intuição. Significa transitar entre os comportamentos racionais e os *sentimentos*, emoções/paixões, ou seja, negociação é mais do que a argumentação racional. É disso tudo que depreendemos o conceito amplo e conjuntural do processo de *gestão*⁴³ da *racionalidade argumentativa*.

Portanto, acreditamos que o negociador, ao atuar habilmente na identificação constante das características das emoções envolvidas, obtém melhores acordos. Isso porque pode contar com um diferencial sobre o momento e a forma de agir sobre as emoções.

No livro *Além da razão: a força da emoção na solução de conflitos* (2009), escrito em parceria com Roger Fisher, o professor Daniel Shapiro desenvolve a ideia de que é possível a um interlocutor estimular *emoções positivas* e superar as

⁴² Os conceitos aqui citados de *emoções*, *sentimentos*, *emoções positivas* e, ainda, de *emoções negativas* foram extraídos de FISHER; SHAPIRO (cf. 2009, p. 199-200), a saber:

Emoções: Resposta inequívoca da verdade na perspectiva da pessoa que vivencia a emoção, independentemente da crença dos outros. Algo que sentimos e que somos.

Sentimentos: Definido como crença carregada de emoção, portanto, difere da emoção.

Emoções positivas: Aquelas que surgem usualmente como resultado de um interesse satisfeito. Exemplos incluem entusiasmo, esperança e alegria. Estimulam a ação cooperativa.

Emoções negativas: Emoção de desgosto como resultado de um interesse não atendido. Exemplos incluem raiva, medo e culpa. Estimulam ações competitivas.

⁴³ Os conceitos de *gestão* e *governança* são tratados neste trabalho como análogos.

negativas, ao demonstrar apreço e valorizar a afiliação, autonomia, *status* e a função do outro no processo de interação. Emoções positivas elevam a pessoa e a faz sentir-se bem. Ainda, com efeito, emoções desse tipo facilitam na busca de encontrar os interesses que realmente importam. Elas também podem ampliar a interação e desenvolver o relacionamento. E o mais relevante é que dificilmente oferecem efeitos colaterais, porque não deixam o interlocutor exposto ou sob risco de ser explorado. Ao contrário, ajudam a produzir um acordo mutuamente satisfatório.

Na negociação, expressar essa qualidade de emoção “provavelmente construirá uma relação harmoniosa, marcada por confiança, entendimento e um sentimento de *sincronicidade*” (FISHER; SHAPIRO, 2009, p.12). Consideramos, assim, que essa sincronicidade, implícita nesse processo, deverá reverter-se em afinidade no caso de emoções positivas e, de resistência, em casos de emoções negativas.

Apenas, agora sob nossa percepção, deve-se evitar o exagero para não oferecer demasiadas concessões não inteligentes. O exagero, acreditamos, pode ser implementado com a acentuação de características de uma negociação assertiva, que resulta na melhora geral da adesão e obtenção do acordo. A *assertividade* será tratada mais detalhadamente no próximo tópico.

Quando descrevemos a importância de uma postura mais assertiva na negociação, também chamamos atenção para uma das maiores ameaças a esse processo: a de assumir que o interlocutor é um adversário. Nesse caso, tomam lugar as emoções negativas, que tendem a favorecer o aumento da desconfiança, baixa comunicação, afloramento do confronto e apego a demandas extremas que tanto dificultam a obtenção do acordo.

Segundo Fisher e Shapiro (2009), negociadores não são adversários e sim “sócios”, e se uma parte tem um problema, esse problema é da outra parte também e, portanto, é preciso sentar e tentar resolvê-lo. Para estabelecer um processo de negociação positivo, os autores recomendam que cada interlocutor busque sempre entender a perspectiva do outro, encontre méritos no que a outra parte pensa e comunique a ela essa percepção. São atitudes que expressam o respeito e a atenção de um interlocutor ao outro e que encaminham a negociação para um resultado em que todas as partes ganham.

3.4 A eficácia em negociação: uma proposição de teoria

Partimos de uma pretensão de tratar o tema negociação sob uma nova abordagem, relativamente diferente da tradicional metodologia usualmente encontrada. Não se trata, absolutamente, de propor uma invalidação dos métodos até então disseminados, senão apresentar uma ótica adicional e complementar. Essa nova abordagem oferece, certamente, uma visão mais centrada nos conceitos contemporâneos de negociação sem dispensar a credibilidade e nem invalidar os conceitos tidos como tradicionais e pejorativos que o termo carrega, conforme mencionamos no começo deste capítulo.

Preferimos, contudo, evitar tais abordagens, não somente por não tratar diretamente da questão central de nossa pesquisa, como também porque pensamos em oferecer uma inovação disruptiva do tema, olhando a negociação de outro ângulo, bem mais amplo, incomum e abrangente, baseado em uma visão sistêmica, qual seja: uma *governança*⁴⁴ atuante e centrada dos vários elementos influenciadores do processo de negociação, por meio de uma técnica de ajustamento temporal, circunstancial, interdependente e por relevância.

Em nosso entendimento, a habilidade mais ou menos acurada na interferência e na governança dos elementos desse processo é que proporcionará um acordo mais satisfatório na negociação, potencializando ou atenuando a adesão e assentimento das partes. Essa concepção proposta implica: ampliar a visão sistêmica do processo; enfatizar e resgatar a interdependência das partes; criar e inovar com soluções alternativas.

⁴⁴ Notar a caracterização específica nesta tese quando usamos a definição *governança* como **meio e processo** capaz de produzir resultados eficazes. O conceito é suportado pelas seguintes definições: [...] governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos” (cf. SANTOS, 1997, p. 342). [...] “governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas” (cf. ROSENAU, 2000, p. 15-16). [...] No plano global, “diplomacia, negociação, construção de mecanismos de confiança mútua, resolução pacífica de conflitos e solução de controvérsias são os meios disponíveis para chegarmos à casa comum da Governança Global” (cf. BRIGAGÃO e RODRIGUES, 1998, p. 116).

É certo, no entanto, que somos todos negociadores, mais ou menos eficientes, e nossa opinião é que não existe uma fórmula mágica ou uma receita universal de negociação, porque o processo sofre interferências racionais e emocionais.

Assim sendo, a plenitude dessa arte da negociação será conquistada pelo desenvolvimento de uma vocação pluralista, que, conforme já mencionado, passamos a denominar com o acrônimo *AMEN* – *Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. Vejamos na figura a seguir a ilustração dessa teoria com o respectivo conjunto de elementos, cujas variáveis influenciam o *Princípio da Racionalidade* ou *da Governança*.

AMEN: Argumentação Modelar Estratégica em Negociação

Fig. 1. Fonte: Figura elaborada pelo autor: MEN.

A *governança* desse processo, que, repita-se, denominamos – *AMEN: Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*, significa transitar entre os vários elementos, percebendo a relevância de cada um, em cada momento e, ainda, em utilizá-los para provocar a mudança de atitude em relação aos interlocutores envolvidos.

Nesse processo, leva-se em conta, por exemplo, as seguintes variáveis:

- a. Buscar a identificação precisa do problema central. Também pode ser denominado objeto, questão, valor, essência, fato, evidência. É fundamental a identificação imediata do objeto⁴⁵, do valor ou das preferências envolvidas. Em nosso trabalho aparecerá mais comumente os três primeiros termos.
- b. Considerar a multiplicidade de emoções, paixões e sentimentos que interferem em nossas decisões em vez de focar apenas em análises reais e racionais.
- c. Estruturar com comportamentos possíveis e racionais, para servirem de exemplo, comprovação, demonstração ou mesmo mostrar coerência de atos que justifiquem a intenção objetivada.
- d. Perceber o contexto⁴⁶, identificar inovações, buscar criatividade.

No que diz respeito ao conceito *visão sistêmica*, que influencia o *Princípio da Governança e da Racionalidade* da teoria *AMEN*, cabe uma explanação adicional para

⁴⁵ Entendemos que, se apenas buscássemos enfatizar a natureza original de um objeto, encontraríamos maior resistência na efetivação de um acordo. Acreditamos, no entanto, que encontramos mais facilidade na consecução de acordos quando fazemos uso da percepção e da criatividade para atingir a compreensão mais profunda dos objetos centrais envolvidos. É por meio dessa percepção mais apurada que podemos ampliar, substituir ou redimensionar os objetos e transformá-los nos interesses centrais identificados pelas partes envolvidas.

⁴⁶ Uso pertinente para nossa pesquisa, o “**Contexto** é o conjunto de entidades (coisas ou eventos) correlacionadas de certo modo; cada uma dessas entidades tem tal caráter que outros conjuntos de entidades podem ter os mesmos caracteres e estar ligados pela mesma relação [...]”. (Cf. ABBAGNANO, 2012, p. 233). Conforme consta nos Pressupostos Teóricos, para Kerbrat-Orecchioni (cf. 2006), quanto ao *papel do contexto*, pode-se considerá-lo em relação ao processo de *produção* ou de *interpretação* e sobre os ingredientes do contexto (ou situação comunicativa), este compreende como um dos elementos: *O lugar ou quadro espaço-temporal*.

melhor entendimento. A visão sistêmica amplia nossa ótica sobre os eventos e sobre os vários fatores envolvidos para a melhor tomada de decisão.

Na contemporaneidade, essa visão se constitui em um dos pilares para o desenvolvimento das ciências e uma razão inspiradora para a elaboração da teoria *AMEN*, visando análises e incursões interdisciplinares. Isso porque o conceito de visão sistêmica pode ser transportado para qualquer conjunto de elementos em convivência, em nível particular, como a família, ou nível macro, como uma nação ou universo.

A influência originadora do *Princípio da Governança e da Racionalidade* tem também inspiração na *Proposta da Complexidade*, de Edgar Morin.⁴⁷ No pensamento de Morin (1994), é necessário encontrar formas de aproximar, conectar e interligar os saberes, compondo um fluxo que caminhe entre, no meio e além das próprias áreas de conhecimento. Essa visão contribui para articular os saberes disciplinares para uma compreensão do todo, chamando a atenção para o respeito das diversidades e dimensões do ser. Há que se ter cuidado, no entanto, com incertezas e incompletudes para melhorar o pensamento.

Na visão da teoria *AMEN*, é a habilidade de interligação, sequência lógica, enfoque ora num elemento definidor, ora em outro, que determinará uma *governança* ou uma *racionalidade* tida como ótima, que chamamos de *Princípio da Governança* ou *Princípio da Racionalidade*. A teoria *AMEN* pressupõe, portanto, que o diferencial para ser um bom ou mau negociador dependerá do manejo, da habilidade e do uso adequado desses elementos.

⁴⁷ Cf. MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 1994, p. 138. **Proposta da Complexidade: Ora, o problema da complexidade não é o de estar completo, mas sim do incompleto do conhecimento.** Num sentido, o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraçam, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser bio-sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza (grifo nosso).

Como exemplo, citemos a forma habilidosa de como o Papa Francisco discursa para o fórum internacional, argumentando para que as nações intervenham no cuidado dos interesses comuns, como os mercados, a economia, o ecossistema e a sustentabilidade do planeta.

Em suma, na concepção da teoria *AMEN*, e sob a égide dos *Princípios da Interdependência*⁴⁸ e da *Adaptabilidade*⁴⁹, a *visão sistêmica* é a grande responsável pelas ideias de interdisciplinaridade e interdependência. As análises referentes a esses *princípios* serão consideradas mais detalhadamente nos próximos subcapítulos.

3.5 Negociação: governança, racionalidade – arte ou técnica

A teoria, aqui apresentada, é amparada no conceito *racionalidade argumentativa*, que, em nossa pesquisa, está também relacionada com definições e exemplos expostos no *Capítulo 1*, como modos de argumentar nas interações.

O referido capítulo não deixa de esclarecer a importância do termo *racionalidade*, que corresponde à habilidade de qualquer pessoa ou interlocutor no uso adequado das técnicas ou mecanismos argumentativos em aprimorar a *governança* dos elementos intrínsecos na tomada de decisão para, desse modo, obter resultado ideal em qualquer processo de negociação.

Para tratar da conceituação envolvendo a *racionalidade* e a *razoabilidade* em termos argumentativos, trazemos as palavras de Lineide Salvador Mosca (2016, p. 12): “A argumentação não pretende ser a comprovação da verdade, mas do provável, do crível, daí ir muito além da racionalidade em seu estado puro, o que Perelman trata como constituindo a **razoabilidade**”.

⁴⁸ Conforme exposto nas *hipóteses*, retomamos o conceito do *Princípio da Interdependência*: A eficácia do resultado de um processo de negociação é produto direto da consciência e percepção da relação intrínseca e interdependente existente entre as partes envolvidas. Perceber, aceitar e interferir levando-se em conta tal interdependência de forma construtiva poderia permitir encontrar soluções mais efetivas em ambientes de disputas, mediações e trocas.

⁴⁹ Sobre o conceito do *Princípio da Adaptabilidade*: Defendemos que qualquer discurso relacionado ao processo de negociação, após passar pelo crivo do acordo prévio, deve buscar incessantemente a identificação imediata do objeto da negociação e do contexto envolvido. Aqui, considera-se que a prevalência requer o conhecimento dos interesses adjacentes dos interlocutores para uma correta convergência. Com esse *Princípio*, a questão central da negociação pode ser substituída, maximizada ou redimensionada.

Em se tratando de razoabilidade num sentido mais amplo, autores de outras áreas também oferecem contribuições relacionadas. No pensamento de Rawls (2002), razoabilidade entra numa dimensão política e compartilhada que a racionalidade não atinge, possibilitando uma cooperação social. Refere-se às motivações para fazer algo compartilhado por pessoas que professam concepções que são distintas. Essa relação é assim demonstrada por Rawls:

Todos os que cooperam devem ser beneficiários ou compartilhar dos encargos comuns de um modo relativamente satisfatório, avaliado por um critério adequado de comparação. Chamarei de “Razoável” esse elemento presente na cooperação social. O outro elemento corresponde ao “Racional”. Ele exprime a concepção que cada participante tem de sua vantagem Racional e que ele tenta, enquanto indivíduo, concretizar. Como vimos, a interpretação do “Racional” na posição original corresponde ao desejo que têm as pessoas de efetivar e exercer as suas faculdades morais e garantir o avanço da sua concepção do bem (RAWLS, 2002, p. 66).

O pensamento desse autor abre uma nova possibilidade para reflexão política na sociedade contemporânea, marcada pelo pluralismo das diferentes pessoas e grupos que postulam as mais diversas concepções religiosas, filosóficas e morais. Ao buscarmos razões para as tomadas de decisão, seja no campo de negociação ou de nosso cotidiano, fundamentamos tais escolhas entre o *racional* e o *razoável*. Aqui entramos numa linha tênue entre os interesses *particular* e *público*. Assim, a proposta do autor nos parece uma distinção importante, a saber, a esfera pública, que efetivamente pode ser caracterizada como política (âmbito da razoabilidade) e a esfera particular, que leva em consideração meios para alcançar fins determinados pela vontade do indivíduo (âmbito da racionalidade).

O agir racionalmente diz respeito a interesses, fins e meios mais eficientes, promovidos e priorizados em função de nossos objetivos particulares. Estamos, assim, no campo do racional, em que todos os indivíduos estão submetidos. Por meio da razoabilidade, ingressamos como iguais no mundo público aceitando a cooperação e, ao mesmo tempo, reconhecendo a multiplicidade de juízos numa determinada *razão pública*. Nem todas as razões são públicas, pois temos as razões não-públicas, como, por exemplo, igrejas, universidades, grupos profissionais, mídias que constituem a cultura, e muitas outras associações da sociedade civil. Cabe ressaltar o conceito de *razão pública*, nas palavras de Rawls:

A razão pública é característica de um povo democrático: é a razão de seus cidadãos, daqueles que compartilham o status da cidadania igual. O objeto dessa razão é o bem do público: aquilo que a concepção política de justiça requer da estrutura básica das instituições da sociedade e dos objetivos e fins a que devem servir (RAWLS, 2000, p. 261-262).

A razoabilidade, numa sociedade ou comunidade, quando exemplificada da forma mais simples possível por interesses iguais em questões básicas, é uma dimensão em que as pessoas têm seus próprios fins racionais, que esperam realizar, e todos estão dispostos a propor termos equitativos. É razoável esperar que os outros aceitem esses termos, de modo que a maioria possa se beneficiar e aprimorar o que cada um pode fazer sozinho. Seria como reivindicar que nossa causa é legítima. Portanto, em processos de negociação, quando aplicamos uma comunicação assertiva combinada com legitimidade, essa associação se traduz numa ferramenta eficiente de interação que facilitará o resultado objetivado do acordo. Esse é um dos preceitos traduzidos pela teoria *AMEN*: combinação instrumentada pela assertividade com legitimidade.

As incursões do Papa Francisco por meio de recorrentes demonstrações de condutas coerentes são identificadas pela *racionalidade* e pela *razoabilidade*. Essa é a razão principal de trazermos neste trabalho concepções desses termos relacionados às negociações, de cooperação social não somente no racional, mas também em uma visão mais ampla e sistêmica. Mais adiante, exemplificaremos essas condutas.

Antes, tomamos a contribuição de Max Weber sobre a *racionalidade*. Conforme pensamento desse autor, em sua obra *Ciência e Política, duas vocações*, “a racionalidade diz respeito a uma equação dinâmica entre meios e fins” (WEBER, 2011, p.11)⁵⁰. Aliás, muitos consideram ser essa a preocupação central de sua obra: a *racionalidade*. De fato, para atingir as metas, objetivos, e valores propostos, o homem precisa agir. Essa ação humana é relativa quanto a ser mais ou menos eficaz, segundo os preceitos de Weber. Isso porque:

⁵⁰ Na vocação política, considerando a referida equação de “meios e fins”, Weber manifesta que o seu interesse estava voltado para as condições necessárias, para as manifestações da orientação *zwecrational*. Essa expressão é baseada na expectativa de comportamento e objetos da situação externa e de outros indivíduos, sendo tais expectativas como “condições” ou “meios” para a consecução bem-sucedida dos fins racionalmente escolhidos pelo próprio agente.

(a) existem sempre diferentes formas de ação, isto é, a ação humana não é determinada ou limitada por apenas um curso, mas há sempre alternativas do curso em ação ao dispor do homem e (b) o homem possui uma série de valores que precisam ser selecionados, hierarquizados e visados. Por outro lado, a cada momento e espaço, o homem não consegue fazer duas coisas ao mesmo tempo (WEBER, 2011, p.12).

Assim, na concepção de Weber, a racionalidade é necessária e válida, porém limitada, dada a necessidade constante de se fazer opções.

Em processos de negociação, no entanto, a teoria *AMEN* encontra sentido e resposta na busca constante do melhor procedimento justamente nas escolhas possíveis de ações, ou melhor, pela transitividade entre os vários elementos presentes no processo, e, então, mantendo a ênfase naquele que mais trará resultado para a consecução do acordo pretendido.

Vale citar, neste ponto, que o *Tratado da Argumentação*, Capítulo II, fundamenta a escolha dos dados e sua adaptação com vistas à argumentação. Logo no início, os autores referem-se à diversidade, à amplitude e à importância capital quando empenhados na escolha de dados para os objetivos de se alcançar os acordos. Assim proferem os autores:

Portanto, antes de examinar o uso argumentativo desse dado, é indispensável chamar a atenção **sobre o papel da seleção prévia dos elementos** que servirão de ponto de partida para a argumentação e da adaptação deles aos objetivos desta última (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 131, grifo nosso).

Da importância do papel da seleção dos elementos, referida pelos autores, depreendemos e correlacionamos a técnica, embutida na teoria *AMEN*, que denominamos *governança ou racionalidade*. Essa correspondência fica também explícita na seguinte exposição dos mesmos autores:

O fato de selecionar certos elementos e de apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma *presença*, que é um fator essencial da argumentação, por demais menosprezado, aliás, nas concepções racionalistas do raciocínio.
[...] Toda argumentação supõe, portanto, uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação destes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 132, 136).

De fato, pelas assinaladas especificidades dos elementos argumentativos, é possível indicar como a *racionalidade* ou a *governança* da teoria *AMEN* deve estar estruturada para melhor conduzir a negociação. Essa estruturação é suportada, de forma análoga, pelos mecanismos argumentativos, que, de forma ampla, igualmente consideramos e exemplificamos no *Capítulo 1*. Essa analogia da racionalidade da teoria *AMEN* ainda encontra respaldo em outras teorias contemporâneas de negociação, igualmente conhecidas, como a teoria de negociação por princípios ou de ganhos mútuos, conhecida como *modelo Harvard de negociação*, conforme mencionamos anteriormente.

Trazemos um exemplo para demonstrar a racionalidade, a razoabilidade e a emocionalidade em processos de negociação. Em uma das viagens do Papa Francisco, o Pontífice abordou o tema *corrupção*. A perspectiva como o fez denota uma clara preocupação de argumentar, levando em conta não somente o racional que o tema exige, como também o apelo sentimental ao legítimo, demandado para conquistar a aderência do auditório.

O orador Papa está envolvido não com a verdade em si, senão com a razoabilidade e a legitimação da questão. Vejamos o recorte do *Encontro Com Os Representantes Da Sociedade Civil*, em visita ao Equador, Bolívia e Paraguai, (*Anexo 10*). Eis as palavras do Papa:

Eu não digo se é verdade, se não é verdade, se é justo, se não é justo, mas um dos métodos que as ideologias ditatoriais usavam no passado, aquelas às quais fiz referência faz um momento, era afastar as pessoas, ou com o exílio ou com a prisão ou, no caso dos campos de extermínio, como faziam os nazistas ou os estalinistas, afastar com a morte. Para que exista uma verdadeira cultura num povo, uma **cultura política e do bem comum**, é preciso promover, em primeiro lugar, **julgamentos claros, julgamentos nítidos**. E não serve outro tipo de estratégia. Justiça, nítida, clara. Isto nos ajudará a todos. Eu **não sei se isto existe ou não aqui**, digo-o com todo o respeito. Disseram-me quando eu entrava aqui. E que intercedesse não sei por quem. Não escutei bem o sobrenome. E, depois, há outra coisa que também queria dizer honestamente: um método que não dá liberdade às pessoas para assumir responsavelmente sua tarefa de construção da sociedade é uma chantagem. **A chantagem é sempre corrupção**: «se tu fazes isto, te faremos isso, com o qual te destruímos». A

corrupção é uma traça, é a gangrena dum povo. Por exemplo, **nenhum político pode cumprir o seu papel, seu trabalho, se se encontra chantageado por atitudes de corrupção**: «Dá-me isto, dá-me poder, dá-me isto, caso contrário vou fazer-te isso ou aquilo». Esta realidade que se verifica em todos os povos do mundo – porque isto acontece – tem de ser desterrada, se um povo quer manter a sua dignidade. **Estou falando de algo universal** (grifo nosso).

Encontramos aqui, por meio da habilidade de pensamento do Papa, o movimento entre transitar pelo racional, ao indicar os fatos. Ainda, legítima e justifica os argumentos com apelos ao bem comum, que serve, em especial, para o auditório a que se dirige, mas que também pode servir para toda a humanidade, já que esse orador diz que está “falando de algo universal”. A escolha dos argumentos apropriados traduz em uma estrita e eficiente racionalidade e pode ser relacionada à pregada pela teoria *AMEN*.

O modelo de racionalidade, mais do que orientar a compreensão cognitiva dos indivíduos, organiza a vida humana na sociedade e nas organizações. Esse modelo, por intermédio de normas racionalmente desenhadas, desempenha papel relevante na justificativa, na legitimação e, principalmente, na conformação dos indivíduos à vida nas coletividades organizacionais. Diz respeito a uma lógica, que é interiorizada pelos próprios indivíduos em conformidade com as normas próprias de um sistema social. Com isso, solidifica um sentido compartilhado por todos os membros. Tal sentido, acreditamos, é um diferencial constantemente usado pelo Papa Francisco, como o exemplo recém-citado pôde demonstrar. Vinculamos, aqui, essa similaridade com o preceito da teoria *AMEN*: combinação da assertividade com legitimidade.

Para complementar a ideia de justificativa e legitimação, encontramos mais uma resposta plausível sobre a racionalidade e, com ela, a eficácia defendida pela teoria *AMEN*. Lemos em Habermas, na apresentação à edição brasileira, (2012, p. XI):

O conceito de racionalidade adotado na teoria do agir comunicativo tem a ver, acima de tudo, com **formas de aquisição e utilização de saber por parte de sujeitos providos de competência comunicativa**. Mesmo assim, e apesar das inúmeras ressalvas, ele é suficientemente amplo e geral, porque reconstruído a partir de pretensões de validade de cunho **universalista**, cujo critério é a **criticabilidade** (grifo nosso).

Portanto, conforme consta em Habermas (2012, p. 37, 38), o autor prevê a coexistência de duas formas de racionalidade: uma é a atividade racional em relação

a um fim e orientada na direção do sucesso, de natureza **instrumental** ou estratégica, com ações realistas destinadas a solucionar problemas. A outra, uma atividade **comunicacional**, não coordenada por cálculos e sim pressuposta pela necessidade de intercompreensão dos indivíduos, que equivale a uma compreensão mútua, de consenso de meios linguísticos, como os presentes na família e na esfera pública. Para o mesmo autor, sujeitos que agem comunicativamente com essa *prática comunicativa*, “se asseguram do contexto vital que têm em comum, isto é, de seu *mundo da vida* intersubjetivamente partilhado” (HABERMAS, 2012, p. 40).

Habermas ainda oferece uma outra conotação sobre o termo *racionalidade comunicativa* como forma de

força espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria à fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (HABERMAS, 2012, p. 35).

O entendimento proposto pela racionalidade argumentativa, conforme trecho anterior, implica em alguns questionamentos, conforme proferidos por Habermas, que aqui traduzimos com nossas palavras: Como se podem sustentar com boas razões as validades pretendidas e que encontram divergências? Como julgar os motivos ou razões? O que torna um argumento mais robusto e outro mais fraco para validar nossas argumentações?

Assim sendo, Habermas (2012), na tentativa de facilitar esse entendimento, prevê a coexistência de três aspectos na *racionalidade comunicativa* da fala argumentativa: *processo*, *procedimento* e *produto*⁵¹. Considerada como *processo*, “trata-se de uma forma de comunicação inverossímil, já que muito próxima de condições ideais. [...] Essa sugestão, em seus detalhes, acaba sendo insatisfatória”⁵². Logo, para o segundo aspecto, no qual o autor considera a argumentação um *procedimento*, como uma “forma de interação *especialmente regulamentada*”⁵³, com um processo discursivo normatizado sob a forma cooperativa e hipotética. Por fim, sugere um terceiro ponto de vista: o processo se volta a “*produzir* argumentos

⁵¹ Cf. Habermas, 2012, p. 60-61.

⁵² Ibidem, p. 60.

⁵³ Ibid, p. 61.

procedentes e convincentes, em razão de propriedades intrínsecas com o que é possível resolver ou refutar pretensões de validades”⁵⁴.

Vemos aqui um suporte efetivo para o *Princípio da Racionalidade* da teoria *AMEN*, que prega similar habilidade no uso e na identificação demonstradas por argumentações subjetivas, se possível, apoiadas e motivadas racionalmente, dentro de um contexto verificado e identificado. Fazendo escolhas, colocando tônicas, em forma e tempo hábil para obter o máximo de adesão do interlocutor.

Reconhecemos que cada pessoa possui os seus argumentos próprios e que a repercussão da divergência de posições, pode, de um ponto de vista prático, levar a uma negociação das distâncias e a fazer concessões que facilitem a coexistência na diferença.

Aqui cabe ainda uma explicação adicional para o entendimento do uso das palavras *governança* e *racionalidade* relacionadas na composição do conceito *AMEN*: *Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. A correlação dos termos se justifica porque mescla as definições para dar um sentido maior a uma técnica. A eficácia de ser mais ou menos eficiente num processo negociador, conforme já explicitado anteriormente, depende da aplicação harmoniosa da técnica implícita no conceito *AMEN*.

Segundo o pluralismo proposto pela teoria *AMEN*, a *racionalidade* e a *governança* permitem o uso adequado e eficaz do conceito, isto é, entre o que priorizar em termos de relevância, importância, urgência ou, ainda, o que é adequado ao momento.

Neste ponto, vale citar o pensamento de Rui Grácio a respeito da racionalidade como um sistema aberto e humano, que, na teoria *AMEN*, tratamos como uma mecânica (*governança*) de transitividade de elementos que o autor Grácio chama de *deslocamento*. Vejamos, na íntegra, as palavras de Grácio:

Este deslocamento, que faz da racionalidade um sistema aberto e humano sem pretensões que não sejam a de ser simplesmente razoável e a de lidar com uma não erradicável margem de incerteza através de procedimentos que gerem confiança, convicção e **fundamentos para escolher**, conduz, por conseguinte, a uma imagem argumentativa do pensamento (GRÁCIO, 2016, p. 97).

⁵⁴ Ibid, p. 61.

Façamos agora uma pergunta: Deve-se dar ênfase em soluções originadas pelas emoções e sentimentos ou em soluções baseadas em critérios objetivos requeridos pelos interlocutores em comportamentos racionais? ⁵⁵

Analogamente, retomamos aqui, neste capítulo sobre *negociação*, os preceitos vistos anteriormente sobre o entendimento clássico aristotélico de que a retórica é a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir pelos *meios e elementos discursivos: éthos, páthos e lógos*. Lembremos que a *racionalidade* na Retórica clássica era tomada como lógica matemática, ou seja, de raciocínio apodítico. A ideia de racionalidade, usada na teoria *AMEN*, assemelha-se à da Nova Retórica, que é apresentada com uma dimensão mais alargada, numa terceira via, nem apoiada somente na verdade demonstrativa, tampouco na irracionalidade e sim na razoabilidade. Inserida, portanto, em um âmbito maior, essa dimensão, em nosso trabalho, persegue o razoável, o plausível, o justo e não, necessariamente, a verdade. Assim sendo, é mister esclarecer que, além do conceito da razoabilidade, o uso de racionalidade na teoria *AMEN* diz respeito a uma técnica de transitividade entre elementos, numa espécie de mecânica de escolha por importância, relevância e, ainda, por temporalidade.

Além de investir no aprimoramento da racionalidade como processo razoável na ampliação da visão sistêmica da negociação, de forma nenhuma deixamos de incluir nesse mesmo processo intrínseco de *governança* o elemento da criatividade e das pequenas mudanças. Sobre estas últimas, mencionamos, no início deste capítulo, o conceito *SMALL BIG*, apresentado por três grandes nomes do estudo contemporâneo da persuasão. Segundo CIALDINI et al. (2015, p. XIV), “No que se refere a influenciar o comportamento das pessoas, independentemente de quem desejamos persuadir [...], *geralmente as menores mudanças de abordagens produzem as maiores diferenças*”.

Segundo nesse raciocínio, pesquisas recentes em psicologia, economia comportamental e neurociência ajudam a compreender melhor a mudança gerada pela persuasão. Segundo essas teorias, a força dos argumentos e a quantidade de informação têm menos peso nas negociações. Em vez disso, o contexto psicológico

⁵⁵ É natural do ser humano, em suas atividades cotidianas, negociar. Devemos ter em mente que observamos uma recorrência de comportamentos influenciados pelas razões e pelas emoções. A questão central é como interferimos nesse processo de forma eficaz. Significa entender, quando, como e por que agimos sobre determinado componente, em termos de tempo, espaço e tônica para traduzir o melhor acordo entre a vontade das partes envolvidas.

em que a informação é apresentada ganha destaque. Bastam simples mudanças na abordagem de persuasão para se conectar com as motivações humanas mais profundas.

Como uma devida variável condicionante contemporânea, depreendemos que esse conceito não contradiz nossa teoria e sim a complementa, como uma inserção, tanto no elemento das emoções, como no *elemento contexto, inovação e controvérsia*.

Esta primeira leitura enseja uma segunda. Encontramos uma lógica complementar, na qual, levar em conta tal conceito de *pequenas mudanças*, reforça a pertinência e a aplicabilidade de nossa teoria de transitar entre os elementos – racionalidade – como técnica para melhor procedimento de conquista de acordos.

Tendo revisitado o termo *racionalidade* e já exposto sobre a *governança*, como meio e processo para produzir resultados, encontramos na teoria AMEN uma técnica ou estratégia abrangente que, se bem aplicada e desenvolvida, possibilita interlocutores tornarem melhor a efetivação do acordo em negociações.

3.6 A relevância da identificação de interesses

Outro aspecto crucial sobre o qual o tema de nossa pesquisa colabora e pretende oferecer diz respeito ao *objeto ou a questão central* das negociações. Identificar rápido e adequadamente a questão central faz toda a diferença. Por quê? Na maioria das vezes, há uma tendência de considerar o objeto como inelástico, fixo ou um “jogo de soma zero”, em que uma parte ganha e a outra perde.

No *Capítulo 1* deste trabalho, no item “*o raciocínio por analogia e a metáfora*”, já apresentamos uma correlação entre objeto, coisa ou *coisificação*. Entretanto, retomamos aqui o conceito de *objeto* porque seu correto entendimento constrói adequadamente a visão sistêmica da teoria que mostramos, isso em termos de *objeto ou questão central* em teorias da negociação.

Preferimos tomar como referência para definir o *objeto* da negociação como uma “coisa”, tangível ou intangível, dando uma elasticidade para a questão, podendo

ser ilustrado conforme conceituou Pierre Bourdieu⁵⁶, quando se refere a “capital simbólico”. Seguindo nessa linha, um *objeto* poderia ser qualquer “coisa”, considerada um valor, produto, serviço, preço, capital, ego, status, poder, honra, enfim, “coisas”, o que permite uma atribuição mais coerente e efetiva para aquilo que é classificado como recurso escasso na negociação, portanto, *objeto* do acordo.

Por que a importância dessa classificação distinta?

Nessas circunstâncias, é sempre possível pensar numa reformulação do que está em jogo na negociação, dando novos contornos – ampliando, substituindo ou reconceituando o objeto em questão⁵⁷. Assim, o valor relativo passa a permitir que questões tangíveis e intangíveis ofereçam uma opção adicional, de sair do “bolo fixo” para algo não definitivo, como alternativa para as partes, aumentando a chance do acordo.

Esse, possivelmente, é um dos aspectos mais relevantes que nosso trabalho entrega para explicar as questões centrais trabalhadas pelo Pontífice Francisco, personagem central de nossa pesquisa.

Os procedimentos sincronizados nos movimentos de negociação são produtos e resultados da correta *gestão da racionalidade argumentativa*, que julgamos ser fundamentais na solução de divergências. Para equacionar discrepâncias ou divergências, é preciso conhecê-las. Daí resulta a importância de novos elementos definidores no processo e na teoria de negociação: os *interesses centrais*⁵⁸ envolvidos.

Os interesses centrais representam vontades importantes para quase todo o universo das negociações. É o estágio identificado e avançado do objeto ou da questão central, que usualmente não são verbalizados. Quando não houver esses

⁵⁶ **O capital simbólico** – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (cf. BOURDIEU, 2003, p. 145).

⁵⁷ Enfatizamos a capacidade que as pessoas devem ter de redimensionar o objeto que está sendo negociado, por meio de uma *ampliação*: de transformá-lo em algo *maior* do que estava sendo anteriormente considerado, ao se perceber que a negociação não está progredindo. Da mesma forma, essa capacidade se mostra no *redimensionamento ou substituição por outro objeto*. Finalmente, dispor da habilidade de *reconceituar* o objeto, em vez de ampliá-lo ou substituí-lo por outro, seria uma forma de colocá-lo num novo patamar de referência, repensar e se perguntar se se trata exatamente daquilo que se busca no acordo.

⁵⁸ **Interesses centrais**: Definidos como uma vontade humana de relevância, que usualmente surge de um relacionamento. São centrais porque tocam no modo como queremos ou esperamos ser tratados. Pode, talvez, ser considerado uma *nuance* de versão de uma necessidade social. Usualmente aparece no contexto de um relacionamento. Varia de intensidade dependendo dos interlocutores envolvidos (cf., FISHER; SHAPIRO, 2009, p. 200, 201).

interesses explicitados, tem de ir em busca dessa identificação, dada sua importância no processo de negociação. Chamamos essa busca de identificação dos aspectos adjacentes envolvidos. Nesse caso, não são expressos, mas poderiam ter sido. Aqui nos utilizamos do argumento de uma figura de linguagem para exemplificar o melhor entendimento. Imaginemos um *iceberg*. O que vemos primeiramente é a ponta dele. Em nossa representação, significa o que foi dito, expressado, ou os chamados aspectos tangíveis. São exemplos o preço dito, os desejos explicitados, as expressões claras e objetivas e as posições declaradas.

A base do *iceberg*, aquela maior que está escondida sob a águas, são os caracterizados como aspectos intangíveis, ou interesses adjacentes. Não foram expressos, mas são o cerne do desejo das partes. Exemplos incluem a palavra que não foi dita, porém aquela que se queria dizer. Enfim, são as necessidades fundamentais para a questão envolvida. São as inseguranças e os valores englobados, relevantes, porém, não explicitados. É na base do *iceberg* que se encontra os principais interesses centrais que os interlocutores devem perseguir e trabalhar para melhor resultado do acordo objetivado. Esses interesses centrais são, de fato, mais relevantes que as posições individuais das partes.

3.7 A assertividade e o “sócio da sociedade humana”

Ao longo de uma negociação, os interlocutores têm inúmeras oportunidades de expressar o que desejam e o que sentem. Podem estar atentos aos interesses gerais ou, ainda, para as posições individuais. Essas manifestações são influenciadas por um conceito estritamente relacionado com a negociação. Trataremos aqui da *assertividade*.⁵⁹ Com esse conceito em pauta, cabe ressaltar que para os fins a que esta pesquisa se propôs, não foi assumido como pressuposto a atribuição de fazer

⁵⁹ **Assertividade:** O conceito aqui utilizado difere daquele normalmente encontrado mais facilmente em dicionários como sendo um substantivo feminino que expressa a *qualidade do que é assertivo, afirmativo ou positivo*. Utilizaremos o conceito mais próximo da definição usada no campo da comunicação: uma competência emocional que determina que um indivíduo demonstra autoconfiança e não tem dificuldade de expressar sua opinião. Em outras palavras, **é a prática de um conceito de igualdade** – o indivíduo diz o que pensa e sente, porém, sem constranger a outra parte. Assertividade não significa que uma pessoa está certa ou errada, mas indica que a pessoa anuncia e defende as suas ideias com vigor e respeito pelo ouvinte.

“malabarismos” para obter comprovações teóricas. Isso inviabilizaria o caráter aberto de proposição genuína que começamos a desenhar, a saber, o modelo a ser adotado para melhor atuar em processos de negociação: a denominada técnica *AMEN*.

Importante notar que o grau de assertividade de um interlocutor será determinado pelo equilíbrio que ele obtém da aplicação habilidosa de dois impulsos: um interno e outro externo. Chamaremos de *ação interna* o impulso que expressa motivações e interesses, que não são, necessariamente, voltados para o outro interlocutor ou auditório. O outro impulso, denominado de *comportamento*, é socialmente orientado, portanto, significa o que os outros interlocutores esperam que façamos. Em cada um desses movimentos, o grau de assertividade das partes será avaliado e, conforme as circunstâncias, o processo será identificado com um tom de postura de cada um dos lados. Essa postura definirá o assentimento ou o afastamento das partes. Estamos aqui numa linha tênue entre o *racional* e o *razoável*, representados por dois extremos: O *particular* e o *público*. O particular, no entanto, se repete nos dois extremos, e o público situa-se estrategicamente no meio dessa relação. Assim, o particular, no primeiro extremo de um lado, é quando deixamos de expressar nossas vontades ou temos dificuldades em dizer *não*, ou seja, cedemos e somos mais coniventes, num formato de ausência de si (passividade). Ou, ainda no particular, agora no outro extremo, é quando nos posicionamos fortemente, adotando uma postura posicional, afirmativa e de enfrentamento (competitividade). Entre essas posições antagônicas, no meio, situa-se o âmbito público, quando representado pelos interesses mútuos, globalizantes, em que não deixamos de dizer o que pensamos, porém sem constrangimento ao interlocutor (assertividade). Vemos aqui uma certa similaridade com relação ao pensamento de Rawls (2002) ao que o autor chama de racional e de razoável em termos de cooperação social.

Quando nomeamos um modelo que pretende oferecer um instrumento balizador de orientação no processo de negociação, por assim dizer, navegar entre os elementos desse processo, estamos facilitando a tomada de decisão e a maneira como atuar rapidamente para a conquista do acordo ou assentimento das partes. De que forma isso seria possível? Pela análise dos elementos, perceberemos, em cada momento, aquele que mais necessita atenção ou, então, o elemento definidor e essencial para a solução da controvérsia, ou da divergência.

Seguindo essa linha de raciocínio do *particular* e do *público*, voltemos ao tema assertividade, voltemos ao conceito de assertividade. Um negociador habilidoso

também é um comunicador assertivo. Portanto, *a fortiori*, é mister salientar que o uso adequado do comportamento assertivo seja igualmente considerado um elemento definidor no processo de tomada de decisão ou da argumentação usada na negociação, o que nos remete a integrar essa ação, ou comportamento, na teoria proposta nesta tese: a *governança dos elementos pela teoria AMEN*.

O uso de uma argumentação mais ou menos assertiva, portanto, será um diferenciador na conquista do acordo. Para melhor entendimento, interlocutores assertivos conciliam adequadamente seus interesses e motivações com as possibilidades e limites impostos pelo meio ou sociedade. Eles têm uma visão correta de suas responsabilidades sociais, sem omissão na defesa de seus próprios interesses. Investem numa visão sistêmica, tendo noção das consequências e possibilitando uma sequência natural da interação. Recuperam posições radicais e permitem a sequência da interação comunicativa, preservando suas posições e respeitando os limites da outra parte. São capazes de expressarem ou ainda de recusarem, ao seu tempo, um posicionamento.

É sobre a eficácia do negociador *assertivo* que o especialista de Harvard em negociação e administração de conflitos, William Ury (2007), cunhou o termo e tema de seu livro “*O poder do não positivo - como dizer não e ainda chegar ao sim*”, texto internacionalmente reconhecido por atuar nessa complexidade das relações humanas.

O negociador *agressivo*, por outro lado, demonstra um alto grau de competitividade, menosprezando a outra parte e, costumeiramente, abusando do poder que tem, seja por meio de ameaças ou do oferecimento de recompensas, isso sem contar o comportamento demagogo. O seu sucesso depende, assim, da fragilidade da outra parte. Em outras palavras, esse tipo de comportamento, definitivamente, não implica numa expressão de bom negociador, daquele que considera a interdependência dos interlocutores.

Finalmente, negociadores *não assertivos* tendem a não expressar suas posições e desejos, e, geralmente, ficam na expectativa de que o outro defina ou cuide de seus interesses. São como *servos*. A postura passiva compromete a interação, causando dificuldade em encontrar soluções e, com frequência, fortalece a outra parte, desequilibrando o acordo.

Depreendemos, dessa forma, que adotar posturas mais assertivas nas negociações implica em potencializar o uso maduro e construtivo, equilibrando a interação e facilitando a adesão dos interlocutores. Por outro lado, o desequilíbrio

também pode ocorrer ao adotar posturas mais passivas ou agressivas, inclusive com ônus de contrariedade de culturas presentes. Cabe aqui uma ressalva: A postura sugerida de um negociador assertivo não invalida as abordagens e estratégias de negociação, prescritas na literatura das teorias da negociação⁶⁰. A ideia defendida aqui sugere maior eficácia do processo de negociação quando conduzido taticamente pelo maior emprego da *assertividade*, crença também implícita na teoria *AMEN*.

Em nossa interpretação, o Papa Francisco personifica a postura de um negociador assertivo, não se aproveitando da fragilidade dos interlocutores e sim equilibrando a interação. O poder de convencimento e persuasão desse orador aumenta e se mantém no intervalo mais apropriado da comunicação objetiva e efetiva: o dizer de forma clara, concisa, sem constrangimento ou prejuízo para o auditório. Esse negociador está sempre construindo, não deixando de interromper ou interpelar, invariavelmente, no momento oportuno.

Essa postura construtiva de argumentar do Papa Francisco em negociações, especialmente em causas comuns da humanidade, o classifica, na nossa opinião, como um “sócio da sociedade humana”. Tomamos emprestada essa expressão do livro *Princípios de Negociação* (2014), usada para classificar a postura do negociador assertivo como uma forma perene de “abrir mão dos desejos e das primeiras e decisivas pulsões para, recebendo e acatando os limites impostos pelo meio, ‘saltar da natureza para a cultura, tornando-se sócio da sociedade humana’” (ANDRADE et al., 2014, p.81). Portanto, interlocutor assertivo é aquele que consegue negociar, interna e intensamente, seus desejos e vontades ante às necessidades do mundo, e, concomitantemente, expressa seus pensamentos e objetivos, sem constrangimento da outra parte.

Identificamos nos discursos do Papa Francisco a mesma base assertiva de sustentação, conforme o trecho a seguir nos mostra:

Sim, mas quero assinalar que já se sabia o que eu pensava e o que diria. Todavia a sua pergunta é muito interessante, porque me leva a refletir no modo como procuro comunicar. **Para mim, o mais importante é que a mensagem chegue;** por isso, procuro dizer as

⁶⁰ Observação: A ênfase na abordagem assertiva não exatamente invalida o conceito de negociação distributiva, conhecida como abordagem de *soma-zero*. Esse tipo de estratégia tem o seu lugar, conforme a necessidade de usos e intenções. Da mesma forma, a estratégia integrativa, também conhecida como abordagem colaborativa, tem o seu direcionamento adequado, conforme interesses objetivados. Ambas as estratégias são aplicáveis e válidas e variam segundo as intenções variadas das questões centrais ou o do objeto.

coisas passo a passo e ouvir as respostas, para que a mensagem chegue. Por exemplo – um exemplo da vida diária – um jovem, uma jovem, na crise da adolescência, pode dizer aquilo que pensa fechando a porta na cara do outro, e a mensagem não chega, fecha-se. A mim, interessa-me que esta mensagem chegue. Por isso, vi que, se no discurso oficial [no Myanmar] tivesse dito aquela palavra, ter-lhes-ia fechado a porta na cara. Mas descrevi as situações, os direitos de cidadania, «ninguém excluído», para me ser permitido ir mais além nos colóquios privados. Fiquei muito, muito satisfeito com os colóquios que pude ter, porque, se é verdade que não tive – digamos – o prazer de fechar a porta na cara publicamente, de fazer uma denúncia, **tive porém a satisfação de dialogar, de fazer falar o outro, de eu dizer o que pensava e, assim, a mensagem chegou.** E chegou de tal modo, que continuou, continuou sempre até desembocar naquele encontro de ontem. **Isto é muito importante na comunicação: a preocupação de que a mensagem chegue.** Muitas vezes as denúncias, mesmo nos mass-media (**não quero ofender**), **com alguma dose de agressividade fecham o diálogo, fecham a porta e a mensagem não chega.** E vós, que sois especialistas em fazer chegar mensagens, compreendeis bem isto⁶¹ (grifo nosso).

A comunicação assertiva do Papa também é frequentemente notada em expressões como aquelas que vão diretamente ao ponto, sem parcimônia, como mostra o exemplo a seguir:

Gostaria de dizer muito claramente: a droga não se vence com a droga! A droga é um mal, e com o mal não nos podemos dar por vencidos nem ceder a compromissos. Pensar que se pode limitar o dano, permitindo o uso de psicofármacos àquelas pessoas que continuam a usar droga, não resolve minimamente o problema. As legalizações das chamadas «drogas leves», até parciais, além de serem discutíveis a nível legislativo, não produzem os efeitos estabelecidos. Depois, as drogas substitutivas não são uma terapia suficiente, mas um modo velado de se render ao fenómeno. **Pretendo reafirmar quanto já foi dito noutra ocasião: não a qualquer tipo de droga. Simplesmente. Não a qualquer tipo de droga** (cf. Audiência geral, 7 de Maio de 2014). **Mas para dizer este não, é preciso dizer sim à vida, sim ao amor, sim aos outros, sim à educação, sim ao desporto, sim ao trabalho, sim a mais oportunidades de trabalho.** Um jovem que não tem trabalho, pensemos nisto. Penso que o número é de 75 milhões na Europa. Penso, não tenho a certeza, não quero dizer uma coisa que não é. Mas pensemos num jovem: nem, nem. Nem estuda nem trabalha. Entra nesta falta de horizonte, de esperança, e a primeira oferta são as dependências, entre as quais a droga. Isto... as oportunidades de trabalho, a educação, o desporto, a

⁶¹ FRANCISCO, Papa. Viagem Apostólica a Myanmar e Bangladesh (26/11 a 02/12/2017). Conferência de Imprensa durante o voo de Bangladesh, 02/12/2017. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171202_viaggioapostolico-bangladesh-voloritorno.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

vida sadia: é este o caminho da prevenção da droga. Se estes «sins» forem realizados, não haver lugar para a droga, nem para o abuso de álcool e para outras dependências⁶² (Grifo nosso).

De fato, o Papa enfatiza direitos e deveres com clareza. Quando estamos em negociação, a percepção sobre nossas reivindicações e obrigações precisam ser explicitadas dessa forma. Se não forem evidentemente identificadas, precisam ser retomadas e afirmadas. A dúvida ofusca o processo. Daí a necessidade da efetiva constância da *racionalidade* pregada pela teoria *AMEN*. Por exemplo, quanto à liberdade de expressão, a mensagem do Papa Francisco corrobora o conceito de assertividade, tão relevante na teoria da negociação, como já afirmamos. Vejamos o recorte abaixo:

[...] Quanto à liberdade de expressão. **Cada um tem não só a liberdade, o direito, mas também a obrigação de dizer o que pensa para ajudar o bem comum.** A obrigação. Pensemos num deputado, num senador: se ele não disser aquilo que, no seu modo de ver, é a verdadeira estrada, não colabora para o bem comum. E não só estes... muitos outros. **Temos a obrigação de dizer abertamente; temos esta liberdade, mas sem ofender.** Porque é verdade que não se pode reagir violentamente [...] ⁶³ (grifo nosso).

Além de não ultrapassar limites, a preocupação central, por certo, é evocar a credibilidade para a conquista do assentimento. Na teoria *AMEN*, esse procedimento pode ser conseguido por meio do rigor na execução da *governança* dos elementos, ora atendendo às paixões, pelas conexões criadas e pelo respeito às opiniões, ora tratando da demonstração e, além disso, pela inclusão de fatos incontestáveis e critérios objetivos (normas, dados, números, estatísticas). Ainda, pode obter êxito ao reformular a questão central para atender os interesses das partes.

⁶² FRANCISCO, Papa. Discurso aos participantes da 31ª. Edição da “International Drug Enforcement Conference”, Sala Clementina, 20 de junho de 2014. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140620_drug-conference.html>. Acesso em 12 jun 2019.

⁶³ Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/january/documents/papa-francesco_20150115_srilanka-filippine-incontro-giornalisti.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

CAPÍTULO 4 – O ARGUMENTADOR-NEGOCIADOR: CORPORALIDADE E ALMA

“Age de modo que considere a humanidade na tua pessoa quanto na de qualquer outro, e sempre como objetivo, nunca como simples meio”.

I. Kant (filósofo alemão, 1724-1804),
Fundamentação da metafísica dos costumes.⁶⁴

No *Capítulo 3*, nosso propósito foi tratar o tema *negociação* sob uma nova abordagem, relativamente diferente da tradicional metodologia usualmente encontrada. Nesse sentido, e para a melhor efetivação dos resultados pretendidos, propusemos princípios teóricos baseados numa *governança ou racionalidade*, que enseja mais eficácia no processo de negociação. Denominamos essa teoria sob o acrônimo *AMEN – Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. Ainda, pelas análises efetivadas de discursos do Papa Francisco, pudemos evidenciar certas aplicabilidades dessa teoria complementar por nós elaborada.

Pretendemos demonstrar, neste capítulo, posturas interacionais do Papa Francisco no âmbito de negociações.

Como já demonstramos, a postura de negociador do Papa Francisco denota com maestria vários conceitos da retórica. Por exemplo: Além da vocação política, utilizando-se, para isso e em especial, do aconselhamento para o útil – característica do gênero discursivo deliberativo –, de transitar entre o *sagrado* (temas religiosos, da

⁶⁴ BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 668.

Igreja) e o *profano* (assuntos laicos) e, ainda, de produzir um discurso emocionado, outras características chamam a atenção no modo de se apresentar e nas argumentações do Pontífice.

Perguntamos, então: O que mais poderia credenciar o Papa Francisco como um articulador, mediador e argumentador-negociador internacional? É o que pretendemos mostrar neste capítulo.

4.1 A influência de um comunicador global

Se “os desertos exteriores se multiplicam no mundo, [por que] os desertos interiores se tornaram tão amplos [?]”.

FRANCISCO,
Carta Encíclica Laudato Si’, 2015, 3, item 216.

Nos *Pontos Históricos* e no *Capítulo 1*, reportamos a informação sobre a razão de o Pontífice ter escolhido, pela primeira vez, o nome de Francisco, que foi em homenagem ao Santo italiano, São Francisco de Assis. Lembremos que essa escolha é um direito e uma preferência de quem é eleito Papa.

Por certo, reputamos a essa primeira providência do Papa Francisco a expressão dele como interlocutor, comunicador e negociador global, transmitindo, desde o início, uma mensagem clara de seu propósito para com os objetivos de sua recém-jornada frente a uma organização secular.

Sob a ótica da teoria *AMEN*, poderíamos depreender que o Papa Francisco estava *reformulando a questão central* ou objeto da mensagem, tanto para o ambiente interno da organização Igreja, quanto para a sociedade como um todo. Fez isso por meio da habilidade em oferecer, de imediato, um posicionamento claro e conciso das intenções de valores e necessidades, enfim, do novo roteiro papal a ser seguido. Retomemos o trecho da *Carta Encíclica*, conforme *Anexo 2*, com algumas dessas intenções relatadas. Nele, é o Padre Francisco referindo-se ao Santo Francisco de Assis:

Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade. [...] Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. [...] Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior.

Embora esse e alguns outros exemplos exponham essa conexão de modo bastante evidente por meio de citação direta, isso não bastaria para que a tarefa de ser reconhecido como um defensor da natureza fosse respeitada. Então, o Papa Francisco se utiliza de meios mais racionalmente planejados para, assim, justificar sua influência argumentativa e negociadora com a sociedade. Um desses meios mais eficientes são os formatos de dados bem atualizados e organizados, que rapidamente exemplificamos como as *Encíclicas*, especialmente a completa *Encíclica Laudato Si'*, da qual agregamos alguns trechos, como anexos, a este trabalho.

Na Retórica clássica, esses meios mais racionais são nomeados como um *lógos* adequado. Nas teorias contemporâneas de negociação e no conceito complementar *AMEN*, classificaríamos como investir em *critérios objetivos*, como dados e informações fidedignas, de procedência genuína, para oferecer maior credibilidade e sustentar a argumentação. Também, para respaldar a mensagem, invocando o *princípio de interdependência*, buscando claramente a intenção de assentimento da sociedade.

4.2 A nobreza de demonstrar a humildade

*“A estirpe não transforma os indivíduos em nobres,
mas os indivíduos dão nobreza à estirpe”.*

D. Alighieri

(Poeta italiano, 1265-1321), Convívio, IV, 20.⁶⁵

⁶⁵ BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 392.

Não obstante o emprego do *princípio da interdependência*, os pontos de vista e as diferenças afloram constantemente nas interações.

A pergunta fundamental, entretanto, sempre aparece: O que fazer para melhorar a atuação em processos interacionais de comunicação, mediação, facilitação ou negociação?

Não é à toa que a primeira providência que o pontífice tomou ao ser nomeado Papa foi a de relacionar seu modo de ser (*éthos*) ao de São Francisco de Assis. Conforme ele mesmo expressou, a escolha foi fundamentada com base no modelo de vida daquele religioso. Por certo, foi uma atitude, primeiro, de crenças e valores próprios; segundo, de aproximação de identidade política de declaração e identificação com o papel social que mais interessava mostrar. Por conseguinte, essa é a característica mais evidente e evocada em seus discursos, provas muito importantes para a argumentação.

Levada a bom termo essa atitude, a busca regular do acordo também é suportada por esse dom: a humildade. Essa virtude é mais evidente ainda nesta pesquisa, quando recobramos a definição e a influência do *éthos* ou o modo de presença dos interlocutores no processo de negociação.

Esclarecemos primeiramente que a humildade, aqui denominada, não é no sentido de caráter fraco, ou de timidez trabalhando ao revés. O sentido é diferente. Diz respeito a reforçar a consciência de transmitir ao outro a imagem e preocupação de que o centro das atenções é exatamente o interlocutor. Ainda, serve para perceber e adaptar-se aos interesses centrais envolvidos, demonstrando que há preocupação legitimada de *bona fide*. Assim, ficaria claro o que é que cada uma das partes deve buscar, pois trata-se, fundamentalmente, da questão essencial, do objeto ou recurso escasso que poderia sofrer alteração.

Vale ressaltar que há certo consenso de que a humildade fragiliza ou expõe o interlocutor. Tal pensamento ainda é influência da visão tradicional da negociação. Ao contrário, segundo as modernas teorias de negociação, a abertura, a flexibilidade e a confiança, especialmente refletidas por uma personalidade humilde, no sentido tomado neste trabalho, fortalecem a posição do indivíduo. De fato, em negociação, a habilidade de *governança* é potencializada quando se identifica a virtude da humildade.

Ter humildade na negociação, portanto, significa demonstrar mais transparência, lealdade, flexibilidade e respeito ao processo. A troca não sofre, porque

não se trata de perda de força, ou de submissão ao outro: envolve manutenção de direitos pelo entendimento dos interesses globais da relação e não somente de posições individuais. Com isso, o outro interlocutor tende a retribuir e, no mínimo, a relação será mais cordial.

A legitimidade do modo de presença do Pontífice, suportado pela humildade, é recorrente e nos permite identificar, com regularidade, exemplos que mostram uma faceta real de demonstração de interesse pelos interlocutores. De fato, são exemplos as constantes declarações e preocupações do Papa Francisco com a *casa comum* da humanidade, que, como já dissemos, representa o planeta. O Papa incorpora um líder numa posição de *voz de quem não tem voz*, dos pobres, dos excluídos. Essa identidade torna o Papa Francisco um ponto de referência mundial, acima das partes, como uma riqueza para toda a humanidade.

Tomando o pensamento anterior, vejamos uma passagem real dessa atitude interacional, caracterizada pela humildade, o que demonstra esse diferencial na criação de identidades cooperativas. O exemplo foi extraído de TORNIELLI (2017, p. 158), do livro *As viagens de Francisco*.

O cenário: Papa Francisco visita a ONU, em Nova Iorque. Pela quinta vez, um Papa visita essa organização, o que depreende a importância atribuída pela Igreja a essa instituição e vice-versa, caracterizando mais uma postura do Papa Francisco: a negociação diplomática.

O dia para o Papa Francisco começa cedo e logo no início é recebido pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon. Antes de se apresentar aos *grandes* líderes da terra, o Papa, numa atitude proativa de expressa humildade, pede para se encontrar com os *pequenos*, presentes na cerimônia: os cozinheiros, recepcionistas, faxineiros, intérpretes. Então, esses *pequenos* foram todos reunidos em um grande átrio no térreo. O Papa Francisco cumprimenta e agradece a todos pelo precioso trabalho. Somente depois dirige-se para o que seria sua função principal: falar com os *grandes*. Nessa fase, o Papa faz uma intervenção direta, pedindo mudanças e reformulações em determinadas políticas da ONU, assumindo, assim, o discurso diplomático. Não dispensa, no entanto, o caráter recorrente do discurso deliberativo, que tem como objetivo o aconselhamento para ações futuras do auditório. Trazemos, agora, as orientações oferecidas pelo Papa Francisco, citadas em aspas, exortando que as Nações Unidas devem ser reformuladas com o

“objetivo final que é conceder a todos os países, sem exceção, uma participação e uma incidência reais e equitativas nas decisões”, no Conselho de Segurança e nos organismos financeiros. Isto ajudará a “limitar qualquer espécie de abuso ou usura especialmente sobre países em vias de desenvolvimento”. [...] Entre as “vítimas de um mau exercício do poder”, Bergoglio cita “o ambiente natural e o vasto mundo de mulheres e homens excluídos”. Duas realidades interligadas: cada dano ao ambiente, explica, é um dano à humanidade [...]. “O mundo pede vivamente a todos os governantes uma vontade efetiva, prática, constante, [feitas] de passos concretos e medidas imediatas” (TORNIELLI, 2017, p. 158).

A atitude do Papa Francisco demonstrada na visita e na narrativa acima é um exemplo real de intervenção positiva em um processo de negociação. Esse processo perpassa os mecanismos argumentativo-discursivos e interativos pelos apelos emocionais da plateia, e o faz pela humildade: tocar o coração dos *pequenos*. Ainda, cumpre rigor racional de começo meio e fim no discurso, via *logos*, e, o mais importante, sem desperdiçar a percepção contextual dos grupos presentes, muda o ritual, adapta o objeto para cada interlocutor envolvido, segundo seus interesses centrais.

Todo esse processo resultou em uma conexão emocional, que trabalha em prol da conquista de identidade. Afinal, o que mais interessaria a um cozinheiro ou faxineiro naquele instante? Desse modo, o processo se viabiliza e transita no racional, objetiva e direta mensagem, com dados atualizados para demandar uma solução. É o que propõe com o discurso de apelo de justiça e moral para a conscientização dos governantes “para passos concretos e medidas imediatas”. Esses são os princípios da *interdependência* e da *adaptabilidade* bem aplicados, constantes nas hipóteses de nosso trabalho.

Assim sendo, ratifica-se que, na prática, encontramos no relato da visita à ONU uma estreita e profícua relação entre a teoria *AMEN*, isso pela facilidade com que o Papa transita entre os elementos nela propostos. É esse entendimento bem elaborado de racionalidade, que julgamos traduzir a maior eficiência na *adesão dos espíritos*, tomando aqui os conceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Retomando, nessa visita há também uma outra funcionalidade a ser considerada como lição, esta que nos ensina a saber distinguir, com discernimento, a questão de *pertencimento e sentimento identitário*. Revisitamos esses conceitos em Charaudeau (2016, p. 62), para melhor entendimento:

[...] pertencemos objetivamente a um grupo por nossa identidade social de idade, sexo, meio familiar e profissional ou por nossa identidade, religiosa, étnica, e mesmo tribal. Quanto ao nosso sentimento identitário, ele procede de uma idealização; ele se constrói subjetivamente em referência a um grupo no qual desejamos nos reconhecer, ao qual nos ligamos por intermédio de um sistema de crenças.

Assim, conforme identificamos acima, o Papa, habilmente consegue o assentimento pela conexão emocional criada com o público. Independentemente de seus credos, grupos sociais, transita, eficazmente, entre os comportamentos racionais de decisão de cada grupo e, ainda, pelos apelos emocionais que tocam profundamente os indivíduos. É isso que os tornam adeptos pelo sentimento identitário, conforme já demonstrado. O resultado disso, uma espécie de acordo conquistado, transforma-se em uma consciência cidadã, o que Charaudeau (2016, p. 63) chama de “querer estar juntos” ou de “querer viver juntos”⁶⁶.

Constatamos aqui um adequado exemplar de *governança* dos vários elementos pretendidos pela teoria *AMEN: Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. Aqui, novamente mostramos que, nessa teoria, os conceitos de *racionalidade* ou *governança* operam para que haja um potencial aumento no assentimento dos interlocutores. O acordo, portanto, torna-se mais real e exequível.

Concluindo, no que pese às demonstrações de humildade do Papa, de um lado, fundamentando a identidade com os *pequenos* e, de outro, o posicionamento de caráter diplomático perante os *grandes*, o que mais queremos ressaltar, de fato, é a eficácia do processo constante na teoria.

⁶⁶ Vale mencionar que a filósofa Hannah Arendt utiliza expressões similares na obra *A Dignidade da Política* (cf. 2002, p. 102).

4.3 A cultura do encontro e a formação de conexões emocionais

Para saber se um pensamento é novo, basta exprimi-lo com muita simplicidade”.

L. de Vauvenargues
(Escritor francês, 1715-1747).⁶⁷

Retomemos a expressão do Papa sobre a *cultura do encontro*.

De forma recorrente, o Papa Francisco mostra seu modo de argumentar e negociar com o público de maneira simples. Possivelmente, a escolha pela simplicidade seja a característica mais evidente e relevante utilizada por ele para criar e potencializar a conexão com o público. Em um de seus livros, o Papa Francisco comenta sobre os aspectos problemáticos envolvidos com a atual velocidade da informação, que supera nossa capacidade de reflexão e discernimento e que “não permite uma expressão equilibrada e correta de si mesmo”. [...] e que o “ambiente de comunicação pode ajudar-nos a crescer ou, pelo contrário, desorientar-nos” (FRANCISCO, 2014, p. 84).

A forma encontrada pelo Papa de mostrar que a melhor maneira de se comunicar é a manifestada por uma *proximidade*, ou, como traduzimos, no âmbito da negociação, pela criação de conexão emocional. O Papa chega a usar a analogia de comparar tal *proximidade* com a *parábola do bom samaritano*, em que este encontra um homem espancado e jogado na rua e o cuida, tornando-se próximo dele. Faz, em seguida, a alusão de que:

Quando a comunicação tem como fim predominante induzir ao consumo ou à manipulação das pessoas, encontramos-nos perante uma agressão violenta igual à que sofreu o homem espancado [...], como lemos na parábola (FRANCISCO, 2014, p. 85).

Além do uso frequente de argumento por parábolas e figuras de linguagem, conforme consideramos exemplo no *Capítulo 1*, o Pontífice também combina seu

⁶⁷ BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 431.

discurso regularmente com hábeis apelos emocionais e racionais, ora trocando o objeto central, ora maximizando-o, conforme também já demonstramos. Entretanto, a grande recorrência verificada é por meio da instrução do útil, do justo, do legítimo, próprio do discurso deliberativo, oferecendo aconselhamento e “ensinamento” para ações e resultados futuros.

Sob a ótica da teoria *AMEN*, esse jeito de argumentar-negociar denota que o Papa Francisco está ressignificando adequadamente a questão, simplificando a comunicação, revestindo a mensagem com a humildade, que lhe é peculiar, demonstrando, ainda, com fatos concretos ou racionais as possíveis consequências e, desse modo, conquistando, mais facilmente, o assentimento pela conexão emocional criada. Conforme ele próprio afirmou (Francisco, 2014, p. 86), “não basta circular pelas ‘estradas’ digitais, isto é, simplesmente estar conectados: é necessário que a conexão seja acompanhada pelo encontro verdadeiro”.

4.4 A santidade da negociação

Foi com esse título – *A Santidade da Negociação* – que o Jornal *L'Osservatore Romano* (2016) trouxe a público um fato aparentemente corriqueiro, que, no entanto, reflete uma sapiência e habilidades notáveis de um negociador influente.

Em uma das regulares meditações matutinas do Papa Francisco, ocorreu um fato corriqueiro e inusitado que ilustra, de forma sucinta, o cerne das reflexões que deram origem a este trabalho. Assim sendo, procuramos demonstrar que *negociar pode ser uma das habilidades mais úteis das artes*. Tão abrangente o tema, porém, o singelo exemplo já permite alcançar uma completude e análise que o assunto merece.

Peçamos permissão para esclarecer um pouco mais. O fato ocorreu em 09 de junho de 2016, durante a missa celebrada na Capela da Casa Santa Marta. Em meio às meditações, o Papa Francisco exortou:

É preciso viver «a santidade pequenina da negociação», ou seja, aquele «realismo sadio» que «a Igreja nos ensina»: isto é, trata-se de

rejeitar a lógica do «isto ou nada» e de empreender o caminho do «possível» para nos reconciliarmos com os outros.⁶⁸

O aspecto mais central que nos chamou a atenção, no entanto, é melhor identificado e entendido com o episódio ocorrido imediatamente depois. Segundo a matéria do jornal, enquanto o Papa continuava com sua meditação, “com uma pequena nota de ternura: durante a homilia uma criança começou a chorar, mas Francisco imediatamente tranquilizou os pais”.⁶⁹

«Não vos preocupeis, porque a pregação de uma criança na igreja é mais bonita do que a do sacerdote, do bispo e do Papa. Deixai estar: deixai-a chorar, porque é a voz da inocência que faz bem a todos nós». [...] E, acrescentou o Papa, «permitem-me dizer esta palavra que parece um pouco estranha, é a santidade pequena da negociação: não posso tudo, mas quero fazer tudo, então faço um acordo contigo, pelo menos não nos insultemos, não façamos a guerra e vivamos todos em paz».

Referindo-nos ainda ao fragmento recém-exposto, ressaltamos, para corroborar com o propósito de nossa tese, que o fato mais relevante é que o objeto central da negociação envolvido no discurso persuasivo do Papa foi alterado. Houve uma adaptação adequada aos novos interesses imediatamente identificados na situação momentânea. A atenção inicial estava toda voltada para a temática original em curso. O discurso, até então, apoiava-se na exortação ritual da meditação propiciada pelos ensinamentos da igreja e sobre a importância de um câmbio de mentalidade.

Quando o Papa percebe o novo elemento ruidoso naquele contexto, nesse caso, o choro da criança, faz imediatamente um movimento de troca, e o discurso persuasivo passa a ser regido por meio de uma figura de pensamento, indicada como a alegoria da pregação da criança. A questão nuclear é a *mudança do objeto*. Este, vincula-se a uma nova necessidade e interesse dos interlocutores (ou plateia presente): Como diminuir o ruído e o incômodo causado pelo choro da criança na cerimônia da missa? Como abrandar o desconforto dos pais? Como resolver o impasse de foco das pessoas, influenciadas pela nova circunstância?

⁶⁸ FRANCISCO, Papa. Publicado no **L'Osservatore Romano**, ed. em português, n. 24 de 16 de junho de 2016. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160609_santidade-da-negociacao.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

⁶⁹ Idem.

Ratifica-se que, para efeitos deste trabalho, sob a ótica da teoria *AMEN*, consideramos que o Papa Francisco, nessa situação, usou do *princípio da adaptabilidade*: atuação imediata ao novo, ao extraordinário, uso correto e eficiente da improvisação. Com isso, consegue reformular o objeto central em questão, encontrando, assim, uma solução para os interlocutores.

Vale ressaltar que o exemplo aqui relatado não trata exatamente de um bem ou objeto relacionado a valores monetários, comerciais ou de direito e sim de *necessidades ou interesses* identificados pelos interlocutores envolvidos. A observação se faz necessária justamente para reforçar a premissa fundamental de *descoberta do problema* envolvido, que acreditamos ser pouco ressaltado na literatura de negociação. Referida importância já foi mencionada por vários estudiosos da atualidade em teorias da negociação. Por exemplo, em *Fundamentos de Negociação*, LEWICKI et al., os autores afirmam (2014, p. 71): “A etapa de identificação do problema frequentemente é a mais difícil, e é ainda mais complexa nas negociações envolvendo muitas partes”.

A preponderância que nos referimos e que pouco chama atenção nos livros de negociação diz respeito à identificação do problema, porém, não menos importante, será sequenciada pela criação, disputa e identificação de valor, estes últimos mais considerados nos relatos e metodologias.

Acreditamos, desse modo, que o termo *negociação*⁷⁰ é muito vinculado à área comercial e de valores monetários, econômicos e organizacionais, criando uma espécie de vício no direcionamento dos estudos, conforme já abordamos anteriormente.

Retomemos o exemplo da interferência do Papa sobre o choro da criança. É essa habilidade potencial de adaptação circunstancial, elaborada ou não, porém percebida e trabalhada na identificação e troca por um novo objeto ou bem, que atenda às novas necessidades e interesses envolvidos, que propomos ser uma *racionalidade interacionista e plural* (ou *governança*). Interacionista, pelo caráter intervencionista entre partes que buscam o assentimento e o acordo. Plural, pela possibilidade de intervenção multifacetada de desenvolvimento de estratégias nos

⁷⁰ Entendemos plausível a existência de uma ampla gama teórica dos processos de negociação, porém ainda muito alicerçada nos campos das interações de caráter comercial e corporativo. Nesse sentido, cabe salientar que, os conceitos empregados em seus estudos devem sofrer ajustes necessários, por meio de novas relações interdisciplinares, permitindo uma ampliação de conceitos ou mesmo uma nova racionalidade.

seguintes campos de atuação: a. definição do bem ou identificação de novo objeto; b. adaptação e atuação nas emoções e paixões dos interlocutores; c. prevenção ou potencialização do racional e dos atos e comportamentos provocados; d. identificação e adequação ao contexto inserido, pela percepção, criatividade e inovação.

A seguir, novos subcapítulos para demonstrações desses conceitos.

4.5 Postura interativa do Papa: adaptação ao interlocutor (auditório)

Perelman e Olbrechts-Tyteca tratam no capítulo *Os argumentos baseados na estrutura do real* sobre os fins e os meios. Dizem os tratadistas (2005, p. 312) que “na prática, existe uma interação entre os objetivos perseguidos e os meios empregados para realizá-los”.

De que meios se utiliza o Papa Francisco em suas posturas negociais para alcançar um fim? Primeiro e como já demonstrado, esse orador interage com seu auditório, seja particular ou universal. Com essa prática, alcança eficácia no processo negociador. Nesse processo, estão englobados o cuidado e o interesse, práticas de uso regular do Pontífice em suas argumentações-negociações e, ainda, em suas manifestações discursivas. Sobre as aparições do Papa Francisco em público, lembremos do já falamos neste trabalho: o sorrir para os jovens, os convites para entrar no papamóvel, etc. Mais adiante, trataremos mais detalhadamente sobre a imagem do Papa.

No que se refere ao envolvimento, que consideramos ser também um processo de negociação, ratifiquemos que há interesse e cuidado do Papa na busca da adesão do auditório. Os autores do *Tratado da Argumentação* retratam muito bem esse aspecto, conforme exemplificado no seguinte texto:

Cumpramos observar, aliás, que querer convencer alguém implica sempre certa modéstia da parte de quem argumenta [...] Ele [o argumentador] admite que deve persuadir, pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupando-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 18).

Assim sendo, mais do que apenas ter interesse, fazer ofertas ou concessões, é preciso o cuidado na interação, compreender a comunicação humana e, principalmente, se trata da habilidade de saber ouvir e entender as necessidades das outras pessoas. Somente assim é possível atuar de forma eficaz na administração de soluções dos constantes desafios que se apresentam regularmente.

Tal simplicidade de raciocínio é uma característica de bons argumentadores-negociadores e foi bem acentuada no final do prefácio do livro do Papa, intitulado “O nome de Deus é Misericórdia”. Ao concluir o prefácio, Andrea Tornielli colocava um comentário sobre a dificuldade de nos reconhecermos pecadores. Citemos o trecho do livro do Papa:

(...) Francisco afirmava: “O remédio existe; a cura acontece se dermos um pequeno passo em direção a Deus”. Após ler o texto, ele me chamou ao telefone, pedindo para acrescentar: “[...] ou se, pelo menos, tivermos a vontade de dar esse passo” (FRANCISCO, Papa, 2016, p. 26).

No mesmo livro do Papa Francisco, Tornielli menciona o romance de Bruce Marshall, *A ogni uomo un soldo* (a cada homem, o seu salário):

O protagonista do livro, Padre Gaston, devia atender a confissão de um jovem soldado alemão que os combatentes da resistência francesa estavam para condenar à morte. O soldado confessou sua paixão pelas mulheres e suas numerosas aventuras amorosas. O sacerdote explicou que ele deveria se arrepender para obter o perdão e a absolvição. E ele respondeu: “Como faço para me arrepender? Era uma coisa que eu gostava e, se tivesse oportunidade, faria de novo. Como faço para me arrepender?”. Então, Padre Gaston, que queria absolver aquele penitente marcado pelo destino e que se encontrava às portas da morte, teve uma ideia genial e perguntou: “Você ao menos lamenta por não se arrepender?” E o jovem, espontaneamente, retrucou: “Sim, lamento por não me arrepender”. Ou seja, me desagrada não estar arrependido. Aquele lamento foi uma pequena abertura que permitiu ao sacerdote misericordioso conceder a absolvição (FRANCISCO, Papa, 2016, p.26).

O trecho recém-citado é uma típica exemplificação sobre como não manter regras estreitas no processo de negociação, ou seja, do dever de alargar o processo, de ouvir mais e de buscar as demandas prementes do indivíduo envolvido: o cuidado com o outro. Significa estar atento ao contexto de negociação: mostrar real interesse. O texto traz à luz, portanto, a importância de se obter o objeto envolvido na

argumentação-negociação, demonstrada pela tradicional definição de retórica por Aristóteles (2006), em uma interpretação livre: a Retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão.

Assim sendo, para que ocorra um processo de negociação eficaz, é preciso haver primeiro o contexto facilitador da negociação, que visa à aceitação de ideias, propósitos, objetivos e interesses, buscando estabelecer um acordo e um desfecho que satisfaça as partes envolvidas. Depreendemos pelas análises obtidas em nossa pesquisa, que é essa a postura usual do Papa Francisco para interagir como mensagem de negociação: a *busca do encontro* ou do diálogo.

4.6 A prática de um conceito de igualdade

No *Capítulo 3*, vimos a definição de assertividade composta como uma prática de um conceito de igualdade. Tratem-se deste último substantivo. A igualdade tem sido uma preocupação constante para filósofos, políticos e pesquisadores, que, há vários séculos, vêm em busca de uma adequada definição.

Justamente pela interrelação entre esses conceitos e, ainda, dada a tamanha importância que as teorias modernas de negociação lhes conferem, sigamos ainda com esse termo. A igualdade é importante? Com este questionamento, o professor Ronald Dworkin inicia a obra intitulada *A Virtude Soberana – A teoria e a prática da igualdade* (2013). A primeira provocação que esse autor faz é: “Podemos dar as costas à igualdade?”. A princípio, parece ser uma tarefa difícil responder a essa indagação.

A resposta, entretanto, nos ajuda a entender o formato dos discursos do Papa Francisco, tão alicerçados nesse conceito. Para isso, voltemos ao *approach* oferecido pelo professor Dworkin que, em sua obra, pretende oferecer algumas razões e respostas sobre concepções distintas de igualdade, como a teoria geral de bem-

estar⁷¹, a de oportunidades⁷² e a de recursos. Conforme pensamentos de Dworkin (2013, p. 255), a verdadeira igualdade só existe em um ambiente democrático e em que as liberdades individuais sejam minimamente restritas.

Dessa forma, fica evidente que a igualdade pretendida por Dworkin não é cega à multiplicidade de estilos de vidas possíveis e existentes. Não se trata, simplesmente, de somar tudo o que é produzido pela sociedade e dividir o resultado pelo número de membros, conferindo, ainda, parcelas idênticas a todos.

4.6.1 Igualdade e liberdade

Como termos já consagrados, ao tratar da conceituação de *igualdade*, busquemos também a de *liberdade*. A proposta de Dworkin é demonstrar que a liberdade deve ser vista não como um ideal distinto ou como um obstáculo à igualdade, mas sim como um verdadeiro aspecto desta, sendo ambos os princípios necessários à igual consideração dos indivíduos. Vejamos suas palavras na íntegra:

A liberdade é necessária à igualdade, segundo essa concepção de igualdade, não na duvidosa e frágil hipótese de que as pessoas realmente dão mais valor às liberdades importantes do que aos outros recursos, mas porque a liberdade, quer as pessoas lhe deem ou não mais valor do que a todo o resto, é essencial a qualquer processo no qual a igualdade seja definida e garantida. Isso não transforma a liberdade em instrumento da igualdade distributiva mais do que esta em instrumento da liberdade: as duas ideias, pelo contrário, fundem-se em uma tese mais completa sobre quando a lei que governa a distribuição e o uso dos recursos trata a todos com igual consideração (DWORKIN, 2013, p. 160-161).

Para esse autor, não se pode, em hipótese alguma, admitir a subordinação da igualdade à liberdade. Não se trata de considerar ambos os conceitos de extremos opostos. Significaria defender que, em determinados casos, o Estado deveria deixar

⁷¹ Dworkin descreve o conjunto das teorias de igualdade de bem-estar como sendo aquele que defende que “o esquema distributivo trata as pessoas como iguais quando distribui ou transfere recursos entre elas até que nenhuma transferência adicional possa deixá-las mais iguais em bem-estar”. (Cf. DWORKIN, 2013, p. 4).

⁷² Ao mencionar a teoria de igualdade de oportunidades, Dworkin faz a seguinte inferência: Se não conseguimos concordar que a verdadeira igualdade significa igualdade de oportunidades, por exemplo, ou de resultados, ou algo completamente diferente, então por que continuar quebrando a cabeça para descobrir o que ela é? (Cf. DWORKIN, 2013, p. XI).

de considerar igualmente os cidadãos, em nome da liberdade, o que é uma inferência equivocada. As seguintes palavras do professor mostram essa estreita relação entre a igualdade e a liberdade:

Faço essa afirmação ousada porque acredito estarmos hoje unidos na aceitação do princípio igualitário abstrato: o **governo deve agir para tornar melhor a vida daqueles a quem governa, e deve demonstrar igual consideração pela vida de todos**. Qualquer pessoa que aceita esse princípio abstrato aceita a igualdade como ideal político, e embora a igualdade admita concepções distintas, essas concepções distintas são interpretações adversárias de tal princípio. Assim, **quem pensa que a liberdade e a igualdade realmente entram em conflito** em algum momento deve pensar que proteger a liberdade significa agir de modo que não demonstre igual consideração por todos os cidadãos. Duvido que muitos de nós pensássemos, após reflexão, que seja possível justificar isso (DWORKIN, 2013, p. 169, grifo nosso).

O autor evidencia o objetivo de demonstrar que a liberdade não é um ideal oposto à igualdade, tampouco uma virtude contingente à igualdade de recursos e sim um elemento fundamental desta. Dworkin ainda aponta razões para acreditar que liberdade não é mais importante que igualdade,

mas mostrando que essas liberdades devem ser protegidas segundo a melhor definição da igualdade distributiva, a melhor explicação de quando a distribuição de propriedades na sociedade trata cada cidadão com igual consideração. Essa afirmação parece plausível se aceitarmos as igualdades de recursos como a melhor tese (DWORKIN, 2013, p. 169).

Diante do afirmado anteriormente, identificamos semelhanças nas reivindicações encontradas no discurso do Papa Francisco, isto é, são solicitações que têm a mesma preocupação essencial. As duas principais *Encíclicas*, que inserem temas de relevância da humanidade, indicam essa similaridade entre *liberdade* e *igualdade*. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho da *Carta Encíclica (Anexo 2)*:

180. **Não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região.** Também é verdade que o realismo político pode exigir medidas e tecnologias de transição, desde que estejam acompanhadas pelo projecto e a aceitação de compromissos graduais vinculativos (grifo nosso).

O Pontífice também confirma essa mesma consciência sobre *liberdade* e *igualdade*, como não sendo exatamente uma equidade de recursos. No trecho do texto *Evangelii Gaudium* (Anexo 14), notamos isto:

235. **O todo é mais do que a parte**, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso **alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós**. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar (**grifo nosso**).

Por outro lado, há autores que teceram severas críticas à teoria da igualdade elaborada por Dworkin. Por exemplo, Agnes Heller, professora húngara na *New School for Social Research*, em Nova Iorque, foi enfática ao afirmar que a teoria do autor, em verdade, não toma a igualdade em si como valor último, mas sim por outros valores, tais como o respeito e a consideração, que, para Dworkin, devem ser guardados frente a todos e a cada um dos indivíduos que compõem uma sociedade, de maneira igual. A autora Heller (1998, p. 215), assim comentou:

Se Dworkin acredita que “respeito igual” é uma categoria de igualdade, está completamente equivocado. Respeito igual é igualdade de respeito, onde o valor supremo é o respeito e não igualdade.

Em nossa opinião, a crítica exposta pela professora Agnes diz respeito apenas à classificação dos conceitos, porém os resultados levam para uma mesma direção. No campo da negociação, isso é facilmente percebível e contornado pela correta identificação do objeto central envolvido, porque é isso que de fato importa. Refere-se mais a uma solução inovadora e criativa, sem, no entanto, desconsiderar o *respeito*, assim como a *confiança*, que são facilitadores nucleares no processo de negociação.

Verificamos essa situação, no *Capítulo 3*, ilustrada por um exemplo de criatividade, o das irmãs que buscavam seus próprios interesses, pela divisão de laranjas, entre fazer um bolo e tomar o suco. Lá, discorremos sobre a usabilidade das aplicações dos dois *Princípios*, o da *Adaptabilidade* e o da *Interdependência*, expressos na teoria *AMEN*.

A habilidade de mudar a tônica entre a questão central, de perceber os sentimentos envolvidos e, ainda, de demonstrar os fatos ou os critérios objetivos, promoverá um clima, na negociação, de tranquilidade e de facilitação ou, por outro lado, de enfrentamento e dispersão.

4.6.2 Quem sou eu para julgar?

A famosa declaração acima foi fonte de manchetes ao redor do mundo, depois de ser proferida pelo Papa Francisco, em 28 de julho de 2013, num encontro com jornalistas durante o voo de regresso do Rio de Janeiro à Itália. O Papa oferecia uma resposta a uma pergunta sobre sacerdotes gays. Naquela ocasião, o Papa Francisco (2017, p. 24) disse que “não se deve marginalizar essas pessoas por isso, elas devem ser integradas à sociedade”. E completou:

O problema não é ter essa orientação, não; devemos ser irmãos. O problema é fazer lobby dessa orientação: lobby de gananciosos, lobby de políticos, lobby dos maçons, tantas variedades de lobby. Para mim esse é o problema mais grave (FRANCISCO, 2017, p. 24).

O Papa Francisco, como líder que mostra ser, conhece a importância de deixar de emitir julgamentos. Essa postura descreve a maneira sutil e de liderança efetiva, a de que o líder, assim como o negociador, não deve julgar, mas avaliar as circunstâncias.

O Pontífice transmitiu ao mundo seu entendimento sobre deixar de julgar as pessoas, suas opiniões e suas decisões, porque, proclamou ainda o Papa, os seres humanos são muito diferentes uns dos outros, e muitos deles estão expostos à marginalidade, sentindo-se impotentes perante tal situação.

No ponto de vista do Papa Francisco, ninguém deve sofrer julgamento com fundamento em sua cor, credo, doença, *status*, orientação sexual ou sobre qualquer outra condição da qual inexistia controle.

Na famosa exortação *Evangelii Gaudium*, texto extraído do Anexo 14, o Pontífice se manifestou com o seguinte pensamento:

171. Hoje mais do que nunca precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reine a prudência, a **capacidade de compreensão, a arte de esperar**, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender as ovelhas a nós confiadas dos lobos que tentam desgarrar o rebanho. Precisamos de nos **exercitar na arte de escutar**, que é **mais do que ouvir**. Escutar, na **comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade**, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. Escutar ajuda-nos

a individuar o gesto e a palavra oportunos que nos desinstalam da cómoda condição de espectadores.

Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno [...] Para se chegar a um estado de maturidade, isto é, para que as pessoas sejam capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso dar tempo ao tempo, com uma paciência imensa [...].

No embate entre o julgamento e a avaliação, o Papa Francisco opta pela última. De acordo com o modo assertivo do Pontífice, enfatizemos que os líderes e negociadores devem, de fato, se valerem da avaliação, que é coerente à tomada de decisão. Na teoria *AMEN*, significa transitar entre os elementos das emoções e das análises racionais ao comparar a afirmação de que somos iguais como indivíduos. Por que faríamos diferença? Com a comparação, o processo de tomada de decisão torna-se mais legítimo e justo.

A forma utilizada pelo Papa Francisco para avaliação é sempre perceber o melhor existente em cada ser humano e deixar de destacar suas imperfeições, principalmente se a vida de determinada pessoa, por exemplo, foi regada a intempéries e fatalidades. O que ele faz é orientar que se deve exaltar os pontos fortes e desprezar os fracos. Seu intuito é ajudar as pessoas a se elevarem espiritual e moralmente.

Os discursos desse orador ultrapassam o cunho religioso e alcança a legitimidade de propósitos, características que propiciam a escuta ativa, a *adesão de espíritos* e a facilitação do assentimento com a consequente efetivação do acordo.

4.7 Corpo, alma e identidade

Quando nos referimos ao título deste trabalho – *o discurso do corpo e a negociação da alma* – a escolha remete à importância da influência do corpo e da alma no processo interativo de negociação. A construção da ideia de corpo, alma e espírito percorre os tempos como um dos grandes temas da humanidade, sendo constantemente tratados por doutrinas, crenças e religiões. Nossos corpos falam muito de nossas personalidades. Nossa postura, nossa forma de olhar e o brilho com

que o revestimos, nossa posição de membros, tom de voz, o formato, o maneirismo e a espontaneidade de gestos: tudo dá indicação do que somos.

Em se tratando de gestualidade, é pertinente falar da *actio*, uma das partes que compõem um discurso bem estruturado. Afirmo Lineide Mosca na Apresentação de *A Retórica*, de Meyer, (2007, p. 12) que a *actio* “envolve as circunstâncias em que se dá o ato comunicativo em questão, com sua cenografia (proxêmica), movimentação em cena (cinésica), a gestualidade [...] e outros elementos [...]”.

Corpo e ambiente estão sob um fluxo contínuo de informações, num processo recíproco de construção e adaptação. É como um registro de trocas e comunicação de vida, emoções, vitórias, decepções e ilusões. O corpo não é um lugar no qual “as informações que vêm do mundo são processadas para serem depois devolvidas ao mundo” (KATZ; GREINER, 2005, p. 130). Em outras palavras, o corpo não somente sofre interferências externas de contextos variados, como igualmente é um agente transformador da realidade, modificando o *status quo* vivido.

Nosso entendimento humano nos faz perceber a sintonia entre corpo e alma:

Nosso corpo somos nós. É nossa única realidade perceptível. Não se opõe à nossa inteligência, sentimentos, alma. Ele os inclui e dá-lhes abrigo. Por isso tomar consciência do próprio corpo é ter acesso ao ser inteiro... pois corpo e espírito, psíquico e físico, e até força e fraqueza representam não a dualidade do ser, mas sua unidade (BERTHERAT; BERNSTEIN, 1982, p. 14).

Portanto, essa relação de estreiteza entre a percepção do corpo e da alma tornará a comunicação mais efetiva. Ressalta-se ainda que o mais relevante é o correto entendimento do ser humano como uma complexidade ampla que interliga as razões, as emoções, as condições e as experiências que nos cercam. Isso nos fará, por certo, mais preparados para atuar nas interações.

A filósofa Hannah Arendt, em sua obra *The Human Condition*, propõe examinar, na condição humana, o que é específico e aparente e o que é oculto. Trazemos as palavras dessa autora:

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de “quem”,

em contraposição a “o que” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar – está implícita em tudo que se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é [...] (ARENDT, 2008, p. 192).

Ainda apresentamos a ideia do fisiologista Kurt Goldstein, citado no *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2012, p. 249), que distingue os conceitos *espírito*, *alma* e *corpo* como processos distintos, porém relevantemente conexos. Nessa interpretação, o corpo é identificado como um fenômeno de expressão ou um conjunto de atitudes. Kurt usou a palavra *devir* – debate com o mundo, numa forma de o homem acumular experiências e formar capacidades. Ao espírito caberia o conjunto de atitudes vivenciadas ou o papel de ser no organismo e no mundo. Nessa conexão, a alma é o ter, ou a capacidade cognitiva. Dessa maneira, o corpo não passaria de um elemento ou condição para o comportamento humano e assim, conforme consta na p. 250 do *Dicionário de Filosofia* “[...] a ambiguidade do corpo exprime com maior razão as possibilidades, positivas e negativas, da existência”.

A questão da identidade sempre provocou veementes debates, especialmente quando referidas às identidades sociais, culturais e profissionais, religiosas e sexuais. Isso porque as identidades sofrem um processo contínuo de transformação, que vai do perene ao transitório, com todas as angústias internas que a situação suscita ao tentarmos nos situar nessas categorias.

Quando nos referimos em negociar com a alma nos discursos do Papa Francisco, estamos relacionando a sua atitude interessada, que está classificada numa identidade desse orador por meio de seu envolvimento em várias causas da humanidade, por exemplo, em setores que nem pertencem diretamente ao seu desígnio direto de atividades, conforme já demonstramos.

Exemplifiquemos, novamente, tais interesses e incursões nos discursos do Papa Francisco, com excertos extraídos da *Carta Encíclica, Anexo 2*, (os grifos são nossos):

[...] 2. A questão da água

27. Outros indicadores da situação actual têm a ver com o esgotamento dos recursos naturais. É bem conhecida a impossibilidade de sustentar o nível actual de consumo dos países mais desenvolvidos e dos sectores mais ricos da sociedade, onde o hábito de desperdiçar e jogar fora atinge níveis inauditos. Já se

ultrapassaram certos limites máximos de exploração do planeta, sem termos resolvido o problema da pobreza. (Página 8 de 76)

[...] 1. **O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional**

164. Desde meados do século passado e superando muitas dificuldades, foi-se consolidando a tendência de conceber o planeta como pátria e a humanidade como povo que habita uma casa comum. Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afectam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projecto comum. [...]

[...] 2. **O diálogo para novas políticas nacionais e locais**

176. Há vencedores e vencidos não só entre os países, mas também dentro dos países pobres, onde se devem identificar as diferentes responsabilidades. Por isso, as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento económico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais.

Observamos, aqui, o Papa Francisco como um sujeito atuante, que se movimenta constantemente em busca de alcançar seus objetivos, em um processo de trazer fatos, mostrar suas razões, aconselhar, “ensinar” como devem e precisam ser feitas as ações, as mudanças. É seu modo de ser, obstinado, perseverante, conforme já afirmamos. Enfim, sua identidade se revela como um esforço, um objetivo, uma construção. Muitas vezes, tal busca se revela inclusa e precária, desviada dos interesses individuais das instituições ou nações. O Papa Francisco tenta resgatar tal processo na construção de uma identidade coletiva, por meio da expressão que cunhamos inicialmente no título deste trabalho – *a negociação da alma*.

4.8 O carácter e a corporalidade do orador

Vimos, no *Capítulo 1*, questões relacionadas aos mecanismos de argumentação, alguns deles referentes aos *argumentos baseados na estrutura do real* e aos *argumentos quase-lógicos*, conforme teoria do *Tratado* (2005). Agora, mais fundadas nas emoções, no carácter e corporalidade do orador, consideremos como se apresenta, nos discursos, o Papa Francisco para argumentar-negociar.

Para iniciar, citemos o célebre pensamento de Aristóteles (2006, p. 96) sobre como persuadir o auditório:

Persuade-se pelo [caráter]⁷³ quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento [exato] e que deixam margem para a dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o [caráter] do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como, aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o [caráter] é o principal meio de persuasão.

Em termos retóricos, já pudemos demonstrar que o *éthos* (caráter moral ou modo de presença) do Papa Francisco denota não somente o de um líder religioso, mas também o de um negociador e mediador internacional. Ainda, atuando como pacificador e portador não somente da Igreja que dirige, representa uma voz da opinião pública mundial. Além disso, como está eleito há poucos anos, o Papa Francisco precisa administrar não apenas o modelo há muito estabelecido (*éthos* prévio de uma tradicional Igreja Católica), mas também a versão mais recente desse mesmo modelo, deixada a ele de herança pelo Papa que substituiu, Joseph Ratzinger.

O modo de presença do Papa Francisco alinha-se ao que nos diz Meyer (2003, p. XLV), no prefácio da obra *Retórica das Paixões*, de Aristóteles. O autor, ao tratar da paixão obsequiosidade (o favor) como uma resposta a outrem, atendendo a uma pretensão, ao seu caráter passional, portanto, nos esclarece que *favor* é prestar serviço, descobrir a necessidade alheia, entendendo-se que quem responde dessa maneira não o faz por interesse. Em nosso entendimento, essa vocação servidora é uma das mais expressivas características definidoras que tornam o Papa Francisco um *líder servidor*. Esse perfil, por sua vez, envolvido pela *graça do servir*, o transforma num efetivo e legítimo negociador.

No que se refere ao mecanismo reflexivo de construção do *éthos*, adicionamos um *caráter*, que, de acordo com Maingueneau (2005, p. 72), “corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à ‘corporalidade’, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social”.

⁷³ Os termos “carácter” e “exacto” foram grafados conforme a Nova Ortografia.

Considerando essas concepções de Maingueneau, a primeira mudança que pudemos verificar no Papa Francisco, por meio da análise de textos neste trabalho anexados, foi a troca de suas vestes para um formato mais simples em relação às de seu antecessor Ratzinger. É essa corporalidade que se mantém como construção da imagem de si no discurso, a de mais humilde, como já mencionamos neste trabalho. Vale observar que, em nosso entendimento, não é esse o requisito primordial marcante de sua autoridade.

A transmissão de um caráter de negociador de tratos singelos, firmes e facilitadores, envolvido no mundo secular e profano, junta-se a outros mecanismos argumentativos potenciais, conforme já demonstramos. Observando a imagem a seguir, podemos notar a diferença entre as vestimentas do novo Papa e de seu antecessor, variando entre uma simplicidade de Francisco e uma certa gala de Ratzinger. Vejamos a figura:

Figura 2: Vestimentas – simplicidade e gala

Fig. 2 (Adaptada pelo autor) Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/543528248756717548/>. Acesso em: 07 dez 2016.

A imagem de mais simplicidade do Papa Francisco denota um direcionamento ao mais acessível, àquele que mais precisa de seu favor. Por exemplo, ao analisarmos o sermão como *cena de enunciação*⁷⁴, essa corporalidade o reveste de maior credibilidade e confiança por parte dos necessitados, pois, se cria com eles, acrescentemos, uma identidade. Cria também maior empatia e interação com autoridades seculares.

Conquistar a adesão do público ao discurso do interlocutor envolve projetar um *éthos* que, além de inspirar uma relação empática entre as partes, crie as condições para que o público possa não apenas compreender, como também participar do mundo particular de conceitos e de ideias que está sendo engendrado pelo discurso.

Seguindo a premissa de que *éthos* diz respeito à imagem refletida e não ao interlocutor em si, Maingueneau (2005) menciona a configuração das *cenar de enunciação* como englobando o *éthos* e não deixando a este último toda a responsabilidade de causar a persuasão. Assim sendo, fazendo uma analogia de tal conceito na negociação, podemos exemplificar a cena de enunciação estimada em três aspectos característicos: (i) o tipo englobante do discurso adotado – filosófico, religioso, político, falacioso...; (ii) o contrato genérico associado – forma de sermão, informal e coloquial, catedrático, tradicional... e (iii) o aspecto da cenografia envolvida – facilitador, orientador, profético, chefia, aconselhamento...

Tais questões tornarão o processo negocial e a argumentação mais facilitados ou prejudicados. Melhor aceitos ou refutados, não dependendo somente da imagem do interlocutor e sim também do ambiente de negociação envolvida, aqui caracterizado pela cena de enunciação.

No caso da negociação, portanto, a questão da cenografia é, ao mesmo tempo, aquela em que o processo acontece como um todo, incluindo o caráter do interlocutor, o discurso e o contorno pressuposto. É uma espécie de produção de sentido amparada nos estímulos apresentados pelos interlocutores, legitimando a facilitação ou a dificuldade na interação. Os gestores, negociadores, interlocutores, de modo

⁷⁴ “Noção que, em análise do discurso, é frequentemente empregada em concorrência com a de ‘situação de comunicação’. Mas, ao falar de ‘cena de enunciação’, acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço *instituído*, definido pelo gênero do discurso, mas também sobre a dimensão *construtiva* do discurso, que se ‘coloca em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 95).

geral, precisam atentar-se, na atualidade, mais do que em qualquer momento anterior da história, para fatores intervenientes nas possíveis cenas de enunciação. Citamos fatores, como por exemplo, a evolução rápida das comunicações, a acirrada competitividade dos negócios, a pluralidade de culturas miscigenadas pela tecnologia, as constantes revisões de valores, propiciadas pela nova sociedade mais exposta, pela valorização de novas competências, etc. Isso tudo não tira a importância do *éthos* tradicional, do caráter e da imagem criada. Só a faz aumentar, porém, a insere num contexto maior, que aqui denominamos como *ambiente de negociação*.

Finalmente, fazendo uma releitura do conceito *éthos*, é possível distinguir um *éthos* pré-discursivo ou *éthos* prévio – relacionados à imagem prévia e institucional, como sendo aquela que valida, classifica e posiciona o indivíduo em determinada classe ou *status*, que possam ser validadas e confirmadas as expectativas (a chamada reputação). A outra distinção refere-se ao *éthos* discursivo, que tratamos até então. Este é interpretável pelo auditório ou pelos interlocutores. É mostrado por meio dos atos e dos conteúdos da comunicação, das cenas e conjunto, que vão construindo a imagem de quem fala. Mais do que ser apenas confirmado pelas qualidades de quem fala, é obtido da essência notada do desempenho do discurso (GRÁCIO, 2013 e AMOSSY, 2005).

4.9 O impacto como motivador no processo de negociação

No *Capítulo 2* discorreremos sobre as emoções, ou paixões, que, conforme professado desde a Antiguidade pelo filósofo Aristóteles, influenciam, de fato, no ambiente psicológico em processos interativos. No processo negocial, especificamente, não seria diferente.

Nos termos de Roger Fisher e Daniel Shapiro (2005, p. 4), “adicionalmente aos seus interesses substantivos, você é parte da negociação. Suas emoções estão lá e serão envolvidas, assim como as emoções dos outros”.

Portanto, vale reforçar que, diferentemente de gestão irracional de conflitos, o reconhecimento das emoções envolvidas pode servir de balizador desse processo, criando um ciclo ou clima de solidariedade e de favorecimento, facilitando, assim, a solução do conflito na negociação. Sendo mais enfático, trata-se de converter as

emoções negativas em positivas a partir da conscientização da interdependência das partes, numa nova possibilidade de criação de valor. Primeiro o *impacto*, depois um processo construtivo nas relações é um dos fundamentos que trabalhamos.

Tais fundamentos foram previstos no *Capítulo 3*, na teoria *AMEN*, cujos procedimentos, amparados sob os *Princípios de Adaptabilidade e Interdependência*, são uma maneira eficaz de melhorar o *impacto* positivo com vistas a conquistar a adesão dos interlocutores.

Para relacionar com a abordagem do Papa Francisco em processos de facilitação, mediação e negociação, relembremos também os conceitos elaborados no campo da teoria retórico-argumentativa, conforme discorreremos sobre os mecanismos retóricos, no *Capítulo 1*. Perelman (2004, p. 190), afirma:

A eficácia da argumentação, o fato de exercer sobre o auditório uma influência maior ou menor importância, depende não apenas do efeito dos argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre argumentos entre si, dos argumentos que acodem espontaneamente ao espírito de quem ouve o discurso.

Tomemos ainda um segundo vínculo, aquele que existe entre o orador e o seu auditório, que recebe o nome de *atenção*. É que o orador competente fica a todo momento ligado ao seu auditório – atenção – já que não existe argumentação possível sem esse mínimo de ligação.

Desse modo, para criar esse vínculo e obter essa atenção, é indispensável que o orador possua alguma qualidade que lhe permita expressar seu discurso com eficácia. Isso porque, aquele que profere o discurso e aqueles para quem se profere o discurso, preestabelecem o grau de credibilidade e aceitação dos argumentos apresentados.

Ainda sob essa ótica, o conhecimento de si próprio nessa interação igualmente contribui para a eficácia argumentativa. Assim bem conclui Lineide Mosca (2009, p. 1020): “Um fato positivo é que o autoconhecimento pode se tornar um agente transformador e trazer benefícios de natureza social, diminuindo a distância entre os sujeitos e as assimetrias da sociedade, ou seja, as diferenças existentes”⁷⁵.

⁷⁵ Tradução nossa.

No caso dos discursos do Papa Francisco, o vínculo e a atenção são facilmente compreensíveis de entender por conta do *éthos prévio* desse orador. Recuperemos, aqui, o conceito. Para Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 221), esse *éthos prévio* “está frequentemente no fundamento da imagem que [o orador] constrói em seu discurso”.

Dessa forma, para garantir o sucesso do empreendimento argumentativo, deve o orador também buscar conhecer as especificidades de cada auditório, pois a verdade deixa de ser relacionada às condições de sua emissão, passando a agregar-se ao desempenho dele perante aqueles a quem se pretende convencer.

No que tange a esse conhecimento prévio do seu auditório, destaca Bernard Meyer que:

Conhecer-se e conhecer o outro são coisas preciosas para o emissor. Assim, ele pode evitar certos excessos nos quais, sabidamente, sua personalidade poderá levá-lo a incidir, como, por exemplo, a irritação, a falta de rigor ou a falta de atenção a conteúdos orais. Mas, conhecendo bem a personalidade do receptor, também pode escolher argumentos que sabe serem certos, por tocarem certa corda sensível (BERNARD MEYER, 2008, p. 8).

A preocupação com a subjetividade também aparece nos estudos de linguagem e nas ciências sociais, fato que expõe a relevância desta característica na formulação e elocução do discurso. A subjetividade do discurso age tanto no que se refere ao orador, como no que se refere aos ouvintes. Este aspecto do discurso acaba por criar uma relação de subjetividade e interdependência entre ambos os atores retóricos – oradores e ouvintes. Aqui entramos em outro conceito central que é o *acordo prévio*.

Reboul afirma que uma construção retórica só é possível se houver um acordo prévio entre o orador e o seu auditório (seja ele qual for). Assim, para ele, “a regra de ouro da retórica é levar em conta o auditório”, pois os argumentos mudam segundo o auditório. Entre o orador e o auditório tem de necessariamente haver esse acordo. Ainda, o autor afirma que “é impossível que um se dirija ao outro se não houver entre ambos um acordo prévio”. É nesse acordo que reside o verossímil com que trabalha a retórica e nele está a presunção que se tem. Para o autor, “o verossímil é a confiança presumida” (REBOUL, 2004, p.142, 165).

O acordo prévio também nos remete à questão central, que, conforme já exposto, denominamos de *impacto*. No espaço da comunicação, encontraremos o formato, a estrutura, as técnicas de persuasão e outros componentes. As fases estão interligadas, porém o início se dá, de fato, com o *impacto*.

Na variável percepção, o *impacto* causado e percebido pelas partes toma especial relevância, pois permite o início de todo o processo, baseado numa sequência de etapas. O início de tais etapas começa com a forma como se percebe o interlocutor e como avaliamos o conflito. A fase seguinte leva a determinadas emoções e afetividade que podem influenciar positiva ou negativamente nas expectativas e no funcionamento racional das operações. Cabe lembrar que apesar de colocarmos uma sequência de fases, as emoções também já tiveram seu papel na fase inicial de percepção.

O termo *impacto* e a que cunhamos e nos referimos não é de fácil explicação. Entretanto, na tentativa de nos aproximarmos mais desse entendimento, buscamos a reflexão do escocês David Hume, presente em seu *Tratado da Natureza Humana* (2009 [1711-1776], p. 629):

O bem e o mal morais certamente se distinguem por nossos sentimentos, não pela razão; mas esses sentimentos podem surgir, seja do simples aspecto e aparência de um caráter ou paixão, seja da reflexão sobre sua tendência a trazer o bem da humanidade e dos indivíduos. (...) **há exemplos de casos menos importantes em que o gosto ou sentimento imediato que produz nossa aprovação. A esprituosidade**, ou um certo comportamento casual e desprendido, são qualidades imediatamente agradáveis aos outros, inspirando seu amor e apreço. Algumas dessas qualidades **produzem satisfação nos demais** por meio de princípios particulares, originais à natureza humana, que não podem ser explicados; outras podem ser reduzidas a princípios mais gerais (grifo nosso).

A esprituosidade ou comportamento casual indicados podem ser identificados na imagem a seguir, extraída do *Anexo 11*, que mostra o Papa em trajeto de viagem para Cuba, antes de visitar o México, numa forma carinhosa de adesão ao jornalista mexicano a bordo.

Figura 3: A espiritualidade da alma

Fig. 3 Papa Francisco usa sombrero que ganhou de jornalista mexicano durante voo de Roma a Havana, antes de visita ao México - Alessandro Di Meo / AP. <http://oglobo.globo.com/mundo/trump-critica-papa-por-visita-na-fronteira-do-mexico-nao-sabe-os-perigos-18658300>. Acesso em: 05 nov. 2016.

Em se tratando do nosso objeto de estudo, o formato adotado pelo Papa Francisco nas incursões e como ele negocia propósitos e protagoniza mediações, levanta igualmente tal questão do *impacto* que causamos, independentemente da posição que ocupamos. Do mesmo modo, isso pode ser verificado especialmente em situações mais cotidianas em que ele mostra seu espírito leve, de compaixão e o estar próximo das pessoas. Porém, nesse caso, o termo *impacto* é relativizado e perde sua importância, dado o forte *éthos* prévio encontrado. Tal identificação de um *éthos* prévio forte já estava presente nas palavras de David Hume (2009 [1711-1776], p. 626). O autor menciona:

Se examinarmos os panegíricos⁷⁶ que comumente se fazem dos grandes homens, veremos que a maior parte das qualidades a eles atribuídas podem ser divididas em dois tipos: as que lhes permitem cumprir seu papel na sociedade, e as que os tornam úteis a si mesmos e capazes de promover seu próprio interesse. Celebram-se sua

⁷⁶ Panegírico: Discurso solene numa reunião pública, pelo lat. *Panegyricus*. Conotação de elogio. Designação de manifestação ou falatório elogioso (cf. MOISÉS, Massaud, 2013, p. 34, 35).

prudência, temperança, frugalidade, aplicação, assiduidade, arrojo, destreza, assim como sua generosidade e seu *respeito humano*.

A descrição acima de Hume nos parece perfeita para descrever o *éthos* do Papa. Esse modo de presença é facilmente obtido nos discursos anexados neste trabalho. Para comprovar isso, recortamos um trecho do *Anexo 5*, que se refere à ocasião em que o Pontífice foi recebido na Casa Branca pelo Presidente Barack Obama. O Presidente americano registrou o seguinte comentário sobre o Papa Francisco, após sua visita àquela nação⁷⁷: "Um líder moral em atos e palavras. Raro é o líder capaz de nos fazer querer ser uma pessoa melhor. O Papa Francisco é um deles" (tradução nossa).

Vejamos a imagem abaixo, retirada do *Anexo 5*.

Figura 4: A frugalidade de uma imagem

Fig. 4 Papa Francisco é recebido pelo presidente dos EUA, Barack Obama, na Casa Branca. (Foto: Pablo M. Monsivais/AP).

⁷⁷ Fonte: Revista *TIME*, adaptação e tradução do autor. Disponível em < <http://time.com/collection-post/70826/pope-francis-2014-time-100/?iid=sr-link6> >. Acesso em: 01 out. 2015.

Um outro momento que demonstra descontração de um *éthos* comunicativo interacional de um líder de prestígio pode ser observado no *Anexo 7*.

Retomando o assunto de *éthos prévio*, é relevante nas interações quando temos uma referência forte anterior de *éthos* do outro. E nas situações em que não temos tal conhecimento prévio, ou não conhecemos nada do interlocutor com que nos deparamos, de que se trata exatamente o conceito de *impacto* a que nos referimos?

O *Tratado da Natureza Humana* de Hume (2009, p. 630), esclarece:

Aprovamos uma pessoa que possui qualidades imediatamente agradáveis àqueles com quem tem algum relacionamento, mesmo que nunca tenhamos extraído nenhum prazer dessas qualidades. Também aprovamos a pessoa que possui qualidades imediatamente agradáveis a si mesma, ainda que não tenham utilidade para nenhum mortal.

Aristóteles oferece um preceito relacionado às relações, ao afirmar que “tornamo-nos justos ao praticarmos atos justos pois ‘toda’ a virtude é gerada e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, II, 1103b 5-6).

O preceito indicado por Aristóteles vai ao encontro de um princípio tradicional, conhecido como a *regra de ouro*. Em linhas gerais, essa regra propõe que se deve fazer ao outro aquilo que se deseja ou quer receber dele. Não há na cultura humana uma única formulação de tal regra, mas, com certeza, há nela a expectativa da reciprocidade nas relações humanas. Abstraída de sua inserção num contexto cultural e textual, ou ainda, pensada por si mesma, a *regra de ouro* não impede que essa expectativa seja proveniente do desejo passional ou do interesse utilitário dos agentes morais.

A *regra de ouro*⁷⁸ é hoje repetida na quase totalidade dos autodenominados códigos de ética das grandes organizações. Faz parte dos discursos politicamente corretos e justifica moralmente as diretrizes econômicas mais diversas. Essa regra tem uma história antiquíssima e duas fórmulas básicas: uma negativa, outra positiva.

⁷⁸ A regra de ouro é, certamente, o preceito mais difundido e aceito em todos os tempos. Nossa intenção é demonstrar sua usabilidade nos processos de negociação e não sobre implicações de sua unanimidade.

KANT (1974), por exemplo, a considerou uma lógica frágil, classificando-a como um provérbio ou um dito trivial. É inegável, no entanto, que a regra é levada a efeito em termos de intenção compensatória ou reciprocidade ensejadas pela natureza humana. Nesse aspecto, a regra de ouro faz toda a diferença em qualquer processo de negociação.

A fórmula negativa – “não faças a outro o que não queres que te façam” – é a mais conhecida. Provavelmente, porque assim consta como a palavra de Cristo, em Mateus (7:12). Do mesmo modo, a fórmula positiva da “regra de ouro” de Yeshua⁷⁹ é menos comum, porém já era considerada na *Lei Torá Judaica*: “Portanto, tudo o que vocês querem que os homens lhes façam, façam também a eles, porque esta é a Torá e os Profetas.”

Retomemos aqui a teoria retórica, já mencionada anteriormente, sobre a afirmação de Reboul, que uma construção retórica só é possível se houver um acordo prévio entre o orador e o seu auditório (seja ele qual for). Para ele, “a regra de ouro da retórica é levar em conta o auditório”, pois os argumentos mudam segundo o auditório. É neste acordo que reside o verossímil com que trabalha a retórica; este acordo está na presunção que se tem. Ainda para o autor, “[...] o verossímil é a confiança presumida” e pontua a sua relatividade ao afirmar que “[...] a presunção varia segundo os auditórios e as ideologias” (REBOUL, 2004, p.142,165).

Exemplificando o uso da *regra de ouro*, Papa Francisco a expressa em dos seus discursos nos Estados Unidos, conforme o fragmento do *Anexo 1*:

O nosso mundo está a enfrentar uma crise de refugiados de tais proporções que não se via desde os tempos da II Guerra Mundial. Esta realidade coloca-nos diante de grandes desafios e decisões difíceis. [...] Devemos evitar uma tentação hoje comum: descartar quem quer que se demonstre problemático. Lembremo-nos da **regra de ouro**: «O que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles» (Mt 7:12). [...].

Esta norma aponta-nos uma direcção clara. **Tratemos os outros com a mesma paixão e compaixão com que desejamos ser tratados.** Procuremos para os outros as mesmas possibilidades que buscamos para nós mesmos. Ajudemos os outros a crescer, como quereríamos ser ajudados nós mesmos. Em suma, se queremos segurança, demos segurança; se queremos vida, demos vida; se queremos oportunidades, providenciemos oportunidades. A medida que usarmos para os outros será a medida que o tempo usará para conosco. A **regra de ouro** põe-nos diante também da nossa responsabilidade de proteger e defender a vida humana em todas as fases do seu desenvolvimento (grifo nosso).

⁷⁹ Disponível em: <http://www.judaismnazareno.org/news/parte-v-hilel-e-yeshua/>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Ressaltemos, assim, que as atuações públicas do Papa Francisco estão amparadas pela noção de *éthos*, isto é, pelo seu modo de ser, de se apresentar, credenciada por uma imagem forte de credibilidade ligada à legitimidade e ao carisma do líder religioso e político, cujos atributos, em paralelo, lhe atribuem poder legítimo e credível. Credibilidade e legitimidade caminham juntas, porém, a credibilidade necessita ser constantemente reativada pelo exercício do poder legítimo. Esse, possivelmente, é um dos propósitos de incursões do Papa em questões globais, numa forma de busca constante de manutenção de credibilidade.

Tais incursões propiciam um reforço do *éthos*, não no sentido de criar uma imagem, mas de ser carismático. Embora o carisma não fundamenta e legitima, ele reforça a credibilidade do líder, numa espécie de círculo virtuoso, especialmente tratando-se de *éthos* prévio.

4.10 O carisma e a imagem de impacto nas ações do Papa

O carisma é presencial, ou como bem definiu Charaudeau (2016, p. 76- 77): “O carisma vem do corpo por um processo de encarnação de uma energia, de uma densidade, de uma inspiração que o habita, e de onde irradia algo de indefinível que atrai, que hipnotiza”. O autor também menciona o emprego original do carisma pela teologia e depois pela Sociologia Política⁸⁰ no sentido de “autoridade, fascinação irresistível exercida por um homem sobre um grupo humano”.

Podemos afirmar que tais características são notáveis e quase uma conformidade em relação à imagem do Papa. No que diz respeito ao tema da influência da liderança carismática do Papa em processos de negociação e mediação e, ainda, sua atuação nos auditórios universal e particular, é adequado citar Max Weber (2003, p. 134-135), quando diz:

Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (*carisma*) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de

⁸⁰ Cf. verbete “charisme” em Alain Rey (dir.), *Dictionnaire historique de la langue française*, Paris, SNL/Le Robert, 1992. (Tradução nossa).

oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o *líder*. O tipo que obedece é o “*apóstolo*”. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma *subsiste*.

Referidas características produzidas pelo carisma manifestam-se de várias formas e percepções. No caso do Papa Francisco, é expressada pela combinação de duas figuras de carisma: messiânico e sábio. Charaudeau (2016, p. 80-86), oferece algumas características sobre tais tipos, relatadas aqui com nossas palavras, por exemplo: O carisma messiânico se une ao carisma religioso, dotado de uma espécie de “dom da graça”, tornando-a uma pessoa singular, com um brilho natural, muitas vezes de proveniência ignorada ou discutida. Nesse caso, o interlocutor político é revestido por uma inspiração interna, de vocação e dever, correndo o risco, às vezes, da transgressão de uma ordem estabelecida à classe a qual pertence. Pode, muitas vezes, ser taxado como rebelde, contestador ou mesmo louco.

O Papa Francisco demonstra em seus discursos e incursões em mediações um lado compassivo, empático, genitor, oferecendo esperança, confiança e alento às multidões.

Aliado ao tipo de carisma messiânico, o interlocutor político Papa Francisco assume o papel de ouvidor em crises globais, protetor de causas humanitárias, ecológicas e estruturais, facilitador e mediador de conflitos internacionais. Aqui, temos o orador Papa que se dirige ao auditório universal, isto é, à humanidade inteira.

O recorte do *Anexo 2*, a Encíclica *Laudato Si'*, publicação magna com os interesses da Igreja Católica, permite identificar tais clamores por parte de um líder global com tamanha expressão:

(...) Nada deste mundo nos é indiferente.

3. [...] Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. **Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum.** (Página 1 de 76)

(...) O meu apelo

13. O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar.

[...] A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. [...] (Página 4 de 76).

(...) Poluição, resíduos e cultura do descarte

20. Existem formas de poluição que afectam diariamente as pessoas. A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras. [...] Na realidade a tecnologia, que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros (grifo nosso).

O carisma do Papa também é igualmente revestido pela própria imagem criada, muitas vezes em detalhes, como por exemplo, tendo origem nas características de sua vestimenta habitual, voltada para o rito próprio de líder, nesse caso, *líder messiânico*. É essa imagem carismática que o aproxima da classe dos menos privilegiados, pobres, deserdados. É uma imagem que mostra, invariavelmente, um sorriso motivador e de esperança, de quem, conduzido por uma voz interior, cumpre uma missão e um dever e que, igualmente, o torna um facilitador negociador no âmbito interno de seu auditório particular: a Igreja.

Quanto ao carisma observado pelo público fora da Igreja, de carácter universal, o recorte abaixo demonstra o respeito e a admiração que têm sido imputados ao Papa Francisco frequentemente, inclusive no meio midiático. A notícia foi veiculada no Jornal El País e extraída, juntamente com a imagem mostrada a seguir, do *Anexo 9* deste trabalho:

O carisma do Papa

Francisco propõe diálogo, um caminho mais longo, mas no qual todos ganham

Ao longo de quase quatro anos de pontificado, o Papa Francisco deu à Igreja Católica uma influência global que não tinha havia décadas. O

mais importante é que Jorge Bergoglio sabe que um líder deve ganhar a simpatia e a credibilidade para, nos passos posteriores, tentar usá-las para alcançar seus objetivos. Não há dúvida de que aqueles que o elegeram queriam mudanças em relação aos antecessores.

Figura 5: Imagem carismática do Papa Francisco

Fig. 5 Fonte: Jornal El País. Acesso em: 27 jan. 2017.
Cópia para fins acadêmicos.
http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/23/opinion/1485196194_041946.html.

Em acréscimo ao padrão anterior, o Papa ainda conta com a combinação das características de carisma e de sábio. Contudo, a presença de carismático sábio está, de certa forma, fora de seu campo do poder. O verdadeiro horizonte do Pontífice é o ideal de vida em comum, acima das contradições humanas, já que ele atua com inteligência e ética direcionadas para o bem geral. Como se pode notar, o Papa sente uma espécie de compaixão, não por motivos politíqueros, mas sim por razões próprias de ser. Ele usa de empatia com o povo, procura orientá-lo e salvá-lo, imbuído de objetivos reais, às vezes, sem de fato poder real sobre a causa ou situação.

Nos anexos deste trabalho, há vários exemplos ilustrando tais envolvimento. Aqui trazemos um fragmento do *Anexo 10*:

1. Relativamente à primeira questão, **gostei de ouvir da boca dum jovem** a preocupação de fazer com que a sociedade seja um espaço de fraternidade, justiça, paz e dignidade para todos. A juventude é um tempo de grandes ideais. [...]

E é bom que vós, jovens, vejais que **felicidade e prazer não são sinónimos**; Uma coisa é a felicidade e o júbilo... e outra coisa é um prazer passageiro. A felicidade constrói, ela é sólida, edifica. A felicidade exige empenho e entrega. Vós sois demasiado valiosos para atravessar a vida como que anestesiados!

O Paraguai possui uma população jovem abundante, o que constitui uma grande riqueza. Por isso, penso que a primeira coisa a fazer é evitar que essa força, essa luz nos vossos corações desapareça, contrastando a mentalidade crescente que considera inútil e absurdo aspirar a coisas que valham a pena [...] (grifo nosso).

O portador de carisma, a exemplo do Papa Francisco, assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante *provas*.

4.11 Da opinião coletiva à opinião pública

*“Existe uma espécie de tribunal que se encontra em todas as nações; que é invisível, pois não tem nenhum dos sinais que poderiam manifestá-lo, mas age continuamente, e que é mais forte do que os juízes e as leis, do que os ministros e os reis; que pode ser corrompido pelas más leis; corrigido, dirigido, transformado em justo e virtuoso pelas boas leis; mas que não pode ser disputado e dominado nem pelas primeiras, nem pelas segundas. Esse tribunal... é o da **opinião pública**”.*

G. Filangieri (escritor italiano, 1753-1788),
Scienza della legislazione.⁸¹

⁸¹ BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 438.

Desde o início deste trabalho, vemos uma ação usual e recorrente do Pontífice: o uso dos argumentos como aconselhar, ensinar, enfatizando, com isso, mudanças e ações positivas sempre acompanhadas de um sentimento de cuidado e zelo. Entendemos esse processo como criação de identidade coletiva, buscando investir numa opinião pública. A eficácia dessas ações, que extrapolam a simples demonstração, segundo percebemos, resulta em que o Papa consegue, pelo interesse genuíno, o que denominamos *negociar com a alma*.

Seguindo nessa linha, encontramos uma relação estreita e profícua entre o que chamamos negociação *com alma* e o recorrente uso que o Papa Francisco faz dela ao transitar entre os elementos da teoria *AMEN – Argumentação Modelar Estratégica em Negociação*. Por exemplo, ele sabe distinguir com sabedoria a questão de pertencimento e sentimento identitário. Isso significa, baseado em nossa teoria de negociação, que o Pontífice conduz a *governança* dos elementos entre razão e emoção de forma a conseguir êxito pela perspicácia, esta que é própria de um negociador determinado.

Confome exposto por Charaudeau (2016, p. 62),

[...] pertencemos objetivamente a um grupo por nossa identidade social de idade, sexo, meio familiar e profissional ou por nossa identidade, religiosa, étnica, e mesmo tribal. Quanto ao nosso sentimento identitário, ele procede de uma idealização; ele se constrói subjetivamente em referência a um grupo no qual desejamos nos reconhecer, ao qual nos ligamos por intermédio de um sistema de crenças.

Assim, habilmente, o Papa consegue o assentimento pela conexão emocional de pertencimento criada com o público, independentemente de seus credos ou grupos sociais. De fato, obtém êxito por transitar, eficazmente, entre os comportamentos racionais de decisão de cada grupo e, ainda, pelos apelos emocionais que tocam profundamente os indivíduos, tornando-os adeptos pelo sentimento identitário. O resultado disso, numa espécie de acordo conquistado, transforma-se em uma consciência cidadã, o que Charaudeau (2016, p. 63) chama de “querer estar juntos” ou de “querer viver juntos”.

É, possivelmente, nesse contexto que o Papa Francisco emerge como o herói da modernidade, símbolo de um indivíduo livremente flutuante, desimpedido, atualizado e absolutamente disponível para analisar causas de todos os tipos e natureza. Esses termos designam uma espécie de retrato da vida que qualquer outro

indivíduo social deveria perseguir na contemporaneidade, conforme os preceitos oferecidos pelo sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, falecido recentemente no início de 2017. Lembremos que, no *Capítulo 1*, já designamos o Papa Francisco como *Ser perfeito como modelo*.

No que se refere à consideração feita por Bauman de o Papa Francisco ser considerado um suposto herói, correlacionamos essa suposição com a atitude do Papa Francisco no meio internacional, atitude esta que se opõe às daquelas pessoas com ausência de identidades, que já perderam quaisquer direitos individuais, como as “denominadas de ‘subclasse’, exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade”, (BAUMAN, 2005, p. 45). Esses são temas recorrentes do Pontífice em seus discursos, como os refugiados, pobres famintos, marginalizados, os sem-teto, etc. Recortamos um exemplo do discurso do Papa Francisco em visita à ONU – Organização das Nações Unidas, *Anexo 4*, deste trabalho:

Nesta linha, não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional. Por isso, embora desejasse não ter necessidade de o fazer, não posso deixar de reiterar os meus apelos que venho repetidamente fazendo em relação à dolorosa situação de todo o Médio Oriente, do Norte de África e de outros países africanos [...].

O oposto dessa postura é que transforma o Papa Francisco numa espécie de embaixador das causas dessa classe sem identidade, num articulador e negociador notável dos recursos escassos dessas classes e, ainda, mediador em conflitos entre nações, instituições e movimentos internacionais. Este outro recorte do discurso do Papa feito na ONU, também do *Anexo 4*, nos dá uma boa ideia de tais apelos:

Estas realidades devem constituir um sério apelo a um exame de consciência por parte daqueles que têm a responsabilidade pela condução dos assuntos internacionais. Não só nos casos de perseguição religiosa ou cultural, mas em toda a situação de conflito, como na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos, antes dos interesses de parte, mesmo legítimos, existem rostos concretos. Nas guerras e conflitos, existem pessoas, nossos irmãos e irmãs, homens e mulheres, jovens e idosos, meninos e meninas que choram, sofrem e morrem. Seres humanos que se tornam material de descarte, enquanto nada mais se faz senão enumerar problemas, estratégias e discussões (grifo nosso).

É desse modo que o Papa Francisco conquista respeito e admiração da sociedade contemporânea. Se fosse o contrário, ou seja, se ele não apresentasse tal identidade atualizada de movimento e deixasse de se envolver em questões as quais chama a si a responsabilidade pela posição que ocupa, possivelmente não obteria o respeito. Assim bem manifestou Bauman, que atitudes opostas do homem considerado moderno e livremente atuante, como a de “‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto” (BAUMAN, 2005, p. 35).

Para de certa forma caracterizar a ideia de *negociação da alma* e da *identidade*, mostrada pelo Papa Francisco, tal parecer é enfatizado, nos termos de Bauman, pelo frequente e presente envolvimento e, ainda, pela preocupação do Pontífice no processo global, cuja atitude fazemos relação com o pensamento do próprio autor, que afirmou:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

O fragmento a seguir, retirado do mesmo discurso do Papa Francisco em visita à ONU, *Anexo 4*, oferece-nos uma ideia de como trazer para si a responsabilidade de chamar a atenção para tais questões internacionais:

É preciso não perder de vista, em momento algum, que a acção política e económica só é eficaz quando é concebida como uma actividade prudencial, guiada por um conceito perene de justiça e que tem sempre presente que, antes e para além de planos e programas [...].
O desenvolvimento humano integral e o pleno exercício da dignidade humana não podem ser impostos; devem ser construídos e realizados por cada um, por cada família, em comunhão com os outros seres humanos e num relacionamento correcto com todos os ambientes onde se desenvolve a sociabilidade humana – amigos, comunidades, aldeias e vilas, escolas, empresas e sindicatos, províncias, países, etc. [...]

Ao mesmo tempo, os governantes devem fazer o máximo possível para que todos possam dispor da base mínima material e espiritual para tornar efectiva a sua dignidade e para formar e manter uma família, que é a célula primária de qualquer desenvolvimento social.

Baseando-nos nos relatos indicados nos anexos deste trabalho, depreendemos uma frequência de ações voltadas justamente nesse sentido. Uma identidade cuja essência se constrói em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras, tornando essa identidade, no tumulto, um campo de batalha. De fato, não se resolvem as divergências e não se pode evitar a ambivalência, próprios do auditório universal. Trata-se de uma luta contra a fragmentação e intenção de inclusão de interesses e segregação de posições. Vislumbramos a identidade do Papa Francisco aqui conformada por frequência, disposição, interesse e envolvimento não centradas apenas no pertencimento a um grupo de cultura religiosa, mas amplamente alargada pela exposição secular em vários outros envolvimento.

4.12 A negociação diplomática em mediações de questões globais

A pauta de negociação se constrói a partir da identificação de interesses, manifestos ou ocultos, necessidades e valores obtidos durante o processo de interação, ou mesmo no contexto de negociação. A importância dessa identificação foi abordada com mais detalhes no *Capítulo 3*.

Assim, na política, na religião, no mundo corporativo ou no cotidiano, a negociação desempenha um papel relevante na consecução dos objetivos. Diante desse amplo cenário, encontramos líderes globais, como presidentes de nações, corporações, artistas de expressão, entre outros, atuando de forma intensa em várias esferas de interesse global. Como já mencionado, consideramos como exemplo a posição relevante de um líder carismático de cunho transnacional – o Papa Francisco. Como pode um líder religioso de tamanha expressão global posicionar-se no mundo com atuações que saem de seu escopo original de ação? O que, afinal, está envolvido?

O Papa Francisco tem clareza sobre sua missão mais urgente, na condição de Sucessor de Pedro, segundo a doutrina da Instituição da Igreja que dirige. Conforme o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer⁸², os principais objetivos do Papa são:

[...] confirmar os irmãos na fé, reanimá-los, dar-lhes novamente certeza e segurança interior, superar certo desalento e baixa autoestima na Igreja, restituir ao povo católico a alegria do Evangelho, a identificação com a própria Igreja e o senso de pertença a ela. O Papa está ciente de que sua missão é recuperar a credibilidade da Igreja, ferida por muitos escândalos, decorrentes de pecados e fraquezas daqueles que deveriam ser reconhecidos como testemunhas fidedignas do Evangelho da vida e da esperança diante do mundo...O Papa Francisco sabe que essa credibilidade só é recuperada com a retidão de intenções e atitudes, amor à verdade e sincera humildade.

Para uma instituição de longa existência, que, consensualmente, não detém mais o monopólio do poder devido à larga ascensão de outras entidades religiosas, porém que possui uma bagagem adquirida ao longo de sua vivência, o caminho que lhe parece mais favorável, além do religioso e sua essência⁸³, é trilhar por rotas políticas.

A Igreja é uma instituição burocrática, tornando impossível que não haja política em sua estrutura. Além disso, ela possui um território soberano que lhe dá condições de ser representante no campo das relações internacionais. E por se tratar de soberania e relações internacionais, é igualmente improvável que não haja diplomacia, afinal, existem diversos estados soberanos no mundo que mantêm relações com o Vaticano.

O poder do Papa no papel de chefe de estado do Vaticano no contexto internacional é assim formalizado pelo Papa João Paulo II (2000), quando da

⁸² Fonte: SCHERER, ODILO P. Cardeal. Adaptada de entrevista concedida no Sínodo do Vaticano. <http://noticias.cancaoнова.com/especiais/pontificado/francisco/um-ano-de-papa-francisco/francisco-tem-clareza-sobre-sua-missao-diz-dom-odilo/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

⁸³ CONCÍLIO VATICANO II, Parte II, Cap. V, n. 89: **A presença eficaz da Igreja na comunidade internacional:** "(...) a Igreja deve estar absolutamente presente na comunidade dos povos, para fomentar e despertar a cooperação entre os homens; e isto tanto por suas instituições públicas, como ainda pela plena e sincera colaboração de todos os cristãos, inspirada somente pelo desejo de prestar serviços a todos".

publicação da Lei fundamental da Cidade do Vaticano, substituindo integralmente a Lei anterior do ano de 1929 ⁸⁴:

Art. 1:1. O Sumo Pontífice, Soberano do Estado da Cidade do Vaticano, tem a plenitude dos poderes legislativo, executivo e judicial. [...]

Art. 2. A representação do Estado nas relações com os Estados estrangeiros e com os outros sujeitos de direito internacional, para as relações diplomáticas e a conclusão dos tratados, é reservada ao Sumo Pontífice, que a exerce por meio da Secretaria de Estado.

Tratando mais especificamente da questão de espaço e territorialidade, o direito internacional amplia a posição do Vaticano como um estado autônomo e soberano, que apresenta uma estrutura peculiar. Aqui tomaremos emprestado alguns conceitos do âmbito do direito internacional, ainda que essa área não seja exatamente o objeto central deste trabalho.

Para um melhor entendimento e corroborando a questão de soberania, Paulo Casella, professor da Cadeira de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP, oferece uma boa definição do papel da organização presente no estado do Vaticano. O autor menciona que: “Para ilustrar a relação entre soberania a território, pode ser apontado o exemplo da Santa Sé e do estado do Vaticano. O conceito não é somente físico, mas igualmente político e cultural” (CASELLA, 2009, p. 83).⁸⁵

Colocada essa primeira leitura sobre a ênfase no exercício da *territorialidade*, o professor (2009, p. 23) sugere um novo movimento em curso mais voltado para a cognição da *interdependência* do gênero humano. Como lembra Casella, “o poder da Igreja Católica Romana não tem qualquer relação com a sua extensão territorial”. (2009, p. 85). Refere-se a uma incursão e envolvimento mais alargada, opinando sobre a maior limitação geográfica do planeta, pela implementação de ações inconscientes, indiscriminadas e predatórias pelo uso desordenado de recursos

⁸⁴ PAULO II, Papa João. *A nova lei fundamental da Cidade do Vaticano. Motu Proprio*. Santa Sé. (2000). Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_20001126_legge-fondamentale-scv.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

⁸⁵ Casella (2009, p. 87) ainda traz menção sobre o início da soberania do Vaticano: “Por meio **do tratado de Latrão**, de 11 de fevereiro de 1929, a Itália, àquele tempo governada pelo regime fascista de B. MUSSOLINI, reconhece ‘a soberania da Santa Sé, no domínio internacional, com os atributos inerentes à sua natureza, de conformidade com a sua tradição e as exigências da sua missão no mundo’ (art.2º), bem como ‘a plena propriedade, o poder exclusivo e absoluto e a jurisdição soberana sobre o Vaticano... com todas as suas dependências e dotações’, e assim, se criava a *Cidade do Vaticano*, para os fins especiais [...]. Ainda cf. o tratado de Latrão, a pessoa do pontífice é ‘sagrada e inviolável’ (art. 8.o)”.

essenciais com riscos de esgotamento, gerando uma necessidade imediata de mudança de *mindset* para permitir uma recuperação e conservação de tais recursos vitais.

Identificamos aqui uma similar percepção adotada nos discursos argumentativos do Papa Francisco no que se refere à preocupação com a nossa casa comum (o planeta).

Nesse sentido, o Papa Francisco atua como um representante legítimo da organização Santa Sé, esta última definida como um sujeito de Direito Internacional, inserida no Vaticano, como um estado autônomo de caráter peculiar. A influência da Santa Sé ultrapassa os limites geográficos e suas decisões podem alterar e interferir na vida de milhões de indivíduos, não somente daqueles que seguem a doutrina da Igreja Católica, como também os de outras religiões. Nesse caso, a Santa Sé atua como outras coletividades não estatais, como por exemplo, a Cruz Vermelha, ligadas diretamente à questão humanitária.

É, desta forma, que a Santa Sé, como organização, constitui lugar de destaque no âmbito internacional, sendo capitaneada por meio de seu interlocutor principal, o Papa Francisco, proporcionando-lhe um grande poder político e influência global. Daí suas incursões em mediações e negociações em causas internacionais.

As análises do corpus deste trabalho vêm ratificando a inevitabilidade de nos atentarmos a uma relação de interdependência entre argumentadores-negociadores, especialmente no campo internacional, tão presente no mundo contemporâneo. Esse estreito vínculo pressupõe o gerenciamento e a superação de problematizações por meio de normas negociadas de convivialidade.

É oportuno mencionar, igualmente, a correlação dessa cognição com o *Princípio da Interdependência* de partes envolvidas apresentado como uma das hipóteses e implícito na proposição *AMEN*.

Estamos no campo da *competência retórica*, conceito desenhado por Lineide Mosca, em⁸⁶ *A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*, p. 4, cuja conceituação replicamos a seguir:

⁸⁶ MOSCA, Lineide Salvador. *A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*. Retórica. Actas do I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas, Lisboa, 2005. http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/linei002_0.pdf. Acesso em: 16 dez. 2016.

O cidadão ou cidadã contemporâneos têm hoje que desenvolver o que se pode chamar de *competência retórica* nesse processo em que o conhecimento e as trocas se fazem de modo interativo. Assim como há uma construção retórica do mundo, há também uma leitura retórica a empreender, ligada aos conhecimentos prévios das partes em questão, aos seus universos de representações e às projeções de suas expectativas e desejos, numa fusão de passado, presente e futuro.

Aliás, a postura e a atitude do Papa Francisco, independentemente da posição relevante e atribuída de liderança que ocupa, mostra uma característica essencial de líder nato: a necessidade de sermos contingentes o tempo todo, qualidade mais exponencial no contexto internacional. Nesse aspecto, retomamos a conceituação do professor Paulo Casella, que nos fornece outra reflexão interessante sobre a relação espaço, contingências e tempo. Vejamos:

Aí se inscreve, talvez, a lição maior do efeito do tempo sobre as obras humanas: a necessidade de termos consciência de sermos contingentes, e estarmos, temporal, espacial e culturalmente, condicionados. Esta contingencialidade faz parte de nossa natureza humana. Talvez por isso a busca da transcendência seja igualmente humana – como anseio por aceder a patamar menos fortemente pautado pela contingência, do tempo, do espaço e da cultura. Mas a eternidade nem é deste mundo, nem é humana. E pelo que não é humano, não podemos ser cobrados! (CASELLA, 2012, p. 468).

Pelas atitudes e discursos, especialmente pela humildade de espírito que demonstra transparecer no trato geral em suas interações, é vital afirmar que o Papa Francisco tem bem consciência de que a eternidade não é deste mundo e que ações não humanas não podem realmente serem cobradas, quanto mais serem atribuídas – num claro limite de ação entre o sagrado e o profano, assunto de que já tratamos neste trabalho.

No que diz respeito ao profano, a interesses terrestres, portanto, voltemos à postura do Papa Francisco incursionando como um negociador diplomático em esferas além da religiosa. Melhor dizendo, a forma como o Pontífice vem alternando posturas variadas no trato de assuntos diversos, fora do âmbito religioso.

A teoria *AMEN*, conforme já demonstrado, permite uma contribuição para a análise do formato do discurso do Papa e de seu envolvimento em questões globais. A mediação do Pontífice mantém coerência com a identificação dos mecanismos retóricos que discorremos no *Capítulo 1* e, ainda, com o uso coincidente e performático das emoções, segundo descrevemos no *Capítulo 2*. Finalmente, encontramos um elo com a teoria *AMEN*, pela validação que sua mediação é aplicada por meio de um pensamento sistêmico, um dos alicerces do *Princípio da Governança*.

A visão sistêmica, embutida no conceito *governança*, conforme indicada no *Capítulo 3*, amplia nossa visão sobre os eventos e sobre os vários fatores envolvidos para a melhor tomada de decisão. Por exemplo, o formato como o Papa se dirige para o fórum internacional, argumentando para que as nações intervenham no cuidar dos interesses comuns, como mercados, a economia, o ecossistema e a sustentabilidade do planeta. Na concepção da teoria *AMEN*, e sob a égide dos *Princípios da Interdependência e da Adaptabilidade*, a *visão sistêmica* é a grande responsável pelas ideias de interdisciplinaridade e interdependência.

O Papa Francisco, podemos observar, segue numa mesma linha, dando início a um processo de mediação interna da Igreja⁸⁷ que ele próprio assumiu, de “igreja em saída”. Essa forma de pensamento sugere como conduz mediações em outros contextos. Conforme palavras do Papa, recortadas do *Anexo 14, Exortação Apostólica Evangelii Gaudium Do Santo Padre Francisco Ao Episcopado, Ao Clero, Às Pessoas Consagradas E Aos Fiéis Leigos Sobre O Anúncio Do Evangelho No Mundo Actual*, lemos que:

Uma Igreja «em saída»

20. Na Palavra de Deus, aparece constantemente este dinamismo de «saída», que Deus quer provocar nos crentes. [...] Mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam [...].

O Papa ofereceu uma ideia clara de seu pensamento de como agir nas mediações em uma das suas meditações matutinas, em 2016. O discurso proferido para um auditório particular, o da Igreja, ganha espaço para a aplicação no público

⁸⁷ Este trabalho tem caráter laico. Qualquer observação aqui colocada sobre a instituição Igreja tem apenas objetivo acadêmico e é aplicada no sentido de fazer alguma correspondência ou mostrar certa similaridade para com o formato discursivo no contexto global secular.

universal, dada a sua consistência e coerência. Com o título, “Mediadores ou intermediários”⁸⁸, vejamos suas palavras:

[...] Mas «qual é a lógica de Jesus que dá a satisfação plena a um sacerdote?» questionou-se o Pontífice, sugerindo imediatamente a resposta: é «**a lógica do mediador**». [...] e nós devemos seguir este caminho de mediadores e não a outra figura que se assemelha muito, mas não é a mesma: intermediários». Porque, afirmou o Papa, **há «diferença entre um mediador e um intermediário**». Com efeito, «o intermediário faz o seu trabalho e toma o pagamento: queres vender esta casa, queres comprar uma casa, sou intermediário e recebo uma percentagem; é justo, foi o meu trabalho». Em síntese, «o intermediário segue esta estrada: ele nunca perde». [...] «Ao contrário, o mediador — explicou Francisco — perde a si mesmo para unir as partes, dá a vida, entrega-se a si mesmo, é este o preço: a própria vida, paga com a própria vida, o próprio cansaço, o próprio trabalho, muitas coisas».

[...] Ao contrário, **o intermediário, especificou o Papa, «é um funcionário**: desempenha a própria profissão, faz as coisas mais ou menos bem feitas e acaba aquele trabalho e começa outro, outro, outro, mas sempre como funcionário». **O intermediário «não sabe o que significa sujar as mãos; o mediador vive sujando-se porque está no meio, ali na realidade.** [...]

A atitude justa, sugeriu, é manter sempre «a porta aberta» e sorrir: «mesmo com tantas dificuldades, o mediador sorri, é terno, o mediador tem ternura, sabe acariciar uma criança». [...] E é um facto «interessante, porque significa que sabem abaixar-se, aproximar-se dos pequeninos», como é precisamente «a criança» (grifo nosso).

A originalidade do Papa Francisco vem não apenas da profundidade de sua formação intelectual, como também de sua prática em buscar a resolução dos conflitos.

Depreendemos, assim, da análise do *corpus* deste trabalho alguns traços recorrentes do Papa, ratificados não somente por meio de uma escuta cuidadosa e de uma reflexão ponderada, mas também através do discernimento como interlocutor. É exatamente o tipo de originalidade que se poderia esperar do primeiro Papa de formação doutrinária jesuíta. Tais características, no nosso entendimento, são um diferencial e se transformam em vantagens facilitadoras na mediação pretendida. A autoridade com que apresenta as ideias, revestidas de parcimônia e discernimento, ajudam os interlocutores no direcionamento da adesão e na consecução do acordo.

⁸⁸ FRANCISCO, *Mediadores ou Intermediários*. Publicado no L'Osservatore Romano, ed. em português, n. 50 de 15 de dezembro de 2016. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20161209_mediadores-intermediarios.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Tais particularidades são visíveis, conforme pleiteadas e extraídas de um trecho da *Carta Encíclica Laudato Si'*, Anexo 2. Vejamos os pensamentos do Papa Francisco:

7. Diversidade de opiniões

60. Finalmente reconhecemos, a **propósito da situação e das possíveis soluções**, que se desenvolveram **diferentes perspectivas e linhas de pensamento**. Num dos extremos, alguns defendem a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo. No extremo oposto, outros pensam que o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo o tipo de intervenção. **Entre estes extremos, a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução**. Isto deixaria espaço para uma variedade de contribuições que poderiam **entrar em diálogo a fim de se chegar a respostas abrangentes** (grifo nosso).

Ainda no âmbito da mediação, o Papa Francisco, na famosa exortação *Evangelii Gaudium*, (Anexo 14), discorre sobre a natureza de como enfrentar e não evitar os conflitos. Isso pode ser verificado neste trecho:

A unidade prevalece sobre o conflito

226. O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceitado. Mas, se ficamos encurralados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. **Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade**.

227. Perante o conflito, **alguns limitam-se a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam-se as mãos** para poder continuar com a sua vida. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projectam nas instituições as suas próprias confusões e insatisfações e, assim, a unidade torna-se impossível. **Mas há uma terceira forma, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo**. [...] (Grifo nosso).

Ratifica-se, aqui, que a postura e os pensamentos do Papa, como observados, são reflexos da facilidade e da desenvoltura, demonstradas ao transitar entre os planos do *sagrado* e do *profano*, conforme já considerado em algumas passagens neste trabalho.

Essas incursões relatadas do Papa também encontram análise recuperando conceitos indicados pelo professor de economia política, Max Weber. Em seu livro *Ciência e Política: Duas vocações*, Weber indicou duas bases importantes e polarizadoras das opções humanas: o desenvolvimento da racionalidade pela prática científica, classificada como a “ética de condição”, e a responsabilidade pelo futuro, resultado da prática política, classificada como a “ética da responsabilidade” (WEBER, 2013, p. 110).

Dessa forma, quando vemos uma postura de interesse do Pontífice por questões climáticas, relacionadas ao meio ambiente e outras ainda, vinculadas ao bem-estar global, percebe-se o interesse genuíno dele como uma vocação da ciência que contribui para a clareza. Isso porque, Segundo Weber (2013, p. 45), a ciência e a técnica nos libertam de implorar aos “espíritos” ou às previsões ou, ainda, às maneiras desconhecidas de procedimento. Busca-se a especialização, a burocratização e a racionalidade. Assim, tanto a postura de um cientista, quanto a do Papa Francisco, é a de mostrar as alternativas diante de um problema e indicar possíveis meios necessários para a consecução de um projeto.

4.13 A diplomacia de fato: ao lado do povo sírio

Um exemplo efetivo das incursões do Papa na negociação diplomática e na mediação de conflitos deu-se quando os Estados Unidos e seus aliados estavam a ponto de invadir a Síria, a exemplo do sucedido no Iraque. O Papa moveu “céus e terra” para ajudar a evitar o conflito, fazendo campanha de que não havia sentido e nem apoio popular para uma nova guerra. Com autoridade moral de alcance nos quatro cantos da terra, ajudou a evitar que mais inocentes sofressem.

No campo do auditório universal, fez apelos aos líderes globais do Grupo G20, buscou contato com o presidente Putin da Rússia e enviou carta diretamente ao presidente da Síria Bashar Hafez al-Assad em Damasco por meio do cardeal Peter Kodwo Appiah Turkson. No campo privado, convocou um jejum e jornadas de orações.

O sistema de informação da Santa Sé, *Vatican News*⁸⁹, nos oferece alguns relatos dessas incursões do Papa no trabalho de interveniência diplomática. Vejamos:

O Papa fez mais de uma dezena de apelos no Angelus e no Regina Coeli. **A Síria é uma constante nas mensagens** Urbi et Orbi que o Papa pronuncia; o mesmo acontece nas Audiências Gerais das quartas-feiras quando as notícias abalam pela violência com a qual são cometidas. **Francisco faz com que os grandes da terra, todos os que encontra, escutem o grito de paz.** Por exemplo, **escreve ao presidente russo Vladimir Putin** por ocasião da cúpula do G20 de São Petersburgo (5 de setembro de 2013), **invocando “uma solução pacífica através do diálogo e da negociação entre as partes interessadas com o apoio conjunto da comunidade internacional”**. Em 12 de dezembro de 2016 escreve ao presidente sírio Bashir Al-Assad, uma carta enviada em mãos pelo núncio apostólico na Síria, cardeal Mario Zenari, outro incansável embaixador de paz. Pede “uma solução pacífica das hostilidades”, a proteção dos civis, o acesso gratuito às ajudas humanitárias e condena “todas as formas de extremismo e terrorismo” (grifo nosso).

4.14 A solidão de um interlocutor mundial

“Ser grande significa ser incompreendido”.

R. W. Emerson⁹⁰

Os vários recortes retirados dos anexos deste trabalho e outras fontes são exemplos de como um ator carismático e globalizado como o Papa Francisco tem se posicionado.

São ainda múltiplas outras abordagens: como um chefe da Igreja Católica, uma espécie de CEO – *Chief Executive Officer* (Chefe de uma organização internacionalizada de aproximadamente dois milênios de existência); como um diplomata, um chefe de estado, um religioso, ou, simplesmente, um homem que é

⁸⁹ VATICAN NEWS. 22 jul 2019. Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-07/papa-francisco-siria-magisterio.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

⁹⁰ EMERSON, R. W. (filósofo e poeta norte-americano, 1803-1882), *Essays, Self-Reliance*. In: (BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 676).

visto colocando o lixo para fora da Residência Santa Marta, casa simples de hóspedes na qual preferiu morar, local bem mais singelo do que a grandiosidade do Vaticano.

Essas são as várias facetas do líder que o mundo tem observado, transformando-o em um interlocutor global em negociações antes não imaginadas por um líder religioso tão somente.

Indubitavelmente, o Papa Francisco tornou-se uma das figuras mais notáveis do nosso século. A ele são creditados avanços da aproximação de Cuba e dos Estados Unidos, sendo o primeiro Papa a discursar no Congresso americano. Possíveis resultados nas mediações entre grupos rebeldes e governos, como FARCS e Colômbia. O Papa é, na verdade, manchete em todo o mundo.

Além disso, interfere de forma prática, por meio de mídias sociais, como a conta *Twitter*, que dispõe para agir rápida e eficientemente. É, no entanto, na forma direta e presente, “cara a cara”, que mais demonstra sua influência. Com muita percepção, gestos simples e firmes e, ainda, espírito humilde, vem se impondo ao mundo, sem abuso de autoridade, demonstrando características de mediador e de facilitador nas mais variadas causas. Ademais, possui legitimidade de propósitos, possivelmente seu maior trunfo. De fato, tem se mostrado um líder global no diálogo e negociação entre quase 200 países.

Tais incursões e características são ratificadas pelos temas inseridos na última *Encíclica Papal* editada. Nela, o âmbito não é somente de cunho religioso: são preocupações com prioridades da política mundial. Assim, questões relevantes globais, como o futuro climático, ecologia e recursos naturais são temas que passam por sua intervenção.

O Papa envolve-se em negociações e influencia temas que percorrem tanto as esferas da ONU – *Organização das Nações Unidas*, quanto a política global. Mostramos isso nos discursos que se referem às visitas a esses órgãos. Isso denota uma pluralidade de atividades.

Com referência a uma postura mais política, tão desenhada e notada ultimamente nas atuações do Papa, podemos relacionar tal comportamento com as observações do professor de economia política, Max Weber, ao tratar do homem político. O autor (2011, p. 133) discorre sobre as três qualidades determinantes do homem político: (a) paixão – no sentido de propósito a realizar ou devoção apaixonada a uma causa; (b) sentimento de responsabilidade – ou serviço de uma causa; e, (c) senso de proporção – qualidade psicológica ou habilidade em permitir que os fatos

ajam sobre a calma interior e consiga manter à distância os homens e as coisas. A ausência de tal distância pode ser fatal para o político.

O economista e sociólogo destaca que, na ciência ou em qualquer área da vida, tem personalidade aquele que cumpre sua tarefa. Por certo, essa é a grande habilidade demonstrada pelo Pontífice – transitar entre a facilidade de interceder por causas legítimas e a capacidade de usar o senso de proporção, atuando em favor das pessoas e não se deixando influenciar por costumes ou hábitos com os quais ele não compactua. Ao contrário, ele age para poder assim oferecer apoio e compreensão. Exemplos de imparcialidade e de isenção são características apreciadas em processos de negociações, assim como a coragem e a perseverança. Isso pode ser notado nas palavras do grande orador e filósofo da Retórica clássica. Cícero, na edição bilíngue (Livro III, p. 153-155, 2005), ao tratar sobre a utilidade no debate político, que se divide em duas partes, *a segura* e a *honesta*, assim se refere à parte honesta: “Coragem é o apetite das coisas maiores e o desprezo das menores, é também a perseverança frente às dificuldades em razão da utilidade”. Essa é, sem dúvida, uma das grandes virtudes do homem político e do negociador Papa Francisco quando enfatiza o *útil* em seus discursos.

Dessa forma, a opção do Papa de não transitar entre em uma única vocação e sim envolver-se em outras áreas, como a da política, por exemplo, pode ser melhor compreendida pela seguinte reflexão do economista alemão Weber:

Perturbo-me, ao contrário, muito profundamente, diante da atitude de um homem maduro – seja velho ou jovem – que se sente, de fato e com toda a alma, responsável pelas consequências de seus atos e que, **praticando a ética da responsabilidade**, chega, em certo momento, a declarar: “Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui”. Tal atitude é autenticamente humana e é comovedora. [...] Vemos assim que a **ética da convicção** e a **ética da responsabilidade** não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, forma o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocação política” (WEBER, 2011, p. 155, grifo nosso).

Durante o transcorrer de nosso trabalho, ao tratar sobre o tema *negociação* e o modo de argumentar do Papa Francisco, identificamos incursões do Pontífice em várias áreas distintas, com uma recorrência no formato de comunicação e de argumentação. O modo recorrente diz respeito à prática do diálogo, da proximidade e da criação de identidade. Sob a ótica da negociação, essa recorrência vem revestida

por uma habilidade que na teoria *AMEN* é expressa pelos *Princípios de Governança de elementos, Interdependência* de interlocutores e *Adaptabilidade* de circunstâncias.

4.15 Um modo recorrente de comunicação negociada

Em nossa jornada de pesquisa muitas questões surgiram.

Em vários momentos nos questionamos sobre as virtudes, as características e as dificuldades enfrentadas por um líder de expressão global como o Papa. Como seria estar em tal posição? Os privilégios são tantos que superam em folga os desafios? Imaginamos que, por tratar-se de um “vovô” em constantes viagens, compromissos de agenda, responsabilidades, não seria uma rotina muito extenuante? Até que ponto é, deveras, o papel do Papa e como seria, de fato, a personalidade do Papa Francisco nas ações e nos argumentos que apresenta? A curiosidade é ainda mais evidente quando levamos em conta uma organização secular com a relevância da Igreja.

A questão deixa de ter uma conotação religiosa, conforme já afirmamos anteriormente. A pesquisa é laica, entretanto, curiosidades surgem, por motivos óbvios relacionados ao tema.

Todos esses questionamentos aparecem por um motivo. Como sempre estivemos em um ambiente corporativo, envolvendo relações com líderes internacionalizados, conhecemos a realidade de muitos deles e temos ciência dos desafios dessas lideranças.

Antes de seguirmos, entretanto, permita-nos fazer outra intervenção. A postura do Papa Francisco, além de chamar a atenção do mundo, provoca apreensão quanto às mudanças realmente efetivas que suas intenções promovem e aquelas realmente factíveis de serem implementadas.

Uma das primeiras pessoas atentas a essas inquietações foi o famoso teólogo Hans Küng⁹¹. Longe do Vaticano há anos, é conhecido mundialmente por sua

⁹¹ O teólogo Hans Küng, oito vezes Doutor Honoris Causa, com seus mais de 50 livros, entre os quais *best-sellers*, foram traduzidos para cerca de 20 línguas e lidos em ambientes mais diversos, tais como culturais, sociais e religiosos. Católico e muito crítico com a Igreja, é um dos suíços mais conhecidos fora do seu país. Morou em Tübingen, na Alemanha, onde ensinou durante 36 anos na Universidade

posição em defesa de uma reformulação da Igreja. Autor principal da “Declaração de uma Ética Mundial”, se orienta pelo lema que vem sublinhando: “Não pode haver paz entre as nações sem a paz entre as religiões, e não pode haver paz entre as religiões sem o diálogo entre as religiões” (KÜNG, 2005, p. 39). Para o autor, não haverá diálogo entre as religiões sem critérios éticos globais. Não haverá sobrevivência do nosso globo sem um *éthos global*, um *éthos mundial*.

Segundo Küng, a base de um *éthos global* ocorre por meio do princípio altruísta da humanidade. Nas palavras de Küng (2005, p. 8): “Todo ser humano – seja homem ou mulher, branco ou negro, jovem ou velho – deve receber tratamento humano”. Diz respeito à atitude moral interior e fundamental de um ser humano e que tem como bússola a consciência, determinando o agir do indivíduo.

Relacionamos esse princípio com a *regra de ouro*, com menções em análises deste trabalho, inclusive nas mensagens do próprio Papa Francisco. Essa base na *regra de ouro*, por certo, é a característica mais evidente que encontramos no modo de agir do Pontífice. O conceito *regra de ouro* é especialmente relevante para as teorias hodiernas de negociação. Disso depreendemos uma correlação direta com um dos conceitos nucleares do *Princípio de Interdependência* da teoria AMEN, apresentada neste trabalho.

Voltemos ao Papa e às inquietudes que surgiram na pesquisa. Os motivos de citar o teólogo Küng são, na verdade, dois.

O primeiro é que dado o afastamento desse teólogo crítico das representações do Vaticano, e pelo respeito que tem na comunidade internacional, escreveu para o Papa logo após o início do pontificado de Francisco, expressando sua opinião e o Papa respondeu, com uma carta pessoal escrita à mão, o que surpreendeu Küng. Vejamos, respectivamente, a opinião expressada por Küng e a resposta do Papa⁹²: “Para sair da atual crise da nossa Igreja, são necessárias algumas

Eberhard-Karl, antes de se aposentar em 1996. Em 2013, aos 85 anos, ele se retirou quase totalmente da vida pública. Suas posições lhe valeram uma proibição por parte do Vaticano para ensinar, mas também lhe garantiram grande popularidade. Comprometeu-se em seus escritos com uma Suíça tolerante e aberta. Ele também é conhecido por suas opiniões favoráveis ao casamento dos sacerdotes, à ordenação de mulheres, à contracepção e à Teologia da Libertação.

Cf. reportagem publicada por *Swiss Info*, 12-03-2018, tradução de André Langer.

Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576886-hans-kueng-o-teologo-critico-completa-90-anos>> Acesso em: 14 jul. 2019.

⁹² Informações disponíveis em <<http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/524348-de-bento-a-francisco-assim-renasceu-a-minha-esperanca-na-igreja-artigo-de-hans-kueng>>.

Acesso em: 13 jul. 2019.

reflexões também sobre o âmbito moral e, acima de tudo, reformas estruturais. Será muito difícil impor isso. Por isso, desejo-lhe muita sabedoria, coragem e força para resistir". E então, Küng recebe a resposta:

Ele assina: "F., Domus Sanctae Marthae". Eis o texto: "Gentilíssimo Dr. Küng, recebi a sua carta do dia 13 juntamente com um artigo e dois livros, que com gosto irei ler. Obrigado de coração pela sua amizade. Fico à sua disposição. Por favor, reze por mim, porque eu realmente preciso. Que Jesus o abençoe, e que a Virgem Maria o ajude. Fraternalmente, Francisco".

O fato é que depois disso voltaram a se falar algumas vezes. Depreendemos pela assertiva de Küng e as ações demonstradas pelo Papa, conforme verificadas nesta pesquisa, uma correspondência de intenções no mesmo sentido. Apenas, há que considerar as possibilidades e restrições envolvidas no âmbito da estrutura da Igreja, que não conseguimos identificar e nem mesmo é o interesse de estudo deste trabalho. Não deixamos de observar, contudo, sinais de convergências do Papa Francisco como aquele que quer fazer com que as palavras sejam seguidas por ações, isto é, parece mesmo decidido a verdadeiras reformas na Igreja.

Corroborando a previsão de Küng, sinais indicam que ela começa a se mostrar real. A figura constante no *Anexo 8* nos oferece uma ideia dos movimentos intencionais de mudanças que o Papa está pondo em curso na estrutura da Igreja e dos enfrentamentos internos iniciados por conservadores.

Falaremos ainda desse tipo de comunicação usada pelo Papa antes de finalizarmos este *Capítulo*. Mais especificamente, o segundo motivo pelo qual citamos Küng, também é abordado no item seguinte, como uma evidência e similaridade da postura do Papa usualmente encontrada em suas comunicações.

4.16 Os desafios de quem está à frente das decisões

Conforme afirmamos, qualquer que seja a razão que move o Pontífice, vemos, nela, boa-fé nas ações. Os desafios enfrentados e confrontos dentro da própria instituição Igreja, dúvidas ou não sobre manter, adequar ou substituir dogmas

ortodoxos e sagrados, mostram enfrentamentos e conflitos internos, entre conservadores e reformistas, culminando com acusações gravíssimas de heresia.

Em 2002, prudentemente, o teólogo Küng parecia prever o cenário atual. Ele disse, na ocasião, qual era a expectativa esperada para um novo Papa:

O próximo papa precisaria ter essas duas vozes: raízes profundas no espírito cristão e no próprio Evangelho e, ao mesmo tempo, abertura para o mundo – uma abertura que pressupõe a assimilação diferenciada das novas tendências e que não defenda uma coisa para fora, que afinal não custa nada, e uma outra coisa para dentro, onde ele próprio está envolvido (KÜNG, 2002, p. 49).

Ao confrontarmos essa proposição de Küng com a então sugestão dele dirigida por carta ao Papa, conforme acima mencionada, identificamos, de fato, sinais de preocupação com a afirmação de que “será muito difícil impor as mudanças necessárias”. Aqui vemos o possível e atual dilema vivido pelo Papa Francisco.

Pelo pouco que lemos em seus discursos, os especificamente relacionados à Igreja e voltados a esse auditório particular, portanto, o Papa Francisco demonstra querer uma forte mudança. Ele não concebe mais a Igreja como uma monarquia, mas como uma comunidade. Francisco não quer avançar só, com atos de autoridade. Ele crê firmemente na colegialidade. Isso encontra resistências normais e comuns em divergências. Como enfatizou algumas vezes e mostramos neste trabalho, não se deve fugir do conflito e sim enfrentá-lo. No entanto, percebemos que a resistência silenciosa contra a estratégia do Papa continuou, como amplamente divulgado nas mídias.

Muitos entendem a vida e o trabalho do Papa como uma negociação, sempre em mudança, de várias polaridades encontradas na Igreja e na sociedade, polaridades tais que foram postas frente a frente durante toda a sua vida adulta.

A preocupação existe, assim como um líder corporativo, sente as angústias e o isolamento que suas ações podem ocasionar. Cabe ressaltar que a única motivação de expor essas apreensões é por tratar-se de uma realidade. Contudo, não nos aprofundamos nelas e nem as relacionamos com nosso objeto principal desta pesquisa. Nossa intenção foi, por conseguinte, a de registrá-las.

Em nossa opinião, as apreensões são sérias, os riscos são reais e procedentes. Entretanto, a capacidade de negociação do Papa Francisco parece resistir às circunstâncias e conta com o apoio da maioria da opinião pública.

Esse entendimento parecia ser também compartilhado pelo falecido sociólogo e filósofo polonês, respeitado estudioso da sociedade pós-moderna, Zygmunt Bauman, autor de várias obras, entre as quais a *Sociedade Líquida*. No *Encontro Ecumênico em Assis: um chamado ao diálogo necessário*, em 2016, Bauman⁹³ fez a seguinte reflexão, envolvendo o Papa:

“Uma cultura que privilegie o diálogo e que deve ser parte da educação. O diálogo não é um café instantâneo, não dá efeitos imediatos. O diálogo é a paciência, a determinação e a profundidade. E a pessoa pública que pensa dessa maneira é o Papa Francisco”, diz Bauman.

Os vários exemplos citados nesta pesquisa evidenciam e corroboram a opinião de Bauman sobre o uso recorrente de intervenções do Papa pelo diálogo, inclusive nas mediações internacionais. Pareciam mesmo manter sintonia e conformidade, porque do lado do Pontífice também encontramos sinergia. Em uma de suas viagens, o Papa visitou a Pontifícia Universidad Católica de Chile, e mostrou essa equivalente opinião de Bauman. Vejamos seu pensamento em relação ao diálogo nas interações dos seguintes trechos selecionados⁹⁴:

1. Convivência nacional⁹⁵

Falar de desafios é admitir que há situações que chegaram a um ponto que requer serem repensadas. O que até ontem podia ser um fator de **unidade e coesão**, hoje exige novas respostas. O ritmo acelerado e a implementação quase vertiginosa de alguns processos e mudanças, que se impõem nas nossas sociedades, convidam-nos, de maneira serena, mas sem demora, a uma reflexão que não seja ingênua, utopista e menos ainda voluntarista. Isto não significa frear o desenvolvimento do conhecimento, mas fazer da Universidade um **espaço privilegiado para «praticar a gramática do diálogo que forma encontro».[1] Pois «a verdadeira sabedoria [é] fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas»** (grifo nosso).

O Papa Francisco, na mesma visita, também fez menção ao conceito de *sociedade líquida* de Bauman, dialogando sobre o cuidado com a inconsistência em alguns mecanismos da atualidade, numa alusão ao *encontro na nuvem*. Vejamos:

⁹³ BAUMAN, 2016. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/560219-encontro-ecumenico-em-assis-um-chamado-ao-dialogo-necessario>> Acesso em: 12 jul. 2019.

⁹⁴ FRANCISCO, Visita à Pontifícia Universidade Católica do Chile, 17 jan 2018. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180117_cile-santiago-pontuniversita.html> Acesso em: 13 jul. 2019.

⁹⁵ Mantida a grafia original do documento.

Nesta sociedade líquida ou volátil, como a definiram alguns pensadores, vão desaparecendo os pontos de referência a partir dos quais se possam construir, individual e socialmente, as pessoas. Parece que hoje a «nuvem» seja o novo ponto de encontro, que se caracteriza pela falta de estabilidade, já que tudo se volatiliza e, conseqüentemente, perde consistência.

Não somente a prática do diálogo é recorrente nas argumentações do Papa Francisco, conforme pudemos demonstrar nos capítulos anteriores, mas também, e especialmente, ele mantém uma política de encontros generosos. Relembremos aqui a carta do teólogo Küng ao Papa Francisco e sua surpresa ao receber resposta.

De nossa parte, em meados do ano passado, no apogeu de nossa pesquisa, resolvemos escrever para a Sua Santidade, esperando obter informações mais reais, valiosas e fidedignas diretamente da personagem principal de nosso *corpus*. Igualmente ficamos surpresos ao recebermos uma resposta da Secretaria de Estado do Vaticano, mais precisamente em 18 de março de 2018, em nome do Papa Francisco.

A negativa à proposta de responder a uma entrevista não levamos em conta, obviamente explicado pelos inúmeros compromissos papais. Porém, salientamos que o formato de resposta nos pareceu muito similar à resposta ao teólogo Küng. Depreendemos tratar-se de uma prática legítima de conexão emocional, própria de procedimentos mais apurados em conseguir acordos e assentimentos, conforme pudemos demonstrar nos capítulos anteriores. Essa é uma prática sempre finalizada, que possibilita criar elos de identidade e respeito. Isso ocorre porque a interação não fica “perdida”, o contato tem resposta.

Ratifiquemos que, na negociação, estamos no campo da assertividade: prática de um conceito de igualdade. É preciso dizer o que pensa e sente, sem constranger o outro.

A carta que recebemos finaliza com a seguinte mensagem, muito parecida com a dirigida ao teólogo Küng: “Na antecipada certeza de boa compreensão, o Santo Padre encoraja o senhor João a perseverar na oração e a confiar em Deus, uma particular Benção Apostólica, pedindo também que não se esqueçam de rezar por ele.”⁹⁶

⁹⁶ SECRETARIA DE ESTADO, Monsenhor Paolo Borgia, 2018.

Tomamos também o testemunho de um dos expoentes da Teologia da Libertação, o professor, teólogo e escritor Leonardo Boff⁹⁷. Gentilmente, entre uma resposta de várias páginas, o senhor Boff nos confia que considera o Papa Francisco uma das maiores autoridades morais do mundo. Ainda diz que a perspectiva adotada por Francisco nas interações e mediações é um exemplo a ser seguido e “que ele procura ser justo, mas uma justiça não apenas legal, mas ética e moral, como valor de respeito às pessoas”. Boff, prestigiando-nos com seus pensamentos afins, ainda reforçou a necessidade de guardar o máximo de imparcialidade em mediações negociativas. Ainda, que deve haver um aprendizado constante na busca pelo bem comum das partes envolvidas.

De certa forma, tangenciando pela interdisciplinaridade, sem levar em conta o cunho ideológico, social, político, de gênero ou econômico, vemos autenticidade e correspondências com as práticas do bem negociar. Trata-se de considerar os interesses comuns e não os posicionamentos individuais. Essa não é uma utopia e sim um facilitador de busca de soluções.

Finalmente, identificamos que existem muitas revoluções em curso, que nos fazem refletir sobre o futuro da humanidade. De fato, tornam-se prementes a urgência de encontro e a busca de diálogo entre culturas e religiões, conforme regularmente mostrado pelo Papa Francisco.

⁹⁷ BOFF, Leonardo. Mensagem recebida por email em 20 de maio de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar os pontos conclusivos, recapitulemos, sucintamente, as hipóteses lançadas neste trabalho.

1ª. Consiste a primeira em que, numa interação relacionada à negociação, a eficácia dos resultados está diretamente relacionada à visão de um processo sistêmico. Objetivamente, trata-se da habilidade potencial de identificação e movimentação entre os elementos envolvidos no processo, dando ênfase no componente mais relevante, ou seja, a circunstância definidora. Denominamos essa hipótese de *Princípio de Governança* ou *Racionalidade*.

2ª. Como segunda hipótese, defendemos que qualquer discurso relacionado ao processo de negociação, após passar pelo crivo do acordo prévio, deve buscar incessantemente a identificação imediata do objeto da negociação e do contexto envolvido. Descrevemos essa hipótese como *Princípio da Adaptabilidade*. Aqui, considerando a prevalência de conhecer os interesses adjacentes dos interlocutores para uma correta convergência. Com esse *Princípio*, a questão central da negociação pode ser substituída, maximizada ou redimensionada.

3ª. Como terceira, entendemos que a eficácia do resultado de um processo de negociação é produto direto da consciência e percepção da relação intrínseca e interdependente existente entre as partes envolvidas. Chamamos essa hipótese de *Princípio da Interdependência*.

Em vista da natureza multidisciplinar deste trabalho, justificada e corroborada pela própria característica heterogênea da nossa formação acadêmica, objetivou-se a construção desta pesquisa sob estas linhas disciplinares: Considerações teóricas relacionadas à Retórica clássica, Nova Retórica e argumentação; Complementações

com análises, reflexões e aportes disponibilizados, de forma sucinta, considerando conceitos fundamentais do processo de negociação, trazidos de outras áreas disciplinares e correlatas a esse processo.

Procuramos desenvolver neste trabalho uma análise da atuação de um líder global e influente, chefe maior da Igreja Católica, o Pontífice Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco, como um facilitador, mediador e negociador em temas cruciais para a humanidade. Uma das explicações encontradas para o Papa Francisco atuar tanto nos cenários internos de sua jurisdição, quanto no campo global foi reconhecer sua notável habilidade para se adaptar aos tempos, às trocas de poder, às descobertas científicas e, ainda, às revoluções sociais, habilidades retórico-discursivas.

Demonstramos, em especial no *Capítulo 1*, que a postura de negociador do Papa Francisco denota com maestria vários conceitos da retórica. Nesse capítulo, tendo como base teórica a obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, as análises mostraram o amplo uso que o Papa Francisco faz das técnicas argumentativas. Dos onze subitens que perfizeram esse capítulo, destacaram-se, dos *argumentos baseados na estrutura do real: o argumento de autoridade e a pessoa e seus atos*. A busca das muitas vozes com o *argumento de autoridade* (da Igreja e de outras áreas) pôde comprovar o modo de presença do Papa Francisco: o da humildade, da simplicidade, da singeleza.

Mesmo representando na terra o Ser Onipotente, o Papa Francisco não se firmou na imagem da onipotência. Isso foi demonstrado pela escolha de vestes mais simples e pelo apelo nos finais de discursos para que rezassem por ele. Ainda, pelo Pontífice ter escolhido, pela primeira vez na história do papado, o nome de Francisco, em homenagem ao Santo italiano, São Francisco de Assis, que abdicou de uma vida de luxo para se dedicar aos pobres. Reputamos essa primeira providência do Papa Francisco a expressão dele como interlocutor, comunicador e negociador global, que transmitiu, desde sua eleição, uma mensagem clara de seu propósito para com os objetivos de sua jornada frente a uma organização secular.

Nos *Capítulos 2 e 4*, as análises dos diversos discursos evidenciaram uma verdadeira paixão na procura incessante de soluções de causas existenciais. Comprovou-se a vocação política (assuntos seculares) do interlocutor Papa Francisco com os discursos proclamados em nível de sociedades internacionais e que, neles, as estratégias argumentativas foram preponderantemente dirigidas a um auditório universal: seres humanos do planeta inteiro. Para esse auditório e para o auditório

particular (da Igreja), o tom de aconselhamento firmou-se do mesmo modo recorrente, configurando as especificidades do *gênero discursivo deliberativo* nos discursos.

O apelo às emoções, como forma de convencimento e busca de acordos e adesão, retratou a prevalência da paixão *indignação* nos discursos voltados ao auditório universal. O discurso emocionado, da “alma”, se manteve, sustentado pela corporalidade pacificadora e pelo carisma do orador Papa Francisco.

Aqui, já se pôde provar a aplicabilidade da metodologia *AMEN* nas três hipóteses lançadas neste trabalho. Sob essa ótica, verificamos que o Papa teve a habilidade potencial de identificar e de se movimentar entre os elementos envolvidos no processo de ser o interlocutor representante da Igreja, dando ênfase no componente mais relevante, ou seja, a circunstância definidora, que foi a de apresentar um discurso pautado pela humildade, pela ajuda voltada aos mais pobres, pela busca em salvar o planeta, pela mediação em assuntos políticos e econômicos, enfim, indo além do discurso voltado para o auditório particular (a Igreja) e embrenhando-se no auditório universal (aos habitantes da terra, como já dito). O *Princípio de Governança* ou *Racionalidade* foi comprovado pela visão, desde o início, do processo sistêmico para argumentar-negociar com essas audiências.

A eficácia de identificar rapidamente os sentimentos envolvidos e uma correta adequação de apelos às emoções exigidas denotaram uma excelência de atuação que colaboram para a adesão e assentimento das partes. Aqui, identificamos uma comprovação de nossa hipótese baseada no *Princípio de Interdependência*.

Ainda observamos a construção de uma singular identidade de liderança nos discursos do Papa. Apesar de ter sido elevado a uma condição de líder em função do posto que ocupa, o Papa Francisco trata, nos primeiros momentos de seu papado, de fortalecer um modo de presença de facilitador, de mediador, o que representa uma relativa diferença em relação a um *éthos* prévio inerente à Instituição que comanda.

Depreendemos que a atuação do Papa Francisco junto ao auditório universal se reveste mais de autoridade moral e tem sido mais expressiva e abrangente do que da posição hierárquica que ocupa. Esse posicionamento caracterizado de liderança legítima credencia e fortalece a atuação do Pontífice, revestindo-o com uma flexibilidade: ora adotando uma postura facilitadora negociadora no trânsito entre os ambientes do *sagrado e do profano*, ora adotando uma vocação científica de responsabilidade para com o futuro ou, ainda, com uma atuante postura política de

paixão por legitimidade de propósito – tudo objetivando a *adesão de espíritos*, tão relevantes em qualquer processo de negociação.

Por exemplo, notamos evidente recorrência em nossas análises: o Papa Francisco mostra-se bem informado, porém não deixa de atuar com uma regular improvisação, que se transforma numa virtude oportuna e não em um defeito, comum em costumeiras improvisações. O Papa surpreende com regularidade e positivamente. Essas são características que acreditamos ser um diferencial e aqui defendidas pela teoria *AMEN*, quando falamos da importância de incitar estímulos por meio de emoções positivas em vez de as negativas.

O resultado encontrado é o de um moderador que não julga as pessoas pelas suas decisões, apenas comprova que está a favor de uma verdadeira democracia da vida. Investe na liberdade de opinião, expressão e decisão. Quando encontra, de algum modo, divergências de posicionamentos, quer seja devido à raça, gênero ou qualquer outro fator, são tratados com a compaixão da alma, não julgados, e sim considerados. Vimos que usa habilmente um conceito também defendido pela teoria *AMEN*, o de *assertividade*, para dizer o que pensa e sente, sem constrangimento do interlocutor.

Identificamos que o Papa Francisco acredita que a solução não é rejeitar opiniões distintas, senão ouvir e interagir, pelo diálogo, num clima de *busca do encontro*. Por certo, essa é uma das características mais importantes da sua liderança: a inclusão do outro. Vê-se aqui mais uma relação intrínseca entre tais abordagens do Papa com o *Princípio da Interdependência*, originado na teoria *AMEN* e apresentado neste trabalho.

Verificamos que o Papa transmite uma postura que inspira confiança e legitimidade. Isso pôde ser comprovado pela demonstração de interesse salutar como um agente efetivo de mudança, assumindo responsabilidades de causas fundamentais para a humanidade.

Encontramos exemplos nas análises de uma efetiva resiliência política, reconhecida e apregoada ao redor do mundo e entre os mais variados níveis da sociedade. O resultado de nossa pesquisa mostrou que o estudo da negociação como uma função retórica eficaz significa trazer à luz reflexões de que não basta ter uma posição financeiramente sólida ou uma ótima formação acadêmica ou, ainda, ter um posto relevante na comunidade para ser bem-sucedido como líder negociador.

Depreendemos, por fim, que foi com toda essa habilidade que o Papa Francisco se apresentou nos discursos como um mediador facilitador e negociador de causas relevantes para a humanidade como uma voz para aqueles que não têm voz. O Papa se utilizou de uma correta *governança* dos recursos escassos envolvidos com a questão relativa ao *objeto* da negociação.

Pelas recorrências encontradas nos discursos analisados, ressaltou-se a postura do Papa como um líder globalizado e influente, que age de forma interdependente com outros líderes de igual expressão mundial, adaptando-se às circunstâncias de cada cenário. Aqui vemos operando os *Princípios da Adaptabilidade e da Interdependência*.

PALAVRAS FINAIS

Sobre a proposta teórica AMEN

Teorizar sobre algo é uma maneira de identificar um novo sentido para determinada aplicação, bem como oferecer uma contribuição para os modelos já existentes. Afirmamos aqui que nosso trabalho tem um caráter empírico e de conhecimento tácito, experiência de *algibeira* de longos anos envolvidos no tema.

Esta generalidade teórica não propôs uma aposta fechada, nem mesmo quanto ao êxito da teoria da racionalidade argumentativa ou a um modelo completo de solução de divergências e controvérsias. O único e verdadeiro desafio foi o de se preocupar com a materialização empírica de uma técnica disruptiva, ampla e interdisciplinar, pensada para contribuir em processos de tomada de decisão e de interação social, numa espécie de jogo de influência recíproca. A proposta aqui foi a da situação de equilíbrio, ainda que, costumeiramente, em ambientes de negociação instaurarem-se relações antagônicas, (por exemplo, de um lado e de outro, atitudes posicionais, insistências de verdades individuais, perseguição de objetivos próprios e assim por diante). Igualmente, visou-se empenhar os melhores esforços para preservar uma visão global, ampla e sistêmica, de interesses e não de posicionamentos particulares. Concomitantemente, propôs-se alargar os

procedimentos dessa *gestão de racionalidade argumentativa*, e, ainda, originar e difundir uma *teoria de negociação* caracterizada pela percepção, interdependência, criatividade e inovação.

Nossa pesquisa identificou que as interações sofrem influências não somente do racional como também das emoções e das circunstâncias contextuais envolvidas. Para melhorar tais interações, os interlocutores podem fazer uso de procedimentos e técnicas que ajudam na consecução e facilitação da adesão aos propósitos envolvidos e na obtenção de acordos. Parte desses procedimentos foram expressos pela teoria *AMEN* apresentada. Acreditamos, assim, em uma eficácia contributiva e real para ajudar nas incursões e na busca de soluções em processos de negociação.

Temos plena consciência de que os conceitos não são rígidos e sim sujeitos a transformações constantes. Também somos partícipes da máxima de que não existe uma solução mágica e, portanto, a pretensão de desenvolver uma nova teoria não estaria fora de tal julgamento. Embora considerando os devidos cuidados na elaboração, nossa proposta está sujeita a apresentar algum equívoco. Isso pode ocorrer porque fizemos generalizações sobre várias teorias para compor conjuntamente o conceito central dessa proposição. Confrontando conceitos, tal interdisciplinaridade pôde contribuir, de um lado, para enriquecer os fundamentos da tese proposta e, de outro, para também apresentar possíveis questionamentos e análises críticas. Consideramos isso um acervo de recursos, que fortalece nossa crença na eficácia do *Princípio* desenvolvido.

Sobre os discursos do Papa Francisco no auditório particular: uma ponderação

Procuramos, neste trabalho, nos afastar de qualquer debate religioso. Pelas análises conduzidas, não tivemos como saber as reais motivações e objetivos centrais do Papa Francisco na lida com interlocutores do auditório particular (da Igreja), no que diz respeito ao seu modo de presença para argumentar-negociar. Isso porque não nos aprofundamos em discursos e tampouco nas especificidades das negociações voltadas para a cúria, estas que podem tratar de interesses de recuperação de fiéis devido à perda de espaço e importância da Igreja. Portanto, ratificamos, além de não ser a proposta central deste trabalho, não tivemos como avaliar possíveis alterações ou reformulações estruturais de rotas no âmbito dessa Instituição.

Quanto aos discursos analisados, conforme *Anexos*, qualquer que seja a real motivação dos interesses centrais do Papa Francisco, identificamos uma intrínseca sintonia e correspondência entre a teoria proposta neste trabalho e as ações do Pontífice.

Encerro com este pensamento que remete à explicação dos êxitos nas interações pesquisadas sobre o Papa Francisco: “A genialidade, bem como a santidade, não se herda”.⁹⁸

⁹⁸ SCHILLER, F. Von. (Escritor alemão, 1759-1805). *A donzela de Orleans*, III, 6. In: (BARELLI; PENNACCHIETTI. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 281).

PARTE III

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dizionario Di Filosofia*, 6. ed. Tradução para o português, Dicionário de Filosofia. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. Do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de direito internacional público*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. *Introdução a ARISTÓTELES*. In: *Retórica*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

AMOSSY, Ruth. O éthos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDRADE, Rui O. Bernardes de; et al. *Princípios de negociação: ferramentas e gestão*. 2. ed. 8. reimp. – São Paulo: Atlas, 2014.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

_____. *Retórica das paixões*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior et alii. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

_____. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

ASHERMAN, Ira. *Negociação na Prática*. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier Ltda. 2012.

BARAN, Paul. "On Distributed Communications Networks," IEEE Transactions on Communication Systems, 1964, Vol CS-12 (1), pp. 1-9, disponível em

<<http://pages.cs.wisc.edu/~suman/courses/740/papers/baran.pdf>>, acesso em: 10 jun. 2018.

BARELLI, Ettore; PENNACCHIETTI, Sergio. *Dicionário das Citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELLENGER, Lionel. *La négociation – Que sais-je?* 6. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

BERTHERAT, T.; BERNSTEIN, C. *O Corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si*. Trad. Estela S. Abreu. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. [Versão brasileira da editora]. 2. ed. São Paulo: Ed. Fundamento Educacional, 2008.

BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003.

BRETT, Jeanne M. *Negotiating Globally*. 2nd. Edition. San Francisco, USA. Jossey-Bass, 2007.

BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto. *Globalização a Olho Nu. O mundo conectado*. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional do Tempo Antigo*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

_____. *Direito Internacional dos Espaços*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*, Vol.1, 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CIALDINI, Robert B., et al. *Persuasão & Influência: como pequenas mudanças podem gerar grandes resultados*. São Paulo: HSM do Brasil, 2015.

CICERO. *Retórica a Herênio*. Trad. e Introdução Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. trad. Fabiana Komatsu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela M.S. Correa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A Conquista da Opinião Pública – Como o discurso político manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CRETELLA Jr., ULHÔA CINTRA & José Geraldo de. Dicionário latino-português. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1953.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. *A Ordem das Ideias – palavra, imagem, persuasão: A Retórica*. 1. ed. Barueri, SP: Contexto, 2004.

DWORKIN, Ronald. *A virtude Soberana: Teoria e Prática da Igualdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

EEMEREN, Frans Van; GROOTENDORST, Rob; HENKEMANS S. Francisca. *Argumentation: analysis, evaluation, presentation*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões* 4. ed. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

EMERSON, Ralph Waldo. "Circles", In: *Essays: First Series*, Emerson, *The Complete Essays and Other Writings*, Brooks Atkinson (org.), Nova York: Modern Library, 1940.

FARIA, Ana Paula Celestino; SEABRA, Adriana. Introdução. In: CICERO. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.

FISHER, Roger; SHAPIRO, Daniel. *Beyond Reason: using emotion as you negotiate*. New York: Penguin Group, 2005.

_____. *Além da Razão – A força da emoção na solução de conflitos*. Trad. Arão Sapiro. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2009.

FRANCISCO, Papa. *Quem sou eu para julgar?* Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. *O nome de Deus é Misericórdia*. Tradução Catarina Mourão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016.

_____. *Caminhar com Jesus: O coração da vida cristã*. São Paulo: Fontanar, 2014.

_____. *Carta Encíclica Laudato Si*. Site da Santa Sé - http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. Publicado no L'Osservatore Romano, ed. em português, n. 24, de 16 de junho de 2016. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160609_santidade-da-negociacao.html. Acesso em: 12 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *O Governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GALVÃO, Ramiz. *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1994.

GUIMARÃES, Elisa. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3ª. Edição, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GRÁCIO, Rui. *A argumentação na interação*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

_____. *Vocabulário crítico de argumentação*. Prefácio de Rui Pereira. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional e Lisboa, 2013.

_____. *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Ed. ASA, 1993.

GRÁCIO, Rui Alexandre; MOSCA, Lineide Salvador. *A importância da Nova Retórica para a compreensão de textos opinativos*. ReVEL, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br]. Acesso em: 16 ago. 2019.

GREELEY, Andrew M. *Como se faz um papa: a história secreta da eleição de João Paulo II*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social*. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HELLER, Agnes. *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUME, David [1711 – 1776]. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Débora Danowski, 2. ed. São Paulo: Ed.UNESP, 2009.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução: Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1974.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KATZ, H.; GREINER, C. Por uma teoria do corpomídia. In: GREINER C. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KÜNG, Hans. *Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização. Conversando com Jürgen Hoeren*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2003 [1980].

LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. *Fundamentos de Negociação*. Editora McGraw Hill Education, 5. ed. Porto Alegre, 2014.

LOWNEY, Chris. Papa Francisco: *Lecciones de liderazgo*. 1. ed. Buenos Aires: Granica, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MASCI, David. *A look at popes and their encyclicals*. Pew Research Center, Washington D.C., 9 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/06/09/a-look-at-popesand-their-encyclicals/>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. Prefácio. In: *Aristóteles. Retórica das Paixões*. Trad. De Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A retórica*. Apresentação, Revisão Técnica Lineide Salvador Mosca. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Bernard. *A arte de argumentar: com exercícios corrigidos*. Trad. Ivone C. Benedetti – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MEN, C. João et al... *Negociação Internacional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Ed. Publicações Europa-América, Lda. Portugal: 1994.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *A Subjetividade no editorial: uma análise retórico-argumentativa da adjetivação*. S. Paulo: USP, 1990 (Tese de Doutorado).

_____. (Org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

_____. *A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*. Retórica. Actas do I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas (Lisboa, 2005). Disponível em: http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/linei002_0.pdf. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. *O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa*. Filologia e Linguística Portuguesa. v. 2, p. 293-310, 2007.

_____. Apresentação e Revisão Técnica. In: MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ed. Ática, 2007a.

_____. O discurso do medo e o silêncio. In: MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antonio; FIGUEIREDO, Maria Flávia (Orgs). *Retórica do Medo*. 2. Ed. revista e ampliada. Franca, SP: Cristal/São Paulo: Grupo ERA, 2015. p. 137-144.

_____. (Org.) Entre certezas e incertezas: a racionalidade própria da retórica e da argumentação. In: *Retórica e Argumentação em Práticas Sociais Discursivas*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

_____. (Org.) *Discurso Religioso: Possibilidades retórico-argumentativas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016a.

_____. *Argumentation and self-deliberating: Speaking to oneself and speaking about oneself. From individual to the social*. In: *Proceedings of the Ninth Conference of the International Society for the Study of Argumentation*. ISSA Conference 3-6 July, 2018. Publicada em 15.03.2019. (2019, p. 1017-1021). Disponível em: <http://cf.hum.uva.nl/issa/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

OLIVEIRA, Marco A. (Coord. Téc.). *Negociação: novos e velhos malabarismos*. Produzido pela equipe de pesquisa da OBI. Consultores Editores Ltda. São Paulo: Nobel, 1994.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PASCAL, Blaise. *A arte de persuadir*. Precedida de A Arte da conferência/de Montaigne: Trad. Rosemary Costhek Abílio, Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PAULO VI, Papa. *Concílio Vaticano II, Parte II, Cap. V, n. 89*: Santa Sé, Disponível em <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. 1965. Acesso em: 14 ago. 2019.

PAULO II, Papa João. *A nova lei fundamental da Cidade do Vaticano. Motu Proprio*. Santa Sé. (2000). Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_20001126_legge-fondamentale-scv.html>. Acesso em 12 ago. 2019.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. Trad. Maria Ermantina de A. P. Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1989].

_____. *Lógica jurídica*. Trad. Vergínia K. Pupi. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O império retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Rio Tinto: Edições ASA, 1977.

PERELMAN CHAÏM e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PLANTIN, Christian. *A argumentação: histórias, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PINTONELLO, Aquiles. *Os papas: síntese histórica, curiosidades e pequenos fatos*. Trad. Roberto Girola; revisão e adaptação Paulo Romero Gozzi. São Paulo: Paulinas, 1986.

PLEBE, Armando. *Breve história da retórica antiga*. Trad. e notas de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU, 1978.

RAIFFA, H.; RICHARDSON, J.; METCALFE, D. *Negotiation analysis: the Science and art of collaborative decision making*. Boston: Harvard University Press, 2002.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Uma teoria da justiça*. Martins Fontes: São Paulo, 2002.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, J. N; CZEMPIEL, Ernest-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. UNB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p.11-46.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, n. 3, 1997. p. 335-376.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Trad. Maria Teresa Lemos de Lima. 1. ed. (ano 2006), 3ª. tir. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

SHELL, Richard. *Negociar é preciso*. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

TORNIELLI, Andrea. *As viagens de Francisco: conversas com Sua Santidade*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2017.

TOURAINE, Alain. *Após a crise. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Editora Vozes: 2011.

URY, William. *Negocie para vencer: instrumentos práticos e criativos para chegar ao sim*. Trad. Regina Amarante. 2. ed. São Paulo: HSM Editora, 2013.

_____. *O poder do não positivo: como dizer não e ainda chegar ao sim*. Trad. Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

URY, William; FISHER, Roger; PATTON, Bruce. *Como Chegar ao Sim – A Negociação de Acordos Sem Concessões*. Projeto de Negociação da Harvard Law School. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005.

WALTON, Douglas N. *Lógica Informal: Manual de Argumentação Crítica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WATKIN, Michael. *Negociação*. Harvard Business Essentials. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. *Sociologia*. (COHN, Gabriel. Org.; FERNANDES, Florestan. Coord.). Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7. ed. 5. impr. São Paulo: Ática, 2003.

ANEXOS

Observação: Excertos extraídos do original em português de Portugal.
(As adaptações quanto à formatação dos textos são nossas).

ANEXO 1: VISITA AO CONGRESSO DOS EUA

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO A CUBA, AOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA E VISITA À SEDE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
(19-28 DE SETEMBRO DE 2015)
VISITA AO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
DISCURSO DO SANTO PADRE

Washington, Capitólio Quinta-feira, 24 de Setembro de 2015

Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente da Câmara dos Representantes, Distintos
Membros do Congresso, Queridos Amigos!

Sinto-me muito grato pelo convite para falar a esta Assembleia Plenária do Congresso «na terra dos livres e casa dos valorosos». Apraz-me pensar que o motivo para isso tenha sido o facto de também eu ser um filho deste grande continente, do qual muito recebemos todos nós e relativamente ao qual partilhamos uma responsabilidade comum.

Cada filho ou filha duma determinada nação tem uma missão, uma responsabilidade pessoal e social. A vossa responsabilidade própria de membros do Congresso é fazer com que este país, através da vossa actividade legislativa, cresça como nação. Vós sois o rosto deste povo, os seus representantes. Sois chamados a salvaguardar e garantir a dignidade dos vossos concidadãos na busca incansável e exigente do bem comum, que é o fim de toda a política.

Uma sociedade política dura no tempo quando, como uma vocação, se esforça por satisfazer as carências comuns, estimulando o crescimento de todos os seus membros, especialmente aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade ou risco. A actividade legislativa

baseia-se sempre no cuidado das pessoas. Para isso fostes convidados, chamados e convocados por aqueles que vos elegeram.

O vosso trabalho lembra-me, sob dois aspectos, a figura de Moisés. Por um lado, o patriarca e legislador do povo de Israel simboliza a necessidade que têm os povos de manter vivo o seu sentido de unidade com os instrumentos duma legislação justa. Por outro, a figura de Moisés leva-nos directamente a Deus e, por consequência, à dignidade transcendente do ser humano. Moisés oferece-nos uma boa síntese do vosso trabalho: a vós, pede-se para proteger, com os instrumentos da lei, a imagem e semelhança moldadas por Deus em cada rosto humano.

Nesta perspectiva, hoje queria dirigir-me não só a vós mas, através de vós, a todo o povo dos Estados Unidos. Aqui, juntamente com os seus representantes, queria aproveitar esta oportunidade para dialogar com tantos milhares de homens e mulheres que se esforçam diariamente por cumprir uma honesta jornada de trabalho, por trazer para casa o pão de cada dia, por poupar qualquer dólar e – passo a passo – construir uma vida melhor para as suas famílias. São homens e mulheres que não se preocupam apenas com pagar os impostos, mas – na forma discreta que os caracteriza – sustentam a vida da sociedade. Geram solidariedade com as suas actividades e criam organizações que ajudam quem tem mais necessidade.

Queria também entrar em diálogo com as numerosas pessoas idosas que são um depósito de sabedoria forjada pela experiência e que procuram de muito modos, especialmente através do voluntariado, partilhar as suas histórias e experiências. Sei que muitas delas estão aposentadas, mas ainda activas e continuam a empenhar-se na construção deste país. Desejo também dialogar com todos os jovens que lutam por realizar as suas grandes e nobres aspirações, que não se deixam extraviar por propostas superficiais e que enfrentam situações difíceis, tantas vezes resultantes da imaturidade de muitos adultos. Queria dialogar com todos vós, e desejo fazê-lo através da memória histórica do vosso povo.

A minha visita tem lugar num momento em que homens e mulheres de boa vontade estão a celebrar o aniversário de alguns americanos famosos. Apesar da complexidade da história e da realidade da fraqueza humana, estes homens e mulheres foram capazes, com todas as suas diferenças e limitações, de construir um futuro melhor com trabalho duro e sacrifício pessoal – alguns à custa da própria vida. Deram forma a valores fundamentais, que permanecerão para sempre no espírito do povo americano. Um povo com este espírito pode atravessar muitas crises, tensões e conflitos, já que sempre conseguirá encontrar a força para ir avante e fazê-lo com dignidade. Estes homens e mulheres dão-nos uma possibilidade de ver e interpretar a realidade. Ao honrar a sua memória, somos estimulados, mesmo no meio de conflitos, na vida concreta de cada dia, a haurir das nossas mais profundas reservas culturais.

Queria mencionar quatro destes americanos: Abraham Lincoln, Martin Luther King, Dorothy Day e Thomas Merton.

Este ano completam-se cento e cinquenta anos do assassinato do Presidente Abraham Lincoln, o guardião da liberdade, que trabalhou incansavelmente para que «esta nação, com a protecção de Deus, pudesse ter um renascimento de liberdade». Construir um futuro de

liberdade requer amor pelo bem comum e colaboração num espírito de subsidiariedade e solidariedade.

Todos estamos plenamente cientes e também profundamente preocupados com a situação social e política inquietante do mundo actual. O nosso mundo torna-se cada vez mais um lugar de conflitos violentos, ódios e atrocidade brutais, cometidos até mesmo em nome de Deus e da religião. Sabemos que nenhuma religião está imune de formas de engano individual ou de extremismo ideológico. Isto significa que devemos prestar especial atenção a qualquer forma de fundamentalismo, tanto religioso como de qualquer outro género. É necessário um delicado equilíbrio para se combater a violência perpetrada em nome duma religião, duma ideologia ou dum sistema económico, enquanto, ao mesmo tempo, se salvaguarda a liberdade religiosa, a liberdade intelectual e as liberdades individuais. Mas há outra tentação de que devemos acautelar-nos: o reducionismo simplista que só vê bem ou mal, ou, se quiserdes, justos e pecadores. O mundo contemporâneo, com as suas feridas abertas que tocam muitos dos nossos irmãos e irmãs, exige que enfrentemos toda a forma de polarização que o possa dividir entre estes dois campos. Sabemos que, na ânsia de nos libertar do inimigo externo, podemos ser tentados a alimentar o inimigo interno. Imitar o ódio e a violência dos tiranos e dos assassinos é o modo melhor para ocupar o seu lugar. Isto é algo que vós, como povo, rejeitais.

Pelo contrário, a nossa resposta deve ser uma resposta de esperança e cura, de paz e justiça. É nos pedido para fazermos apelo à coragem e à inteligência, a fim de se resolverem as muitas crises económicas e geopolíticas de hoje. Até mesmo num mundo desenvolvido aparecem demasiado evidentes os efeitos de estruturas e acções injustas. Os nossos esforços devem concentrar-se em restaurar a paz, remediar os erros, manter os compromissos, e assim promover o bem-estar dos indivíduos e dos povos. Devemos avançar juntos, como um só, num renovado espírito de fraternidade e solidariedade, colaborando generosamente para o bem comum.

Os desafios, que hoje enfrentamos, requerem uma renovação deste espírito de colaboração, que produziu tantas coisas boas na história dos Estados Unidos. A complexidade, a gravidade e a urgência destes desafios exigem que ponhamos a render os nossos recursos e talentos e nos decidamos a apoiar-nos mutuamente, respeitando as diferenças e convicções de consciência.

Nesta terra, as várias denominações religiosas deram uma grande ajuda na construção e fortalecimento da sociedade. É importante que hoje, como no passado, a voz da fé continue a ser ouvida, porque é uma voz de fraternidade e de amor que procura fazer surgir o melhor em cada pessoa e em cada sociedade. Esta cooperação é um poderoso recurso na luta por eliminar as novas formas globais de escravidão, nascidas de graves injustiças que só podem ser superadas com novas políticas e novas formas de consenso social.

Penso aqui na história política dos Estados Unidos, onde a democracia está profundamente radicada no espírito do povo americano. Qualquer actividade política deve servir e promover o bem da pessoa humana e estar baseada no respeito pela dignidade de cada um. «Consideramos evidentes, por si mesmas, estas verdades: que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que, entre estes, estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade» (Declaração de Independência, 4 de Julho de 1776). Se a política deve estar verdadeiramente ao serviço da pessoa humana, segue-se que não

pode estar submetida à economia e às finanças. É que a política é expressão da nossa insuprível necessidade de vivermos juntos em unidade, para podermos construir unidos o bem comum maior: uma comunidade que sacrifique os interesses particulares para poder partilhar, na justiça e na paz, os seus benefícios, os seus interesses, a sua vida social. Não subestimo as dificuldades que isto implica, mas encorajo-vos neste esforço.

Penso também na marcha que Martin Luther King guiou de Selma a Montgomery, há cinquenta anos, como parte da campanha para conseguir o seu «sonho» de plenos direitos civis e políticos para os afro-americanos. Aquele sonho continua a inspirar-nos. Alegro-me por a América continuar a ser, para muitos, uma terra de «sonhos»: sonhos que levam à acção, à participação, ao compromisso; sonhos que despertam o que há de mais profundo e verdadeiro na vida das pessoas. Nos últimos séculos, milhões de pessoas chegaram a esta terra perseguindo o sonho de construírem um futuro em liberdade. Nós, pessoas deste continente, não temos medo dos estrangeiros, porque outrora muitos de nós éramos estrangeiros. Digo-vos isto como filho de imigrantes, sabendo que também muitos de vós sois descendentes de imigrantes. Tragicamente, os direitos daqueles que estavam aqui, muito antes de nós, nem sempre foram respeitados. Por aqueles povos e as suas nações, desejo, a partir do coração da democracia americana, reafirmar a minha mais alta estima e consideração. Aqueles primeiros contactos foram muitas vezes tumultuosos e violentos, mas é difícil julgar o passado com os critérios do presente. Todavia, quando o estrangeiro no nosso meio nos interpela, não devemos repetir os pecados e os erros do passado. Devemos decidir viver agora o mais nobre e justamente possível e, de igual modo, formar as novas gerações para não virarem as costas ao seu «próximo» e a tudo aquilo que nos rodeia. Construir uma nação pede-nos para reconhecer que devemos constantemente relacionar-nos com os outros, rejeitando uma mentalidade de hostilidade para se adoptar uma subsidiariedade recíproca, num esforço constante de contribuir com o melhor de nós. Tenho confiança que o conseguiremos.

O nosso mundo está a enfrentar uma crise de refugiados de tais proporções que não se via desde os tempos da II Guerra Mundial. Esta realidade coloca-nos diante de grandes desafios e decisões difíceis. Também neste continente, milhares de pessoas sentem-se impelidas a viajar para o Norte à procura de melhores oportunidades. Porventura não é o que queríamos para os nossos filhos? Não devemos deixar-nos assustar pelo seu número, mas antes olhá-los como pessoas, fixando os seus rostos e ouvindo as suas histórias, procurando responder o melhor que pudermos às suas situações. Uma resposta que seja sempre humana, justa e fraterna. Devemos evitar uma tentação hoje comum: descartar quem quer que se demonstre problemático. Lembremo-nos da regra de ouro: «O que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles» (Mt 7, 12).

Esta norma aponta-nos uma direcção clara. Tratem os outros com a mesma paixão e compaixão com que desejamos ser tratados. Procuremos para os outros as mesmas possibilidades que buscamos para nós mesmos. Ajudemos os outros a crescer, como quereríamos ser ajudados nós mesmos. Em suma, se queremos segurança, demos segurança; se queremos vida, demos vida; se queremos oportunidades, providenciemos oportunidades. A medida que usarmos para os outros será a medida que o tempo usará para conosco. A regra de ouro põe-nos diante também da nossa responsabilidade de proteger e defender a vida humana em todas as fases do seu desenvolvimento.

Esta convicção levou-me, desde o início do meu ministério, a sustentar a vários níveis a abolição global da pena de morte. Estou convencido de que esta seja a melhor via, já que cada vida é sagrada, cada pessoa humana está dotada duma dignidade inalienável, e a sociedade só pode beneficiar da reabilitação daqueles que são condenados por crimes.

Recentemente, os meus irmãos bispos aqui nos Estados Unidos renovaram o seu apelo pela abolição da pena de morte. Não só os apoio, mas encorajo também todos aqueles que estão convencidos de que uma punição justa e necessária nunca deve excluir a dimensão da esperança e o objectivo da reabilitação.

Nestes tempos em que as preocupações sociais são tão importantes, não posso deixar de mencionar a Serva de Deus Dorothy Day, que fundou o Catholic Worker Movement. O seu compromisso social, a sua paixão pela justiça e pela causa dos oprimidos estavam inspirados pelo Evangelho, pela sua fé e o exemplo dos Santos.

Quanto estrada percorrida neste campo em tantas partes do mundo! Quanto se fez nestes primeiros anos do terceiro milénio para fazer sair as pessoas da pobreza extrema! Sei que partilhais a minha convicção de que se tem de fazer ainda muito mais e de que, em tempos de crise e dificuldade económica, não se deve perder o espírito de solidariedade global. Ao mesmo tempo, desejo encorajar-vos a não esquecer todas as pessoas à nossa volta encastradas nas espirais da pobreza. Há necessidade de dar esperança também a elas. A luta contra a pobreza e a fome deve ser travada com constância nas suas múltiplas frentes, especialmente nas suas causas. Sei que hoje, como no passado, muitos americanos estão a trabalhar para enfrentar este problema.

Naturalmente uma grande parte deste esforço situa-se na criação e distribuição de riqueza. A utilização correcta dos recursos naturais, a aplicação apropriada da tecnologia e a capacidade de

orientar devidamente o espírito empresarial são elementos essenciais duma economia que procura ser moderna, inclusiva e sustentável. «A actividade empresarial, que é uma nobre vocação orientada para produzir riqueza e melhorar o mundo para todos, pode ser uma maneira muito fecunda de promover a região onde instala os seus empreendimentos, sobretudo se pensa que a criação de postos de trabalho é parte imprescindível do seu serviço ao bem comum» (Enc. *Laudato si'*, 129). Este bem comum inclui também a terra, tema central da Encíclica que escrevi, recentemente, para «entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum» (ibid., 3). «Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós» (ibid., 14).

Na encíclica *Laudato si'*, exorto a um esforço corajoso e responsável para «mudar de rumo» (ibid., 61) e evitar os efeitos mais sérios da degradação ambiental causada pela actividade humana. Estou convencido de que podemos fazer a diferença e não tenho dúvida alguma de que os Estados Unidos – e este Congresso – têm um papel importante a desempenhar. Agora é o momento de empreender acções corajosas e estratégias tendentes a implementar uma «cultura do cuidado» (ibid., 231) e «uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza» (ibid., 139). Temos a liberdade necessária para limitar e orientar a tecnologia (cf. ibid., 112), para individuar modos inteligentes de «orientar, cultivar e limitar o nosso poder» (ibid., 78) e colocar a tecnologia «ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social,

mais integral» (ibid., 112). A este respeito, confio que as instituições americanas de investigação e académicas poderão dar um contributo vital nos próximos anos.

Um século atrás, no início da I Grande Guerra que o Papa Bento XV definiu «massacre inútil», nascia outro americano extraordinário: o monge cisterciense Thomas Merton. Ele continua a ser uma fonte de inspiração espiritual e um guia para muitas pessoas. Na sua autobiografia, deixou escrito: «Vim ao mundo livre por natureza, imagem de Deus; mas eu era prisioneiro da minha própria violência e do meu egoísmo, à imagem do mundo onde nascera. Aquele mundo era o retrato do Inferno, cheio de homens como eu, que amam a Deus e contudo odeiam-No; nascidos para O amar, mas vivem no medo de desejos desesperados e contraditórios». Merton era, acima de tudo, homem de oração, um pensador que desafiou as certezas do seu tempo e abriu novos horizontes para as almas e para a Igreja. Foi também homem de diálogo, um promotor de paz entre povos e religiões.

Nesta perspectiva de diálogo, gostaria de saudar os esforços que se fizeram nos últimos meses para procurar superar as diferenças históricas ligadas a episódios dolorosos do passado. É meu dever construir pontes e ajudar, por todos os modos possíveis, cada homem e cada mulher a fazerem o mesmo. Quando nações que estiveram em desavença retomam o caminho do diálogo – um diálogo que poderá ter sido interrompido pelas mais válidas razões –, abrem-se novas oportunidades para todos. Isto exigiu, e exige, coragem e audácia, o que não significa irresponsabilidade. Um bom líder político é aquele que, tendo em conta os interesses de todos, lê o momento presente com espírito de abertura e sentido prático. Um bom líder político não cessa de optar mais por «iniciar processos do que possuir espaços» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 222- 223).

Estar ao serviço do diálogo e da paz significa também estar verdadeiramente determinado a reduzir e, a longo prazo, pôr termo a tantos conflitos armados em todo o mundo. Aqui devemos interrogar-nos: Por que motivo se vendem armas letais àqueles que têm em mente infligir sofrimentos inexprimíveis a indivíduos e sociedade? Infelizmente a resposta, como todos sabemos,

é apenas esta: por dinheiro; dinheiro que está impregnado de sangue, e muitas vezes sangue inocente. Perante este silêncio vergonhoso e culpável, é nosso dever enfrentar o problema e deter o comércio de armas.

Três filhos e uma filha desta terra, quatro indivíduos e quatro sonhos: Lincoln, a liberdade; Martin Luther King, a liberdade na pluralidade e não-exclusão; Dorothy Day, a justiça social e os direitos das pessoas; e Thomas Merton, capacidade de diálogo e abertura a Deus.

Quatro representantes do povo americano.

Concluirei a minha visita ao vosso país em Filadélfia, onde participarei no Encontro Mundial das Famílias. É meu desejo que, durante toda a minha visita, a família seja um tema recorrente. Como foi essencial a família na construção deste país! E como merece ainda o nosso apoio e encorajamento! E todavia não posso esconder a minha preocupação pela família, que está ameaçada, talvez como nunca antes, de dentro e de fora. As relações fundamentais foram postas em discussão, bem como o próprio fundamento do matrimónio e da família. Posso apenas repropor a importância e sobretudo a riqueza e a beleza da vida familiar.

Em particular quereria chamar a atenção para os membros da família que são os mais vulneráveis: os jovens. Para muitos deles anuncia-se um futuro cheio de tantas possibilidades, mas muitos outros parecem desorientados e sem uma meta, encastrados num labirinto sem esperança, marcado por violências, abusos e desespero. Os seus problemas são os nossos

problemas. Não podemos evitá-los. É necessário enfrentá-los juntos, falar deles e procurar soluções eficazes em vez de ficar empantanados nas discussões. Correndo o risco de simplificar, poderemos dizer que vivemos numa cultura que impele os jovens a não formarem uma família, porque lhes faltam possibilidades para o futuro. Mas esta mesma cultura apresenta a outros tantas opções que também eles são dissuadidos de formar uma família.

Uma nação pode ser considerada grande, quando defende a liberdade, como fez Lincoln; quando promove uma cultura que permita às pessoas «sonhar» com plenos direitos para todos os seus irmãos e irmãs, como procurou fazer Martin Luther King; quando luta pela justiça e pela causa dos oprimidos, como fez Dorothy Day com o seu trabalho incansável, fruto duma fé que se torna diálogo e semeia paz no estilo contemplativo de Thomas Merton.

Nestas notas, procurei apresentar algumas das riquezas do vosso património cultural, do espírito do povo americano. Faço votos de que este espírito continue a desenvolver-se e a crescer de tal modo que o maior número possível de jovens possa herdar e habitar numa terra que inspirou tantas pessoas a sonhar.

Deus abençoe a América!

Palavras pronunciadas pelo Papa, no terraço do Congresso

Bom-dia a todos vós! Agradeço a vossa recepção e a vossa presença. Agradeço às personagens mais importantes que aqui estão: as crianças. Quero pedir a Deus que vos abençoe: «Senhor, Pai de todos nós, abençoei este povo, abençoei a cada um deles, abençoei as suas famílias, concedei-lhes aquilo de que mais necessitam». Peço-vos, por favor, que rezeis por mim. E, se houver entre vós alguém que não crê ou não pode rezar, peço-lhe, por favor, que me deseje coisas boas. Obrigado! Muito obrigado! Deus abençoe a América!

Fonte: Adaptado do Serviço de Informação da Santa Sé, Vaticano, Roma, Itália. Mantido português original de Portugal. Acesso em 05/11/2016.

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2015/outside/documents/papa-francesco-cuba-usa-onu-2015.html>.

ANEXO 2: CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*

CARTA ENCÍCLICA - *LAUDATO SI'* DO SANTO PADRE FRANCISCO - SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM (24 de maio de 2015)

1. « *LAUDATO SI'*, mi' Signore – Louvado sejas, meu Senhor», cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: «Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras».[1]

2. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que «geme e sofre as dores do parto» (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos.

Nada deste mundo nos é indiferente

3. Mais de cinquenta anos atrás, quando o mundo estava oscilando sobre o fio duma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz. Dirigiu a sua mensagem *Pacem in terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: e a todas as pessoas de boa vontade. Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum.

4. Oito anos depois da *Pacem in terris*, em 1971, o Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, apresentando-a como uma crise que é «consequência dramática» da actividade descontrolada do ser humano: «Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação».[2] E, dirigindo-se à FAO, falou da possibilidade duma «catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial», sublinhando a «necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade», porque «os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento económico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem».[3]

5. São João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema. Na sua primeira encíclica, advertiu que o ser humano parece «não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos».[4] Mais tarde, convidou a uma conversão ecológica global.[5] Entretanto fazia notar o pouco empenho que se põe em «salvaguardar as condições morais de uma autêntica ecologia humana».[6] A destruição do ambiente humano é um facto muito grave,

porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas «nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades».[7] O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e «ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado».[8] Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus.[9]

6. O meu predecessor, Bento XVI, renovou o convite a «eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente».[10] Lembrou que o mundo não pode ser analisado concentrando-se apenas sobre um dos seus aspectos, porque «o livro da natureza é uno e indivisível», incluindo, entre outras coisas, o ambiente, a vida, a sexualidade, a família, as relações sociais. É que «a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana».[11] O Papa Bento XVI propôs-nos reconhecer que o ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável; o próprio ambiente social tem as suas chagas. Mas, fundamentalmente, todas elas se ficam a dever ao mesmo mal, isto é, à ideia de que não existem verdades indiscutíveis a guiar a nossa vida, pelo que a liberdade humana não tem limites. Esquece-se que «o homem não é apenas uma liberdade que se cria por si própria. O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza».[12] Com paterna solicitude, convidou-nos a reconhecer que a criação resulta comprometida «onde nós mesmos somos a última instância, onde o conjunto é simplesmente nossa propriedade e onde o consumimos somente para nós mesmos. E o desperdício da criação começa onde já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemo-nos unicamente a nós mesmos».[13]

Unidos por uma preocupação comum

7. Estas contribuições dos Papas recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões. Mas não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito. Apenas para dar um exemplo particularmente significativo, quero retomar brevemente parte da contribuição do amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu, com quem partilhamos a esperança da plena comunhão eclesial.

8. O Patriarca Bartolomeu tem-se referido particularmente à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o planeta, porque «todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos», somos chamados a reconhecer «a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente».[14] Sobre este ponto, ele pronunciou-se repetidamente, de maneira firme e encorajadora, convidando-nos a reconhecer os pecados contra a criação: «Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado».[15] Porque «um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus».[16]

9. Ao mesmo tempo Bartolomeu chamou a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica mas também numa mudança do ser humano; caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas. Propôs-nos passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que «significa aprender a dar, e não

simplesmente renunciar. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência».[17] Além disso nós, cristãos, somos chamados a «aceitar o mundo como sacramento de comunhão, como forma de partilhar com Deus e com o próximo numa escala global. É nossa humilde convicção que o divino e o humano se encontram no menor detalhe da túnica inconsútil da criação de Deus, mesmo no último grão de poeira do nosso planeta».[18]

São Francisco de Assis

10. Não quero prosseguir esta encíclica sem invocar um modelo belo e motivador. Tomei o seu nome por guia e inspiração, no momento da minha eleição para Bispo de Roma. Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade. É o santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia, amado também por muitos que não são cristãos. Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior.

11. O seu testemunho mostra-nos também que uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exactas ou da biologia e nos põem em contacto com a essência do ser humano. Tal como acontece a uma pessoa quando se enamora por outra, a reacção de Francisco, sempre que olhava o sol, a lua ou os minúsculos animais, era cantar, envolvendo no seu louvor todas as outras criaturas. Entrava em comunicação com toda a criação, chegando mesmo a pregar às flores «convidando-as a louvar o Senhor, como se gozassem do dom da razão».[19] A sua reacção ultrapassava de longe uma mera avaliação intelectual ou um cálculo económico, porque, para ele, qualquer criatura era uma irmã, unida a ele por laços de carinho. Por isso, sentia-se chamado a cuidar de tudo o que existe. São Boaventura, seu discípulo, contava que ele, «enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas – por mais desprezíveis que parecessem – o doce nome de irmãos e irmãs».[20] Esta convicção não pode ser desvalorizada como romantismo irracional, pois influi nas opções que determinam o nosso comportamento. Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. Pelo contrário, se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude. A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objecto de uso e domínio.

12. Por outro lado, São Francisco, fiel à Sagrada Escritura, propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido onde Deus nos fala e transmite algo da sua beleza e bondade: «Na grandeza e na beleza das criaturas, contempla-se, por analogia, o seu Criador» (Sab 13, 5) e «o que é invisível n'Ele – o seu eterno poder e divindade – tornou-se visível à inteligência, desde a criação do mundo, nas suas obras» (Rm 1, 20). Por isso, Francisco pedia que, no convento, se deixasse sempre uma parte do horto por cultivar para aí crescerem as ervas silvestres, a fim de que, quem as admirasse, pudesse elevar o seu pensamento a Deus, autor de tanta beleza.[21] O mundo é algo mais do que um problema a resolver; é um mistério gozoso que contemplamos na alegria e no louvor.

O meu apelo

13. O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.

14. Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na consciencialização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal. Como disseram os bispos da África do Sul, «são necessários os talentos e o envolvimento de todos para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus».[22] Todos podemos colaborar, como instrumentos de Deus, no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades.

15. Espero que esta carta encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente. Em primeiro lugar, farei uma breve resenha dos vários aspectos da actual crise ecológica, com o objectivo de assumir os melhores frutos da pesquisa científica actualmente disponível, deixar-se tocar por ela em profundidade e dar uma base concreta ao percurso ético e espiritual seguido. A partir desta panorâmica, retomarei algumas argumentações que derivam da tradição judaico-cristã, a fim de dar maior coerência ao nosso compromisso com o meio ambiente. Depois procurarei chegar às raízes da situação actual, de modo a individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas. Poderemos assim propor uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia. À luz desta reflexão, quereria dar mais um passo, verificando algumas das grandes linhas de diálogo e de acção que envolvem seja cada um de nós seja a política internacional. Finalmente, convencido – como estou – de que toda a mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo, proporei algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã.

16. Embora cada capítulo tenha a sua temática própria e uma metodologia específica, o sucessivo retoma por sua vez, a partir duma nova perspectiva, questões importantes abordadas nos capítulos anteriores. Isto diz respeito especialmente a alguns eixos que atravessam a encíclica inteira. Por exemplo: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida. Estes temas nunca se dão por encerrados nem se abandonam, mas são constantemente retomados e enriquecidos.

(...)

Nada deste mundo nos é indiferente

3. Mais de cinquenta anos atrás, quando o mundo estava oscilando sobre o fio duma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz. Dirigiu a sua mensagem *Pacem in terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: e a todas as pessoas de boa vontade. Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum. (Página 1 de 76)

(...) O meu apelo

13. O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos. (Página 4 de 76)

(...) Poluição, resíduos e cultura do descarte

20. Existem formas de poluição que afectam diariamente as pessoas. A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras. Adoecem, por exemplo, por causa da inalação de elevadas quantidades de fumo produzido pelos combustíveis utilizados para cozinhar ou aquecer-se. A isto vem juntar-se a poluição que afecta a todos, causada pelo transporte, pelos fumos da indústria, pelas descargas de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, pelos fertilizantes, insecticidas, fungicidas, pesticidas e agrotóxicos em geral. Na realidade a tecnologia, que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros. (Página 6 de 76)

(...) 2. A questão da água

27. Outros indicadores da situação actual têm a ver com o esgotamento dos recursos naturais. É bem conhecida a impossibilidade de sustentar o nível actual de consumo dos países mais desenvolvidos e dos sectores mais ricos da sociedade, onde o hábito de desperdiçar e jogar fora atinge níveis inauditos. Já se ultrapassaram certos limites máximos de exploração do planeta, sem termos resolvido o problema da pobreza. (Página 8 de 76)

(...) 1. O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional

164. Desde meados do século passado e superando muitas dificuldades, foi-se consolidando a tendência de conceber o planeta como pátria e a humanidade como povo que habita uma casa comum. Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afectam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projecto comum. Mas, a mesma inteligência que foi utilizada para um enorme desenvolvimento tecnológico não consegue encontrar formas eficazes de gestão internacional para resolver as graves dificuldades ambientais e sociais. Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com acções de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável. (Página 45 de 76)

(...) 173. Urgem acordos internacionais que se cumpram, dada a escassa capacidade das instâncias locais para intervirem de maneira eficaz. As relações entre os Estados devem salvaguardar a soberania de cada um, mas também estabelecer caminhos consensuais para evitar catástrofes locais que acabariam por danificar a todos. São necessários padrões reguladores globais que imponham obrigações e impeçam acções inaceitáveis, como o facto de países poderosos descarregarem, sobre outros países, resíduos e indústrias altamente poluentes. (Página 47 de 76).

(...) 2. O diálogo para novas políticas nacionais e locais

176. Há vencedores e vencidos não só entre os países, mas também dentro dos países pobres, onde se devem identificar as diferentes responsabilidades. Por isso, as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento económico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais.

177. Perante a possibilidade duma utilização irresponsável das capacidades humanas, são funções inadiáveis de cada Estado planificar, coordenar, vigiar e sancionar dentro do respectivo território. Como pode a sociedade organizar e salvaguardar o seu futuro num contexto de constantes inovações tecnológicas? Um factor que actua como moderador efectivo é o direito, que estabelece as regras para as condutas permitidas à luz do bem comum. Os limites que uma sociedade sã, madura e soberana deve impor têm a ver com previsão e precaução, regulamentações adequadas, vigilância sobre a aplicação das normas, contraste da corrupção, acções de controle operacional sobre o aparecimento de efeitos não desejados dos processos de produção, e oportuna intervenção perante riscos incertos ou potenciais. Existe uma crescente jurisprudência que visa reduzir os efeitos poluentes dos empreendimentos. Mas a estrutura política e institucional não existe apenas para evitar malversações, mas para incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e colectivas.

178. O drama duma política focalizada nos resultados imediatos, apoiada também por populações consumistas, torna necessário produzir crescimento a curto prazo. Respondendo a interesses eleitorais, os governos não se aventuram facilmente a irritar a população com medidas que possam afectar o nível de consumo ou pôr em risco investimentos estrangeiros. A construção míope do poder frena a inserção duma agenda ambiental com visão ampla na agenda pública dos governos. Esquece-se, assim, que «o tempo é superior ao espaço»[130] e que sempre somos mais fecundos quando temos maior preocupação por gerar processos do que por dominar espaços de poder. A grandeza política mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo. O poder político tem muita dificuldade em assumir este dever num projecto de nação. (Página 49 de 76).

180. Não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região. Também é verdade que o realismo político pode exigir medidas e tecnologias de transição, desde que estejam acompanhadas pelo projecto e a aceitação de compromissos graduais vinculativos.

(...) 3. Diálogo e transparência nos processos decisórios

182. A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projectos requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projecto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo. (Página 49 de 76)

3. A conversão ecológica

216. [...] Não se trata tanto de propor ideias, como sobretudo falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo. Com efeito, não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrinas, sem uma mística que nos anima, sem «uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à acção pessoal e comunitária».

217. Se «os desertos exteriores se multiplicam no mundo, porque os desertos interiores se tornaram tão amplos», [152] a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior. Entretanto temos de reconhecer também que alguns cristãos, até comprometidos e piedosos, com o pretexto do realismo pragmático frequentemente se burlam das preocupações pelo meio ambiente. Outros são passivos, não se decidem a mudar os seus hábitos e tornam-se incoerentes. Falta-lhes, pois, uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa. [...]

III. O bem comum e a paz social

220. Em cada nação, os habitantes desenvolvem a dimensão social da sua vida, configurando-se como cidadãos responsáveis dentro de um povo e não como massa arrastada pelas forças dominantes. Lembremo-nos que «ser cidadão fiel é uma virtude, e a participação na vida política é uma obrigação moral». [180] Mas, tornar-se um povo é algo mais, exigindo um processo constante no qual cada nova geração está envolvida. É um trabalho lento e árduo que exige querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme.

221. Para avançar nesta construção de um povo em paz, justiça e fraternidade, há quatro princípios relacionados com tensões bipolares próprias de toda a realidade social. Derivam dos grandes postulados da Doutrina Social da Igreja, que constituem o «primeiro e fundamental parâmetro de referência para a interpretação e o exame dos fenómenos sociais». [181] À luz deles, desejo agora propor estes quatro princípios que orientam especificamente o desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo onde as diferenças se harmonizam dentro de um projecto comum. Faço-o na convicção de que a sua aplicação pode ser um verdadeiro caminho para a paz dentro de cada nação e no mundo inteiro.

O tempo é superior ao espaço

222. Existe uma tensão bipolar entre a plenitude e o limite. A plenitude gera a vontade de possuir tudo, e o limite é o muro que nos aparece pela frente. O «tempo», considerado em sentido amplo, faz referência à plenitude como expressão do horizonte que se abre diante de nós, e o momento é expressão do limite que se vive num espaço circunscrito. Os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai. Daqui surge um primeiro princípio para progredir na construção de um povo: o tempo é superior ao espaço.

223. Este princípio permite trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos. Ajuda a suportar, com paciência, situações difíceis e hostis ou as mudanças de planos que o dinamismo da realidade impõe. É um convite a assumir a tensão entre plenitude e limite, dando prioridade ao tempo. Um dos pecados que, às vezes, se nota na actividade sociopolítica é privilegiar os espaços de poder em vez dos tempos dos processos. Dar prioridade ao espaço leva-nos a proceder como loucos para resolver tudo no momento presente, para tentar tomar posse de todos os espaços de poder e autoafirmação. É cristalizar os processos e pretender pará-los. Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e transforma-os em elos duma cadeia em constante crescimento, sem marcha atrás. Trata-se de privilegiar as acções que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes. Sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes.

224. Às vezes interrogo-me sobre quais são as pessoas que, no mundo actual, se preocupam realmente mais com gerar processos que construam um povo do que com obter resultados imediatos que produzam ganhos políticos fáceis, rápidos e efémeros, mas que não constroem a plenitude humana. A história julgá-los-á talvez com aquele critério enunciado por Romano Guardini: «O único padrão para avaliar justamente uma época é perguntar-se até que ponto, nela, se desenvolve e alcança uma autêntica razão de ser a plenitude da existência humana, de acordo com o carácter peculiar e as possibilidades da dita época». [182]

A unidade prevalece sobre o conflito

226. O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceitado. Mas, se ficamos encurralados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade.

227. Perante o conflito, alguns limitam-se a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam-se as mãos para poder continuar com a sua vida. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projectam nas instituições as suas próprias confusões e insatisfações e, assim, a unidade torna-se impossível. Mas há uma terceira forma, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo. «Felizes os pacificadores» (Mt 5, 9)!

228. Deste modo, torna-se possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida. Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste.

A realidade é mais importante do que a ideia

231. Existe também uma tensão bipolar entre a ideia e a realidade: a realidade simplesmente é, a ideia elabora-se. Entre as duas, deve estabelecer-se um diálogo constante, evitando que a ideia acabe por separar-se da realidade. É perigoso viver no reino só da palavra, da imagem, do sofisma. Por isso, há que postular um terceiro princípio: a realidade é superior à ideia. Isto supõe evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projectos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria.

232. A ideia – as elaborações conceituais – está ao serviço da captação, compreensão e condução da realidade. A ideia desligada da realidade dá origem a idealismos e nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam ou definem, mas não empenham. O que empenha é a realidade iluminada pelo raciocínio. É preciso passar do nominalismo formal à objectividade harmoniosa. Caso contrário, manipula-se a verdade, do mesmo modo que se substitui a ginástica pela cosmética.[185] Há políticos – e também líderes religiosos – que se interrogam porque motivo o povo não os compreende nem segue, se as suas propostas são tão lógicas e claras. Possivelmente é porque se instalaram no reino das puras ideias e reduziram a política ou a fé à retórica; outros esqueceram a simplicidade e importaram de fora uma racionalidade alheia à gente.

233. A realidade é superior à ideia. [...]

O todo é superior à parte

234. Entre a globalização e a localização também se gera uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha quotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstracto e globalizante, miméticos passageiros do carro de apoio, admirando os fogos de artifício do mundo, que é de outros, com a boca aberta e aplausos programados; o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de eremitas localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras.

235. O todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar. É necessário mergulhar as raízes

na terra fértil e na história do próprio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla. Da mesma forma, uma pessoa que conserva a sua peculiaridade pessoal e não esconde a sua identidade, quando se integra cordialmente numa comunidade não se aniquila, mas recebe sempre novos estímulos para o seu próprio desenvolvimento. Não é a esfera global que aniquila, nem a parte isolada que esteriliza.

236. Aqui o modelo não é a esfera, pois não é superior às partes e, nela, cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro. O modelo é o poliedro, que reflecte a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. Tanto a acção pastoral como a acção política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um. Ali entram os pobres com a sua cultura, os seus projectos e as suas próprias potencialidades. Até mesmo as pessoas que possam ser criticadas pelos seus erros, têm algo a oferecer que não se deve perder. É a união dos povos, que, na ordem universal, conservam a sua própria peculiaridade; é a totalidade das pessoas numa sociedade que procura um bem comum que verdadeiramente incorpore a todos.

[...]

240. O cuidado e a promoção do bem comum da sociedade compete ao Estado.[188] Este, com base nos princípios de subsidiariedade e solidariedade e com um grande esforço de diálogo político e criação de consensos, desempenha um papel fundamental – que não pode ser delegado – na busca do desenvolvimento integral de todos. Este papel exige, nas circunstâncias actuais, uma profunda humildade social.

241. No diálogo com o Estado e com a sociedade, a Igreja não tem soluções para todas as questões específicas. Mas, juntamente com as várias forças sociais, acompanha as propostas que melhor correspondam à dignidade da pessoa humana e ao bem comum. Ao fazê-lo, propõe sempre com clareza os valores fundamentais da existência humana, para transmitir convicções que possam depois traduzir-se em acções políticas.

O diálogo entre a fé, a razão e as ciências

242. O diálogo entre ciência e fé também faz parte da acção evangelizadora que favorece a paz.[189] O cientificismo e o positivismo recusam-se a «admitir, como válidas, formas de conhecimento distintas daquelas que são próprias das ciências positivas».[190] A Igreja propõe outro caminho, que exige uma síntese entre um uso responsável das metodologias próprias das ciências empíricas e os outros saberes como a filosofia, a teologia, e a própria fé que eleva o ser humano até ao mistério que transcende a natureza e a inteligência humana. A fé não tem medo da razão; pelo contrário, procura-a e tem confiança nela, porque «a luz da razão e a luz da fé provêm ambas de Deus»,[191] e não se podem contradizer entre si. [...] Toda a sociedade pode ser enriquecida através deste diálogo que abre novos horizontes ao pensamento e amplia as possibilidades da razão. Também este é um caminho de harmonia e pacificação.

243. A Igreja não pretende deter o progresso admirável das ciências. Pelo contrário, alegra-se e inclusivamente desfruta reconhecendo o enorme potencial que Deus deu à mente humana. Quando o progresso das ciências, mantendo-se com rigor académico no campo do seu objecto específico, torna evidente uma determinada conclusão que a razão não pode negar, a fé não a contradiz. Nem os crentes podem pretender que uma opinião científica que lhes agrada – e que nem sequer foi suficientemente comprovada – adquira o peso dum dogma de fé. Em certas ocasiões, porém, alguns cientistas vão mais além do objecto formal da sua disciplina e exageram com afirmações ou conclusões que extravasam o campo da própria ciência. Neste caso, não é a razão que se propõe, mas uma determinada ideologia que fecha o caminho a um diálogo autêntico, pacífico e frutuoso.

ANEXO 3: VISITA À ONU – Discurso Washington

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO
A CUBA, AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
E VISITA À SEDE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
(19-28 DE SETEMBRO DE 2015)
CERIMÓNIA DE BOAS-VINDAS
DISCURSO DO SANTO PADRE
South Lawn da Casa Branca, **Washington**,
D.C Quarta-feira, 23 de Setembro de 2015

Senhor Presidente!

Obrigado pela saudação de boas-vindas que me dirigiu em nome de todos os americanos. Como filho duma família de emigrantes, sinto-me feliz por ser hóspede nesta nação, que foi construída em grande parte por famílias semelhantes. Olho com alegria para estes dias de encontro e diálogo, em que espero perscrutar e compartilhar muitos dos sonhos e esperanças do povo americano.

Na minha visita, terei a honra de me dirigir ao Congresso, onde espero, como irmão deste país, dizer uma palavra de encorajamento a todos aqueles que são chamados a guiar o futuro político da nação na fidelidade aos seus princípios fundadores. Irei também a Filadélfia, para o VIII Encontro Mundial das Famílias, cuja finalidade é celebrar e apoiar as instituições do matrimónio e da família, num momento crítico da história da nossa civilização.

Senhor Presidente, os católicos americanos, juntamente com seus concidadãos, estão comprometidos na construção duma sociedade que seja verdadeiramente tolerante e inclusiva, na defesa dos direitos dos indivíduos e das comunidades, e na rejeição de qualquer forma de discriminação injusta. Juntamente com muitas outras pessoas de boa vontade desta grande democracia, eles esperam que os esforços por construir uma sociedade justa e sabiamente ordenada respeitem as suas preocupações mais profundas e os seus direitos inerentes à liberdade religiosa. Esta liberdade permanece como uma das conquistas mais valiosas da América. E, como os meus irmãos bispos dos Estados Unidos nos lembraram, todos somos chamados a vigiar, precisamente como bons cidadãos, por preservar e defender tal liberdade de tudo o que a possa pôr em perigo ou comprometer.

Senhor Presidente, considero prometedora a iniciativa de Vossa Excelência ter vindo a propor uma iniciativa para a redução da poluição do ar. Vista a sua urgência, parece-me claro que a mudança climática já não pode ser um problema deixado à geração futura. A história colocou-nos num momento crucial quanto ao cuidado da nossa «casa comum». Mas estamos ainda a tempo de empreender mudanças que assegurem «um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar» (Enc. *Laudato si'*, 13). São mudanças que exigem

de nós um reconhecimento sério e responsável do tipo de mundo que podemos deixar não só aos nossos filhos, mas também aos milhões de pessoas sujeitas a um sistema que as tem transcurado. A nossa casa comum foi parte deste grupo de excluídos que brada ao céu e que hoje bate com força às portas de nossas casas, cidades, sociedade. Retomando as sábias palavras do Reverendo Martin Luther King, podemos dizer que estivemos em falta quanto a alguns compromissos e, agora, chegou o momento de os honrar.

Pela fé, sabemos que «o Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum» (ibid., 13). Como cristãos animados por esta certeza, procuramos comprometer-nos neste cuidado consciente e responsável da nossa casa comum.

Os esforços feitos recentemente para reconciliar relações que haviam sido rompidas e para a abertura de novas vias de cooperação dentro da família humana constituem passos em frente no caminho da reconciliação, da justiça e da liberdade. Almejo que todos os homens e mulheres de boa vontade desta grande e próspera nação apoiem os esforços da comunidade internacional para proteger os mais vulneráveis no nosso mundo e promover modelos integrais e inclusivos de desenvolvimento, de modo que, em todo o lado, possam os nossos irmãos e irmãs conhecer as bênçãos da paz e da prosperidade que Deus deseja para todos os seus filhos.

Senhor Presidente, uma vez mais lhe agradeço a sua recepção e olho com confiança para estes dias no seu país. Deus abençoe a América!

Fonte: Adaptado do Serviço de Informação da Santa Sé, Vaticano, Roma, Itália. Acesso em 05/11/2016. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150927_usa-conferenza-stampa.html

ANEXO 4: VISITA À ONU – Discurso Nova Iorque

A Santa Sé
VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO
A CUBA, AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
E VISITA À SEDE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
(19-28 DE SETEMBRO DE 2015)
VISITA À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
DISCURSO DO SANTO PADRE
Nova Iorque, Palácio de Vidro

Sexta-feira, 25 de Setembro de 2015

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores: Bom dia.

Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidou o Papa para falar a esta distinta assembleia das nações. Em meu nome e em nome de toda a comunidade católica, Senhor Ban Ki-moon, desejo manifestar-lhe a gratidão mais sincera e cordial; agradeço-lhe também as suas amáveis palavras. Saúdo ainda os chefes de Estado e de Governo aqui presentes, os embaixadores, os diplomatas e os funcionários políticos e técnicos que os acompanham, o pessoal das Nações Unidas empenhado nesta LXX Sessão da Assembleia Geral, o pessoal de todos os programas e agências da família da ONU e todos aqueles que, por um título ou outro, participam nesta reunião. Por vosso intermédio, saúdo também os cidadãos de todas as nações representadas neste encontro. Obrigado pelos esforços de todos e cada um em prol do bem da humanidade.

Esta é a quinta vez que um Papa visita as Nações Unidas. Fizeram-no os meus antecessores Paulo VI em 1965, João Paulo II em 1979 e 1995 e o meu imediato antecessor, hoje Papa emérito Bento XVI, em 2008. Nenhum deles poupou expressões de reconhecido apreço pela Organização, considerando-a a resposta jurídica e política adequada para o momento histórico, caracterizado pela superação das distâncias e das fronteiras graças à tecnologia e, aparentemente, superação de qualquer limite natural à afirmação do poder. Uma resposta imprescindível, dado que o poder tecnológico, nas mãos de ideologias nacionalistas ou falsamente universalistas, é capaz de produzir atrocidades tremendas. Não posso deixar de me associar ao apreçamento dos meus antecessores, reiterando a importância que a Igreja Católica reconhece a esta instituição e as esperanças que coloca nas suas actividades.

A história da comunidade organizada dos Estados, representada pelas Nações Unidas, que festeja nestes dias o seu septuagésimo aniversário, é uma história de importantes sucessos comuns, num período de inusual aceleração dos acontecimentos. Sem pretender ser exaustivo, pode-se mencionar a codificação e o desenvolvimento do direito internacional, a construção da normativa internacional dos direitos humanos, o aperfeiçoamento do direito humanitário, a solução de muitos conflitos e operações de paz e reconciliação, e muitas outras aquisições em todos os sectores da projecção internacional das actividades humanas. Todas estas realizações são luzes que contrastam a obscuridade da desordem causada por ambições descontroladas e egoísmos colectivos. É certo que ainda são muitos os problemas graves por resolver, mas também é evidente que, se faltasse toda esta actividade internacional, a humanidade poderia não ter sobrevivido ao uso descontrolado das suas próprias potencialidades. Cada um destes avanços políticos, jurídicos e técnicos representa um percurso de concretização do ideal da fraternidade humana e um meio para a sua maior realização.

Presto, pois, homenagem a todos os homens e mulheres que serviram, com lealdade e sacrifício, a humanidade inteira nestes setenta anos. Em particular, desejo hoje recordar aqueles que deram a sua vida pela paz e a reconciliação dos povos, desde Dag Hammarskjöld até aos inúmeros funcionários, de qualquer grau, caídos nas missões humanitárias de paz e reconciliação.

A experiência destes setenta anos demonstra que, para além de tudo o que se conseguiu, há constante necessidade de reforma e adaptação aos tempos, avançando rumo ao objectivo final que é conceder a todos os países, sem excepção, uma participação e uma incidência reais e equitativas nas decisões. Esta necessidade dum maior equidade é especialmente verdadeira nos órgãos com capacidade executiva real, como o Conselho de Segurança, os organismos financeiros e os grupos ou mecanismos criados especificamente para enfrentar as crises económicas. Isto ajudará a limitar qualquer espécie de abuso ou usura especialmente sobre países em vias de desenvolvimento. Os Organismos Financeiros Internacionais devem velar pelo desenvolvimento sustentável dos países, evitando uma sujeição sufocante desses países a sistemas de crédito que, longe de promover o progresso, submetem as populações a mecanismos de maior pobreza, exclusão e dependência.

A tarefa das Nações Unidas, com base nos postulados do Preâmbulo e dos primeiros artigos da sua Carta constitucional, pode ser vista como o desenvolvimento e a promoção da soberania do direito, sabendo que a justiça é um requisito indispensável para se realizar o ideal da fraternidade universal. Neste contexto, convém recordar que a limitação do poder é uma ideia implícita no conceito de direito. Dar a cada um o que lhe é devido, segundo a definição clássica de justiça, significa que nenhum indivíduo ou grupo humano se pode considerar onipotente, autorizado a pisar a dignidade e os direitos dos outros indivíduos ou dos grupos sociais. A efectiva distribuição do poder (político, económico, militar, tecnológico, etc.) entre uma pluralidade de sujeitos e a criação dum sistema jurídico de regulação das reivindicações e dos interesses realiza a limitação do poder. Mas, hoje, o panorama mundial apresenta-nos muitos direitos falsos e, ao mesmo tempo, amplos sectores sem protecção, vítimas inclusivamente dum mau exercício do poder: o ambiente natural e o vasto mundo de mulheres e homens excluídos são dois sectores intimamente unidos entre si, que as relações políticas e económicas preponderantes transformaram em partes frágeis da realidade.

Por isso, é necessário afirmar vigorosamente os seus direitos, consolidando a protecção do meio ambiente e pondo fim à exclusão.

Antes de mais nada, é preciso afirmar a existência dum verdadeiro «direito do ambiente», por duas razões. Em primeiro lugar, porque como seres humanos fazemos parte do ambiente. Vivemos em comunhão com ele, porque o próprio ambiente comporta limites éticos que a acção humana deve reconhecer e respeitar. O homem, apesar de dotado de «capacidades originais [que] manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico» (Enc. Laudato si', 81), não deixa ao mesmo tempo de ser uma porção deste ambiente. Possui um corpo formado por elementos físicos, químicos e biológicos, e só pode sobreviver e desenvolver-se se o ambiente ecológico lhe for favorável. Por conseguinte, qualquer dano ao meio ambiente é um dano à humanidade. Em segundo lugar, porque cada uma das criaturas, especialmente seres vivos, possui em si mesma um valor de existência, de vida, de beleza e de interdependência com outras criaturas. Nós cristãos, juntamente com as outras religiões monoteístas, acreditamos que o universo provém duma decisão de amor do Criador, que permite ao homem servir-se respeitosamente da criação para o bem dos seus semelhantes e para a glória do Criador, mas sem abusar dela e muito menos sentir-se autorizado a destruí-la. E, para todas as crenças religiosas, o ambiente é um bem fundamental (cf. *ibid.*, 81).

O abuso e a destruição do meio ambiente aparecem associados, simultaneamente, com um processo ininterrupto de exclusão. Na verdade, uma ambição egoísta e ilimitada de poder e bem-estar material leva tanto a abusar dos meios materiais disponíveis como a excluir os

fracos e os menos hábeis, seja pelo facto de terem habilidades diferentes (deficientes), seja porque lhes faltam conhecimentos e instrumentos técnicos adequados ou possuem uma capacidade insuficiente de decisão política. A exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Ane Estes fenómenos constituem, hoje, a «cultura do descarte» tão difundida e inconscientemente consolidada.

O carácter dramático de toda esta situação de exclusão e desigualdade, com as suas consequências claras, leva-me, juntamente com todo o povo cristão e muitos outros, a tomar consciência também da minha grave responsabilidade a este respeito, pelo que levanto a minha voz, em conjunto com a de todos aqueles que aspiram por soluções urgentes e eficazes. A adopção da «Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável», durante a Cimeira Mundial que hoje mesmo começa, é um sinal importante de esperança. Estou confiado também que a Conferência de Paris sobre as alterações climáticas alcance acordos fundamentais e efectivos.

Todavia não são suficientes os compromissos solenemente assumidos, embora constituam certamente um passo necessário para a solução dos problemas. A definição clássica de justiça, a que antes me referi, contém como elemento essencial uma vontade constante e perpétua: *iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*. O mundo pede vivamente a todos os governantes uma vontade efectiva, prática, constante, feita de passos concretos e medidas imediatas, para preservar e melhorar o ambiente natural e superar o mais rapidamente possível o fenómeno da exclusão social e económica, com suas tristes consequências de tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos e tecidos humanos, exploração sexual de meninos e meninas, trabalho escravo, incluindo a prostituição, tráfico de drogas e de armas, terrorismo e criminalidade internacional organizada. Tal é a magnitude destas situações e o número de vidas inocentes envolvidas que devemos evitar qualquer tentação de cair num nominalismo declamatório com efeito tranquilizador sobre as consciências. Devemos ter cuidado com as nossas instituições para que sejam realmente eficazes na luta contra estes flagelos.

A multiplicidade e complexidade dos problemas exigem servir-se de instrumentos técnicos de medição. Isto, porém, esconde um duplo perigo: limitar-se ao exercício burocrático de redigir longas enumerações de bons propósitos – metas, objectivos e indicações estatísticas –, ou julgar que uma solução teórica única e apriorística dará resposta a todos os desafios. É preciso não perder de vista, em momento algum, que a acção política e económica só é eficaz quando é concebida como uma actividade prudencial, guiada por um conceito perene de justiça e que tem sempre presente que, antes e para além de planos e programas, existem mulheres e homens concretos, iguais aos governantes, que vivem, lutam e sofrem e que muitas vezes se vêem obrigados a viver miseravelmente, privados de qualquer direito.

Para que estes homens e mulheres concretos possam subtrair-se à pobreza extrema, é preciso permitir-lhes que sejam actores dignos do seu próprio destino. O desenvolvimento humano integral e o pleno exercício da dignidade humana não podem ser impostos; devem ser construídos e realizados por cada um, por cada família, em comunhão com os outros seres humanos e num relacionamento correcto com todos os ambientes onde se desenvolve a sociabilidade humana – amigos, comunidades, aldeias e vilas, escolas, empresas e sindicatos, províncias, países, etc. Isto supõe e exige o direito à educação – mesmo para as meninas (excluídas em alguns lugares) –, que é assegurado antes de mais nada respeitando e reforçando o direito primário das famílias a educar e o direito das Igrejas e das agregações sociais a apoiar e colaborar com as famílias na educação das suas filhas e dos seus filhos. A educação, assim entendida, é a base para a realização da Agenda 2030 e para a recuperação do ambiente.

Ao mesmo tempo, os governantes devem fazer o máximo possível para que todos possam dispor da base mínima material e espiritual para tornar efectiva a sua dignidade e para formar e manter uma família, que é a célula primária de qualquer desenvolvimento social. A nível

material, este mínimo absoluto tem três nomes: casa, trabalho e terra. E, a nível espiritual, um nome: liberdade de espírito, que inclui a liberdade religiosa, o direito à educação e todos os outros direitos civis.

Por todas estas razões, a medida e o indicador mais simples e adequado do cumprimento da nova Agenda para o desenvolvimento será o acesso efectivo, prático e imediato, para todos, aos bens materiais e espirituais indispensáveis: habitação própria, trabalho digno e devidamente remunerado, alimentação adequada e água potável; liberdade religiosa e, mais em geral, liberdade de espírito e educação. Ao mesmo tempo, estes pilares do desenvolvimento humano integral têm um fundamento comum, que é o direito à vida, e, em sentido ainda mais amplo, aquilo a que poderemos chamar o direito à existência da própria natureza humana.

A crise ecológica, juntamente com a destruição de grande parte da biodiversidade, pode pôr em perigo a própria existência da espécie humana. As nefastas consequências duma irresponsável má-gestão da economia mundial, guiada unicamente pela ambição de lucro e poder, devem constituir um apelo a esta severa reflexão sobre o homem: «O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza» (Bento XVI, Discurso ao Parlamento da República Federal da Alemanha, 22 de Setembro de 2011; citado na Enc. *Laudato si'*, 6). A criação vê-se prejudicada «onde nós mesmos somos a última instância (...). E o desperdício da criação começa onde já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemos-nos unicamente a nós mesmos» (Bento XVI, Discurso ao clero da Diocese de Bolzano-Bressanone, 6 de Agosto de 2008; citado na Enc. *Laudato si'*, 6). Por isso, a defesa do ambiente e a luta contra a exclusão exigem o reconhecimento duma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher (cf. Enc. *Laudato si'*, 155) e o respeito absoluto da vida em todas as suas fases e dimensões (cf. *ibid.*, 123; 136).

Sem o reconhecimento de alguns limites éticos naturais inultrapassáveis e sem a imediata actuação dos referidos pilares do desenvolvimento humano integral, o ideal de «preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra» (Carta das Nações Unidas, Preâmbulo) e «promover o progresso social e um padrão mais elevado de viver em maior liberdade» (*ibid.*) corre o risco de se tornar uma miragem inatingível ou, pior ainda, palavras vazias que servem como desculpa para qualquer abuso e corrupção ou para promover uma colonização ideológica através da imposição de modelos e estilos de vida anormais, alheios à identidade dos povos e, em última análise, irresponsáveis.

A guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente. Se se quiser um desenvolvimento humano integral autêntico para todos, é preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e os povos.

Para isso, é preciso garantir o domínio incontestado do direito e o recurso incansável às negociações, aos mediadores e à arbitragem, como é proposto pela Carta das Nações Unidas, verdadeira norma jurídica fundamental. A experiência destes setenta anos de existência das Nações Unidas, em geral, e, de modo particular, a experiência dos primeiros quinze anos do terceiro milénio mostram tanto a eficácia da plena aplicação das normas internacionais como a ineficácia da sua inobservância. Se se respeita e aplica a Carta das Nações Unidas, com transparência e sinceridade, sem segundos fins, como um ponto de referência obrigatório de justiça e não como um instrumento para mascarar intenções ambíguas, obtém-se resultados de paz. Quando, pelo contrário, se confunde a norma com um simples instrumento que se usa quando resulta favorável e se contorna quando não o é, abre-se uma verdadeira caixa de Pandora com forças incontroláveis, que prejudicam seriamente as populações inermes, o ambiente cultural e também o ambiente biológico.

O Preâmbulo e o primeiro artigo da Carta das Nações Unidas indicam as bases da construção jurídica internacional: a paz, a solução pacífica das controvérsias e o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações. Contrasta fortemente com estas afirmações – e nega-as na prática – a tendência sempre presente para a proliferação das armas, especialmente as de destruição em massa, como o podem ser as armas nucleares. Uma ética e um direito baseados sobre a ameaça da destruição recíproca – e, potencialmente, de toda a humanidade – são contraditórios e constituem um dolo em toda a construção das Nações Unidas, que se tornariam «Nações Unidas pelo medo e a desconfiança». É preciso trabalhar por um mundo sem armas nucleares, aplicando plenamente, na letra e no espírito, o Tratado de Não-Proliferação para se chegar a uma proibição total destes instrumentos.

O recente acordo sobre a questão nuclear, numa região sensível da Ásia e do Médio Oriente, é uma prova das possibilidades da boa vontade política e do direito, cultivados com sinceridade, paciência e constância. Faço votos de que este acordo seja duradouro e eficaz e, com a colaboração de todas as partes envolvidas, produza os frutos esperados.

Nesta linha, não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional. Por isso, embora desejasse não ter necessidade de o fazer, não posso deixar de reiterar os meus apelos que venho repetidamente fazendo em relação à dolorosa situação de todo o Médio Oriente, do Norte de África e de outros países africanos, onde os cristãos, juntamente com outros grupos culturais ou étnicos e também com aquela parte dos membros da religião maioritária que não quer deixar-se envolver pelo ódio e a loucura, foram obrigados a ser testemunhas da destruição dos seus lugares de culto, do seu património cultural e religioso, das suas casas e haveres, e foram postos perante a alternativa de escapar ou pagar a adesão ao bem e à paz com a sua própria vida ou com a escravidão.

Estas realidades devem constituir um sério apelo a um exame de consciência por parte daqueles que têm a responsabilidade pela condução dos assuntos internacionais. Não só nos casos de perseguição religiosa ou cultural, mas em toda a situação de conflito, como na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos, antes dos interesses de parte, mesmo legítimos, existem rostos concretos. Nas guerras e conflitos, existem pessoas, nossos irmãos e irmãs, homens e mulheres, jovens e idosos, meninos e meninas que choram, sofrem e morrem. Seres humanos que se tornam material de descarte, enquanto nada mais se faz senão enumerar problemas, estratégias e discussões.

Como pedi ao Secretário-Geral das Nações Unidas, na minha carta de 9 de Agosto de 2014, «a mais elementar compreensão da dignidade humana obriga a comunidade internacional, em particular através das regras e dos mecanismos do direito internacional, a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir e prevenir ulteriores violências sistemáticas contra as minorias étnicas e religiosas» e para proteger as populações inocentes.

Nesta mesma linha, quero citar outro tipo de conflitualidade, nem sempre assim explicitada, mas que inclui silenciosamente a morte de milhões de pessoas. Muitas das nossas sociedades vivem um tipo diferente de guerra com o fenómeno do narcotráfico. Uma guerra «suportada» e pobremente combatida. O narcotráfico, por sua própria natureza, é acompanhado pelo tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, exploração infantil e outras formas de corrupção. Corrupção, que penetrou nos diferentes níveis da vida social, política, militar, artística e religiosa, gerando, em muitos casos, uma estrutura paralela que põe em perigo a credibilidade das nossas instituições.

Comecei a minha intervenção recordando as visitas dos meus antecessores. Agora quereria, em particular, que as minhas palavras fossem como que uma continuação das palavras finais do discurso de Paulo VI, pronunciadas quase há cinquenta anos, mas de valor perene. Cito: «Eis chegada a hora em que se impõe uma pausa, um momento de recolhimento, de reflexão, quase de oração: pensar de novo na nossa comum origem, na nossa história, no nosso

destino comum. Nunca, como hoje, (...) foi tão necessário o apelo à consciência moral do homem. Porque o perigo não vem nem do progresso nem da ciência, que, bem utilizados, poderão, pelo contrário, resolver um grande número dos graves problemas que assaltam a humanidade» (Discurso aos Representantes dos Estados, 4 de Outubro de 1965, n. 7). Sem dúvida que a genialidade humana, bem aplicada, ajudará a resolver, entre outras coisas, os graves desafios da degradação ecológica e da exclusão. E continuo com as palavras de Paulo VI: «O verdadeiro perigo está no homem, que dispõe de instrumentos sempre cada vez mais poderosos, aptos tanto para a ruína como para as mais elevadas conquistas» (ibid.). Até aqui, as palavras de Paulo VI.

A casa comum de todos os homens deve continuar a erguer-se sobre uma recta compreensão da fraternidade universal e sobre o respeito pela sacralidade de cada vida humana, de cada homem e de cada mulher; dos pobres, dos idosos, das crianças, dos doentes, dos nascituros, dos desempregados, dos abandonados, daqueles que são vistos como descartáveis porque considerados meramente como números desta ou daquela estatística. A casa comum de todos os homens deve edificar-se também sobre a compreensão duma certa sacralidade da natureza criada. Tal compreensão e respeito exigem um grau superior de sabedoria, que aceite a transcendência, própria de cada um, renuncie à construção duma elite onipotente e entenda que o sentido pleno da vida individual e colectiva está no serviço desinteressado aos outros e no uso prudente e respeitoso da criação para o bem comum. Repetindo palavras de Paulo VI, «o edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais, os únicos capazes não apenas de o sustentar, mas também de o iluminar e de o animar» (ibid.).

O Gaúcho Martín Fierro, um clássico da literatura da minha terra natal, canta: «Os irmãos estejam unidos, porque esta é a primeira lei. Tenham união verdadeira em qualquer tempo que seja, porque se litigam entre si, devorá-los-ão os de fora».

O mundo contemporâneo, aparentemente interligado, experimenta uma crescente, consistente e contínua fragmentação social que põe em perigo «todo o fundamento da vida social» e assim «acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses» (Enc. Laudato si', 229).

O tempo presente convida-nos a privilegiar acções que possam gerar novos dinamismos na sociedade e frutifiquem em acontecimentos históricos importantes e positivos (cf. Exort. ap. Evangelii gaudium, 223).

Não podemos permitir-nos o adiamento de «algumas agendas» para o futuro. O futuro exige-nos decisões críticas e globais face aos conflitos mundiais que aumentam o número dos excluídos e necessitados.

A louvável construção jurídica internacional da Organização das Nações Unidas e de todas as suas realizações – melhorável como qualquer outra obra humana e, ao mesmo tempo, necessária – pode ser penhor dum futuro seguro e feliz para as gerações futuras. Sê-lo-á se os representantes dos Estados souberem pôr de lado interesses sectoriais e ideologias e procurarem sinceramente o serviço do bem comum. Peço a Deus onipotente que assim seja, assegurando-vos o meu apoio, a minha oração, bem como o apoio e as orações de todos os fiéis da Igreja Católica, para que esta Instituição, com todos os seus Estados-Membros e cada um dos seus funcionários, preste sempre um serviço eficaz à humanidade, um serviço respeitoso da diversidade e que saiba potenciar, para o bem comum, o melhor de cada nação e de cada cidadão.

Deus vos abençoe a todos!

Fonte: Adaptado do Serviço de Informação da Santa Sé, Vaticano, Roma, Itália. Impressão para fins académicos.

Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html. Acesso em 05/11/2016.

ANEXO 5: VISITA À CASA BRANCA - USA

Fig. 4 Papa Francisco é recebido pelo presidente dos EUA, Barack Obama, na Casa Branca, (Foto: Pablo M. Monsivais/AP).

O Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, registrou o seguinte comentário sobre o Papa Francisco, após sua visita àquela nação:

Leia o texto de Barack Obama sobre o Papa, publicado originalmente no *site* da Revista *Time*, (tradução e adaptação nossa)⁹⁹:

"Um líder moral em atos e palavras.

Raro é o líder capaz de nos fazer querer ser uma pessoa melhor. O Papa Francisco é um deles.

Sua Santidade nos emocionou com suas mensagens de inclusão, especialmente para os pobres, marginalizados e excluídos. Mas são seus atos, sua conduta, os gestos ao mesmo tempo simples e profundos – abraçando doentes, pregando aos sem-teto, lavando os pés de jovens prisioneiros – que nos inspiram a todos.

O Papa Francisco nos lembra, de uma maneira que as palavras em si não podem, de que, independentemente da posição que ocupemos na vida, temos obrigações morais para com os outros. Seu exemplo nos desafia a viver essas obrigações por meio da ação – aliviar a pobreza, reduzir a desigualdade e promover a paz, alimentar os que têm fome, dar abrigo aos que precisam, cuidar dos doentes e abrir a todos novas portas de oportunidades e visões de possibilidade. Sua mensagem de amor e inclusão e sua preocupação com os menos privilegiados destilam a essência dos ensinamentos de Jesus e são um tônico para uma era marcada pelo ceticismo. Que possamos seguir seu exemplo de humildade." Barack Obama.

⁹⁹ Fonte: Revista Time. Disponível em: http://time.com/collection-post/70826/pope-francis-2014-time-100/?iid=sr-link6_. Acesso em: 01 out. 2015. (A tradução e adaptações quanto à formatação do texto são nossas).

ANEXO 6: VISITA A CUBA E AOS USA

O Papa Francisco está realizando mais uma visita. Desta vez a Cuba e, em seguida, aos Estados Unidos.

O Papa e o Presidente dos EUA e o de Cuba.

Este roteiro não deixa dúvidas quanto à sua intenção. O restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos é um fato notável, que merece ser destacado pela carga de significado que ele traz. Depois de 50 anos de acusações mútuas e de hostilidades recíprocas, eis que, finalmente, contra todas as expectativas, os dois países resolveram reatar suas relações, e terminar com o nefasto bloqueio econômico duramente imposto a Cuba pelos Estados Unidos.

Pois bem, este fato inesperado tem os seus protagonistas. Conta a lenda que, anos atrás, no auge do confronto entre os dois países, Fidel Castro teria dito que só haveria a reconciliação entre Cuba e Estados Unidos quando o Papa fosse latino americano, e o Presidente dos Estados Unidos fosse um negro. Com isto queria dizer que a coisa era impossível. Pois não é que a profecia, verdadeira ou adrede inventada, se cumpriu de fato! Eis que o Papa é o cardeal argentino Mario Bergoglio, e o Presidente dos Estados Unidos é o negro Barac Obama.

"Boa Viagem ao Papa, boa missão, e que todos entendam seus apelos para o respeito mútuo e para a convivência justa e pacífica entre as nações". Os tempos estavam maduros. Mas faltava uma iniciativa que aproveitasse o momento oportuno. Aí entrou o Papa Francisco. Ele incentivou o diálogo entre as duas partes. E ofereceu o Vaticano como sede do encontro.

Só o fato de ambas as partes aceitarem a proposta do encontro, já era meio caminho andado. E a presença do Papa Francisco, com sua atitude de respeito pelas posições de cada lado, proporcionou o ambiente favorável para a decisão tomada.

O Papa foi ao mesmo tempo firme e discreto. Fez questão de mostrar que as decisões eram tomadas, não por ele, mas pelas duas partes envolvidas. Na verdade, a iniciativa do Papa garantiu o sucesso do diálogo.

Agora, efetivado o reatamento das relações diplomáticas, e suspenso o bloqueio econômico, o Papa empreende esta viagem, para sacramentar o relacionamento diplomático entre os dois países, símbolos do confronto de ideologias que aos poucos precisam ser diluídas, em benefício da convivência pacífica entre os países, mesmo que cada qual tenha o direito de exercer sua soberania, e se relacionar pacificamente com os outros.

Agora, na visita que o Papa realiza aos dois países, o roteiro da viagem parece não ter nenhuma relação com o restabelecimento das relações diplomáticas entre eles. Mas é evidente a intenção do Papa de tirar lições positivas deste evento.

Há situações antigas, que carregam uma enorme inércia, que inviabiliza qualquer mudança. Aí é preciso estar atento às oportunidades, e criar outras, na esperança de que finalmente as resistências sejam vencidas.

É o que está procurando fazer o Papa Francisco. Ele insistiu em promover o diálogo entre judeus e palestinos. Vem cultivando um relacionamento de respeito e de confiança com o patriarcado ortodoxo de Constantinopla. Fez questão de se encontrar com os evangélicos valdenses na região italiana de Turim. Falando da misericórdia, fez referências elogiosas aos membros da comunidade separatista São Pio X. Mesmo tendo enfrentado duras resistências internas da própria Igreja, o Papa não se cansa de incentivar o diálogo e a colaboração mútua.

Boa Viagem ao Papa, boa missão, e que todos entendam seus apelos para o respeito mútuo e para a convivência justa e pacífica entre as nações.

Dom Demétrio Valentini
Bispo de Jales

Fonte: <http://www.a12.com/formacao/detalhes/o-papa-cuba-e-estados-unidos>. Acesso em: 05 nov. 2016. (As adaptações quanto à formatação do texto são nossas).

ANEXO 7: PAPA FRANCISCO E BARAK OBAMA

Papa Francisco tem conversa descontraída com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na chegada à Base Aérea de Maryland - 22/09/2015 (Chip Somodevilla/Getty Images/AFP).

Fonte: Revista *Veja*. <http://veja.abril.com.br/mundo/crise-migratoria-e-mudancas-climaticas-marcam-visita-do-papa-a-casa-branca/>. Acesso em: 07 dez. 2016.

ANEXO 8: CARTAZ PAPA – ROMA

Papa Francisco é alvo de uma campanha ultraconservadora nas ruas de Roma. Cidade amanhece no domingo com cartazes contra as medidas de modernização da Igreja.

DANIEL VERDÚ

Roma - 6 FEV 2017 - 22:04 BRST

Um operário cobre um cartaz contra o Papa em uma rua de Roma. /MAX ROSSI (REUTERS)

Se já é raro ouvir críticas públicas ao papa Francisco, encontrar cartazes nas ruas de Roma contrários às suas últimas decisões é ainda mais incomum. No domingo, alguns bairros próximos do Vaticano amanheceram forrados com uma série de cartazes nos quais se podiam ler críticas de caráter conservador contra algumas atitudes e medidas tomadas por Jorge Mario Bergoglio. Seus autores não são conhecidos, os cartazes obviamente não estavam assinados e foram colados à noite. Mas as primeiras reações em blogs e sites especializados apontaram imediatamente para os setores mais tradicionalistas da Igreja

Seus responsáveis usaram uma foto do pontífice, em que aparece um tanto carrancudo, e sobrepueram várias críticas como um conciso manifesto. Nos cartazes, colados em paredes e quadros de anúncios de bairros como Prati e em lugares movimentados, como a entrada de um mercado, criticava-se uma lista de medidas de Francisco tratando-o de você. “France (Francisco), você interveio em congregações, removeu sacerdotes, decapitou a Ordem de Malta e os franciscanos da Imaculada, ignorou cardeais... mas onde está sua misericórdia?”. Várias horas depois de terem aparecido, os cartazes foram parcialmente cobertos com outros em branco com logotipo institucional da Prefeitura de Roma e com o texto: “Publicidade ilegal”.

Assim é a luta pelo poder na Igreja

Em seu aniversário de 80 anos, papa Francisco faz elogio à velhice. O papa Francisco, o primeiro nascido fora da Europa, tem encontrado algumas resistências aos planos renovadores, de certa abertura e modernização da Igreja, que empreendeu nos últimos anos. Suas iniciativas, sempre mais próximas dos desfavorecidos e excluídos do que dos setores mais privilegiados, continuam a gerar um suave e persistente zunzum em sites e blogs especializados. As críticas ou pequenas escaramuças costumam ser soterradas e acontecem independentemente dos organismos oficiais e dos cidadãos.

Mas a campanha de rua do domingo ocorreu foi deflagrada durante duas semanas em que o pontífice teve uma desavença aberta com Matthew Festing, Grão-Mestre da Soberana Ordem Militar de Malta, nascida na época da Primeira Cruzada (1099), que foi forçado a renunciar depois de ter sido divulgada uma série de maracutaías tramada às suas costas. Embora os cartazes não estivessem assinados por alguém, seu surgimento dá margem para todo tipo de teorias da conspiração alimentadas de ambos os lados da trincheira digital e que só poderão ser esclarecidas quando a Polícia Municipal, que já abriu uma investigação, verificar se alguma câmera de segurança gravou os autores desse inédito protesto de rua.

Em sua mensagem de domingo aos fiéis na Praça de São Pedro durante o Angelus, alguns quiseram ver uma resposta de Francisco aos cartazes. “A missão dos cristãos na sociedade é dar sabor à vida com a fé e o amor que Cristo nos deu, e ao mesmo tempo afastar os germes que contaminam de egoísmo, inveja e difamação”. Horas depois, numa nova demonstração de seu interesse pelos novos canais de comunicação e em claro contraste com o método rudimentar dos cartazes de rua usado na noite anterior, Francisco usou o Super Bowl (o evento esportivo mais transmitido dos EUA) para difundir sua mensagem de paz por meio de uma vídeo mensagem. Será preciso aguardar alguns dias para comprovar a eficácia de cada um desses dois canais.

Fonte: Jornal El País. Impresso para fins acadêmicos unicamente. Direitos reconhecidos. Acesso em: 12 fev. 2017.
http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/06/internacional/1486389998_417068.html.

ANEXO 9: IMAGEM CARISMÁTICA DO PAPA

O carisma do Papa

Francisco propõe diálogo, um caminho mais longo, mas no qual todos ganham.

Ao longo de quase quatro anos de pontificado, o papa Francisco deu à Igreja Católica uma influência global que não tinha havia décadas. O mais importante é que Jorge Bergoglio sabe que um líder deve ganhar a simpatia e a credibilidade para, nos passos posteriores, tentar usá-las para alcançar seus objetivos. Não há dúvida de que aqueles que o elegeram queriam mudanças em relação aos antecessores.

A entrevista concedida ao EL PAÍS e publicada no fim de semana oferece um exemplo acabado das diferenças entre Francisco e seu predecessor, o frio teólogo acadêmico Joseph Ratzinger, e o quão consciente é o Papa de que só se pode restaurar uma Igreja afetada por vários problemas na base da conexão com as pessoas.

Francisco argumenta que a única revolução que tenta é a da normalidade. Observam-se seus esforços para limpar a imagem — tão reiterada em tempos passados — de multiplicar os anátemas e as proibições. De sua linguagem se desprende que rompeu com a mensagem da Igreja sancionadora e a transformou em ideias de acolhimento, escuta e preocupação, principalmente pelos grupos excluídos. Convida a não pensar em calamidades de antemão, mas sem deixar de abordar os problemas de fundo que afetam as convulsionadas sociedades contemporâneas. Por isso, na entrevista a este jornal ressurgiu sua preocupação com a dura resposta do mundo próspero a milhões de pessoas dispostas a arriscar tudo por uma vida melhor. Daí sua recriminação aos que sustentam: “Busquemos um salvador que nos devolva a identidade e defendamo-nos com muros, com arames farpados, com qualquer coisa, dos outros povos que podem nos tirar a identidade”.

Francisco não busca confrontação, mas forjar consensos. Isso é um caminho geralmente longo e que outros atores da vida pública costumam considerar inútil, pelo menos no curto prazo. Muito razoavelmente, o Papa aconselha a prática do diálogo ao invés do desprezo às posições dos demais, e, nesse ponto, faz uma referência interessante à Espanha como um país que necessita dialogar. Não se trata de uma atitude de crença de que todos os problemas podem ser resolvidos por meio do diálogo, da tolerância e da solidariedade, como demonstrado pela diplomacia vaticana, ativada em diferentes conflitos. Se aceita o desgaste de não se limitar a desempenhar a tarefa de um intermediário, atento aos seus próprios interesses, e prefere a do mediador, que “faz com que as partes ganhem mesmo que ele perca”. Suas referências a construir pontes, não muros, constituem uma crítica direta à atitude de certos líderes políticos, sem nomeá-los.

Jorge Bergoglio, de origem argentina, é o primeiro Papa nascido fora da Europa. Isso faz com que ele leve em conta os fiéis católicos de todo o mundo e, sem dúvida, os da América Latina, que lhe são tão próximos. É difícil saber se ele conseguirá ganhar suas ousadas apostas, principalmente no que diz respeito à renovação da cúria de Roma.

Em qualquer caso, sua palavra convincente, sua imagem carismática, o mantêm na batalha da reforma interna da Igreja e o ajudam a navegar num mundo tempestuoso. Pouco importa se aquele que recebe as mensagens do Papa está num contexto religioso ou não, é sempre muito interessante ouvi-lo.

Fonte: Jornal El País. Acesso em: 27 jan. 2017. Cópia para fins acadêmicos. Direitos reconhecidos.
http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/23/opinion/1485196194_041946.html.
(A alteração da imagem é nossa).

ANEXO 10: VIAGEM AMÉRICA DO SUL

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO
AO EQUADOR, BOLÍVIA E PARAGUAI
(5-13 DE JULHO DE 2015)
ENCONTRO COM OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
DISCURSO DO SANTO PADRE
Estádio León Condou da Escola São José, Assunção (Paraguai)
Sábado, 11 de Julho de 2015

Boa tarde,

Escrevi este discurso baseando-me nas perguntas que chegaram a mim, que não são todas as que me fizestes vós, assim que aquilo que está faltando, irei completando na medida em que falo, de tal modo que eu possa, que eu consiga, dar a minha opinião sobre as vossas reflexões.

Estou contente por estar convosco, representantes da sociedade civil, para partilhar estes sonhos, esperanças num futuro melhor e problemas. Agradeço a D. Adalberto Martínez Flores, Secretário da Conferência Episcopal do Paraguai, estas palavras de boas-vindas que me dirigiu em nome de todos. E agradeço as seis pessoas que falaram, cada um delas apresentando um aspecto da sua reflexão.

Ver-vos a todos, cada um vindo dum sector, duma organização desta sociedade paraguaia, com as suas alegrias, preocupações, lutas e motivações, leva-me a dar graças a Deus. Ou seja, parece que o Paraguai não está morto, graças a Deus. Porque um povo que vive, um povo que não mantém vivas as suas preocupações, um povo que vive na inércia duma aceitação passiva é um povo morto. Pelo contrário, em vós, vejo a seiva duma vida que não pára e quer germinar. E isto, Deus sempre o abençoa. Deus está sempre a favor de tudo o que ajuda a levantar e melhorar a vida dos seus filhos. É verdade que há coisas que estão mal; há situações injustas. Mas o facto de vos ver e ouvir ajuda-me a renovar a esperança no Senhor, que continua a actuar no meio do seu povo. Vindes de diferentes panoramas, diferentes situações e causas; todos juntos formais a cultura paraguaia. Todos sois necessários na busca do bem comum. «Nas condições actuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas» (LS 158), ver-vos todos aqui é uma dádiva. Uma dádiva porque nas pessoas que falaram, vi a vontade pelo bem da Pátria.

1. Relativamente à primeira questão, gostei de ouvir da boca dum jovem a preocupação de fazer com que a sociedade seja um espaço de fraternidade, justiça, paz e dignidade para todos. A juventude é um tempo de grandes ideais. Muitas vezes tenho a vontade de dizer que me dá tristeza ver um jovem aposentado. Como é importante que vós, jovens - e há realmente muitos jovens aqui no Paraguai! -, comeceis a intuir que a verdadeira felicidade passa através

da luta por um país mais fraterno! E é bom que vós, jovens, vejais que felicidade e prazer não são sinónimos; Uma coisa é a felicidade e o júbilo... e outra coisa é um prazer passageiro. A felicidade constrói, ela é sólida, edifica. A felicidade exige empenho e entrega. Vós sois demasiado valiosos para atravessar a vida como que anestesiados! O Paraguai possui uma população jovem abundante, o que constitui uma grande riqueza. Por isso, penso que a primeira coisa a fazer é evitar que essa força, essa luz nos vossos corações desapareça, contrastando a mentalidade crescente que considera inútil e absurdo aspirar a coisas que valham a pena. «Não! Não te metas, que esta realidade não tem mais concerto». Esta mentalidade, por outro lado, que pretende olhar para frente é considerada absurda. É preciso jogá-la por algo, jogá-la por alguém. Esta é a vocação da juventude e não tenhais medo de deixar tudo para trás. Jogai limpo, jogai com tudo. Não tenhais medo de dar o vosso melhor. Não procureis o concerto prévio para evitar o cansaço, a luta. Não tenteis “comprar o juiz”.

Com uma condição: esta luta, não a lutai sozinhos. Procurai dialogar, aproveitai para escutar a vida, as vicissitudes, as histórias dos vossos mais velhos, e dos vossos avós pois neles encontrareis sabedoria. Perdei muito tempo a ouvir todo o bem que têm para vos ensinar. Eles são os guardiões desse património espiritual de fé e de valores que definem um povo e iluminam o caminho. Encontrai conforto também na força da oração, em Jesus. Na sua presença diária e constante. Ele não decepçiona. Jesus convida através da memória do seu povo, é o segredo para o vosso coração se manter sempre alegre na busca de fraternidade, justiça, paz e dignidade para todos. E isto pode ser um perigo: «Sim, sim, eu quero fraternidade, justiça, paz, dignidade», mas isso pode converter-se num nominalismo. Pura palavra! Não! A fraternidade, a justiça, a paz e a dignidade se não são concretas não servem. São tarefa de todos os dias! Fazem-se todos os dias! Então, eu te pergunto, a ti, jovem, como trabalhas estes ideais, no dia-a-dia, no concreto? Ainda que te equivoques, te corriges e voltas a andar. Mas, no concreto.

Confesso-vos que às vezes me dá um pouquinho de alergia ou, para não usar um termo tão elegante, deixa-me com o nariz entupido, escutar discursos grandiloquentes com todas estas palavras e quando se conhece a pessoa que os pronuncia diz-se: «Sois um mentiroso». Por isso, as palavras por si mesmas não bastam. Se tu dizes uma palavra, compromete-te com esta palavra, trabalha-a, dia-a-dia. Sacrifica-te por isto. Compromete-te!

Gostei da poesia de Carlos Miguel Giménez, que D. Adalberto Martínez citou. Acho que resume muito bem o que eu vos quis dizer: «[Sonho] um paraíso sem guerra entre irmãos, rico em homens saudáveis de alma e coração (...) e um Deus que abençoa a sua nova ascensão». Sim, é um sonho. E há duas garantias: que se desperte do sonho e torne-se realidade de todos os dias, e que Deus seja reconhecido como a garantia da nossa dignidade como homens.

2. A segunda pergunta fez referência ao diálogo como meio para forjar um projecto de Nação que incluía a todos. O diálogo não é fácil. Há também o diálogo-teatro, ou seja: «Representemos um diálogo, joguemos como que fizéssemos o diálogo, e depois tratamos entre os dois, e o dito anteriormente fica apagado». O diálogo, é claro, faz-se sobre a mesa. Se tu, no diálogo, não dizes realmente aquilo que sentes, aquilo que pensas, e não te comprometes a escutar o outro, mas vais ajustando aquilo que estás pensando e conversando, o diálogo não serve, é uma representação. Contudo, é também verdade que o diálogo não é fácil, que deve superar muitas dificuldades e, às vezes, parece que nos obstinamos por tornar

as coisas ainda mais difíceis. Para que haja diálogo, é necessário uma base fundamental, uma identidade. É certo, eu penso, por exemplo, no nosso diálogo, o diálogo inter-religioso, onde representantes de diversas religiões nos reunimos para conversar. Reunimo-nos, às vezes, para falar... e há pontos de vista. Mas cada um fala desde a sua identidade: «Eu sou budista, eu sou evangélico, eu sou ortodoxo, eu sou católico». Cada um fala a partir da sua identidade. Não negocia a sua identidade. Ou seja, para que exista diálogo é preciso ter esta base fundamental. E qual é a identidade dum país – estamos falando do diálogo social aqui: é o amor à Pátria. «Primeiro a Pátria, depois o meu negócio!». A Pátria em primeiro lugar! E esta é a identidade. Então eu, a partir desta identidade, vou dialogar. Se eu vou dialogar sem esta identidade, o diálogo não serve. Além disso o diálogo pressupõe e exige de nós esta cultura do encontro. Ou seja, um encontro que sabe reconhecer que a diversidade não só é boa, mas necessária. A uniformidade nos anula, faz de nós autómatas. A riqueza da vida está na diversidade. Por isso, o ponto de partida não pode ser: «Vou dialogar, mas aquele ali está equivocado». Não, não podemos presumir que o outro está equivocado. Eu levo aquilo que é meu e vou escutar aquilo que o outro diz; aquilo que me enriquece no outro, aquelas coisas do outro que me fazem cair nas contas de que eu estou equivocado e aquelas coisas eu posso dar ao outro. É uma ida e volta, mas com o coração aberto. Se tenho presunções de que o outro está equivocado, é melhor ir para casa e não tentar um diálogo, não é verdade? O diálogo é para o bem comum e o bem comum é procurado a partir das nossas diferenças, possibilitando sempre novas alternativas. Por outras palavras, busca algo de novo. Sempre, quando existe verdadeiro diálogo conclui-se – permiti-me a palavra, mas digo-a com nobreza – conclui-se com um novo acordo, onde todos nos colocamos de acordo com alguma coisa. Permanecem as diferenças? Estas ficam na lateral, na reserva. Mas neste ponto em que nos colocamos de acordo, ou nestes pontos em que nos colocamos de acordo, comprometemo-nos e nos defendemos. É um passo para frente. Esta é a cultura do encontro. Dialogar não é negociar. Negociar significa garantir o meu pedaço. Ver como tiro proveito. Não, não dialogues, não percas tempo. Se tens esta intenção, não perdas tempo. Deve-se procurar o bem comum para todos. Discutir, pensar uma melhor solução para todos. Muitas vezes esta cultura do encontro vê-se envolvida no conflito. A pouco, vimos uma ballet precioso. Tudo estava coordenado e havia uma orquestra que era uma verdadeira sinfonia de acordes. Tudo estava perfeito. Tudo caminhava bem. Mas no diálogo, nem sempre é assim, nem tudo é um ballet perfeito ou uma orquestra coordenada. No diálogo tem lugar o conflito. E é lógico e previsível. Porque se penso de uma maneira e tu de outra, e vamos caminhando, criar-se-á um conflito. Não devemos ter medo. Não temos de ignorar o conflito. Ao contrário, somos convidados a assumir o conflito. Se não assumimos o conflito: «Não, isso é uma dor de cabeça, que volta para a casa com a tua ideia, eu fico com a minha». Assim nunca podemos dialogar. Isto significa «aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo» (EG 227). Dialoguemos: se existe conflito, eu o assumo, resolvo-o, e isso torna-se um enlace de um novo processo. É um princípio que tem de nos ajudar muito. A «unidade é superior ao conflito» (EG 228). O conflito existe: é preciso assumi-lo, é preciso procurar resolvê-lo até aonde seja possível, mas com o objectivo de obter uma unidade que não é uniformidade, mas que é unidade na diversidade. Uma unidade que não cancela as diferenças, mas vive-as em comunhão por meio da solidariedade e da compreensão. Ao tentar compreender as razões do outro, ao tratar de escutar a sua experiência, os seus anseios, podemos ver que são, em grande parte, aspirações comuns. E esta é a base do encontro: todos somos irmãos, filhos de um mesmo Pai, de um Pai celestial, e cada um, com a sua cultura, a sua língua, as suas tradições, tem muito para dar à comunidade. Ora bem, «estou disposto a receber isto?». Se estou disposto a receber, e a dialogar com isto, então sim sento-

me para dialogar; se não estou disposto, é melhor não perder tempo. As verdadeiras culturas nunca estão fechadas em si mesmas, se se fecham em si mesmas, morrem. Mas, ao contrário, estão chamadas a encontrar-se com outras culturas e criar novas realidades. Quando estudamos história, encontramos culturas milenárias que já não existem. Morreram. Por muitas razões. Mas, uma destas razões é ter-se fechado em si mesmas. Sem este pressuposto essencial, sem esta base de fraternidade, será muito difícil que se chegue ao diálogo. Se alguém considera que há pessoas, culturas, situações de segunda, terceira ou quarta categoria, de certeza que algo acabará mal, simplesmente porque carece do mínimo, que é o reconhecimento da dignidade dos outros. Não existe pessoa de primeira, de segunda, terceira, quarta categoria: todos pertencem a mesma linha.

3. E isto dá-me ocasião para responder à preocupação expressa na terceira pergunta: acolher o clamor dos pobres, para construir uma sociedade mais inclusiva. É curioso: o egoísta se exclui. Nós queremos incluir. Recordai a parábola do filho pródigo: este filho que pediu a herança ao seu pai, levou todo o dinheiro, gastou tudo na vida boa e, ao fim de um longo período, depois de ter perdido tudo, porque o seu estômago doía pela fome, lembrou-se de seu pai. E seu pai o esperava. É a figura de Deus, que sempre nos espera. E, quando vê seu filho que chega, abraça-o e faz festa. Por outro lado, o outro filho, que tinha ficado em casa, irrita-se e se auto-exclui: «Eu não me junto com esta gente; eu me comportei bem; eu tenho uma grande cultura, estudei em tal universidade, tenho esta família e esta linhagem nobre. Assim que com estas pessoas eu não me misturo». Não se deve excluir ninguém, mas tampouco auto-excluir-se, pois todos necessitamos de todos. Um aspecto fundamental na promoção dos pobres é também o modo como os vemos. Não serve uma visão ideológica, que acaba por usar os pobres ao serviço de outros interesses políticos ou pessoais (EG 199). As ideologias terminam mal, não servem. As ideologias têm uma relação incompleta, enferma ou ruim com o povo. As ideologias não assumem o povo. Por isso, observem o século passado. Como terminaram as ideologias? Em ditaduras, sempre. Pensam pelo povo, não deixam o povo pensar. Como dizia um crítico sagaz da ideologia, quando disseram-no «Sim, mas esta gente tem boa vontade e quer fazer coisas pelo povo», contestou: «Sim, tudo pelo povo, mas nada com o povo». Estas são as ideologias. Para se procurar efectivamente o seu bem, a primeira coisa é ter uma preocupação genuína pela sua pessoa – estou falando dos pobres –, valorizá-los na sua própria bondade. Mas uma avaliação real exige estar dispostos a aprender dos pobres, aprender deles. Os pobres têm muito para nos ensinar em humanidade, bondade, sacrifício, em solidariedade. Nós, cristãos, além do mais, temos outro motivo, e maior, para amar e servir os pobres, pois neles, temos o rosto, vemos o rosto e carne de Cristo, que Se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza» (cf. 2 Cor 8, 9) os pobres são a carne de Cristo. Gosto de perguntar, quando confesso os penitentes – actualmente não tenho tantas oportunidades para confessar como tinha na minha diocese anterior - mas gosto de perguntar: «E tu ajudas as pessoas?». «Sim, dou esmolas». «E, diz-me, quando dás esmola, tocas na mão daquele para quem dás a esmola, ou lhe deitas a moeda e os desprezas?». São atitudes. «Quando tu dás esta esmola, fixas o olhar na pessoa, ou olhas para o outro lado?». Isto significa desprezar o pobre. Os pobres. Pensemos bem. Ele é alguém como eu e, se está passando por um momento ruim, por milhares de motivos – económicos, políticos sociais ou pessoais – eu poderia estar naquele lugar e poderia estar desejando que alguém me ajudasse. E além de desejar que alguém me ajudasse, se estou naquele lugar, tenho o direito de ser respeitado. Respeitar o pobre. Não usá-lo como objecto para lavar as nossas culpas. Aprender dos pobres, com aquilo que dizem, com as coisas que têm, com os valores que eles têm. E os cristãos temos esta motivação: os pobres são a carne de Jesus.

Num país, é certamente muito necessário o crescimento económico e a criação de riqueza e que esta chegue a todos os cidadãos, sem ninguém ficar excluído. E isto é necessário. Mas a criação desta riqueza deve estar sempre em função do bem comum, de todos, e não de poucos. Nisto, devemos ser muito claros. «A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura duma economia sem rosto» (EG 55). As pessoas, cuja vocação é contribuir para o desenvolvimento económico, têm a obrigação de velar por que este tenha sempre rosto humano. O desenvolvimento económico deve ter o rosto humano. Digamos não à uma economia sem rosto! Nas suas mãos, está a possibilidade de oferecer emprego a muitas pessoas e, deste modo, dar esperança a muitas famílias. Trazer o pão para casa, oferecer aos filhos um tecto, oferecer saúde e educação são aspectos essenciais da dignidade humana, e os empresários, os políticos, os economistas devem deixar-se interpelar por isso. Peço-vos que não cedais a um modelo económico idólatra que exige sacrificar vidas humanas no altar do dinheiro e do lucro. Na economia, na empresa, na política, sempre vem em primeiro lugar a pessoa e o habitat onde vive.

Em todo o mundo, o Paraguai é conhecido, justamente, como a terra onde tiveram início as Reduções, uma das experiências de evangelização e organização social mais interessantes da história. Nelas, o Evangelho foi alma e vida de comunidades onde não havia fome, desemprego, não havia analfabetismo, nem opressão. Esta experiência histórica ensina-nos que uma sociedade mais humana também é possível hoje. Vós a vivestes nas vossas raízes aqui. É possível! Quando há amor ao homem e vontade de o servir, é possível criar as condições para que todos tenham acesso aos bens necessários, sem que ninguém seja descartado. Procurar, em cada caso, as soluções através do diálogo.

Em relação à quarta pergunta, a resposta se encontra naquilo que falei sobre a economia em função da pessoa e não em função do dinheiro. A senhora, a empresária, falava da pouca efectividade de certos caminhos. E se referia a um caminho que eu mencionara na Evangelii gaudium, que é o populismo irresponsável, não é assim? E parece que não dão certo, não é verdade? E há muitas teorias. O que fazer? Creio que com aquilo que falo sobre uma economia com rosto humano está a inspiração para responder esta pergunta.

Em relação à quinta pergunta, creio que a resposta está dada naquilo que falei quando me referia à questão das culturas. Ou seja, existe uma cultura ilustrada, que é cultura, é boa e deve ser respeitada. Hoje, por exemplo, num momento do ballet, tocou-se música duma cultura ilustrada e boa. Mas existe outra cultura, que tem o mesmo valor, que é a cultura dos povos, dos povos originários, das diversas etnias. Uma cultura que me atreperia de chamar – no bom sentido da palavra – uma cultura popular. Os povos têm a sua cultura e fazem cultura. É importante este trabalho pela cultura no sentido mais amplo da palavra. Não é cultura somente ter estudado e poder desfrutar dum concerto ou ler um livro interessante, mas também milhares de outras coisas são cultura. Faláveis do tecido de Ñandutí. Isto, por exemplo, é cultura. E é cultura nascida do povo. E há duas coisas que, antes de terminar, queria tratar. E, como há políticos aqui presentes -inclusive está o Presidente da República, digo-o fraternalmente. Alguém me disse: «Veja, “fulano de tal” está sequestrado pelo exército, faça algo!». Eu não digo se é verdade, se não é verdade, se é justo, se não é justo, mas um dos métodos que as ideologias ditatoriais usavam no passado, aquelas às quais fiz referência faz um momento, era afastar as pessoas, ou com o exílio ou com a prisão ou, no caso dos

campos de extermínio, como faziam os nazistas ou os estalinistas, afastar com a morte. Para que exista uma verdadeira cultura num povo, uma cultura política e do bem comum, é preciso promover, em primeiro lugar, julgamentos claros, julgamentos nítidos. E não serve outro tipo de estratégia. Justiça, nítida, clara. Isto nos ajudará a todos. Eu não sei se isto existe ou não aqui, digo-o com todo o respeito. Disseram-me quando eu entrava aqui. E que intercedesse não sei por quem. Não escutei bem o sobrenome. E, depois, há outra coisa que também queria dizer honestamente: um método que não dá liberdade às pessoas para assumir responsabilmente sua tarefa de construção da sociedade é uma chantagem. A chantagem é sempre corrupção: «se tu fazes isto, te faremos isso, com o qual te destruímos». A corrupção é uma traça, é a gangrena dum povo. Por exemplo, nenhum político pode cumprir o seu papel, seu trabalho, se se encontra chantageado por atitudes de corrupção: «Dá-me isto, dá-me poder, dá-me isto, caso contrário vou fazer-te isso ou aquilo». Esta realidade que se verifica em todos os povos do mundo – porque isto acontece – tem de ser desterrada, se um povo quer manter a sua dignidade. Estou falando de algo universal.

E termino. Para mim, é uma alegria ver a grande quantidade e variedade de associações que estão comprometidas na construção de um Paraguai cada vez melhor e próspero, mas se não dialogam, não serve para nada. Se chantageiam, não serve para nada. Esta multidão de grupos e pessoas são como uma sinfonia, cada um com a sua peculiaridade e a sua riqueza própria, mas procurando a harmonia final. A harmonia, e isto é o que conta. Não tenhais medo ao conflito, mas tratai e buscai caminhos de solução.

Amai a vossa Pátria, os vossos concidadãos e sobretudo amai os mais pobres. Deste modo sereis um testemunho perante o mundo de que é possível outro modelo de desenvolvimento. Estou convencido, pela vossa própria história, de que tendes a força maior que existe: a vossa humanidade, a vossa fé, o vosso amor. Este ser do povo paraguaio que o distingue tão ricamente entre as nações do mundo

E peço à Virgem de Caacupé, nossa Mãe, que cuide de vós, que vos proteja, que vos anime nos vossos esforços. Que Deus vos abençoe e rezai por mim! Obrigado.

(Depois do canto)

Um conselho, como despedida, antes da bênção: o pior que vos pode acontecer a cada um de vós quando saiais daqui é pensar: «Como o Papa falou bem para o fulano, ao beltrano, para aquele outro». Se algum de vós quer pensar assim – porque o pensamento costuma vir, a mim também me vem, às vezes - é preciso rejeitá-lo. «Para quem o Papa falou estas coisas?»; «Para mim». Cada um, quem quer que seja: «Para mim». E convido-vos a rezar ao nosso Pai comum, todos juntos, cada um na sua língua: Pai-nosso...

Fonte: Adaptado do Serviço de Informação da Santa Sé, Vaticano, Roma, Itália. Acesso em: 05 nov. 2016. Impressão para fins acadêmicos.
http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150711_paraguay-societa-civile.html.

ANEXO 11: IMAGEM PAPA EM VOO

Fig. 3 Papa Francisco usa sombrero que ganhou de jornalista mexicano durante voo de Roma a Havana, antes de visita ao México - Alessandro Di Meo / AP. Acesso em: 05 nov. 2016. <http://oglobo.globo.com/mundo/trump-critica-papa-por-visita-na-fronteira-do-mexico-nao-sabe-os-perigos-18658300>.

ANEXO 12: DISCURSO CORPO DIPLOMÁTICO DA SANTA SÉ

A Santa Sé
DISCURSO DO PAPA FRANCISCO
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO DA SANTA SÉ
Sala Régia
Segunda-feira, 8 de janeiro de 2018 [Multimídia]

Excelências, Senhoras e Senhores!

Segundo um belo costume, tenho hoje ocasião de vos encontrar, guardando ainda viva no coração a alegria que dimana do Natal, para vos formular, pessoalmente, bons votos para o ano há pouco iniciado e testemunhar a minha proximidade e estima aos povos que representais. Agradeço ao Decano do Corpo Diplomático, Senhor Armindo Fernandes do Espírito Santo Vieira, Embaixador de Angola, as deferentes palavras que há pouco me dirigiu em nome de todo o Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé. Dou as boas-vindas aos Embaixadores que vieram, de fora de Roma, para esta ocasião e cujo número aumentou depois do estabelecimento das relações diplomáticas com a República da União do Myanmar, em maio passado. Saúdo igualmente os Embaixadores residentes em Roma, em número sempre maior, em cujo elenco se conta agora também o Embaixador da República da África do Sul. Dedico um pensamento particular ao falecido Embaixador da Colômbia, Guillermo León Escobar-Herrán, falecido poucos dias antes do Natal. Agradeço as relações frutuosas e constantes que mantendes com a Secretaria de Estado e restantes Dicasterios da Cúria Romana, testemunhando assim o interesse da comunidade internacional pela missão da Santa Sé e pelo serviço da Igreja Católica nos respetivos países. Nesta perspetiva, coloca-se também a atividade pactuante da Santa Sé, que, no ano passado, registou a assinatura, em fevereiro, do Acordo-Quadro com a República do Congo e, no mês de agosto, do Acordo entre a Secretaria de Estado e o Governo da Federação Russa relativo às viagens sem visto dos titulares de passaportes diplomáticos.

Na relação com as autoridades civis, a Santa Sé nada mais pretende senão favorecer o bemestar espiritual e material da pessoa humana e a promoção do bem comum. As viagens apostólicas que realizei, no ano passado, ao Egito, a Portugal, à Colômbia, ao Myanmar e ao Bangladesh foram expressão desta solicitude. A Portugal, desloquei-me como peregrino, no centenário das aparições de Nossa Senhora em Fátima, para celebrar a canonização dos pastorinhos Jacinta e Francisco Marto. Pude constatar a fé, cheia de entusiasmo e alegria, que a Virgem Maria suscitou na multidão de peregrinos que então lá se reuniu. Também no Egito, Myanmar e Bangladesh, pude encontrar as comunidades cristãs locais que, apesar de numericamente exíguas, são apreciadas pelo contributo que oferecem para o desenvolvimento e a convivência civil dos respetivos países. Não faltaram os encontros com os representantes doutras religiões, testemunhando como as peculiaridades de cada uma não são obstáculo ao diálogo, mas a seiva que o nutre no desejo comum de conhecer a verdade e praticar a justiça. No caso da Colômbia, quis abençoar os esforços e a coragem daquele amado povo, inflamado por um vivo anélito de paz após mais de meio século de conflito interno.

Queridos Embaixadores!

No decurso deste ano, tem lugar o centenário do fim da I Guerra Mundial: um conflito que deu nova forma ao rosto da Europa e do mundo inteiro, com a aparição de novos Estados que tomaram o lugar dos antigos Impérios. Das cinzas da Grande Guerra, podemos retirar duas advertências, que a humanidade, infelizmente, não soube compreender de imediato, encontrando-se vinte anos depois a combater um novo conflito, ainda mais devastador que o precedente. A primeira advertência: vencer nunca significa humilhar o adversário derrotado. A paz não se constrói como afirmação do poder do vencedor sobre o vencido. Não é a lei do medo que dissuade de futuras agressões, mas a força serena duma razoabilidade que incita ao diálogo e à mútua compreensão para sanar as diferenças.[1] Daqui deriva a segunda advertência: a paz consolida-se quando as nações se podem confrontar num clima de igualdade. Intuiu-o há um século – completa-se precisamente hoje – o então presidente dos Estados Unidos da América, Thomas Woodrow Wilson, quando propôs a instituição duma associação geral das nações visando promover – para todos os Estados, grandes e pequenos, indistintamente – mútuas garantias de independência e integridade territorial. Deste modo se lançaram, idealmente, as bases daquela diplomacia multilateral que, no decurso dos anos, foi adquirindo um papel e uma influência crescentes no seio da comunidade internacional.

As próprias relações entre as nações, tal como as relações humanas, devem ser reguladas «segundo as normas da verdade, da justiça, da solidariedade operante e da liberdade».[2] Isto supõe que «se tenha como princípio inviolável a igualdade de todos os povos, pela sua dignidade de natureza»,[3] bem como o reconhecimento dos direitos mútuos, juntamente com o cumprimento dos respetivos deveres.[4] Premissa fundamental desta atitude é a afirmação da dignidade de toda a pessoa humana, cujo desprezo e desrespeito levam a atos de barbárie que ofendem a consciência da humanidade.[5] Por outro lado, «o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo»,[6] como afirma a Declaração Universal dos Direitos do Homem .

A este documento importante – setenta anos após a sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que teve lugar em 10 de dezembro de 1948 –, desejo dedicar o nosso encontro de hoje. Na verdade, para a Santa Sé, falar de direitos humanos significa, antes de mais nada, repropor a centralidade da dignidade da pessoa, enquanto querida e criada por Deus à sua imagem e semelhança. O próprio Senhor Jesus, ao curar o leproso, restituir a vista ao cego, sentar-se à mesa com o publicano, poupar a vida da adúltera e convidar a tratar do viandante ferido, fez-nos compreender como cada ser humano, independentemente da sua condição física, espiritual ou social, seja merecedor de respeito e consideração. Segundo a perspetiva cristã, há uma significativa relação entre a mensagem evangélica e o reconhecimento dos direitos humanos, lidos no espírito dos compiladores da Declaração Universal dos Direitos do Homem .

O pressuposto de tais direitos deriva da natureza que acomuna objetivamente o género humano. E foram enunciados para remover os muros de separação que dividem a família humana e favorecer o que a doutrina social da Igreja designa como desenvolvimento humano integral , porque deve «promover todos os homens e o homem todo (...) até se chegar à humanidade inteira».[7] Pelo contrário, uma visão redutiva da pessoa humana abre o caminho à difusão da injustiça, da desigualdade social e da corrupção.

Todavia deve notar-se que, ao longo dos anos – sobretudo depois das agitações sociais de 1968 –, se foi progressivamente modificando a interpretação de alguns direitos, a ponto de se incluir uma multiplicidade de «novos direitos», não raro contrapondo-se entre si. Isto nem sempre favoreceu a promoção de relações amigas entre as nações,[8] porque se afirmaram noções controversas dos direitos humanos que contrastam com a cultura de muitos países,

que, por isso mesmo, não se sentem respeitados nas suas próprias tradições socioculturais, antes veem-se transcurados nas necessidades reais que têm de enfrentar.

Consequentemente pode haver o risco – de certa forma paradoxal – de que, em nome dos próprios direitos humanos, se venham a instaurar formas modernas de colonização ideológica dos mais fortes e dos mais ricos em detrimento dos mais pobres e dos mais fracos. Ao mesmo tempo, é bom ter presente que as tradições dos diversos povos não podem ser invocadas como pretexto para descuidar o devido respeito dos direitos fundamentais enunciados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem .

Setenta anos depois, faz pena assinalar como muitos direitos fundamentais são violados ainda hoje. E, primeiro dentre eles, o direito à vida, à liberdade e à inviolabilidade de cada pessoa humana.[9] A lesá-los, não são apenas a guerra ou a violência. No nosso tempo, há formas mais sutis: penso antes de mais nada nas crianças inocentes, descartadas ainda antes de nascer; às vezes não queridas, apenas porque doentes ou malformadas ou pelo egoísmo dos adultos. Penso nos idosos, também eles muitas vezes descartados, sobretudo se estão doentes, porque considerados um peso. Penso nas mulheres, que muitas vezes sofrem violências e prepotências, mesmo no seio das suas famílias. Penso depois em todos aqueles que são vítimas do tráfico de pessoas, que viola a proibição de toda e qualquer forma de escravatura. Quantas pessoas, especialmente em fuga da pobreza e da guerra, acabam objeto de tal traficância perpetrada por sujeitos sem escrúpulos!

Defender o direito à vida e à integridade física significa também tutelar o direito à saúde da pessoa e dos seus familiares. Hoje, este direito assumiu implicações que excedem as intenções originárias da Declaração Universal dos Direitos do Homem , a qual visava afirmar o direito de cada um a ter os cuidados médicos e os serviços sociais necessários.[10] Nesta linha, espero que se trabalhe, nos fóruns internacionais competentes, por favorecer, antes de tudo, um fácil acesso para todos aos cuidados e tratamentos sanitários. É importante unir esforços para que se possam adotar políticas capazes de garantir, a preços acessíveis, o fornecimento de medicamentos essenciais para a sobrevivência das pessoas indigentes, sem transcurar a pesquisa e o desenvolvimento de tratamentos que, embora não relevantes economicamente para o mercado, são cruciais para salvar vidas humanas.

Defender o direito à vida implica também trabalhar ativamente pela paz, reconhecida universalmente como um dos valores mais altos que se deve procurar e defender. E todavia graves conflitos locais continuam a abrasar várias regiões da terra. Os esforços coletivos da comunidade internacional, a ação humanitária das organizações internacionais e as súplicas incessantes de paz que se elevam das terras ensanguentadas pelos combates parecem ser cada vez menos eficazes perante a lógica aberrante da guerra. Um tal panorama não pode fazer diminuir o nosso desejo e o nosso compromisso em prol da paz, cientes de que, sem ela, o desenvolvimento integral do homem se torna inatingível.

O desarmamento integral e o desenvolvimento integral estão intimamente relacionados entre si. Entretanto a busca da paz como condição prévia para o desenvolvimento supõe combater a injustiça e erradicar, de forma não violenta, as causas da discórdia que levam às guerras. A proliferação de armas agrava claramente as situações de conflito e implica enormes custos humanos e materiais, deteriorando assim o desenvolvimento e a busca duma paz duradoura.

O resultado histórico alcançado no ano passado com a adoção do Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares, no termo da Conferência das Nações Unidas cuja finalidade era precisamente negociar um instrumento juridicamente vinculativo para proibir as armas nucleares, mostra como permanece vivo o desejo de paz. A promoção da cultura da paz para um desenvolvimento integral exige esforços perseverantes em ordem ao desarmamento e à redução do recurso à força armada na gestão dos assuntos internacionais. Por isso desejo encorajar, sobre o tema, um debate sereno e o mais amplo possível, que evite polarizações

da comunidade internacional numa questão tão delicada. Todo o esforço nesta direção, por mais modesto que seja, constitui um resultado importante para a humanidade.

Por sua vez, a Santa Sé assinou e ratificou, também em nome e por incumbência do Estado da Cidade do Vaticano, o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares, na perspectiva expressa por São João XXIII na encíclica *Pacem in terris*, segundo a qual «a justiça, a reta razão e o sentido da dignidade humana terminantemente exigem que se pare com essa corrida ao poderio militar; que o material de guerra, instalado em várias nações, se vá reduzindo duma parte e doutra, simultaneamente; que sejam banidas as armas atômicas».[11] Na verdade, mesmo «se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e incomensuráveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um facto imprevisível e incontrolável possa inesperadamente atear esse incêndio [duma guerra nuclear]».[12]

Por conseguinte, a Santa Sé reitera a firme «persuasão de que com negociações, e não com armas, devem ser dirimidas as eventuais controvérsias entre os povos».[13] Aliás a incessante produção de armas cada vez mais sofisticadas e “aperfeiçoadas” e o prolongamento de numerosos surtos de conflito – daquela que várias vezes designei por «terceira guerra mundial aos pedaços» – não pode senão fazer-nos repetir vigorosamente estas palavras do meu santo Predecessor: «Não é mais possível pensar que, nesta nossa era atômica, a guerra seja um meio apto par ressarcir direitos violados. (...) Contudo, é lícito esperar que os homens, por meio de encontros e negociações, venham a conhecer melhor os laços comuns de natureza que os unem e assim possam compreender a beleza de uma das mais profundas exigências da natureza humana, a de que reine entre eles e as suas respetivas nações, não o temor, mas o amor, um amor que antes de tudo leve os homens a uma colaboração leal, multiforme, portadora de inúmeros bens».[14]

Nesta perspectiva, é de suma importância que se sustente toda a tentativa de diálogo na península coreana, a fim de se encontrar novos caminhos para superar as contraposições atuais, aumentar a confiança mútua e garantir um futuro de paz ao povo coreano e ao mundo inteiro.

De igual modo, é importante que possam continuar, num clima propugnador de maior confiança entre as partes, as várias iniciativas de paz em curso a favor da Síria, para que se consiga finalmente encerrar o longo conflito que envolveu o país e provocou imensos sofrimentos. Os votos de todos nós são que, depois de tanta destruição, tenha chegado o tempo de reconstruir. Mas, ainda mais que a construção de edifícios, é necessário reconstruir os corações, voltar a tecer a tapeçaria da mútua confiança, premissa imprescindível para o florescimento de qualquer sociedade. Por isso, é preciso trabalhar para promover as condições jurídicas, políticas e de segurança, em ordem a uma retomada da vida social, onde cada cidadão, independentemente da sua pertença étnica e religiosa, possa participar no desenvolvimento do país. Neste sentido, é vital tutelar as minorias religiosas, entre as quais se contam os cristãos, que há séculos contribuem ativamente para a história da Síria.

É igualmente importante que possam regressar à pátria os numerosos refugiados que encontraram acolhimento e refúgio nas nações vizinhas, especialmente na Jordânia, Líbano e Turquia. O empenho e o esforço, realizados por tais países nesta circunstância difícil, merecem o apreço e o apoio de toda a comunidade internacional, que ao mesmo tempo é chamada a trabalhar em ordem a criar as condições para o repatriamento dos refugiados originários da Síria. É um compromisso que aquela deve assumir concretamente a começar pelo Líbano, para que este amado país continue a ser uma «mensagem» de respeito e convivência e um modelo a imitar por toda a região e pelo mundo inteiro.

A vontade de diálogo é necessária também no amado Iraque, para que as várias componentes étnicas e religiosas possam reencontrar o caminho da reconciliação, convivência pacífica e colaboração, bem como no Líbano e noutras partes da região, e ainda no Afeganistão.

Uma palavra particular, dirijo aos israelitas e palestinos, na sequência das tensões das últimas semanas. A Santa Sé, ao exprimir o seu pesar por quantos perderam a vida nos recentes confrontos, renova o seu premente apelo a ponderar bem cada iniciativa para que se evite de exacerbar as contraposições e convida a um esforço comum por respeitar, em conformidade com as pertinentes Resoluções das Nações Unidas, o status quo de Jerusalém, cidade santa para cristãos, judeus e muçulmanos. Setenta anos de confrontos tornam extremamente urgente encontrar uma solução política que consinta a presença na região de dois Estados independentes dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Apesar das dificuldades, a vontade de dialogar e retomar as negociações permanece a via-mestra para se chegar finalmente a uma coexistência pacífica dos dois povos.

Também no seio de contextos nacionais, são essenciais a abertura e a disponibilidade a encontrar-se. Penso especialmente na querida Venezuela, que está atravessando uma crise política e humanitária cada vez mais dramática e sem precedentes. A Santa Sé, ao mesmo tempo que exorta a responder sem demora às necessidades primárias da população, almeja que se criem as condições para que as eleições, agendadas para o ano em curso, sejam capazes de dar solução aos conflitos existentes, e se possa olhar de novo com serenidade para o futuro.

A comunidade internacional não esqueça também o sofrimento em muitas partes do continente africano, especialmente no Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Somália, Nigéria e República Centro-Africana, onde o direito à vida está ameaçado pela exploração indiscriminada dos recursos, pelo terrorismo, pela proliferação de grupos armados e por prolongados conflitos. Não basta indignar-se perante tanta violência! É preciso que cada um, no seu próprio âmbito, trabalhe ativamente por remover as causas da miséria e construir pontes de fraternidade, premissa fundamental para um desenvolvimento humano autêntico.

Um esforço comum por reconstruir pontes é urgente também na Ucrânia. O ano, que findou, ceifou novas vítimas no conflito que atormenta o país, continuando a infligir grandes sofrimentos à população, particularmente às famílias que moram nas áreas afetadas pela guerra e que perderam os seus entes queridos, não raro idosos e crianças.

E, precisamente à família, quereria dedicar uma especial reflexão. Efetivamente, o direito de formar uma família está reconhecido na própria Declaração de 1948, apresentando-a como «elemento natural e fundamental da sociedade, [que] tem direito à proteção desta e do Estado».[15] É sabido como a família, sobretudo no Ocidente, seja considerada, infelizmente, uma instituição superada. Em vez da estabilidade dum projeto definitivo, preferem-se hoje ligações fugazes. Ora não se mantém de pé uma casa construída sobre a areia de relacionamentos frágeis e volúveis; mas é preciso a rocha, sobre a qual assentar bases sólidas. E a rocha é precisamente aquela comunhão de amor, fiel e indissolúvel, que une o homem e a mulher, comunhão essa que tem uma beleza austera e simples, um caráter sacro e inviolável e uma função natural na ordem social.[16] Por isso considero urgente que se adotem políticas efetivas em apoio da família, da qual aliás depende o futuro e o desenvolvimento dos Estados. Sem ela, de facto, não se podem construir sociedades capazes de enfrentar os desafios do futuro. E a falta de interesse pela família traz consigo outra consequência dramática – particularmente atual nalgumas regiões – que é a queda da natalidade. Vive-se um verdadeiro inverno demográfico! Isto é sinal de sociedades que sentem dificuldade em enfrentar os desafios do presente, tornando-se, por conseguinte, cada vez mais temerosas do futuro e acabando por se fechar em si mesmas.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer a situação de famílias dilaceradas por causa da pobreza, das guerras e das migrações. Aos nossos olhos, depara-se demasiadas vezes o

drama de crianças cruzando sozinhas os confins que separam o sul do norte do mundo, frequentemente vítimas do tráfico de seres humanos.

Hoje fala-se muito de migrantes e migrações, por vezes só para suscitar temores ancestrais. Não devemos esquecer que sempre existiram as migrações. Na tradição judaico-cristã, a história da salvação é, essencialmente, uma história de migrações. Nem devemos esquecer que a liberdade de movimento, como a de deixar o país próprio e a ele regressar, pertence aos direitos humanos fundamentais.[17] Por isso é necessário sair duma generalizada retórica sobre o assunto e partir da consideração essencial de que se encontram diante de nós, antes de mais nada, pessoas.

Isto mesmo pretendi reiterar, com a Mensagem « Migrantes e refugiados: homens e mulheres em busca de paz », escrita para o Dia Mundial da Paz que se celebrou no passado dia 1 de janeiro. Embora reconhecendo que nem todos estão sempre animados pelas melhores intenções, não se pode esquecer que a maior parte dos migrantes preferiria permanecer na sua própria terra, mas é forçada a deixá-la «por causa de discriminações, perseguições, pobreza e degradação ambiental. (...) Acolher o outro requer um compromisso concreto, uma corrente de apoios e beneficência, uma atenção vigilante e abrangente, a gestão responsável de novas situações complexas que às vezes se vêm juntar a outros problemas já existentes em grande número, bem como recursos que são sempre limitados. Praticando a virtude da prudência, os governantes saberão acolher, promover, proteger e integrar, estabelecendo medidas práticas, “nos limites consentidos pelo bem da própria comunidade retamente entendido, [para] lhes favorecer a integração” (*Pacem in terris* , 57). Os governantes têm uma responsabilidade precisa para com as próprias comunidades, devendo assegurar os seus justos direitos e desenvolvimento harmónico, para não serem como o construtor insensato que fez mal os cálculos e não conseguiu completar a torre que começara a construir (cf. *Lc 14, 28-30*)».[18]

Desejo agradecer de novo às Autoridades dos Estados que se prodigalizaram, durante estes anos, para prestar assistência aos numerosos migrantes que chegaram às suas fronteiras. Penso, antes de mais nada, no empenho de não poucos países na Ásia, na África e nas Américas, que acolhem e assistem inúmeras pessoas. Conservo ainda vivo no coração o encontro que tive em Dacca com alguns membros do povo rohingya e quero renovar os sentimentos de gratidão às Autoridades do Bangladesh pela assistência que lhes prestam no seu território.

Desejo ainda expressar particular gratidão à Itália, que, nestes anos, mostrou um coração aberto e generoso e soube oferecer também exemplos positivos de integração. A minha esperança é que as dificuldades, que o país atravessou nestes anos e cujas consequências permanecem, não levem a fechamentos e preclusões, mas antes a uma redescoberta daquelas raízes e tradições que nutriram a rica história da nação e constituem um tesouro inestimável para oferecer ao mundo inteiro. De igual modo, exprimo apreço pelos esforços desenvolvidos por outros Estados europeus, particularmente a Grécia e a Alemanha. Não devemos esquecer que numerosos refugiados e migrantes procuram alcançar a Europa, porque sabem que nela podem encontrar paz e segurança, fruto aliás dum longo caminho que nasceu dos ideais dos Pais fundadores do projeto europeu depois da II Guerra Mundial. A Europa deve sentir-se orgulhosa deste seu património, baseado sobre determinados princípios e numa visão do homem cujas bases assentam na sua história milenária, inspirada pela conceção cristã da pessoa humana. A chegada dos migrantes deve incitá-la a redescobrir o seu património cultural e religioso, de modo que, recuperando a consciência dos valores sobre os quais está edificada, possa ao mesmo tempo manter viva a sua tradição e continuar a ser um lugar hospitaleiro, promissor de paz e desenvolvimento.

No ano passado, os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil interrogaram-se mutuamente sobre os princípios basilares, as prioridades e as modalidades mais apropriadas para dar resposta aos movimentos migratórios e às situações prolongadas

que afetam os refugiados. As Nações Unidas, na sequência da Declaração de Nova Iorque sobre Refugiados e Migrantes de 2016, aviaram importantes processos de preparação tendo em vista a adoção de dois Pactos Mundiais (Global Compacts), respetivamente sobre os refugiados e para uma migração segura, ordenada e regular.

A Santa Sé espera que tais esforços, com as negociações que brevemente se abrirão, deem resultados dignos duma comunidade mundial sempre mais interdependente, fundada nos princípios de solidariedade e mútua ajuda. No atual contexto internacional, não faltam as possibilidades e os meios para garantir, a todo o homem e mulher que vive sobre a terra, condições de vida dignas da pessoa humana.

Na Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano, sugeri quatro «pedras miliárias» para a ação: acolher, proteger, promover e integrar.[19] Gostaria de me deter de modo particular nesta última, a propósito da qual se confrontam diferentes posições, cada uma delas derivada das respetivas avaliações, experiências, preocupações e convicções. A integração é «um processo bidirecional», com direitos e deveres recíprocos. De facto, quem acolhe é chamado a promover o desenvolvimento humano integral, enquanto se pede, a quem é acolhido, a indispensável conformação às normas do país que o hospeda, bem como o respeito pelos princípios identificadores do mesmo. Todo o processo de integração deve manter sempre, no centro das normas respeitantes aos vários aspetos da vida política e social, a tutela e a promoção das pessoas, especialmente daquelas que se encontram em situações de vulnerabilidade.

A Santa Sé não pretende interferir nas decisões que competem aos Estados: a eles cabe – à luz das respetivas situações políticas, sociais e económicas, bem como das próprias capacidades e possibilidades de receção e integração – a responsabilidade primeira do acolhimento. Mas ela considera que deve desempenhar um papel de «recordação» dos princípios de humanidade e fraternidade, que fundamentam toda a sociedade coesa e harmoniosa. Nesta perspetiva, é importante não esquecer a interação com as comunidades religiosas, tanto institucionais como associativas, que podem desempenhar um papel valioso de reforço na assistência e proteção, de mediação social e cultural, de pacificação e de integração.

Entre os direitos humanos que gostaria de lembrar hoje, está também o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, que inclui a liberdade de mudar de religião.[20] É sabido como, infelizmente, o direito à liberdade religiosa seja muitas vezes menosprezado não sendo raro que a religião se torne quer ocasião para justificar ideologicamente novas formas de extremismo quer pretexto para a marginalização social, senão mesmo perseguição, dos crentes. A construção de sociedades inclusivas requer como condição uma compreensão integral da pessoa humana, que pode sentir-se verdadeiramente acolhida quando é reconhecida e aceite em todas as dimensões que constituem a sua identidade, incluindo a dimensão religiosa.

Por fim, desejo recordar a importância do direito ao trabalho. Não há paz nem desenvolvimento, se o homem está privado da possibilidade de contribuir pessoalmente, através da sua atividade, para a edificação do bem comum. É doloroso, porém, constatar como o trabalho constitua, em muitas partes do mundo, um bem escassamente disponível. Poucas são as oportunidades, especialmente para os jovens, de encontrar trabalho. Muitas vezes é fácil perdê-lo não só em consequência da alternância dos ciclos económicos, mas também pelo progressivo recurso a tecnologia e maquinaria cada vez mais perfeitas e precisas capazes de substituir o homem. Se, por um lado, se constata uma distribuição desigual das oportunidades de trabalho, por outro verifica-se a tendência a pretender, de quem trabalha, ritmos sempre mais opressivos. As exigências de lucro, ditadas pela globalização, levaram a uma progressiva redução dos tempos e dos dias de repouso, pelo que se perdeu uma dimensão fundamental da vida – a do descanso – que serve para

regenerar, física e espiritualmente, a pessoa. O próprio Deus descansou no 9 sétimo dia: abençoou-o e santificou-o, «visto ter sido nesse dia que Ele repousou de toda a obra da criação» (Gn 2, 3). Na alternância de fadiga e repouso, o homem participa na «santificação do tempo» realizada por Deus e enobrece o seu trabalho, subtraindo-o às dinâmicas repetitivas duma quotidianidade árida que não conhece pausa.

Motivo de particular preocupação são ainda os dados publicados recentemente pela Organização Mundial do Trabalho sobre o aumento do número de crianças empregadas em atividades laborais e das vítimas das novas formas de escravidão. O flagelo do trabalho infantil continua a afetar seriamente o desenvolvimento psicofísico das crianças, privando-as das alegrias da infância, ceifando vítimas inocentes. Não se pode pensar em projetar um futuro melhor, nem esperar construir sociedades mais inclusivas, se se continua a manter modelos económicos orientados meramente para o lucro e a exploração dos mais fracos, como as crianças. Eliminar as causas estruturais de tal flagelo deveria ser uma prioridade de Governos e organizações internacionais, chamados a intensificar os esforços para adotar estratégias integradas e políticas coordenadas, tendentes a acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

Excelências, Senhoras e Senhores!

Ao lembrar alguns dos direitos contidos na Declaração Universal de 1948, não pretendo transcurar um aspeto estritamente conexo com a mesma: cada indivíduo tem também deveres relativamente à comunidade, visando «satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática».[21] O justo apelo aos direitos de todo o ser humano deve ter em conta que cada um é parte dum corpo maior. Também as nossas sociedades, como cada corpo humano, gozam de boa saúde se cada membro cumprir a própria tarefa, ciente de que a mesma está ao serviço do bem comum.

Entre os deveres particularmente imperiosos, conta-se hoje o de cuidar da nossa terra.

Sabemos que a natureza pode ela mesma ser cruenta, mesmo quando isso não é responsabilidade do homem. Vimo-lo no ano passado com os terremotos que atingiram várias partes da terra, particularmente nos últimos meses no México e no Irão ceifando numerosas vítimas, bem como a violência dos furacões que afetaram vários países do Caribe até chegar às costas dos Estados Unidos da América e, mais recentemente, investiram as Filipinas. Todavia não devemos esquecer que há também uma particular responsabilidade do homem na sua interação com a natureza. As alterações climáticas, com a subida global das temperaturas e os efeitos devastadores que isso comporta, são também consequência da ação do homem. Por conseguinte, é preciso enfrentar, com um esforço conjunto, a responsabilidade de deixar às gerações seguintes uma terra mais bela e habitável, esforçando-se, à luz dos compromissos concordados em Paris no ano de 2015, por reduzir as emissões de gás nocivas à atmosfera e prejudiciais para a saúde humana.

O espírito que deve animar os indivíduos e as nações nesta obra é comparável ao dos construtores das catedrais medievais que constelam a Europa. Estes edifícios imponentes contam como é importante a participação de cada qual para uma obra capaz de ultrapassar os confins do tempo. O construtor de catedrais sabia que não veria a conclusão do seu trabalho. E contudo trabalhou ativamente, entendendo que fazia parte dum projeto de que gozariam os seus filhos, que – por sua vez – o haviam de embelezar e ampliar para os respetivos filhos. Cada homem e mulher deste mundo – particularmente quem tem a responsabilidade de governar – é chamado a cultivar o mesmo espírito de serviço e solidariedade intergeracional, sendo assim um sinal de esperança para o nosso mundo atribulado.

Com estas considerações, renovo a cada um de vós, às vossas famílias e aos vossos povos os votos de um ano rico de alegria, esperança e paz. Obrigado!

- [1] Cf. João XXIII, Carta encíclica *Pacem in terris* (11/IV/1963), 67 [129].
- [2] *Ibid.*, 47 [80].
- [3] *Ibid.*, 49 [86].
- [4] Cf. *Ibid.*, 51 [91].
- [5] Cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem (10/XII/1948).
- [6] *Ibid.*, Preâmbulo.
- [7] Paulo VI, Carta encíclica *Populorum progressio* (26/III/1967), 14.
- [8] Cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, Preâmbulo.
- [9] Cf. *ibid.*, art. 3.
- [10] Cf. *ibid.*, art. 25.
- [11] *Pacem in terris*, 60 [112].
- [12] *Ibid.*, 60 [112].
- [13] *Ibid.*, 67 [126].
- [14] *Ibid.*, 67 [128 e 129].
- [15] Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 16.
- [16] Cf. Paulo VI, Discurso por ocasião da visita à Basílica da Anunciação (Nazaré, 5/I/1964).
- [17] Cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 13.
- [18] Francisco, Mensagem para o LI Dia Mundial da Paz (13/XI/2017), 1.
- [19] *Ibid.*, 4.
- [20] Cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 18.
- [21] *Ibid.*, art. 29.

Libreria Editrice Vaticana

ANEXO 13: CARTA EVENTO “ECONOMY OF FRANCESCO”

CARTA DO PAPA FRANCISCO PARA O EVENTO "ECONOMY OF FRANCESCO" [ASSIS, 26-28 DE MARÇO DE 2020]

Aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro: Estimados amigos!

Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã .

Sim, é necessário “re-animar” a economia! E qual cidade é mais idónea para isto do que Assis, que desde há séculos é símbolo e mensagem de um humanismo da fraternidade? Se São João Paulo II a escolheu como ícone de uma cultura de paz, para mim parece ser também um lugar inspirador de uma nova economia. Com efeito, ali Francisco despojou-se de toda a mundanidade para escolher Deus como Estrela polar da sua vida, fazendo-se pobre com os pobres, irmão universal. Da sua escolha de pobreza brotou também uma visão da economia que permanece extremamente atual. Ela pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, a nossa casa comum, «a nossa irmã Terra Mãe», como Francisco a chama no seu Cântico do Irmão Sol .

Na Carta Encíclica *Laudato si'* ressaltai que hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente ligado e a salvaguarda do meio ambiente não pode ser separada da justiça em relação aos pobres, nem da solução dos problemas estruturais da economia mundial. Por conseguinte, é preciso corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito pelo meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, e equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das gerações vindouras. Infelizmente, ainda não foi ouvido o apelo a tomar consciência acerca da gravidade dos problemas e sobretudo a pôr em prática um modelo económico novo, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade.

Francisco de Assis é o exemplo por excelência da atenção aos frágeis e a uma ecologia integral. Vêm-me à mente as palavras que lhe foram dirigidas pelo Crucificado, na igreja de São Damião: «Francisco, vai e repara a minha casa que, como vês, está em ruínas». Aquela casa a reparar diz respeito a todos nós. Refere-se à Igreja, à sociedade, ao coração de cada um de nós. Diz respeito cada vez mais também ao meio ambiente, que tem urgente necessidade de uma economia saudável e de um desenvolvimento sustentável que cure as suas feridas e lhe garanta um futuro digno.

Perante esta urgência, todos, absolutamente todos nós somos chamados a rever os nossos esquemas mentais e morais, para que estejam mais em conformidade com os mandamentos de Deus e com as exigências do bem comum. Mas pensei em convidar de modo especial a vós jovens porque, com o vosso desejo de um porvir bom e jubiloso, já sois a profecia de uma economia atenta à pessoa e ao meio ambiente.

Caríssimos jovens, bem sei que sois capazes de ouvir com o coração os brados cada vez mais angustiantes da terra e dos seus pobres em busca de ajuda e de responsabilidade, ou seja, de alguém que “responda” e não olhe para o outro lado. Se ouvirdes o vosso coração, sentir-vos-eis portadores de uma cultura corajosa e não tereis medo de arriscar, nem de vos comprometer na construção de uma sociedade renovada. Jesus Ressuscitado é a nossa força! Como eu vos disse no Panamá e escrevi na Exortação Apostólica pós-sinodal *Christus vivit*: «Por favor, não deixeis para outros o ser protagonista da mudança! Vós sois aqueles que detêm o futuro! Através de vós, entra o futuro no mundo. Também a vós, eu peço para serdes protagonistas desta mudança. [...]Peço-vos para serdes construtores do futuro, trabalhai por um mundo melhor» (n. 174).

As vossas universidades, as vossas empresas, as vossas organizações são canteiros de esperança para construir outras modalidades de entender a economia e o progresso, para combater a cultura do descarte, para dar voz a quantos não a têm, para propor novos estilos de vida. Enquanto o nosso sistema económico-social ainda produzir uma só vítima, e enquanto houver uma só pessoa descartada, não poderá haver a festa da fraternidade universal.

É por isso que desejo encontrar-me convosco em Assis: para promover juntos, através de um “pacto” comum, um processo de mudança global que veja em comunhão de intenções não apenas quantos têm o dom da fé, mas todos os homens de boa vontade, para além das diferenças de credo e de nacionalidade, unidos por um ideal de fraternidade atento acima de tudo aos pobres e aos excluídos. Convido cada um de vós a ser protagonista deste pacto, assumindo um compromisso individual e coletivo para cultivarmos juntos o sinal de um novo humanismo que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus.

O título deste evento — “Economy of Francesco” — refere-se claramente ao Santo de Assis e ao Evangelho que ele viveu em total coerência, inclusive nos planos económico e social. Ele oferecenos um ideal e, de certa maneira, um programa. Para mim, que escolhi o seu nome, é contínua fonte de inspiração.

Juntamente convosco, e através de vós, apelarei a alguns dos melhores estudiosos e estudosas da ciência da economia, assim como a empresários e empresárias que hoje já se encontram engajados a nível mundial, em prol de uma economia coerente com este cenário ideal. Estou confiante de que eles hão de responder. E confio sobretudo em vós, jovens, que sois capazes de sonhar e estais prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e melhor.

O encontro está marcado para os dias 26-28 de março de 2020. Juntamente com o Bispo de Assis, cujo predecessor Guido, há oito séculos, recebeu na sua casa o jovem Francisco no gesto profético do seu despojamento, também eu espero receber-vos. Espero por vós e desde já saúdo-vos e abençoo-vos. E, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim!
Vaticano, 1 de maio de 2019 Memória de São José Operário.

Libreria Editrice Vaticana

ANEXO 14: *EVANGELII GAUDIUM*

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA *EVANGELII GAUDIUM* DO SANTO PADRE FRANCISCO AO EPISCOPADO, AO CLERO, ÀS PESSOAS CONSAGRADAS E AOS FIÉIS LEIGOS SOBRE O ANÚNCIO DO EVANGELHO NO MUNDO ACTUAL

I. Uma Igreja «em saída»

20. Na Palavra de Deus, aparece constantemente este dinamismo de «saída», que Deus quer provocar nos crentes. Abraão aceitou a chamada para partir rumo a uma nova terra (cf. Gn 12, 1-3). Moisés ouviu a chamada de Deus: «Vai; Eu te envio» (Ex 3, 10), e fez sair o povo para a terra prometida (cf. Ex 3, 17). A Jeremias disse: «Iráis aonde Eu te enviar» (Jr 1, 7). Naquele «ide» de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova «saída» missionária. Cada cristão e cada comunidade há-de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho.

33. A pastoral em chave missionária exige o abandono deste cómodo critério pastoral: «fez-se sempre assim». Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objectivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. Uma identificação dos fins, sem uma condigna busca comunitária dos meios para os alcançar, está condenada a traduzir-se em mera fantasia. A todos exorto a aplicarem, com generosidade e coragem, as orientações deste documento, sem impedimentos nem receios. Importante é não caminhar sozinho, mas ter sempre em conta os irmãos e, de modo especial, a guia dos Bispos, num discernimento pastoral sábio e realista.

[...]

273. A missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou um ornamento que posso pôr de lado; não é um apêndice ou um momento entre tantos outros da minha vida. É algo que não posso arrancar do meu ser, se não me quero destruir. Eu sou uma missão nesta terra, e para isso estou neste mundo. É preciso considerarmo-nos como que marcados a fogo por esta missão de iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar. Nisto uma pessoa se revela enfermeira no espírito, professor no espírito, político no espírito..., ou seja, pessoas que decidiram, no mais íntimo de si mesmas, estar com os outros e ser para os outros. Mas, se uma pessoa coloca a tarefa dum lado e a vida privada do outro, tudo se torna cinzento e viverá continuamente à procura de reconhecimentos ou defendendo as suas próprias exigências. Deixará de ser povo.

[...].

171. Hoje mais do que nunca precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reine a prudência, a capacidade de compreensão, a arte de esperar, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender as ovelhas a nós confiadas dos lobos que tentam desgarrar o rebanho. Precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. Escutar ajuda-nos a individuar o gesto e a palavra oportunos que nos desinstalam da cómoda condição de espectadores.

Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno [...] Para se chegar a um estado de maturidade, isto é, para que as pessoas sejam capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso dar tempo ao tempo, com uma paciência imensa. [...]

Economia e distribuição das entradas

[...]

203. A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral. Quantas palavras se tornaram molestas para este sistema! Molesta que se fale de ética, molesta que se fale de solidariedade mundial, molesta que se fale de distribuição dos bens, molesta que se fale de defender os postos de trabalho, molesta que se fale da dignidade dos fracos, molesta que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objecto duma manipulação oportunista que as desonra. A cómoda indiferença diante destas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado. A vocação dum empresário é uma nobre tarefa, desde que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida; isto permite-lhe servir verdadeiramente o bem comum com o seu esforço por multiplicar e tornar os bens deste mundo mais acessíveis a todos.

A unidade prevalece sobre o conflito

[...]

226. O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceitado. Mas, se ficamos encurralados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade.

227. Perante o conflito, alguns limitam-se a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam-se as mãos para poder continuar com a sua vida. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projectam nas instituições as suas próprias confusões e insatisfações e, assim, a unidade torna-se impossível. Mas há uma terceira forma, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo. «Felizes os pacificadores» (Mt 5, 9)!

228. Deste modo, torna-se possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida. Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste.

[...]

A realidade é mais importante do que a ideia

231. Existe também uma tensão bipolar entre a ideia e a realidade: a realidade simplesmente é, a ideia elabora-se. Entre as duas, deve estabelecer-se um diálogo constante, evitando que a ideia acabe por separar-se da realidade. É perigoso viver no reino só da palavra, da imagem, do sofisma. Por isso, há que postular um terceiro princípio: a realidade é superior à ideia. Isto supõe evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projectos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria.

232. A ideia – as elaborações conceituais – está ao serviço da captação, compreensão e condução da realidade. A ideia desligada da realidade dá origem a idealismos e nominalismos

inefcazes que, no máximo, classificam ou definem, mas não empenham. O que empenha é a realidade iluminada pelo raciocínio. É preciso passar do nominalismo formal à objectividade harmoniosa. Caso contrário, manipula-se a verdade, do mesmo modo que se substitui a ginástica pela cosmética.[185] Há políticos – e também líderes religiosos – que se interrogam por que motivo o povo não os compreende nem segue, se as suas propostas são tão lógicas e claras. Possivelmente é porque se instalaram no reino das puras ideias e reduziram a política ou a fé à retórica; outros esqueceram a simplicidade e importaram de fora uma racionalidade alheia à gente.

233. A realidade é superior à ideia. Este critério está ligado à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento: «Reconheceis que o espírito é de Deus por isto: todo o espírito que confessa Jesus Cristo que veio em carne mortal é de Deus» (1 Jo 4, 2). O critério da realidade, duma Palavra já encarnada e sempre procurando encarnar-se, é essencial à evangelização. Por um lado, leva-nos a valorizar a história da Igreja como história de salvação, a recordar os nossos Santos que inculturaram o Evangelho na vida dos nossos povos, a recolher a rica tradição bimilenária da Igreja, sem pretender elaborar um pensamento desligado deste tesouro como se quiséssemos inventar o Evangelho. Por outro lado, este critério impele-nos a pôr em prática a Palavra, a realizar obras de justiça e caridade nas quais se torne fecunda esta Palavra. Não pôr em prática, não levar à realidade a Palavra é construir sobre a areia, permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto, que esterilizam o seu dinamismo.

O todo é superior à parte

234. Entre a globalização e a localização também se gera uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha quotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstracto e globalizante, miméticos passageiros do carro de apoio, admirando os fogos de artifício do mundo, que é de outros, com a boca aberta e aplausos programados; o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de eremitas localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras.

235. O todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar. É necessário mergulhar as raízes na terra fértil e na história do próprio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla. Da mesma forma, uma pessoa que conserva a sua peculiaridade pessoal e não esconde a sua identidade, quando se integra cordialmente numa comunidade não se aniquila, mas recebe sempre novos estímulos para o seu próprio desenvolvimento. Não é a esfera global que aniquila, nem a parte isolada que esteriliza.

O diálogo político com o Estado e com a sociedade

240. O cuidado e a promoção do bem comum da sociedade compete ao Estado.[188] Este, com base nos princípios de subsidiariedade e solidariedade e com um grande esforço de diálogo político e criação de consensos, desempenha um papel fundamental – que não pode ser delegado – na busca do desenvolvimento integral de todos. Este papel exige, nas circunstâncias actuais, uma profunda humildade social.

O diálogo entre a fé, a razão e as ciências

243. A Igreja não pretende deter o progresso admirável das ciências. Pelo contrário, alegra-se e inclusivamente desfruta reconhecendo o enorme potencial que Deus deu à mente humana. Quando o progresso das ciências, mantendo-se com rigor académico no campo do seu objecto específico, torna evidente uma determinada conclusão que a razão não pode negar, a fé não a contradiz. Nem os crentes podem pretender que uma opinião científica que

lhes agrada – e que nem sequer foi suficientemente comprovada – adquira o peso dum dogma de fé. Em certas ocasiões, porém, alguns cientistas vão mais além do objecto formal da sua disciplina e exageram com afirmações ou conclusões que extravasam o campo da própria ciência. Neste caso, não é a razão que se propõe, mas uma determinada ideologia que fecha o caminho a um diálogo autêntico, pacífico e frutuoso.

[...]

251. Neste diálogo, sempre amável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio, que leva a Igreja a manter e intensificar as relações com os não-cristãos.[195] Um sincretismo conciliador seria, no fundo, um totalitarismo de quantos pretendem conciliar prescindindo de valores que os transcendem e dos quais não são donos. A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas «disponível para compreender as do outro» e «sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos».[196] Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria um modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como um dom para partilhar com generosidade. Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente.[197]

Respeitando as identidades dos interlocutores

253. Para sustentar o diálogo com o Islão é indispensável a adequada formação dos interlocutores, não só para que estejam sólida e jubilosamente radicados na sua identidade, mas também para que sejam capazes de reconhecer os valores dos outros, compreender as preocupações que subjazem às suas reivindicações e fazer aparecer as convicções comuns.

FRANCISCO, *EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII GAUDIUM*, 2013. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#O_todo_é_superior_à_parte> Acesso em: 09 jul. 2019.